

Educação e Socioeconomia Solidária

# Incubação em Economia Solidária: empreendimentos em redes e resistência camponesa



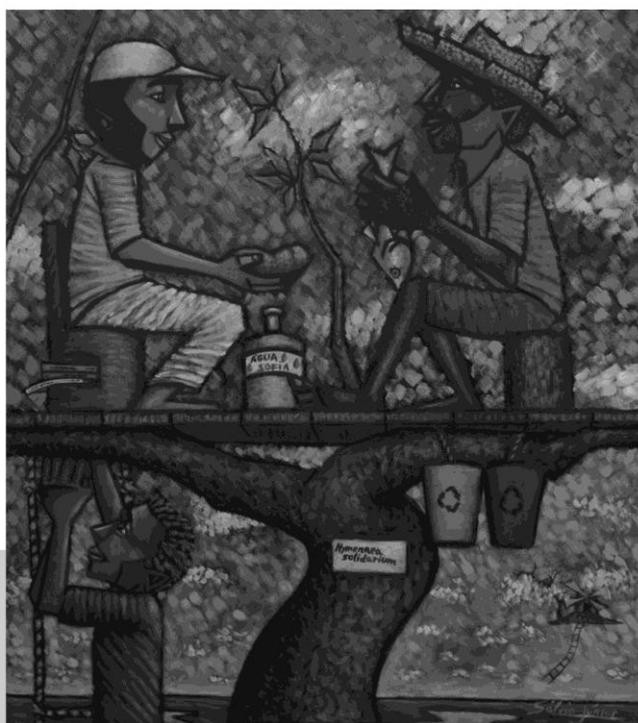
Série Sociedade Solidária  
Vol. 4 - 2014

**Laudemir Luiz Zart  
Clovis Vailant  
(Organizadores)**



**Educação e Socioeconomia Solidária**

**Incubação em Economia Solidária:  
empreendimentos em redes e  
resistência camponesa**



**Série Sociedade Solidária  
Vol. 4 - 2014**

**Laudemir Luiz Zart  
Clovis Vailant  
(Organizadores)**

**UNEMAT Editora**

Editor: Agnaldo Rodrigues da Silva  
Revisão: Gleide Amaral dos Santos  
Revisão Técnica: Laudemir Luiz Zart  
Diagramação: Douglas Milton da Silva Oliveira  
Criação de Capa: Salvio Júnior

Copyright@2013/Unemat Editora  
Impresso no Brasil

Conselho Editorial: Agnaldo Rodrigues da Silva (Presidente)  
Marco Antonio Camilo Carvalho  
Célia Alves de Souza  
Eliane Ignotti  
Heloisa Salles Gentil  
Fabrício Schwanz da Silva  
Geovane Paulo Sornerberger  
Aroldo José Abreu Pinto  
Márcia Helena Vargas Manfrinato  
Luiz Juliano Valério Geron  
Adriano Aparecido Silva  
Dionei José da Silva

**CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**

Educação e socioeconomia solidária - Incubação em economia solidária: empreendimentos em redes e resistência camponesa / Laudemir Luiz Zart e Clóvis Vailant (Organizadores)  
Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014.  
251 p.  
ISBN: 978-85-7911-137-2  
Vários autores.  
1. Educação 2. Economia

Ficha catalográfica elaborada pela UNEMAT Editora.



Unemat Editora  
Avenida Tancredo Neves nº 1095 - Cavalhada  
Fone/fax: (0xx65) 3221-0077  
Cáceres-MT – 78200-000 - Brasil  
E-mail: [editora@unemat.br](mailto:editora@unemat.br)

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou de qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 5610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

## VANERÃO DA ROÇA

Letra e música: José Paes Floriano: Zé da Paes

Tenho um pedaço de terra /tenho um pedaço de chão  
Para plantar bananeira / arroz, o milho e o feijão  
Lá também planto mandioca/ vou plantar milho pipoca  
E fazer um faturão.

Embaixo do pé de mangueiro/ faço a reunião  
Organizo a minha base/ faço a reflexão  
Para tirar o sustento/ faço o meu planejamento  
Para a minha produção.

Jogo restolhos pras vacas / tiro leite de montão  
Faço doce e faço queijo / também faço  
Estou sempre replanejando / pois faço tudo pensando  
Em nossa alimentação.

A nossa horta é pequena / mas tem boa produção  
Com o esterco do curral/ faço a adubação  
Tem verdura todo dia/ Isto é a garantia  
De uma boa nutrição.

Tenho uma porca no chiqueiro/ me da cinco ou seis leitão  
Quando o porco fica gordo/ frito e boto no latão  
E dos restos que não se come / dos cachorros eu mão a fome  
E ainda faço sabão.

As galinhas no terreiro/ botam ovo encarreado  
Botam dois em um só ninho/ todos grandes e bem corados  
Bebem água limpa e fria/ comem milho todo dia  
Que lá mesmo e triturado.

Tenho cocho pra ração/ tenho animal de arado  
Tenho um canavial/ e um engenho pra melado  
Lá tenho muita fartura/ faço doce e rapadura  
É um faturão danado.

Se você não acredita/ e acha que é mentira  
Que é papo de cantado/ vá lá em casa e confirma  
Vá lá ver o meu quintal/ tomar um suco natural  
E comer um frango caipira.

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO:

ANÁLISES DE PROCESSOS EM REDE E A INCUBAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA <i>Laudemir Luiz Zart e Clovis Vailant</i> .....	07
---	----

## CAPÍTULO I

### ECONOMIA SOLIDÁRIA: PROCESSOS ORGANIZACIONAIS E FORMATIVOS

COLETIVOS EM REDE: REINESCO – REDE DE INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SUSTENTÁVEIS DO CENTRO-OESTE <i>Dilma Lourença da Costa, Clovis Vailant e Patrick de Oliveira Costa</i> .....	14
---	----

A INCUBADORA DE TECNOLOGIAS SOCIAIS E SOLIDÁRIAS DA UFGD: MULHERES, TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA <i>Marisa de Fátima Lomba de Farias</i> .....	32
--	----

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E AUMENTO DE RENDA EM UM GRUPO DE MULHERES NO ASSENTAMENTO JUNCAL - NAVIRAÍ – MS <i>Angelita de Oliveira Almeida, Antonio Francisco de Souza Filho, Arly Porto de Oliveira, Dalva Mirian Coura Aveiro, Aldo Felipe Fava e Mariana Coura Aveiro</i> .....	54
--	----

A SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA, A JUSTA TRAMA DA UNIVENS <i>Rosângela Oliveira e Ilma Ferreira Machado</i> .....	65
--	----

A COOPERATIVA AÇAÍ E O RELACIONAMENTO COM A CADEIA REDE JUSTA TRAMA <i>Mariluce Paes-de-Souza, Fabiana Rodrigues Riva e Rosane Nunes Becil da Silva</i> .....	89
--	----

PLANO DE LOGÍSTICA SOLIDÁRIA: O CASO DA REDE AUTOGESTIONÁRIA DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DE MATO GROSSO (REDE CATAMATO) <i>Sandro Benedito Sguarezi, José Jaconias da Silva, Juliano Luis Borges, Wilson Luconi JR, Maila Karling Vieira e Ana Maria de Lima</i> .....	98
--	----

DESIGN PARTICIPATIVO SUSTENTÁVEL: CIDADANIA E PROMOÇÃO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA <i>Zilda Fátima da Silva Paim, RONALDA BARRETO SILVA e Marlon Xavier</i> .....	114
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMIENTOS SOLIDÁRIOS <i>Juliano Luis Borges</i> .....	129
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA CAMPONESA</b>	
TERRITORIALIDADES CONFLITANTES: AGRONEGÓCIO X AGRICULTURA CAMPONESA NO MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE. <i>Clovis Vailant e Dilma Lourença da Costa</i> .....	148
PROCESSO DE PRÉ-INCUBAÇÃO COM A JUVENTUDE CAMPONESA DO ASSENTAMENTO SADIÁ/VALE VERDE EM CÁCERES-MT <i>Verônica Moreno Machado, Laudemir Luiz Zart e Maria da Anunciação Pinheiro Barros Neta</i> .....	167
PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA ENTRE CHIQUITANOS E POPULAÇÕES RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL–BOLÍVIA <i>João Ivo Puhl</i> .....	187
A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE COOPERAÇÃO E O TRABALHO ASSOCIADO NO CAMPO: INCUBAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EMPREENDIMIENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS <i>Laudemir Luiz Zart</i> .....	211
A COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DA REFORMA AGRÁRIA <i>Tânia Paula da Silva</i> .....	235
RELAÇÃO DOS AUTORES.....	246

# APRESENTAÇÃO



## ANÁLISES DE PROCESSOS EM REDE E A INCUBAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

As reflexões que estão neste livro resultam de um caminho construído entre instituições de ensino superior participantes da Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Centro-Oeste (REINESCO). Integraram-se a este projeto a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul (UEMS).

O referido projeto foi elaborado em um diálogo entre universidades, com a liderança do Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e apoio direto da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO). Foi aprovado na Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e desenvolvido entre os anos de 2010 e 2014.

O objetivo principal do projeto foi construir uma rede de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis na região Centro-Oeste para ampliar o intercâmbio de conhecimentos, metodologias e demais produções científicas e estabelecer uma rede de pesquisadores, de metodologias de incubação e de ferramentas adequadas para a autogestão de diferentes cadeias produtivas e redes de colaboração, com o intuito de consolidar os empreendimentos econômicos solidários a partir da ampliação de sua participação no mercado, inclusive o de compras públicas (REINESCO, 2009, p. 20).

O livro constitui-se de dois capítulos. O primeiro capítulo *Economia Solidária: processos organizacionais e formativos* é formado por oito artigos que retratam os processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários. As experiências analisadas são de universidades do Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Bahia. Há neste capítulo uma diversidade de temáticas que são relevantes para a economia solidária quanto à constituição de redes; tecnologias sociais; mulheres e mundo do trabalho; reforma agrária; questões ambientais e de sustentabilidade; logística e *design* solidárias e os compromissos políticos com a transformação social.

O segundo capítulo *Economia Solidária e Economia Camponesa* é constituído por cinco artigos que interpretam processos de organização e configuração socioeconômica e cultural de grupos sociais camponeses. Neste capítulo são evidenciados temas como a territorialidade camponesa e o

agronegócio; a juventude camponesa no processo de formação; o trabalho no campo e no rural; os povos chiquitanos e as relações sociais e culturais em áreas de fronteira entre o Brasil e a Bolívia; as possibilidades e os limites dos processos de cooperação e do trabalho associado em áreas de reforma agrária, ligados aos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Apresentamos a seguir uma breve contextualização dos artigos abordados no livro, dando visibilidade às discussões em torno da temática Incubação em Economia Solidária.

O texto intitulado *Coletivos em Rede: Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Centro-Oeste – REINESCO*, de Costa, Vailant e Costa, reflete sobre a constituição de coletivos em rede. Esta rede foi constituída por cinco universidades públicas, UNEMAT, UNB, UFGD, UEMS e UFMS, que estabeleceram parcerias para compreender e ampliar os referenciais teóricos e o intercâmbio de experiências no campo da incubação de empreendimentos econômicos referenciados na economia solidária. Os autores destacam os trabalhos realizados no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e nela as atividades da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES), ligada ao Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, que além da responsabilidade da coordenação geral da rede, evidencia as ações desenvolvidas com os empreendimentos econômicos solidários no Estado de Mato Grosso.

Em seu artigo, *Incubadora de tecnologias sociais e solidárias (ITESS) da UFGD: mulheres, trabalho e economia solidária*, Marisa Farias apresenta reflexões sobre as experiências desenvolvidas coletivamente entre grupos sociais e a ITESS, ressaltando a relevância do diálogo com outras universidades e incubadoras para a avaliação constante das metodologias de incubação. O estudo demonstra que as atividades realizadas pela incubadora da UFGD se concentram em maior quantidade nas áreas de reforma agrária, analisando criticamente as diversas situações dos assentamentos. Ao fazer a leitura do processo de construção e dos significados da economia solidária no modo de produção capitalista, torna presente a temática das relações de gênero. Avaliada como tema transversal, localiza o tema nas relações e nas construções sociais de três assentamentos no Mato Grosso do Sul. A autora complexifica a configuração cultural e social, relacionando temas emergentes quanto às ações em defesa da reforma agrária, a construção da economia solidária e as constituições das relações de gênero.

A equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no artigo *A economia solidária como estratégia de diversificação produtiva e aumento de renda em um grupo de mulheres no Assentamento Juncal – Naviraí-MS*, apresenta as atividades desenvolvidas com um grupo de vinte e uma mulheres ligadas à Associação das Mulheres do Assentamento Juncal (AMAJU). O estudo apresenta um processo de reconhecimento do grupo, identificando a configuração social, cultural, os conhecimentos e as práticas relativas à

economia solidária. A equipe implementa e analisa ações de estruturação de núcleos de produção e analisa as condições da geração de renda com mulheres camponesas, assentadas em projeto de reforma agrária.

Oliveira e Machado, no texto *A socioeconomia solidária, a Justa Trama da UNIVENS* refletem sobre o processo de auto-organização de uma rede de empreendimentos econômicos solidários, denominada de Justa Trama, que abrange a dimensão territorial do Brasil, desde ações no Estado do Ceará, Rondônia, São Paulo, Mato Grosso do Sul, passando por Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Deste estado, as autoras destacam a Cooperativa de Mulheres Unidas Venceremos – UNIVENS, uma organização socioeconômica que reúne mulheres, que além de produzir, desafiam a cultura das relações do trabalho alienado para desenvolver a cultura do trabalho associado, ou uma pedagogia do trabalho coletivo e associado. A reflexão das autoras, substanciada em pesquisa de campo realizada a partir do Mestrado de Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, demonstra que a configuração da socioeconomia solidária não se restringe às práticas produtivas. O movimento mobilizador e organizador têm tentáculos que se ancoram em necessidades e desafios complexos quanto à formação, o trabalho associado para dentro do empreendimento, as conexões dos sujeitos e dos empreendimentos na rede de colaboração solidária, na inserção das agentes de economia solidária com a comunidade onde vivem, o compromisso na construção e consolidação de políticas públicas para a efetivação da socioeconomia solidária como um projeto societal contra-hegemônico, portanto, de emancipação humana.

Paes-de-Souza, Riva e Silva descrevem as atividades da Cooperativa Açaí, no artigo *A Cooperativa Açaí e o relacionamento com a Cadeia Rede Justa Trama*. A cooperativa está localizada no Município de Porto Velho no Estado de Rondônia, e no processo de investigação foi analisado como esta organização socioeconômica integra a Cadeia-Rede Justa Trama. O estudo destaca que a rede, ao ser composta de empreendimentos solidários, tem como pressupostos e orientações as práticas sociais da produção sustentável em relações socioprodutivas cooperativas, fundamentadas nos princípios da economia solidária e da agroecologia. As pesquisadoras demonstram que a Cooperativa Açaí, em suas atividades produtivas, utiliza sementes, cipós, cocos e caroços típicos da Amazônia para produzir artesanatos. Estas mesmas matérias são fornecidas para as confecções de artefatos produzidos com algodão agroecológico pela Cadeia-Rede Justa Trama. As autoras argumentam que as atividades de extração e de interação com empreendimentos em rede reflete a preocupação com a preservação do meio ambiente e com as necessidades do desenvolvimento sustentável. Além das questões ecológicas, acrescem-se os aspectos culturais, os trabalhos dos cooperados como agentes de inclusão social, ao desenvolverem ações em parceria com o presídio feminino de Rondônia, capacitando as presidiárias para proporcionar uma fonte de renda. Demonstram as autoras que os associados da Cooperativa Açaí oferecem para a sociedade produtos que são feitos a partir dos princípios do comércio justo, da agroecologia, do desenvolvimento local sustentável, da valorização do trabalho

social, com práticas de solidariedade, de cooperação, de igualdade e de democracia.

*Plano de Logística Solidária: o caso da Rede Autogestionária de Cooperativas e Associações de Catadores de Resíduos Sólidos do Estado de Mato Grosso (REDE CATAMATO), artigo de Sguarezi, Silva, Borges, Luconi JR, Karling e Lima,* traz uma reflexão sobre uma ação de extensão executada em parceria entre duas incubadoras, a Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis (IOCCAS) vinculada ao Núcleo de Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e a Arca Multincubadora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). No texto os autores descrevem e analisam o processo de formação, fortalecimento e consolidação da REDE CATAMATO que se constituiu com o apoio da Fundação Banco do Brasil (FBB). Utilizando-se da pesquisa-ação, a equipe de extensão-investigação desenvolveu o processo de formação dos catadores com base nos princípios da economia solidária, autogestão e redes de cooperação solidária, com metodologias participativas, bem como da Pedagogia da Alternância. O fortalecimento e a consolidação da rede ocorreram no processo de construção do Plano de Logística Solidária (PLS).

Paim, Silva e Xavier, no texto *Design participativo sustentável: cidadania e promoção social no desenvolvimento de tecnologia* apresentam uma experiência realizada pela Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (INCUBA) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). As autoras traduzem um processo de participação social ativa de agentes da economia solidária, associadas em empreendimentos econômicos solidários. Fortemente embasadas em Paulo Freire, diferenciam as práticas tradicionais de *design* para a consolidação de conhecimentos que representam os esboços do campo das tecnologias sociais. Na perspectiva socioeconômica solidária e da educação popular, o *design* se constitui na identidade visual de um grupo social que afirma a sua cultura, o seu modo de vida, a sua cotidianidade. A produção técnica está conectada com os processos formativos e os associados participantes afirmam a marca em conformidade com aquilo que se acredita, por que se luta.

Borges, no artigo *Educação e desenvolvimento de empreendimentos solidários*, analisa a construção de saberes por meio de experiências educativas que ocorrem na economia solidária. As reflexões são feitas embasadas nas relações e organizações que estabelecem formas de aprendizado decorrentes de mobilizações políticas e interações no âmbito produtivo. O autor reconhece que a mobilização e a organização carregam em si processos pedagógicos, construídos em espaços dialógicos, que acontecem na interação das diferenças individuais e dos sonhos coletivos a partir do conhecimento gerado pelas demandas formativas, direcionado para a organização econômica do empreendimento solidário. Borges afirma que a educação solidária é consolidada na produção coletiva dos saberes, na colaboração entre iguais para enfrentamento de problemas comuns àqueles que pertencem a determinado contexto. A possibilidade de inventar/reinventar soluções particulares para

problemas específicos caracteriza a aplicabilidade prática de potenciais inerentemente vinculados à educação em seu sentido criativo.

Vailant e Costa no artigo *Territorialidades conflitantes: agronegócio x agricultura camponesa no médio norte mato-grossense*, apresentam referenciais da questão agrária no Estado de Mato Grosso e a historicidade dos avanços da ocupação das terras pelos latifúndios, ampliados nas políticas de colonização nos anos de 1960 e 1970. Estes mesmos processos modernizados e representados pelo agronegócio. Os autores se centram no recorte socioespacial do Médio Norte Mato-grossense, discutem o que denominam de múltiplas territorialidades, enfocando as estratégias de resistência e construção da economia camponesa, compreendida como um modo de vida e de organização política e cultural dos trabalhadores do campo.

*Processo de Pré-incubação com a juventude camponesa do Assentamento Sadia/Vale Verde em Cáceres-MT* é um artigo de Machado, Zart e Barros Neta que retrata o processo de pré-incubação com um grupo de jovens camponeses vinculados a Escola Estadual Mário Duílio Evaristo Henry localizada no Assentamento Sadia/Vale Verde no município de Cáceres-MT. A fase da pré-incubação é o momento de aproximação, de reconhecimento dos agentes sociais, de diagnosticar a realidade social, econômica e cultural do grupo social. Neste sentido, o artigo é uma reflexão relativa ao contexto das ações educacionais e organizacionais que envolvem os jovens do campo, apresentando contrastes e significados que atribuem às condições da sua existência, comparativamente entre os jovens que são de famílias assentadas e que por isso possuem controle sobre o meio de produção e os jovens que são oriundos de famílias de assalariados rurais.

Puhl apresenta uma reflexão comparativa de grupos sociais camponeses localizados entre o Brasil e a Bolívia. No artigo *Práticas de economia solidária entre chiquitanos e populações rurais na fronteira Brasil-Bolívia* traduz caminhadas de resistência das populações do campo brasileiras quanto bolivianas. Demonstra como as condições históricas, econômicas e étnicas configuram a existência social e cultural. Na interpretação apresentada, as populações do campo montam estratégias de permanência na terra. As lutas sociais são diversificadas e os processos de organização da economia do campo representam estilos de vida que necessitam ser compreendidas e apreendidas pela economia solidária.

No artigo de Zart, *A construção do processo de cooperação e o trabalho associado no campo: incubação e organização de empreendimentos econômicos solidários*, há uma análise da construção de referenciais de cooperação e do trabalho associado a partir de experiências de incubação e organização de empreendimentos econômicos solidários e da avaliação realizada por militantes ligados ao movimento social camponês, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Com pesquisa de campo realizada nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia são elucidados os conceitos de construção do processo de cooperação e do trabalho associado, a relevância e os sentidos da cooperação, a organização da cooperação, olhando os limites, as possibilidades e a constituição da cooperação na perspectiva de

auto-organização e de autogestão para alcançar as possibilidades de autodesenvolvimento das comunidades camponesas.

A *Cooperação no âmbito da reforma agrária*, artigo de Silva, apresenta as discussões acerca do processo de cooperação e, por conseguinte, do cooperativismo afirmado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O debate gira em torno da necessidade de encontrar formas que possam possibilitar e reverter a situação imposta pelo sistema capitalista à classe trabalhadora no campo como o desemprego, o êxodo rural, a apropriação dos resultados do trabalho. Afirma a autora que a cooperação representa um elemento estratégico de fundamental importância na consolidação dos assentamentos e do movimento ao longo de sua trajetória.

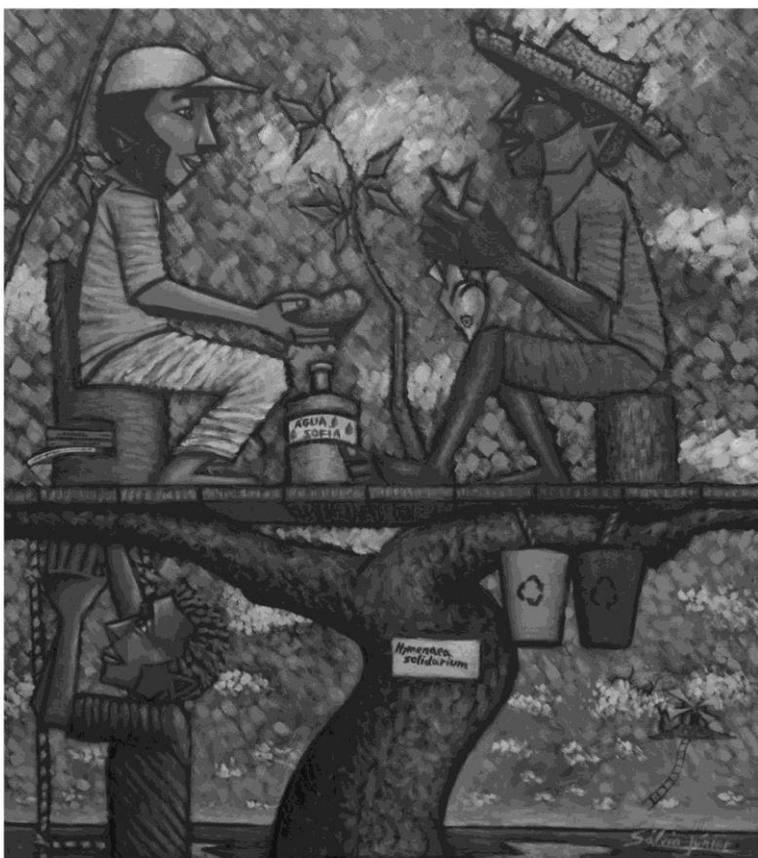
Desejamos que a leitura criteriosa dos artigos que formam esta coletânea possa contribuir no aprofundamento das questões inerentes à incubação de empreendimentos econômicos solidários. A incubação é um processo societal e epistemológico complexo que engloba a educação solidária, ou a educação popular, a pesquisa-ação-participante, a constituição e a viabilidade de organizações econômicas de cooperação, o desenvolvimento da cultura da solidariedade.

As redes de colaboração solidária, tanto no âmbito dos movimentos sociais quanto das universidades são estratégias de formulação e concretização de práticas sociais e de conhecimentos afirmadores das possibilidades que estão ocorrendo entre as iniciativas dos trabalhadores e trabalhadoras associadas. Outro mundo é possível e está acontecendo – o mundo da solidariedade.

Prof. Laudemir Luiz Zart  
Prof. Clovis Vailant  
(Organizadores)

# CAPÍTULO I

## ECONOMIA SOLIDÁRIA: PROCESSOS ORGANIZACIONAIS E FORMATIVOS



# COLETIVOS EM REDE: REINESCO – REDE DE INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SUSTENTÁVEIS DO CENTRO-OESTE

*Dilma Lourença da Costa  
Clovis Vailant  
Patrick de Oliveira Costa*

## **Introdução**

O presente texto<sup>1</sup> objetiva apresentar a Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Centro-Oeste (REINESCO)<sup>2</sup>, constituída por cinco Universidades parceiras: UNEMAT, UNB, UFGD, UEMS e UFMS. No âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) a coordenação geral é desenvolvida pela Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEESS), ligada ao Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO.

A REINESCO tem como objetivo geral “a constituição de uma rede de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis na região Centro-Oeste, ampliando o intercâmbio de conhecimentos, metodologias e demais produções científicas e estabelecendo uma rede de pesquisadores de metodologias de incubação e de ferramentas adequadas para a autogestão em diferentes cadeias produtivas e redes de colaboração, com o intuito de consolidar os empreendimentos econômicos solidários a partir da ampliação de sua participação no mercado, inclusive o de compras públicas”.

A metodologia de desenvolvimento da rede foi organizada em três frentes de trabalho, debates e trocas de experiências sobre a metodologia de incubação, desenvolvimento da metodologia de constituição de redes e cadeias solidárias a partir da experiência da UNEMAT, e o desenvolvimento da metodologia de autogestão em rede. As ações promovem ensino, pesquisa, extensão e formação, mais especificamente sobre Redes de Colaboração Solidárias, Cadeias Produtivas Solidárias e Comercialização Justa e Solidária.

Cada incubadora das universidades parceiras selecionou dois Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) e de forma participativa atuam com foco na inserção deles no mercado, buscando a ampliação da renda dos participantes dos coletivos de produção. A gestão da REINESCO em Cáceres é desenvolvida pela INCUBEESS/UNEMAT que definiu como empreendimentos a Cooperativa dos Pequenos Produtores de Santana do Livramento/MT (COOPERLIVRA) e a FEIRA VIRTUAL de Cáceres/MT. A rede tem enfrentado desafios, mas vem buscando superá-los, tendo em vista a sua proposição de usar a tecnologia de informação a serviço da economia solidária, visto que esta é uma ferramenta que serve perfeitamente à economia capitalista e globalizada de produção e comércio.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no 14º EGAL realizado de 08 a 12 de abril de 2013 no Peru.

<sup>2</sup> Projeto Financiado pela FINEP - Financiadora de Estudos e Pesquisas. Trata-se de um Projeto de Extensão institucionalizado na PROEC - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNEMAT.

## Contexto Contemporâneo

A fluidez do mundo contemporâneo impõe às relações de produção e comércio novas estratégias, a fim de atender as demandas para o consumo. Os impactos diretos destas estratégias ocorrem sobre os territórios, em maior ou em menor grau, em decorrência da evolução nos meios técnicos e científicos, seja pelo avanço nos meios de transporte, seja pelo avanço nos meios de comunicação.

Diariamente vemos encurtarem-se as fronteiras, possibilitando assim uma maior interligação sócio-espacial, jamais vista na história da humanidade, ou seja, vivemos no mundo da simultaneidade, do tempo real dos fatos, que se dá especialmente pelo mundo interligado em redes por meio da globalização da economia.

Ocorre que este mundo globalizado não é homogêneo no sentido das vantagens e benefícios em relação ao acesso aos meios de produção e de comércio, especialmente para o mundo do trabalho. Ele atinge os lugares e os territórios de forma diferenciada, exigindo que pessoas no mundo inteiro estejam em busca constante da reinvenção de trabalho, produção e comércio para a sua sobrevivência e manutenção familiar.

Uma das formas de sobrevivência no mundo capitalista que vem ganhando espaço são as organizações coletivas na perspectiva da economia solidária, ou seja, as possibilidades para pessoas organizadas em grupos as torna fortes, uma vez que, unidas em torno de um objetivo comum para produzir e comercializar, as possibilidades de se sobressair economicamente são maiores.

Neste caso, em específico a opção pela rede de economia solidária, enquanto estratégia de formação e de organização é a base fundamental da REINESCO e culmina com a ideia defendida por Varanda e Bocayuva:

A estratégia de fomentar tecnologias de organização de redes sociais e produtivas, com base em circuitos populares – um dos principais enfoques das metodologias de incubação – baseia-se numa perspectiva mais ampla de descentralização da riqueza. É uma estratégia de redesenho distributivo, que combina densidade e qualidade do trabalho, com acesso à informação e ao conhecimento. Ela supõe repensar o modo de produção e reprodução social, na sua relação com o conhecimento. (VARANDA e BOCAYUVA, 2009, p. 66).

Além destas implicações, a articulação dos empreendimentos solidários dá maior noção de território ao coletivo e reforça a luta local com a solidariedade econômica e de classe, que se autorreconhece e se articula, criando assim condições melhores de produção e reprodução, a partir de sua nova territorialidade, resultante da estratégia de enfrentamento, ou seja, no caso em análise se configura um território articulado e ampliado em rede de

estratégia de gestão, ainda em construção, uma vez que a rede se encontra em fase de aprimoramento.

A REINESCO tem como objetivo a constituição de uma rede de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis na região Centro-Oeste, ampliando o intercâmbio de conhecimentos, metodologias e demais produções científicas e estabelecendo uma rede de pesquisadores de metodologias de incubação e de ferramentas adequadas para a autogestão em diferentes cadeias produtivas e redes de colaboração, com o intuito de consolidar os empreendimentos econômicos solidários a partir da ampliação de sua participação no mercado, inclusive o de compras públicas.

A metodologia de desenvolvimento da Rede foi organizada em três frentes de trabalho: debates e trocas de experiências sobre a metodologia de incubação; desenvolvimento da metodologia de constituição de redes e cadeias solidárias, a partir da experiência da UNEMAT; desenvolvimento da metodologia de autogestão em rede. As ações promovem ensino, pesquisa e extensão por meio da formação sobre Redes de Colaboração Solidárias, Cadeias Produtivas Solidárias e Comercialização.

O diálogo entre os membros da rede é realizado por meio de reuniões virtuais, e por meio de reuniões presenciais com a coordenação geral em cada incubadora ou nos seminários regionais, que reúnem em geral todas as incubadoras das cinco universidades parceiras.

Os desafios enfrentados na composição da REINESCO são o ponto de partida para pensar os desafios práticos dos EES envolvidos que apresentam seus desafios específicos. Um dos desafios comum é a comunicação. O projeto vem buscando superá-los, tendo em vista a sua proposição de usar a tecnologia de informação a serviço da economia solidária, visto que esta é uma ferramenta que serve perfeitamente à economia capitalista e globalizada de produção e comércio. Como estes outros exemplos podem ser citados, mas sem esquecer que o objetivo central é a consolidação dos EES e a proposta da organização em rede é a aposta do projeto.

### **Economia Solidária e Redes: um contrassenso das redes existentes na lógica capitalista de produção.**

O encurtamento do espaço geográfico, proporcionado pelo fenômeno das redes, traz uma dinâmica ao mundo capitalista, ao mesmo tempo em que encurta os espaços também os fragmenta. Santos afirma que as definições de redes em termos conceituais se multiplicam, mas que é possível admitir a sua existência a partir de duas matrizes, a saber: uma que considera apenas “a sua realidade material” e outra onde se leva em conta “o dado social”. Estas são, na visão dele, condição para que as redes de fato existam, uma materializando-se nas infraestruturas que criam as condições para o transporte e a comunicação e a outra nas relações sociais, ou seja: “a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração” (SANTOS, 2006, p. 162).

Mesmo diante da estrutura e da amplitude das teias desenvolvidas pelas redes, ainda assim elas não são uniformes no sentido da sua abrangência, é o que afirma Santos:

E onde as redes existem, elas não são uniformes. Num mesmo subespaço, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes de afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas. Levando em conta seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento. (SANTOS, 2006, p. 168).

A compreensão de Santos converge com a compreensão sobre rede que norteia as definições também delineadas em Economia Solidária, e com a multiplicidade de redes que vem sendo constituída nesta perspectiva.

As redes de economia solidária são diversas na sua forma de organização, temos redes mistas com diferentes atores do movimento, a exemplo da Rede Mato-grossense de Educação e Socioeconomia Solidária (REMSOL), existente em Mato Grosso, formada por representantes da UNEMAT e por várias outras entidades do Estado, e outras que são chamadas de colaboração solidária e envolvem grupos de produção e grupos de consumo num processo de comercialização direta, e também as redes de empreendimentos, ou de metodologias de gestão de empreendimentos que é o caso da REINESCO.

As redes de empreendimentos surgiram com a finalidade do fortalecimento mútuo através da cooperação e da troca de informações sobre processos e comercialização interna à rede. Esta proposta, no Brasil, surge desde o início da sistematização inicial das proposições da economia solidária. Souza afirmou que esta proposta já era aplicada por agentes de ONGs e incubadoras que apoiavam empreendimentos:

[...] Nos últimos anos, tais agentes, e outros mais vêm procurando reunir os empreendimentos comunitários para que eles se ajudem mutuamente e então, coligados, possam adquirir viabilidade econômica. Juntando empreendimentos comunitários isolados, vislumbra-se a possibilidade de escala, seja na compra de matéria prima comum, seja na produção em conjunto, com o objetivo de obter custos menores e, conseqüentemente, preços finais competitivos. Entretanto, prevalece o primeiro aspecto, o do incentivo mútuo, isto é, a noção compartilhada de que os grupos podem se desenvolver ao comporem redes. (SOUZA, 2000, p. 257-258).

Mas o que de fato é uma rede de empreendimentos? A questão é interessante, pois antes temos a definição de rede e esta, atualmente, tem vários significados. Para Castells (2009), um dos autores mais citados sobre o tema,

vivemos numa sociedade em rede, e é claro, que ganham destaque as redes de sustentação à hegemonização. Ribeiro esclarece bem o papel destas redes:

Os obstáculos transparecem na compra obrigatória de elementos irrelevantes para a prática, em incompletudes técnicas continuamente recriadas e na subordinação do usuário à inovação permanente. As redes técnicas possibilitam, ainda, a transformação da comunicação em informação mercantil e a intensificação do ritmo da vida social, o que impede a reflexão, a meditação e a análise. Assim, as redes técnicas, estimuladas pela mídia onde os apresentadores surgem, agora, acompanhados de *laptops*, permitem o fechamento de todos os espaços e de todos os tempos, a substituição de redes sociais por redes técnicas, da sociabilidade e da interatividade pela conectividade e, como nos diz Milton Santos, pela competitividade. (RIBEIRO, 2000, p. 19).

Estas redes modernas servem bem à lógica do capital, sobretudo para ampliar o domínio, contudo Ribeiro (2000) ressalva que, se os atores contra-hegemônicos se apropriarem da ideia e das técnicas, é possível utilizá-las para subverter a perversidade presente e se fortalecerem enquanto atores sociais.

Trata-se de um processo de apropriação de técnicas que, na realidade, foram desenvolvidas por coletivos da sociedade e dela expropriadas e direcionadas para um novo uso, o uso para a acumulação. A rede, de que tratamos aqui, é mais que uma definição de sua estrutura representável, ela é, na definição de Mance:

uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos. (MANCE, 2000, p. 24).

Este tipo de rede existe para servir a outro modelo de economia, uma nova possibilidade de construção societária e, claramente, não se restringe a apenas promover o encontro de empreendimentos econômicos solidários para troca de informações, é a busca de religar o econômico com o social, reintegrando os debates e reconhecendo outra possibilidade de articulação; neste sentido, Varanda e Bocayuva dissertaram:

O incentivo à organização de redes e segmentos produtivos vem se configurando como uma das principais estratégias para a viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária. No entanto diferente das cadeias e

arranjos produtivos desencadeados pela atuação das grandes empresas, os empreendimentos de economia solidária têm uma forte vinculação com sua base territorial. Neste caso podemos fazer referência à configuração de circuitos espaciais de produção, onde aspectos relacionados à espacialidade e à territorialidade são incorporados às dinâmicas sociais produtivas. Portanto, trata-se de formular e articular estratégias muito mais complexas do que simplesmente atuar na integração dos elos de uma cadeia produtiva. (VARANDA eBOCAYUVA, 2009, p. 42).

No caso das redes de economia solidária, a ideia é que estejam a serviço das pessoas todas as estruturas em rede. Esta afirmação não significa que o econômico não seja importante, desde o início o debate das redes sempre foi focado no que chamamos de sustentabilidade dos empreendimentos.

Sobre o caráter econômico das redes de economia solidária, ele não está esquecido ou relegado a um segundo plano, aliás, esta é parte central da questão, ou seja, compreender a economia como parte da totalidade da vida e, portanto, não subordinada ao político ou ao social, mas integrada.

É importante rejeitar também a subordinação dos demais aspectos da totalidade a somente o sentido contábil, financeirista da economia capitalista. Sobre estes processos e sobre qual a estratégia das redes de economia solidária, e quais sujeitos podem e devem compô-las, Mance afirmou:

Nesta segunda acepção, considerando-se o seu aspecto econômico, trata-se de uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs, etc.) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, autossustentável, antagônico ao capitalismo. (MANCE, 2003, p. 220).

Ainda sobre o caráter econômico inter-relacionado com os demais e sobre seus objetivos mais imediatos, e seu horizonte enquanto proposta de organização societal distinta, (*ibidem*) continua seus argumentos:

O objetivo básico dessas redes é remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas: (a) produzindo nas redes tudo que elas ainda consomem do mercado capitalista: produtos finais, insumos, serviços etc.; (b) corrigindo fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista, o que ocorre quando empreendimentos solidários compram bens e serviços de empreendimentos capitalistas; (c) gerando novos postos de trabalho e distribuindo renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; (d) garantindo as condições econômicas

para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. (MANCE, 2003, p. 220).

Estas propostas são, antes, tentativas de teorização; na prática, o domínio capitalista apresenta várias barreiras a estes processos e usa sua hegemonia econômica para criar mandos políticos locais. Uma das dificuldades enfrentadas por camponeses, atualmente, é para a comercialização direta de sua produção, que esbarra em uma legislação sanitária justificada pela segurança alimentar das pessoas na cidade.

Temos exemplos concretos destas possibilidades e dos limites impostos, já temos redes cujos doces produzidos o são com açúcar produzido por empreendimentos solidários, mas ainda estamos longe de se conseguir, num exemplo mais radical, de que o gás de cozinha tenha a sua origem na economia solidária.

Citar exemplos das dificuldades enfrentadas nos ajuda a perceber como o capital busca meandros de explorar e garantir a acumulação, mesmo nas atividades produtivas autogestionárias solidárias e na produção camponesa.

Ainda no campo das propostas sobre formas e funcionamento das redes de economia solidária encontramos também algumas questões centrais, pois não caberiam na economia solidária, modelo altamente centralizado de redes capitalistas, por exemplo, redes varejistas de comércio, em que a abertura ou fechamento de uma loja é antes uma decisão de diretoria que, inclusive nos casos mais monopolistas, pode ser tomada em outro país, fora do alcance até material dos trabalhadores e trabalhadoras da rede.

As características de uma rede de economia solidária são uma somatória de princípios, valores e diretrizes de atuação, que foram sistematizadas por Mance.

As propriedades básicas dessas redes são: autopiese, intensividade, extensividade, diversidade, integralidade, realimentação, fluxo de valor, fluxo de informação, fluxo de matérias e agregação. A gestão de uma rede solidária deve ser necessariamente democrática, pois a participação dos membros é inteiramente livre, respeitando-se os contratos firmados entre os membros. Entre suas características estão: descentralização, gestão participativa, coordenação e regionalização, que visam assegurar a autodeterminação e autogestão de cada organização e da rede como um todo. (MANCE, 2003, p. 220).

A autopiese, como característica e possibilidade em uma rede, permite-nos avançar na análise da mesma a partir de suas características e suas partes na interação, e é uma das bases da metodologia adotada no trabalho, que é compreender como as associações e cooperativas se propõem a organizar um instrumento coletivo de segunda ordem, que lhes permite ampliar sua presença territorial, mas também significa mais trabalho e maior cuidado com processos organizativos.

Como esta organização avança e cresce, se produzindo e reproduzindo enquanto agente político, econômico, social e territorial, é parte da compreensão necessária para avançarmos em processos de ampliação e enraizamento da economia solidária como proposta de transformação social, como afirmou Mance (2003, p. 222): “essas redes de colaboração solidária atuando sobre as condições necessárias ao exercício das liberdades, podem estrategicamente avançar na construção de uma nova formação social, que se configure como sociedade pós-capitalista”. E, claro, esta sociedade nova demandará ainda tempo e formação, que são necessários para avançar nas propostas e nas práticas.

Vale a ressalva de que os mesmos equipamentos tecnológicos, que possibilitaram as redes nos moldes capitalistas se alavancarem, também estão a serviço das redes em economia solidária, o que diferencia na realidade são as possibilidades de acesso que, em sua maioria, não são completamente ou facilmente disponíveis aos empreendimentos, o que pode comprometer ou dificultar as ações coletivas.

## **Economia Solidária e Comércio Justo**

O comércio na antiguidade basicamente existia por meio das trocas de um produto por outro, ou seja, o próprio produto era a moeda. Com o avançar das técnicas desenvolvidas pelo ser humano, conseqüentemente com o aumento da produtividade, transformaram-se as práticas tradicionais de comércio, pautadas na troca e/ou na reciprocidade, trazendo para a arena do comércio o dinheiro, moeda.

O dinheiro aparece em decorrência de uma vida econômica tornada complexa, quando o simples escambo já não basta, e ao longo do tempo acaba se impondo como um equivalente geral de todas as coisas que existem e são, ou serão, ou poderão ser, objeto de comércio. Desse modo o dinheiro pretende ser a medida do valor que é, desse modo, atribuída ao trabalho e aos seus resultados. (SANTOS, 2002, p. 10).

Evoluíram as relações comerciais e, de forma avassaladora, acirrou-se a concorrência por espaços e poder, ampliando os impactos tanto no que se refere às questões ambientais quanto nas questões sociais, especialmente na exploração da força de trabalho.

Se a produção e o comércio nos moldes capitalistas atuais exigem cada vez mais dos recursos naturais e da força do trabalho, é sabido também que na mesma proporção que exige mão de obra qualificada é seletiva e excludente, revelando o que Harvey preconiza:

O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras

internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades explora a capacidade do trabalho e do desejo humano, transforma espaços e acelera o ritmo da vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções. (HARVEY, 2008, p. 307).

Esse processo que consegue sem muitos esforços desarticular sociedades inteiras, destruindo suas culturas criativas, pode em muitos casos despertar o interesse de grupos de pessoas que vivem à margem do capital, ou que de alguma forma estão inseridas, mas mal remuneradas, e necessitam complementar a renda familiar, buscar estratégias de sobrevivência, compatíveis com as potencialidades locais de reinventar, de matéria prima, de produção e de comércio, e que em geral buscam a união das forças dos seus iguais para a organização coletiva.

A estratégia de organização destes coletivos, quando articulados por instituições comprometidas que visam a organização produtiva e comercial, não apenas individual mas coletivas, tem se pautado nos princípios da economia solidária, ou seja no princípio da reciprocidade e da ajuda mútua.

Ressalta-se que um dos conceitos de economia solidária norteadores da proposição, neste caso em específico da Rede, é a ideia de Singer que afirma:

o conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. (SINGER, 2003, p.116).

A organização coletiva em economia solidária também é uma possibilidade para a organização em rede de comércio e consumo, que pode ocorrer no campo e na cidade. O comércio e o consumo, denominado nesta perspectiva de comércio e consumo justo e solidário, embora esteja inserido num modelo de economia pautado nos moldes capitalistas, é diferenciado, e esta diferença é possível identificar na definição de Laforga:

uma parceria comercial baseada na proximidade, transparência e respeito entre produtores e consumidores, com pretensão de reduzir as desigualdades no comércio internacional. No comércio justo, o consumidor consciente adquire não somente produtos, senão relações de compromisso com os produtores ao ficar informado da

origem do produto – em seus atributos ético e ambiental. (LAFORGA, 2004, p. 150).

O comércio justo e solidário é um modelo de comércio fundado em práticas de produção e consumo sustentável, trata-se de um comércio onde se estabelecem relações de confiança, tanto do consumidor que sabe a origem do produto, quanto para o produtor que terá um consumidor fiel.

Outro ponto positivo no comércio justo e solidário é a possibilidade de eliminar a figura dos atravessadores, que normalmente se distribuem entre pequenos feirantes, de pequenos comerciantes a grandes empresas, sempre com o objetivo de comprar barato e obter lucros altos. Para Singer:

No caso da agricultura, há ganhos de escala importante a serem realizados também mediante a venda em comum das colheitas. Geralmente, os compradores dos produtos agrícolas são grandes firmas atacadistas ou indústrias processadoras, que frequentemente adiantam dinheiro ao camponês em troca do compromisso de venda da sua colheita. Estas são transações altamente assimétricas, em que numerosos pequenos produtores se defrontam com poucos grandes adquirentes. Estes últimos alcançam grandes margens de lucros de intermediação, porque sua superioridade econômica lhes permite pagar o mínimo aos produtores e cobrar o máximo aos varejistas, que tendem a ser pequenos e numerosos também. (SINGER 2002, p. 84).

São transações permeadas por uma desigualdade imensa, porém ocorre que, em muitas situações, o atravessador acaba sendo de extrema importância para o camponês, quando este enfrenta dificuldades para transportar e comercializar o seu excedente de produção. E, em muitos assentamentos da reforma agrária, a falta de infraestrutura de transporte acaba deixando o agricultor refém dos atravessadores, não lhe restando outra saída, senão a venda ou a perda da produção.

Um detalhe a ser considerado é que o trabalho de forma coletiva não é tarefa fácil, pois o sistema atual é hegemônico e dominante, e a nossa tendência é tomá-lo como normal ou natural (SINGER, 2002). Neste sentido, o trabalho coletivo exige reeducação, pois congrega pessoas de culturas diferentes, porém com um mesmo objetivo, o de viver bem, entre outros.

A economia solidária em prática, enquanto contraposição à exploração do trabalho pelo capital, é vista por muitos como luta anticapitalista e busca mecanismos para viver bem. Neste sentido, corrobora Martins (2003) em sua brilhante leitura sobre as diferenças, enquanto categorias sociais, entre as classes sociais, ao comparar operários e camponeses:

Quando a exploração se torna evidente e seu mundo comunitário ganha visibilidade como classe social, como meio que o capital utiliza para ampliar os ganhos propriamente capitalistas, suas demandas e lutas se tornam,

no geral, lutas anticapitalistas. Isto é, não são lutas para superar e transformar o capitalismo, para resolver sua contradição fundamental que está na produção social e na apropriação privada dos resultados dessa modalidade de produção. (MARTINS, 2003, p. 82-83).

São “lutas antagônicas”, porque, de um lado está o capital, que domina a produção e o mercado, e do outro, neste exemplo, o operário e o camponês, cujo objetivo principal é a manutenção familiar. No caso do operário, o que ele vende é a sua força de trabalho, enquanto o camponês, a sua relação com o mercado se dá pela produção e comércio do excedente, ou seja, independente de sua efetiva inserção no mundo da mercadoria, o camponês está voltado para “dentro”, “para o pequeno mundo concreto que conhece e identifica, como a família [...]” (MARTINS, 2003, p. 83), e qualquer luta contra o capitalismo, sobretudo individual, seria para ele, pode se afirmar, um massacre.

Para que haja mudança de atitude e de postura, a economia solidária propõe que o coletivo passe por um processo de formação, que sejam reafirmados os valores da prática coletiva, pautados em princípios éticos e de reciprocidade. Importante contribuição neste sentido é dada por Sabourin:

Na tese que defendemos, esses valores humanos não são dados culturalmente ou socialmente inseridos nas estruturas simbólicas e nas representações; são, ao contrário, construídos e reproduzidos pelas relações humanas constituídas em estruturas de reciprocidade. Um dos aspectos mais graves da confusão entre essas lógicas (mesmo tratando-se de categorias teóricas) é, sem dúvida, o fato de justificar a mobilização de processos sociais apoiados em valores humanos de comunidades (aqui rurais), para favorecer, principalmente o desenvolvimento da economia neoliberal de intercâmbio capitalista. (SABOURIN, 2006, p. 233).

A organização coletiva em economia solidária exige esta formação, e é o papel das incubadoras de empreendimentos solidários<sup>3</sup> ou redes de tecnologia social<sup>4</sup>, existentes em várias universidades espalhadas pelo interior do país.

---

<sup>3</sup> Na definição de Andrade, *apud* Andrade e Melo (2003, p. 199), as incubadoras de empreendimentos de economia popular e solidária são iniciativas inovadoras, incipientes e em construção no Brasil. Consiste em espaço físico apropriado (quando for o caso) e pessoal preparado para prover assistência gerencial e outros aspectos formativos. Elas oferecem assessoria técnico-gerencial, contábil e na área de relações humanas para empreendimentos formais e informais, já constituídos ou em constituição, por trabalhadores das camadas populares que estão desempregados ou trabalham na informalidade. Sua atuação abrange todo e qualquer empreendimento de natureza coletiva familiar ou de pequenos grupos que gerem renda e trabalho de forma cooperativa para seus integrantes, bem como resultem em organização social e bem-viver para todos. Esses empreendimentos podem ser de caráter produtivo ou de prestação de serviço.

<sup>4</sup> Varanda e Bocayuva (2009, p. 27) destacam que as principais referências para a configuração dos procedimentos de incubação de empreendimentos solidários como uma tecnologia social, a ser reaplicada e financiada através da RTS (Redes de Tecnologia Social), foram as experiências desenvolvidas pelas incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares (ITCPs) – apoiadas através do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). O PRONINC

O processo de educação em economia solidária se torna desafiador, sobretudo quando se tem em nossa sociedade atual o sistema capitalista, que não é um sujeito, mas também educa, utilizando-se de todos os meios para corromper o ser humano em sua plenitude. Buscamos em Harvey (2008) a sua compreensão sobre as artimanhas do capitalismo no processo de alienação do ser humano:

A disciplinação da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital - um processo a que vou me referir, de modo geral, como “controle do trabalho” – é uma questão muito complicada. Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados, não somente no local de trabalho, como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho. [...]. (HARVEY, 2008, p. 119, grifo do autor).

A afirmação de Harvey reflete claramente os meios pelos quais o sistema capitalista de produção consegue corroer corações e mentes na domesticação do ser humano. Parte-se do princípio de que o capitalismo também educa, porém é uma educação que destrói a essência coletiva e solidária do ser humano. E neste sistema, para que a organização coletiva solidária prospere, deve haver um processo de formação, não somente inicial, mas contínuo. Este é um dos desafios do coletivo que deseja ser autônomo e autogestionário, pois demanda tempo, dedicação e muita força de vontade entre o coletivo.

As formas de manifestação dos coletivos, na perspectiva da economia solidária, variam desde grupos informais, aos formalmente constituídos por meio de associações ou cooperativas:

As cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais. Baseiam-se em valores de ajuda mútua,

---

financia universidades para que atuem com grupos populares, desenvolvendo ações voltadas para a geração de trabalho e renda, sobretudo junto aos beneficiários de programas redistributivos (como o Programa Bolsa Família do Governo Federal).

solidariedade, democracia, participação e autonomia. Os valores definem as motivações mais profundas do agir cooperativo, sendo a instância inspiradora dos princípios do movimento cooperativo mundial. (SCHMIDT e PERIUS, 2003, p. 63).

As cooperativas solidárias diferem das cooperativas capitalistas de produção, ou seja, as cooperativas solidárias são criadas a partir de necessidades e desejos comuns e, a partir do aperfeiçoamento do grupo, estes são conduzidos à autogestão, entendendo que “a empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica autogestão” (SINGER, 2002, p. 18); para que isso ocorra, existem critérios, baseados em leis e em decisões tomadas pelo coletivo.

### **Ações da REINESCO Desenvolvidas pela UNEMAT: COOPERREDE e Feira Virtual**

A REINESCO foi constituída a partir de um projeto subsidiado pela Financiadora de Estudos e Projeto (FINEP) em 2005, no qual a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) fez a incubação das Incubadoras na região Centro-Oeste, permitindo assim o início da articulação das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários.

Em 2009 foi aberto um edital para apresentação de projetos em rede e, com a liderança da UNEMAT, foi aprovado um projeto envolvendo ainda a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Universidade de Brasília (UNB).

A atuação do projeto REINESCO tem sido dedicada à realização de trabalhos que buscam reduzir as barreiras que os Empreendimentos Econômicos Solidários possuem para comercializarem seus produtos. As principais ações da Rede, no âmbito da UNEMAT, são os dois empreendimentos econômicos solidários incubados pela Incubadora de Empreendimentos Econômicos Sustentáveis e Solidários (INCUBESS), objetivando aprimorar o processo de comercialização de produtos da agricultura familiar.

Destaca-se que o primeiro passo foi a definição e a criação dos empreendimentos que seriam acompanhados; criou-se então a Feira Virtual no município de Cáceres e a Cooperativa de Agricultores e Agricultoras Familiares de Nossa Senhora de Livramento (COOPERLIVRA). Estes dois empreendimentos foram criados a partir da necessidade premente na agricultura familiar de comercializar os seus produtos, e da identificação da demanda de consumo existente para os produtos.

Vale a ressalva de que a equipe gestora da rede em cada uma das Universidades parceiras, por meio de suas incubadoras, passou por um processo de formação e qualificação para a atuação junto aos empreendimentos. No caso da UNEMAT, iniciou-se no mês de agosto de 2011, quando foram feitos

trabalhos de preparação da equipe para ir a campo realizar o trabalho de organizar os Empreendimentos, a princípio da feira virtual.

A principal estratégia de capacitação da equipe se deu na ocasião do Seminário de Avaliação e Planejamento (SAP). O SAP é realizado toda segunda-feira, um período do dia é dedicado a estudar um tema relacionado à Economia Solidária, avaliar as atividades desenvolvidas na semana anterior e o planejamento das atividades da semana corrente. É um momento muito importante, pois proporciona a capacitação da equipe da Incubadora – INCUBEES – e o planejamento geral das ações.

Cada um dos empreendimentos exigiu uma metodologia de ação diferenciada, porém empreendidas a partir de várias reuniões de trabalho, encontros de formação e diálogos com os coletivos, como segue:

## **Feira Virtual**

A Feira Virtual em Cáceres/MT tem como objetivo trabalhar com os produtores da agricultura familiar e demais empreendimentos produtivos da Economia Solidária, promovendo a confiança e a inclusão desses grupos na sociedade, a fim de que obtenham maior renda.

As vendas são feitas pela internet e quem opera o sistema são os bolsistas de Extensão do Projeto. A Feira ainda se encontra em processo de consolidação, no entanto é possível perceber a relação de confiança e respeito estabelecida entre produtores e consumidores, por meio do comércio justo e solidário.

Com a instauração da Feira Virtual conseguimos avançar em dois aspectos: o primeiro é o aumento na organização sistemática do processo de comercialização dos EES que estão relacionados com a Feira Virtual, uma vez que estes passaram a ter um grupo de consumidores/as fixo na cidade; o segundo aspecto é o de organização da produção, pois na Feira Virtual a etapa das compras ocorre antes da etapa da produção, o que possibilita aos/as Trabalhadores/as elaborar seus produtos com certeza de venda.

Essa realidade remete ao resgate da confiança de Produtores/as da Agricultura Familiar e dos Empreendimentos de Economia Solidária, pois entre o coletivo de produção da Feira não há o risco de produzir e não ter para quem vender, o que acarretaria em muitos casos a perda dos produtos, fato que é, comumente, relatado pelos/as trabalhadores/as em reuniões e eventos.

Outro impacto com a instauração da Feira Virtual foi o fato de que os/as consumidores/as cadastrados/as para comprarem na Feira Virtual despertaram o olhar para os grupos de Economia Solidária e núcleos de Agricultores Familiares existentes no município de Cáceres.

O processo de implantação da feira implica na formação de produtores e consumidores, que nesta relação são denominados Prosumidores/as. Tal formação enfatiza a questão do consumo solidário como forma de dinamizar a economia local, promovendo a transferência de renda diretamente para as comunidades rurais, tendo em vista que neste processo não

existe a figura do atravessador. A questão do consumo de produtos produzidos sem o uso de veneno é, também, um atrativo para os/as Prossumidores.

Para organizar o trabalho de mobilização e formação com os/as Prossumidores/as criamos núcleos de Prossumidores/as. De modo que constituímos seis núcleos: da Escola Estadual Natalino Ferreira Mendes, do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública (SINTEP), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), do Centro de Formação e Atualização de Professores (CEFAPRO), do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres (STTR).

Contudo, as dificuldades encontradas, e que necessitam ser superadas, não demandam efetivamente da tecnologia utilizada para a feira especificamente em si, embora muitos dos produtores não tenham acesso direto a ela, mas sim em relação à logística. As condições de comunicação, neste caso, foram previamente estabelecidas com os produtores que vivem distantes da cidade, são feitas por meio de representantes das associações ou por intermédio dos produtores que são mais facilmente localizados por meio do telefone celular, e que se encarregaram da comunicação com os demais. Ou ainda, para os mais distantes a comunicação é feita via documento escrito, enviados pelos ônibus que fazem linha para a comunidade.

O produtor rural é prejudicado como, vendedor e como comprador. A fraqueza diante do intermediário depende de vários fatores que vão da oscilação das colheitas ao tipo de produto que tem para oferecer rapidamente perecível ou não, facilmente substituível por produtos importados ou não, destinados ao consumo local ou a mercados distantes. Se bem que o número de intermediários pese muito, uma coisa é certa: o agricultor sempre sai perdendo. (SANTOS, 2004, p. 292).

O maior entrave está de fato no transporte que, em se tratando de produtores da agricultura familiar, é sabido, é um problema que acomete a maioria, e o que os faz ficarem reféns dos atravessadores que buscam no campo a produção, em geral a preços baixos, e comercializam na cidade. Neste caso especificamente, o transporte é feito em geral por ônibus que regularmente fazem o trajeto até as proximidades dos sítios, onde embarcam os produtos, salvo alguns que transportam em motocicletas.

Ocorre que, mesmo diante das dificuldades, a Feira Virtual vem sendo avaliada pelos prossumidores(as), que defendem a sua manutenção e que não querem, em hipótese alguma, que seja interrompida; embora isto não seja cogitado, acreditam que é possível o seu aprimoramento, e quiçá que seja possível em breve estabelecer um ponto fixo de venda, na perspectiva da economia solidária, por meio da ferramenta da Feira Virtual.

## **COOPERLIVRA**

A constituição da Cooperativa de Agricultores e Agricultoras Familiares de Nossa Senhora do Livramento (COOPERLIVRA) se deu a partir da união de várias associações do município de Nossa Senhora do Livramento/MT. As Associações são formadas por produtores rurais que em sua maioria vivem nas comunidades tradicionais do município. Um dos principais fatores que motivaram a criação da COOPERLIVRA foi a necessidade de possuir um meio legal para a comercialização dos produtos provenientes das associações.

As associações, por um determinado tempo, foram utilizadas para realizar a comercialização dos produtos dos empreendimentos econômicos e solidários - EES, ou seja, vinculados pelas associações, trabalhadores/as se aglutinaram e constituíram o empreendimento. As associações foram a forma legal de representação destes empreendimentos.

Entretanto, a natureza jurídica das associações não permitia que estas exercessem atividades com fins lucrativos. Começaram então, entre as associações, os problemas de prestação de contas, especialmente neste caso entre as prefeituras que compravam os produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o que inviabilizava a venda. Surgiu aí a necessidade e o interesse em criar a COOPERLIVRA como uma ferramenta que tornasse legal a venda dos produtos dos coletivos de cada associação vinculada à cooperativa.

Um aspecto de relevância é que desde o processo de idealização da COOPERLIVRA o poder público municipal a apoiou, através da Secretaria de Agricultura. O apoio do poder municipal foi muito importante para a consolidação do empreendimento, o que aumentou o conjunto de forças para que o empreendimento gerasse trabalho, renda e demais benefícios para o seu coletivo e para a comunidade de origem do EES.

Um dos problemas que esta cooperativa de associações enfrenta, na atualidade, está relacionado à produção centralizada no cultivo da banana e da mandioca. Ocorre que a maioria dos agricultores familiares, que vivem há décadas nas comunidades tradicionais culturalmente, desenvolvendo o cultivo destes produtos, além de já possuírem a técnica de produção, tem nestes produtos a base alimentar de suas famílias. A inserção deste coletivo no mercado demanda uma variedade de produtos derivados destes cultivos e a construção de uma relação comercial, não somente local, mas também com outras regiões do país.

### **Considerações Finais**

A logística ainda é precária para os EES e para os agricultores/as familiares em Mato Grosso, ou seja, em geral estes vivem distantes dos centros de comércio e, em sua maioria, ainda enfrentam o problema com as estradas em péssimas condições de locomoção.

No caso específico da Feira Virtual, reforçamos, os agricultores aproveitam o percurso realizado pelos ônibus que atendem suas comunidades

para efetivar o escoamento de sua produção, que é levado da comunidade até a cidade. Em algumas comunidades esta prática atende a necessidade dos grupos de produção, em outras não funciona a contento.

A relação entre os grupos de produção, empreendimentos e núcleos de agricultores familiares e as empresas de transporte que atendem sua comunidade é uma relação frágil, e depende da boa vontade do motorista que faz o transporte. Em virtude disto, algumas comunidades, apesar do interesse, não possuem condições de participar da Feira Virtual, pois não conseguem mandar os produtos para cidade. Os mecanismos de comunicação com as comunidades, neste caso, ainda vem sendo aprimorado; como já citado anteriormente, nem todos que fazem parte do coletivo possuem acesso à internet e telefone.

Já no caso da COOPERLIVRA, tem-se buscado aprimorar o comércio e a variação da produção dos derivados da banana e da mandioca (doce, farinha, entre outros), a fim de inseri-los no mercado regional, fortalecendo a princípio a sua participação no comércio local.

O que se espera é que, com a constituição da rede de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis na região Centro-Oeste, seja de fato possível ampliar o intercâmbio de conhecimentos, metodologias e demais produções científicas, e conseqüentemente chegar a um dos produtos que se espera desta rede, que é, além da constituição de um coletivo de Incubadoras, chegar ao desenvolvimento de metodologias de gestão em rede e de autogestão em diferentes cadeias produtivas, que possa de fato fazer uso das tecnologias, que possa vencer a barreira do transporte e da comunicação e, de fato, incluir os empreendimentos no mercado.

### **Referências Bibliográficas**

- ANDRADE, Márcia Campos; MELO, Márcia Oliveira; ANDRADE, Geraldo Matheus. Como montar uma incubadora de empreendimentos de economia popular solidária. In: MANCE, Euclides André (Org). **Como Organizar Redes Solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFIL, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- CATTANI, Antonio David. (Org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- LAFORGA, Gilmar. **Dinâmica do Comércio Justo, Associativismo e Agricultura Familiar no Complexo Agroindustrial Cítricola no Brasil**: estratégia de proteção ou reprodução de exclusão de mercado? Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSC, 2004.
- MANCE, Euclides. **A Revolução das Redes**. A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. Redes de Colaboração Solidária. In: CATTANI, Antonio David. (Org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- MARTINS, José de Souza. **A Sociedade Vista do Abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In. SHNEIDAR, Sérgio. **A Diversidade da Agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006. (Coleção Milton Santos 1).
- \_\_\_\_\_. O Dinheiro e o Território. In: SANTOS, Milton et. al. **Território, Territórios**. Niterói: PP GEO-UFF/AGB, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. (Coleção Milton Santos 4).
- SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo – Cooperativa. In: CATTANI, Antonio David. (Org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- \_\_\_\_\_. Economia Solidária. In. CATTANI, Antonio David. (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- SOUZA, André Ricardo de. Os Empreendimentos Comunitários de São Paulo. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. A Natureza do Poder: técnica e ação social. Apresentado na mesa-redonda “Comunicação e Redes de Poder em Saúde”. **2º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais em Saúde**, São Paulo, dezembro de 1999. Disponibilizado pelo sítio em 08/2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v4n7/02.pdf>>. Acessado em 13/02/2013
- VARANDA, Ana Paula de Moura; BOCAJUVA, Pedro Claudio Cunha. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária**. Rio de Janeiro: FASE/IPPUR/Lastro/UFRJ, 2009. 152 p.

# INCUBADORA DE TECNOLOGIAS SOCIAIS E SOLIDÁRIAS DA UFGD: MULHERES, TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

*Marisa de Fátima Lomba de Farias*

## **Introdução: os caminhos da experiência**

As reflexões que seguirão são resultado de um caminho construído coletivamente entre grupos sociais incubados, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e outras instituições partícipes no Projeto Rede de Incubadoras de Empreendimentos de Econômicos Solidários e Sustentáveis do Centro-Oeste (REINESCO).<sup>5</sup>

O referido projeto foi elaborado em um diálogo entre essas universidades, com a liderança da Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e apoio direto da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO). Foi aprovado na Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia (FINEP) e está em desenvolvimento desde o ano de 2010 com término previsto para julho de 2014.

O objetivo principal do Projeto foi de:

Construir uma rede de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis na região Centro-Oeste, ampliando o intercâmbio de conhecimentos, metodologias e demais produções científicas e estabelecendo uma rede de pesquisadores de metodologias de incubação e de ferramentas adequadas para a autogestão de diferentes cadeias produtivas e redes de colaboração, com o intuito de consolidar os empreendimentos econômicos solidários a partir da ampliação de sua participação no mercado, inclusive o de compras públicas. (REINESCO, 2009, p. 20).

Além de estruturar esta rede, socializar, ampliar conhecimentos e experiência, esta proposta permitiu a efetivação de um diálogo democrático entre as equipes das instituições e os grupos incubados. A proposta expandiu criticamente as práticas em Metodologia de Incubação, que apresenta especificidades teórico-metodológicas por estar diretamente relacionada aos processos produtivos (produção e comercialização), à capacidade de autogestão com democracia interna, às relações de gênero, à dinâmica de trabalho das instituições, dentre outros elementos que interagem no cotidiano de incubação.

O cotidiano é considerado o espaço-tempo dos processos sociais e econômicos em efetivo movimento quando, a metodologia de incubação é

---

<sup>5</sup> Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília.

ressignificada diante das incertezas pessoais, sociais e econômicas, próprias da sociedade multifacetada e multiforme. De certo modo inconstante, a experiência se estabelece e mantém-se em ampliação e redefinição neste cotidiano.

Esta experiência permitiu à Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidária da UFGD (ITESS/UFGD) reavaliar suas ações e repensar a Metodologia de Incubação, concebida como flexível, dialógica, isto é, um constructo constante perante a realidade dos grupos, também dinâmica e contraditória, por envolver a vida em um movimento contínuo entre conquistas e dificuldades.

Vale ressaltar que os grupos incubados pela ITESS, são formados por populações do campo onde, para permanecerem, ocorre um esforço diário e constante. Os assentamentos rurais do estado de Mato Grosso do Sul, realidade comum em várias regiões do Brasil, apresentam terras com baixa fertilidade, a assistência técnica é precária e não corresponde à demanda, há prevalência de criação de gado para produção de leite – nem sempre o que desejavam as famílias – além de não existir políticas públicas eficientes para a pluriatividade, alternativa viável para a produção de alimentos e ao mesmo tempo, geração de renda para as famílias.

Assim, nesses anos de vigência do projeto, opções foram apresentadas por outras incubadoras, há mais tempo em atividade e em contato com a Metodologia de Incubação, fator que proporcionou um campo de debate científico amplo, tanto presencial quanto à distância. Os contatos ocorreram entre as equipes executoras, e entre elas e os grupos incubados, enfim, a socialização de saberes e fazeres ocorre de modo amplo e dialogado.

Os caminhos estão se delineando com esforços e reflexões que poderão abrir perspectivas para um tempo futuro mais promissor. Além de ações concretas, há transformação de concepções, de posturas e a efetivação de propostas que respeitam potencialidades e incentivam novas capacidades individuais e grupais. Há respeito e valorização de saberes e fazeres tradicionais dos grupos incubados em diálogo com as produções científicas dos diferentes grupos das universidades envolvidas.

Acreditamos que mudando posturas e construindo caminhos de reflexão crítica e constante, estamos contribuindo, de alguma forma, para transformar as relações sociais e a nós mesmos/as.

A UFGD contribui para a efetivação de tais caminhos, atribui atenção aos desafios colocados por uma sociedade em desenvolvimento desigual, orientada por valores de consumo, competitividade e lucratividade, com o objetivo de criar conhecimentos críticos diante dessa realidade. O desenvolvimento de projetos, envolvendo os três eixos da universidade (extensão, ensino e pesquisa)<sup>6</sup> e permite o diálogo de saberes com os diversos grupos, tanto em suas comunidades quanto no interior da instituição.

Nesse sentido, busca-se criar uma rede solidária e dialógica entre a instituição e as comunidades rurais e urbanas, com o objetivo de propiciar reflexões e caminhos coletivos para a inclusão produtiva, social e a

---

<sup>6</sup> A inversão da costumeira ordem (ensino, pesquisa e extensão) foi proposital.

emancipação de tais grupos, na medida em que poderão inserir-se no mercado, de outro modo, de uma forma qualitativa, pautada no trabalho coletivo, nas discussões, no processo de formação para o trabalho, processos esses, com potencial para questionar a hegemonia capitalista, por se estruturar em valores de solidariedade e de companheirismo, assim, conquistar espaço social, reconhecimento e respeito nos grupos sociais e na família com visão de futuro melhor. Sabemos que não é um processo fácil, mas trata-se de uma construção social e econômica possível.

Enfim, há o objetivo de construção de conhecimentos para além deste tempo, com vistas a outro modelo de desenvolvimento, cujo centro é a vida com qualidade e não o lucro. Assim para a UFGD:

A criação do conhecimento não pode circunscrever-se apenas à problemática imediata: é imprescindível o tempo de liberdade para a prospecção inovadora e para construir futuros. Em um movimento dual, a Universidade apoia a ampliação da base material de uma cultura – pelo instrumental – e expande as expectativas e sonhos do homem (prospecção inovadora). (UFGD, 2004, p. 13).

Acredita-se que a UFGD deve incentivar processos alternativos de experiências coletivas sociais solidárias e estimular a construção de conhecimentos articuladores de outras subjetividades, principalmente levando acadêmicos/as a conhecerem diversas formas de viver e de produzir, que abram caminhos *possíveis* na história.

Vale ressaltar que a Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias (ITESS) foi criada no ano de 2007, projeto em processo juntamente com a criação da própria universidade, fazia (e faz) parte de seu objetivo principal, fortalecer ações e diálogos com grupos sociais pouco valorizados historicamente no âmbito do ensino superior, seja ingressando em cursos, seja participando da apropriação de conhecimentos produzidos. Objetivo que se revigora constantemente.

## **A Economia Solidária e o Trabalho no Capitalismo**

A gênese da experiência da Economia Solidária no Brasil data dos anos 80 do século XX, com as iniciativas do cooperativismo de consumo, de crédito e de produção, ainda de forma embrionária, incentivadas pela organização dos movimentos sociais em prol de conquistas sociais de diversos matizes, desde o alcance à moradia, à educação, até a participação política e a vivência de cidadania, que poderiam resultar em qualidade de vida e em ampliação significativa da participação política para delinear outros rumos à democracia brasileira.

Segundo Singer:

A economia solidária começou a ressurgir, no Brasil, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos de 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. (SINGER, 2000, p. 25).

Este período foi bem analisado por Eder Sader (1988), dentre outros estudiosos dos movimentos sociais. Sader, em suas análises destacou a criação de novos personagens sociais e históricos, os sujeitos coletivos, responsáveis por formas criativas de fazer política, portanto, deve-se considerar o importante papel dos sujeitos sociais representados por organizações comunitárias e coletivas para organização da luta social por direitos e para o “alargamento da política” (SADER, 1988).

Na década de 1990, com a ampliação das desigualdades sociais e do desemprego, este processo se intensificou e tomou formas político-socialmente mais organizadas, fatores contributivos do fortalecimento dos movimentos sociais.

Neste sentido, a organização do trabalho com vistas à ampliação da renda e da qualidade de vida, em contraposição à ideia da empregabilidade, criou espaços de subjetividades emancipadoras por envolverem iniciativas criativas advindas do modo de vida de grupos sociais alicerçados por seus saberes e fazeres. Podemos dizer que esta é a essência da Economia Solidária: as pessoas são protagonistas de suas histórias e as transformam frente aos desafios e às dificuldades, sobretudo, nas tentativas de superação das desigualdades sociais e econômicas, da miséria e da pobreza, com autonomia, internalização da capacidade de decisão com a ampliação de relações democráticas entre os sujeitos.

Assim, o trabalho é concebido como gerador de renda, mas, além disso, pode gerar dignidade, emancipação, e redes de solidariedade, quando orientado para além de propiciar somente o alcance de necessidades básicas para a sobrevivência. O trabalho desenvolvido com a perspectiva da Economia Solidária proporciona oportunidades para a reflexão sobre o processo que se cria no transcorrer das atividades, liderado por princípios de maior liberdade e decisão coletiva, e as mulheres e os homens podem viver com maior dignidade a partir de suas próprias capacidades criativas.

No entanto, o trabalho e as relações constituídas nas redes de cooperação e associativismos próprios das iniciativas de Economia Solidária, constituem tão somente uma franja no “mundo do trabalho” dominante, e próprio das relações capitalistas. No período histórico em questão, as análises de diversos autores, apontam um processo amplo de transformações, estruturado por complexas redes de gestão que devem corresponder às exigências do modo capitalista de produção, fundado em princípios de necessidades infundáveis de lucratividade e consumo obsolecente.

O trabalho no modelo capitalista, em uma nova etapa de acumulação globalizada, redesenhou as exigências da empregabilidade, ao mesmo tempo em que flexibilizou, ao máximo, as estruturas das relações de trabalho e de produção. Por um lado, pressupõe habilidades intelectuais, de linguagem e de conhecimentos tecnológicos, dentre outros, que negam experiências construídas por grupos não dominantes, ou as consideram “descartáveis”. De outro, estabeleceu regimes de trabalho no limite da exploração das forças do trabalhador, em ambientes degradantes, onde o próprio corpo do trabalhador é descartável. Tais relações constituem espaços sociais diferenciados, hierarquizados e combinados do desenvolvimento desigual.

Ao definir padrões profissionais de alta qualificação, as formas de gestão capitalistas criam processos de exclusão ou de inclusão precários para a maioria da população, que se vê impedida de criar e de expandir conhecimentos gestados na experiência cotidiana coletiva e/ou individual.

No entanto, a dinâmica criativa do capitalismo em sua fluidez adaptativa absorve e apropria conhecimentos, experiências e vivências gestados na sociedade, aptos a adaptarem-se às necessidades, e ao mesmo tempo competentes em criar novos desejos, para serem rapidamente correspondidos, assim, surgirão outros mais voláteis e fluídos. Este sistema cria sentidos para a mercadoria, no sentido “lato”: tudo que pode ser apropriado pela forma mercadoria, que legitima o seu consumo, o descarte que dá lugar para outras mercadorias ainda mais “tentadoras” serem produzidas. Como bem afirma Harvey:

[...] o capitalismo é também capaz de muitas adaptações, buscando incessantemente estratégias inovadoras, novos nichos de mercado e novas linhas de produtos precisamente para evitar a competição em campos já estabelecidos. Além disso, o capitalismo não poderia sobreviver sem uma grande dose de cooperação, colaboração e ajuda mútua. [...] E, como ênfase com frequência, o capitalismo tem descoberto notáveis formas de produzir novas configurações espaciais, de avaliar e coordenar tempos de giro e, portanto, de construir espaço-temporalidades inteiramente distintas para emoldurar as nossas atividades. (HARVEY, 2009, p. 276).

Sabe-se quão importante se torna o trabalho para a estruturação de subjetividades incentivadoras do campo da produção de sentidos para a vida social. Entende-se subjetividade como um processo amplo de construção de sentidos, ocorre de modo individual, coletivo, social, cultural e histórico, portanto, se delinea diante de múltiplas experiências constituídas cotidianamente, quando o sujeito se define e cria sentidos para sua própria ação no mundo.

Pressupõe-se que há uma correlação entre os pensamentos e as práticas, influenciados por vivências individuais e coletivas. Portanto, a subjetividade é complexa e dinâmica e define os/as sujeitos sociais, ao mesmo tempo em que é definida por eles/as, por serem singulares, sociais e históricos.

Ocorre um movimento em espiral, como se sentidos e significados escorregassem por entre as práticas e os pensamentos, sem um começo ou um fim, mas continuamente, dinamicamente e criativamente.

Se o mundo do trabalho se altera constantemente para cumprir às necessidades de produção capitalista, alteram-se também os modos de ser, de trabalhar, e as subjetividades buscam corresponder a tais alterações, mas por outro lado, não se cria alternativas para a participação criativa de trabalhadores/as neste processo, já que as exigências de conhecimentos técnicos e científicos são infinitamente maiores do que as possibilidades da maioria dos grupos sociais, que se veem à margem do processo, ou realizando atividades desvalorizadas e precárias, muitas vezes, sem nenhuma lei trabalhista que os ampare, e mais, sob condições subumanas de trabalho.

Diante da afirmação de que a subjetividade nasce no processo de experiência individual, social e histórica e o trabalho é importante para defini-la, por ser ele uma vivência que possibilita ao sujeito se colocar no mundo e criar significados para ele, fica a pergunta: qual subjetividade nasce desse processo altamente violento e excludente que subjuga o/a trabalhador/a? E se forem consideradas a exclusão do trabalho e a perda de subjetividade diante de um consumo desenfreado que fragiliza modos de vida?

E qual a importância e característica do trabalho proposto pela Economia Solidária no capitalismo ávido a criar novos espaços-temporalidades? Pronto para incentivar a cooperação e a colaboração mútua, ou seja, se apropria de princípios considerados relevantes também pela Economia Solidária? Novamente, a sua criatividade está em pauta.

Tais indagações pairam sobre a necessidade de criação de alternativas de trabalho e de renda geradoras de práticas criativas, e valorativas para a experiência dos grupos sociais que constituem as experiências de economia solidária. Tenta-se instituir outros modelos de gestão que incentivem subjetividades pautadas na autonomia, na cooperação mútua, na solidariedade, ou seja, modelos envolvidos e estruturados por valores humanizadores, em contraponto, ao processo de desvalorização vivido pela grande maioria da população, cuja subjetividade é negada, além de se considerar seu modo de vida e saber-fazer.

Neste cenário de necessidades e de alternativas para alcançar outra realidade, está a experiência da Economia Solidária, considerando que a realidade não se restringe ao que existe, mas abre probabilidades nem sempre valorizadas ou prováveis no conjunto de modelos dominante-capitalistas de produzir e de viver.

A Economia Solidária se inspira em outros modelos de produção de renda e de qualidade de vida e está alicerçada em formas alternativo-qualitativas de viver e de trabalhar. Desta sorte, questiona os padrões de gestão capitalista dominantes, que enfraquecem e, em alguns casos, impossibilitam as potencialidades de emancipação e de autogestão dos indivíduos e dos grupos para que possam instituir os conhecimentos e as práticas sociais que orientem as subjetividades rumo a uma vida mais digna.

Entretanto, não cabe aqui qualquer ingenuidade intelectual e política, pois o capitalismo contemporâneo, com sua criatividade e seu amplo domínio do tempo-espaço, não é um sistema a ser superado facilmente. Toda a produção nas formas de associativismo e cooperação, mesmo com sentido de uso, com preço justo, com uma história em si mesmo – pressupostos da Economia Solidária –, está envolta e dificilmente escapa de intersecções com o mercado capitalista. Por isso, uma possível superação deste sistema com a instituição de outros princípios de produção e comercialização de mercadorias, não ocorrerá através de uma transição tranquila “da competição à colaboração, à cooperação e à ajuda mútua” (HARVEY, 2009, p. 277).

Assim afirma Harvey:

Se o capitalismo não pode sobreviver sem pôr em prática de alguma maneira todo o repertório, a tarefa do socialismo tem de ser descobrir uma combinação diferente de *todos* os elementos do repertório básico. Não se pode fazer isso presumindo que só um dos elementos tem relevância e que seja possível suprimir os outros. Por exemplo, nunca se pode eliminar a competição. Mas pode-se organizá-la de outra maneira com fins e metas distintos. Pode se alterar a correlação entre competição e cooperação. (HARVEY, 2009, p. 277).

Neste sentido, experiências pautadas na Economia Solidária abrem um campo de possibilidades, de *possíveis* históricos, valorizam os conhecimentos e as práticas emancipadoras e solidárias vivenciadas no trabalho não consideradas ao longo do processo histórico. Esta nova possibilidade de viver a experiência do trabalho nasceu, principalmente, no interior de comunidades e de grupos sociais de baixa renda organizados. Eles resistem ao modo hegemônico de produção capitalista e acreditam em um “outro mundo possível”, mesmo diante de adversidades variadas, estruturado sobre modos não capitalistas de produção, princípios de gestão participativa, economias criativas e alternativas, sustentabilidade, trabalho coletivo e solidário, dentre outros princípios.

E a partir de tais experiências, poder-se-á pensar em como combinar diferentes sentidos das relações de produção existentes, como ressignificar a competição, organizando-a de maneira a se constituir como incentivadora, impulsionadora de ações e de práticas, com uma concepção e tradição lúdicas, consideradas como uma nova sociabilidade em formação, como processo histórico de mudanças de mentalidades e práticas sociais.

Um exemplo está na escolha de determinada produção. Existem os saberes e fazeres dos grupos, eles podem apresentar conhecimentos acumulados sobre o processo produtivo, além de trazerem na memória, as lembranças de outrora ao realizarem atividades similares em outros tempos e lugares. Mas há também, o necessário estudo de mercado, que envolve o levantamento de demandas/necessidades, necessidades/respostas a elas.

Além da importância de se considerar a aptidão do lugar (condições da terra, do clima), há necessidade da análise da mão de obra disponível e das condições familiares, dentre outras. Estes aspectos envolvem uma competição natural e não pode ser negligenciada, igualmente ressignificada ao considerarmos os princípios da Economia Solidária, quais sejam, autogestão, democracia, cooperação, centralidade do/a ser humano/a, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção e cuidado com o meio ambiente. (SENAES, 2007, p. 32-33).

Pelo fato de o capitalismo se recompor, se rejuvenescer há séculos, não se trata de superação fácil ou rápida deste sistema, ou de colocar a Economia Solidária como redentora da sociedade, mas sim, ampliar a reflexão sobre as possibilidades criativas de transição para outras formas de produzir e de viver, alterar valores, concepções e práticas cotidianas, com imaginação, esforço e intenção de transformação de nós mesmos/as.

É importante, em direção ao futuro, pensarmos como estamos produzindo a natureza, as relações sociais, os valores e qual a relação que temos com o mundo. Novas práticas precisam existir em diálogo com nossas próprias contradições, certezas e incertezas e se o movimento ocorre em espiral, não há definições prévias, mas sim, pessoas em constante reflexão e interação entre si e o mundo.

Nessa reflexão sobre os *possíveis* nesta experiência, os sujeitos coletivos são protagonistas e estão escrevendo outra história, criam novas sociabilidades entre conflitos, objetivos nem sempre comuns, mas um rumo traçado: viver melhor e com dignidade. Por entre objetivos comuns e conflitos de ideias, essa “gente comum” impulsiona projetos criativos em contraposição ao capitalismo. Inventam alternativas inimagináveis para produzir a vida social na periferia do sistema capitalista.

De modo que novas e inusitadas sociabilidades emergem e as mulheres, dentre as/os protagonistas, estão na linha de frente dessa história por terem uma experiência que transita da produção da vida a vida produtiva.

## **Mulheres e Economia Solidária**

O trabalho desenvolvido pela ITESS se pauta, também, na perspectiva de gênero desde sua criação, um princípio articulador dos conhecimentos e das práticas estabelecidas. Diante disso, é importante a apresentação de algumas concepções teóricas orientadoras das ações realizadas.

As relações de gênero são amplas e consideradas como transversais na vida social, nas práticas, na organização espacial e temporal, na cultura, nas artes e não se resumem à categoria mulher/mulheres, esta faz parte do que se entende por estudos de gênero. Os estudos de gênero são mais amplos por abarcarem outras categorias como: diversidades, masculinidades, identidades dentre outras, entretanto, não se confundem.

Gênero é um conceito construído social e historicamente na experiência do movimento feminista com a intenção de desnaturalizar as noções

dominantes de masculino e feminino, e de romper com concepções preestabelecidas de comportamentos, a partir da definição biológica do sexo, direcionados a homens e mulheres. Outro objetivo histórico está no questionamento dos poderes e hierarquizações pautados no sexo biológico, concepções que naturalizam, ainda hoje, lugares sociais e políticos como determinantes para mulheres e homens. Questiona-se, também, a organização social onde impera o modelo heterossexual e branco, com predomínio do falocentrismo.

Essa naturalização dos lugares organiza as relações de trabalho e os posicionamentos políticos decisórios em vários espaços, seja nos grupos produtivos, seja nos arranjos familiares e nas relações geracionais. Destarte, ao trabalharmos com a Economia Solidária como um pressuposto de igualdade no processo produtivo, na gestão grupal e na comercialização, é fundamental um olhar para essas relações e a percepção de como o gênero transpassa transversalmente as práticas e os conhecimentos tradicionais. Entretanto, na atuação da ITESS o foco maior está na participação das mulheres neste campo amplo de estudos de gênero.

Nesse sentido, as mulheres participam em todas as etapas – desde as iniciais – com esforço e criatividade para ocuparem os lugares de direito: produzir, comercializar e usufruir das conquistas econômicas, sociais e políticas com equidade de gênero. Nem sempre elas apresentam uma avaliação crítica de sua condição nesse processo, apresentam dificuldades para identificação das relações de poder, das hierarquias de gênero, das violências simbólicas, no entanto, demonstram desejos dispersos constituídos na vida cotidiana, entre a concretude e a materialidade do dia a dia, e entre os sonhos e desejos por alcançarem o reconhecimento, e a valorização enquanto mulheres que fazem suas histórias com dificuldades, ambiguidades e obstáculos.

Essa história não é escrita sempre como elas esperam, mas continuam a escrevê-la em linhas desiguais, sinuosas, envolvidas por memória de luta e de resistências. E a Economia Solidária é um campo de aproximação de lutas, de histórias de vida e de rupturas históricas, por isso, é a probabilidade do encontro entre mulheres para, além de tudo, dialogarem sobre as experiências similares e contraditórias, assim, podem reavaliar suas condições concretas de existência.

Para o desenvolvimento do trabalho com mulheres de assentamentos rurais, a ITESS amplia a concepção de viver e produzir e realiza ações interdisciplinares e intertemáticas, por compreender que a vida é um campo de possibilidades e de restrições, especialmente no que se refere às relações de gênero e de trabalho.

As mulheres são compreendidas como protagonistas de suas histórias, elas vivenciam idas e vindas, avanços e recuos em suas experiências e constituem-se enquanto sujeitos sociais em um *nó* ambíguo formado por classe, raça/etnia e gênero. Portanto, concordamos com as autoras Lauretis e Saffioti que as concebem como sujeitos múltiplos, por isso, são plurais e “metamorfosiam-se dentro destes limites”. São três faces e três identidades, com a mesma importância em um movimento por transformação social e superação das desigualdades, essas que separam grupos entre ricos e pobres,

pessoas que têm acesso às políticas públicas e aquelas que ficam à margem delas. (SAFFIOTI, 1997, p. 76).

Portanto, o gênero é relacional e produz sentido às diferenças de sexo, classes e raça/etnia vivenciadas nas relações sociais e de poder. Diz-se que as relações de gênero são relações de poder e estão em todos os lugares, com pontos mais ou menos visíveis, com perspectivas de questionamentos, interrupções e deslocamentos. Esse movimento do poder permite sua apropriação em tempos e lugares inusitados e dentre eles, está o trabalho desenvolvido como criação e revalorização de saberes e fazeres de grupos em condições vulneráveis, proposto pela Economia Solidária.

Muitas mulheres participam da recriação do trabalho e influenciam na emergência dos campos de criatividade relacionados à ampliação da qualidade de vida. Essa participação não se restringe ao âmbito econômico, envolve as dimensões da ética, da estética, da arte, enfim, os sentidos e significados construídos nas relações sociais com outros valores, no caso dos grupos envolvidos atualmente na ITESS, ligados a terra como lugar de moradia e de reprodução social da vida.

Daremos destaque a três grupos de mulheres que estão diretamente envolvidos no Projeto REINESCO e, com os quais há ações em desenvolvimento pela ITESS há cerca de cinco anos. Um deles é formado por mulheres moradoras dos assentamentos Santa Rosa e Guaçu localizados no município de Itaquiraí-MS, o outro é composto por mulheres quilombolas moradoras na Picadinha-MS, distrito do município de Dourados-MS e o terceiro grupo é constituído por mulheres moradoras do Assentamento Lagoa Grande, localizado em Itahum-MS, distrito do município de Dourados-MS.

### **Grupo de Mulheres dos Assentamentos Santa Rosa e Guaçu em Itaquiraí**

Os assentamentos Santa Rosa e Guaçu foram criados no mês de dezembro de 1997 e localizam-se no município de Itaquiraí-MS, a uma distância média de 180 km do município de Dourados onde está a UFGD. O Santa Rosa é constituído por uma área de 4.048,1606 ha, composta por 200 parcelas/lotês, já o Guaçu apresenta 2.678,9794 ha, divididos em 134 parcelas/lotês.

Eles resultaram do acampamento de cerca de duas mil famílias sem terra formado às margens da BR-487, no município de Itaquiraí-MS, denominado “Oito de Março”. Esse acampamento foi liderado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As famílias migravam de várias cidades do estado e, gradativamente, o acampamento chegou a ultrapassar sete mil pessoas vivendo em barracos de lona, elas vinham, sobretudo, de Juti, Caarapó, Naviraí, Itaquiraí, Eldorado, Iguatemi, Mundo Novo, Japorã, Dourados, além de 150 famílias brasiguaias. Desta história, resultou o nome de uma das associações destes assentamentos, “Associação Oito de Março”, que acompanha de modo efetivo o desenvolvimento dos projetos da Incubadora, desde o ano de 2006.

Para as famílias, não há limites formais entre os dois assentamentos, esta divisão foi uma regra definida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para fins burocráticos de desapropriação das terras e o direcionamento de políticas públicas, por isso, a organização grupal ocorre nos dois espaços considerados sociais e políticos, muito mais do que formais.

Quanto à produção, resumidamente, podemos dizer que a área é mais propícia à pecuária de leite, pois a fazenda desapropriada era destinada a tal atividade produtiva, sendo toda constituída por pasto. Mesmo assim, as famílias produzem mandioca e culturas para subsistência, no entanto, a principal atividade produtiva é a produção de leite entregue em laticínios da região, cuja renda mensal é importante para suprir necessidades cotidianas das famílias.

Após a incubação das famílias desses assentamentos, iniciou-se a reflexão sobre a diversificação da produção diante do desejo das pessoas envolvidas em retomarem a experiência produtiva relativa à subsistência e produção de alimentos para comercialização, o que demonstrou ser a pecuária, uma atividade relevante, mas não suficiente. Nesses últimos cinco anos algumas atividades foram iniciadas tais como: plantio de maracujá, de melancia, mandioca, dentre outras como abóbora, pepino, frutas etc., a formação de hortas orgânicas e a produção de mel. Dentre essas atividades, a produção de maracujá não surtiu efeito.

No que tange ao envolvimento das mulheres no processo de incubação, iniciaram-se algumas atividades, que serão mais bem detalhadas, entretanto, esta participação não é muito distinta do que observamos no conjunto de ações realizadas em diversos assentamentos e grupos, uma vez que é envolvida por dificuldades comuns relativas aos papéis definidos historicamente para elas, especialmente aos cuidados para com a família, as crianças, o entorno da casa e os pequenos animais. Essas obrigações estendem-se para a produção mais ampla (roça e criação de gado), atividades estas, não contabilizadas/valorizadas no contexto geral da economia do sítio, por serem consideradas uma “ajuda”, um complemento e não uma das atividades principais.

Tal condição de desvalorização do conjunto de seu trabalho é percebida pela maioria das mulheres, que gradativamente, questiona, diretamente, em reuniões, no dia a dia familiar, na organização em grupos, a compreensão de sua condição desigual nos espaços decisórios, apresentando propostas de divisão das tarefas na casa, participação em congressos e cursos diversos, dentre outras formas ou, indiretamente, no seu cotidiano, demonstram resistências silenciosas como a de esquecer ou deixar de realizar tarefas da casa, sair sem organizar previamente os serviços domésticos, não fazer a comida como os familiares esperam, dentre outras formas.

Acrescido a este conjunto de responsabilidades, encontramos mulheres que desenvolvem atividades complementares, não menos importantes, aprendidas no seu processo de socialização – através de ensinamentos de mães e avós – outras, em cursos técnicos oferecidos por órgãos governamentais e pela própria ITESS. O resultado são atividades artesanais (pinturas diversas, confecção de flores, feitura de bolos e diversos doces), cujos valores compõem

a renda familiar, entretanto, a renda fica mais voltada às necessidades e desejos femininos, não atendidos pelos homens, tais como a aquisição de bens de consumos duráveis, roupas, cosméticos, etc.

Percebemos, nessas atividades, uma reprodução dos papéis estabelecidos como próprios para as mulheres, direcionados ao cuidado, à paciência, à delicadeza dentre outros, o que não concordamos, mas acatamos, pois as atividades e cursos são realizados de acordo com a proposição dos próprios grupos, e ocorrem tanto na UFGD, quanto no próprio assentamento após avaliação da viabilidade econômica e organização da estrutura para sua realização.

Por outro lado, muitas dessas mulheres não abrem mão do trabalho na roça e com o gado (principalmente a produção de leite), por avaliarem sua importância e, especialmente, porque esta atividade está diretamente ligada a sua memória individual e coletiva, a sua trajetória de vida e mais, é fortalecedora da identidade da trabalhadora rural.

Algumas delas interessaram-se pela produção de hortaliças em sistema orgânico e receberam kits disponibilizados por um dos projetos realizados pela ITESS para o desenvolvimento da atividade que é considerada, por elas, de fácil manejo devido a uma trajetória familiar, além disso, faz parte da subsistência e é desenvolvida nos arredores das casas. Novamente uma atividade produtiva ligada ao entorno da casa, condição facilitadora do desenvolvimento de diversos trabalhos, sejam fora ou dentro, a sobreposição de atividades sob responsabilidade feminina.

Uma ocorrência relevante merece registro, uma das mulheres (Nerli) envolvida na produção de hortaliças, decidiu exonerar-se de vaga em concurso público na escola do assentamento, onde exercia atividades de limpeza. Segundo ela, trabalhar na produção em sua própria horta gera resultados mais promissores, tais como: não é necessário se ausentar de sua casa, é possível conciliar todas as atividades que realiza durante o dia, gera mais prazer porque gosta de realizar, permite o envolvimento de filhos/as, melhora a alimentação familiar, gera mais renda. E por fim, ela destacou a autonomia por ser uma atividade de sua escolha (incluindo os tipos de produtos) e sob sua organização, isso significa emancipação no campo do trabalho e da renda, princípio buscado pela Economia Solidária.

Após cerca de 12 (doze) meses nesta nova condição, a mulher disse não se arrepende, uma vez que fez a escolha correta. Esta atividade agrícola exigiu um redirecionamento dos investimentos da família para a organização da horta, de acordo com as informações fornecidas pelo marido, isso demonstra definição de prioridades com a participação da mulher. Vale ressaltar que ela comercializou produtos cultivados na horta no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> “A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (de acordo com o Artigo 14).” Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas//alimentacaoescolar>>. Acesso em: 03.06.14.

O trabalho desenvolvido com o gado também se relaciona com o sentido de cuidado, as mulheres são responsáveis por retirar o leite na madrugada e no período vespertino, isso também as prende ao espaço da casa. São elas, igualmente, as responsáveis por cuidar de bezerras que exigem atenção especial, sendo tais tarefas divididas com as filhas. Não encontramos mulheres fazendo inseminação artificial, este papel com mais status nos assentamentos, é masculino.

Durante a realização das atividades, encontramos dificuldades para a organização grupal das mulheres, o que não quer dizer que seja uma característica comum em todos os grupos, mas é um elemento gerador de problemas para o encaminhamento das ações. Isso se relaciona a vários aspectos: tamanho dos assentamentos com distâncias significativas entre os sítios, característica que dificulta o deslocamento e diálogo entre elas, baixo índice de participação de mulheres nos espaços decisórios dos assentamentos (o contrário facilitaria a experiência de organização e de resolução de conflitos), as dificuldades para o desprendimento das responsabilidades femininas (já elencadas neste texto) ligadas a não divisão equitativa das tarefas na/da casa com os homens e outros membros familiares, compreensão dos princípios do trabalho coletivo que exige abrir mão de conceitos individualistas arraigados nas subjetividades.

Tais dificuldades resultaram na desmobilização do grupo de mulheres que iniciava a produção de pães e similares, artesanatos diversos e confecção de roupas. Com o acompanhamento da ITESS, elas já haviam participado de várias reuniões para organização grupal e reflexão sobre os conflitos, para discussão de temas diversos e formação técnica. Mesmo assim, o grupo não se manteve organizado. Atualmente, está em curso a sua revitalização, entretanto, misto, com a participação de mulheres e de homens.

Desse processo, derivaram as experiências e os conhecimentos construídos pelas mulheres ao longo de quase cinco anos (considerando a presença da ITESS nos assentamentos antes do início da execução do projeto REINESCO), elas demonstram mais segurança em suas posturas nas reuniões, estão neste processo de reorganização do grupo levando em frente o desejo de organizar uma padaria no assentamento. É importante ressaltar que durante esses anos, elas comercializaram alguns produtos, como pães (de vários tipos) e artesanatos, experimentando o resultado de seu trabalho e usufruindo de certo lucro.

Outra vivência importante foi a participação de outra mulher (Antonia) no Encontro Nacional de Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras de Economia Solidária (PRONINC), em Brasília nos dias 29 a 31 de março de 2010, representando os dois assentamentos. Foi a primeira vez que esta mulher esteve presente em um evento de amplitude nacional e demonstrou capacidade para enfrentar adversidades diferentes das próprias ao seu cotidiano. Isso porque, o evento ocorreu no período de “caos aéreo” no Brasil, quando voos atrasavam e isso ocorreu com ela. A sua avaliação, foi, de que houve aprendizagem e superação de medos e dificuldades.

Portanto, esse grupo viveu avanços e recuos no processo de organização grupal, no entanto, demonstra interesse em se recompor com os conhecimentos construídos nessa *travessia*<sup>8</sup> de idas e vindas. Atualmente, essas mulheres estão envolvidas por uma experiência coletiva de discussão de processos produtivos viáveis para a ampliação da renda e sua emancipação econômica, social e política.

## **Grupo de Mulheres do Assentamento Lagoa Grande**

O Lagoa Grande está localizada em Itahum-MS, distrito do município de Dourados-MS, esta condição é favorável para o escoamento da produção, que ocorre por meio de empresa de ônibus e com o apoio da UFGD, que colabora em momentos de eventos e feiras esporádicas ou semanais, organizados no interior da Instituição ou em outras localidades.

Este assentamento foi criado em novembro de 1997. É formado por 4.071,4428 ha. distribuídos entre 151 parcelas/lotes, suas terras são de baixa fertilidade e apresentam um alto índice de utilização de agrotóxico em algumas lavouras ainda desenvolvidas, além de existir esta prática na fazenda antes de sua desapropriação.

A principal atividade produtiva é a pecuária de leite considerando que a fazenda era formada por pastagens, fator comum nos assentamentos do estado de Mato Grosso do Sul, com o segundo maior rebanho de bovinos do país (24 milhões de cabeças).<sup>9</sup> Além disso, o assentamento é envolvido por plantações de cana de açúcar, alterando a paisagem e ampliando a influência de agrotóxicos no seu entorno, além de que, segundo Luciana<sup>10</sup> os caminhões que transportam o produto transitam no seu interior, prejudicando a qualidade das estradas.

As famílias demonstram uma história comum de conhecimentos tradicionais sobre a produção de alimentos e a identificação de frutos do cerrado e tiveram iniciativas para a diversificação da produção, com sucessos e insucessos diante das particularidades da terra, os obstáculos para a comercialização e a falta de acompanhamento técnico adequado.

Com a incubação de um grupo de 25 mulheres que constitui a Associação Sabores do Cerrado, a ITESS iniciou o acompanhamento das atividades produtivas já em andamento, sob a assistência técnica da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural -AGRAER<sup>11</sup> e posteriormente com a realização de diversos projetos por docentes da UFGD<sup>12</sup>, para a produção de hortifrutí, mel, alimentos com frutos do cerrado (geleias, doces em compotas, bolachas, etc.), além de queijos, licores, ervas medicinais e artesanato com fibras de bananeiras do grupo *Arte com Fibra*. Com tais atividades, as mulheres

---

<sup>8</sup> Inspiro-me em Guimarães Rosa.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.mtseusmunicipios.com.br/NG/conteudo.php?sid=63&cid=2423>>. Acesso em: 01.06.14.

<sup>10</sup> Moradora do Assentamento Lagoa Grande e participante da Associação Sabores do Cerrado, 2014.

<sup>11</sup> Trabalho desenvolvido pelas técnicas Luzia RumiKudo da Silva e Solange Maria Radaellina comunidade Quilombola na Picadinha, durante vários anos.

<sup>12</sup> Prof.ª Dr.ª Euclides Reuter de Oliveira, do Curso de Zootecnia e Agronomia da Faculdade de Ciências Agrária e Prof.ª Dr.ª Zefa Valdivina Pereira, do Curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Ciências Biológicas.

aumentam a renda familiar, ampliam seus contatos e instituem aprendizagens diversas sobre o processo produtivo e a comercialização.

Segundo Luciana, moradora do Assentamento Lagoa Grande:

Através da UFGD se aproveita cada fruto e que é comercializado dentro da instituição e em outros eventos. Essas mulheres são capacitadas através de vários cursos de convivência, de visitas a outros assentamentos, de conhecimento de informática e outros, economia solidária, aprendem a conservar e preservar o cerrado, valorizando cada planta. (Assentamento Lagoa Grande, 2014).

Em diversos momentos de encontro com as mulheres, elas demonstraram os conhecimentos construídos na participação coletiva, desde a produção até a comercialização. A maioria delas participa de cursos oferecidos pela ITESS e por projetos em desenvolvimento na UFGD, além dos que foram organizados pela AGRAER de Dourados. Em um momento de curso específico para mulheres, uma senhora destacou que aprendeu a fazer “contas e dar trocos” no dia a dia em contato com as outras mulheres e em atividades nas feiras de comercialização realizadas na UFGD e, posteriormente, em outros espaços sociais. Elas destacam os esforços para a superação de obstáculos como este e outros que estão diretamente relacionados às relações familiares.

Muitas dessas mulheres deixam seus afazeres em casa, mas voltam a realizá-los ao retornarem. As crianças estão sempre juntas às mães e completam o cenário de diversidade que esse grupo insere na UFGD, nos corredores onde são instaladas as bancas e naquelas montadas nos gramados, alteram significativamente/qualitativamente o espaço-tempo hierarquizado e economicista que ainda impera na instituição universitária, em suas relações e prédios.

A UFGD apoia essas ações e tem criado condições para que as feiras se realizem, superando alguns empecilhos, inclusive, burocráticos para que este e outros grupos permaneçam no espaço universitário, como por exemplo, incentivar a realização das feiras e presença dos grupos em diversos eventos. Isso porque esta presença não é considerada relevante por todos os setores que compõem a instituição, com suas diferentes ideologias e concepções de conhecimentos. Logo, ao participarem da vida universitária essas mulheres questionam a segregação de grupos e conhecimentos própria da composição das estruturas do ensino superior no Brasil, trazem para o cotidiano universitário uma contra-hegemonia.

Entretanto, esta incursão não é fácil ou isenta de conflitos, pelo contrário, muitas contradições são experimentadas, há avanços e recuos. Dependendo do cenário político e conjuntural da UFGD, os grupos encontram maiores ou menores dificuldades para a sua permanência na instituição, em alguns momentos foi necessário o redimensionamento das ações, da periodicidade das feiras, da localização das barracas, dentre outras situações,

enfrentadas coletivamente pelo grupo e por docentes envolvidos diretamente na ITESS.

Enfim, dia a dia, essas mulheres ampliam suas aprendizagens e dialogam com seus conhecimentos tradicionais e os produtos são referência no interior da UFGD e em outros espaços, principalmente em feiras que são frequentadas por elas periodicamente, uma delas é a Feira de Sementes Crioulas que ocorre no município de Juti-MS, em 2014 será realizada a sua décima edição. Neste evento, as mulheres do grupo ministram cursos técnicos voltados às atividades por elas desenvolvidas (produção de doces, compotas, bolachas, dentre outros).

Os produtos de maior destaque na produção deste grupo são aqueles cuja matéria prima tem sido os frutos do cerrado (bolachas de baru, de jatobá, pequi, marolo, além dos licores de pequi e guavira, dentre outros produtos), uma especificidade da Região da Grande Dourados, encontrada no assentamento Lagoa Grande e em seu entorno.

As mulheres fazem questão de ressaltar que são as responsáveis pela colheita dos frutos do cerrado no assentamento e na região. Elas adentram a vegetação, geralmente em grupo, para realizarem este trabalho primordial para iniciarem o processo produtivo. Esta atividade exige conhecimentos diversos, desde reconhecer os frutos e sua utilidade, localizá-los, conhecer o período para colheita, até a sua adequada manipulação, ou seja, elas desenvolvem todo o processo produtivo e comercializam os produtos.

Para o aprimoramento deste processo, espera-se aprimorar as embalagens com as indicações apropriadas a cada produto, bem como acrescentar a história do grupo que caracteriza o processo produtivo, ou seja, os produtos carregam as histórias de quem os produziu e ainda, ampliam o mercado consumidor, na medida em que os produtos serão inseridos em outros espaços de consumo, principalmente no interesse em inserir os produtos na merenda escolar, via o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

## **Grupo de Mulheres Quilombolas**

As mulheres quilombolas fazem parte de uma comunidade extensa formada por vários arranjos familiares com um núcleo comum originado de um primeiro grupo liderado por DezidérioFelippe de Oliveira que ocupou as terras da região. Esta comunidade é formada por aproximadamente 130 (cento trinta) famílias, que vivem na área rural (41ha.) e na urbana.<sup>13</sup>

As famílias estão organizadas em uma associação denominada: “Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola DezidérioFelippe de Oliveira (ARQDEZ)”. Das famílias que vivem na comunidade rural<sup>14</sup> um grupo de 6 (seis) famílias participa de vários projetos desenvolvidos por docentes da UFGD e estão incubadas pela ITESS.

---

<sup>13</sup> As famílias continuam lutando pelo reconhecimento de suas terras.

<sup>14</sup> Reconhecida pelo grupo como sítio.

As mulheres adultas, em número de 6 (seis), demonstram, gradativamente, um amadurecimento em sua participação nas atividades desenvolvidas pela Incubadora, entretanto, percebe-se movimentos de avanços e recuos constantes. Tais movimentos são mais perceptíveis em momentos de necessidade de manutenção/ampliação da renda familiar, acompanhados por períodos sazonais de produção e surgimento de outras necessidades que exigem maior poder aquisitivo. Neste conjunto de necessidades está o crescimento de filhos e filhas que apresentam novas demandas, expectativas e outros desejos principalmente de consumo (roupas, sapatos, celulares, materiais escolares, momentos de lazer, etc.).

Dentre essas mulheres, uma apresenta nível superior, as outras cursaram entre ensino fundamental e médio, com uma renda familiar mensal de até 2 (dois) salários mínimos, nem sempre resultante da produção agrícola desenvolvida entre as famílias. Isso porque, das 6 (seis) mulheres, 3 (três) trabalham em empresas de serviços de alimentação (empresa terceirizada que atende o restaurante universitário da UFGD) e 1 (uma) trabalha no Núcleo de Tecnologia Educacional de Dourados (NTE), como recepcionista.

O trabalho externo à comunidade é influenciado por diversos fatores, um deles já elencado acima (o crescimento de filhos e filhas que resulta na necessidade de ampliação da renda), além da proximidade do centro urbano e do fácil deslocamento por meio do transporte coletivo acessível diariamente, do recebimento de um salário mensal favorável para responder às necessidades cotidianas das famílias, um trabalho com segurança e direitos trabalhistas.

Tais atividades geram barreiras para o envolvimento dessas mulheres nas atividades da ITESS, especialmente em momentos de discussões que extrapolam a produção, como as que são realizadas no campo do gênero e da realidade feminina ou quando são realizados cursos na própria UFGD, por coincidirem com o horário de expediente nas empresas.

Uma alternativa encontrada, mas não a melhor, foi a de realizar os encontros aos domingos, o que nem sempre é viável para o corpo docente e discente envolvido na ITESS.<sup>15</sup> Este é um dilema atual para a continuidade das atividades de incubação no grupo.

Na comunidade, as famílias investem na produção de alimentos para a subsistência, como: milho, mandioca, feijão, cana, frutas, e ainda cultivam horta e criam alguns animais, como galinha semicaipira, além de se dedicarem à produção de hortifrutti, tendo em vista a disponibilidade da área com terra de qualidade, de água e de mão de obra familiar, além da experiência acumulada com o plantio para a subsistência.

Atualmente, ocorre a produção de hortaliças, frutas e também do mel em sistema orgânico, com a participação de todas as pessoas, seja durante o dia (as que permanecem na comunidade), seja nos finais de tarde após o retorno das atividades externas e aos finais de semana, assim, as mulheres participam do trabalho nos dois espaços, na comunidade e fora dela, ratificando a

---

<sup>15</sup> As famílias participam da Religião Adventista, por isso, as atividades aos finais de semana, não podem ocorrer após as 18h da sexta-feira até às 18h dos sábados.

sobreposição de atividades, uma condição “naturalizada” historicamente para este grupo.

Neste grupo com nucleação familiar, há uma forma peculiar de organização, caracterizada como grupal, entretanto, com predomínio de laços subjetivos e com a presença de liderança do pai e da mãe com idades avançadas, o que não os impede de estarem presentes em todas as reuniões e colaborarem nas decisões coletivas.

Este tipo de organização grupal apresenta vantagens, tais como: proximidade espacial das famílias que formam um tipo de agrovila, facilidade para reunirem-se em diversos períodos do dia, familiaridade que permite um diálogo direto e sem subterfúgios. Essas vantagens também podem se transformar em conflito, principalmente emocionais e no campo das relações de gênero e de poder masculino.

As mulheres participam das reuniões, mesmo com vínculo empregatício fora da comunidade, fato relevante para sua autonomia com vistas a tomarem decisões, que envolvem a produção e as relações familiares e subjetivas. As mulheres, segundo elas, são responsáveis pela “palavra final”, especialmente porque administram o orçamento familiar.<sup>16</sup> Percebe-se que as mulheres compreendem as relações neste cotidiano e lançam mão de resistências silenciosas, sutis, especialmente nas formas de direcionamento do lucro, dinheiro guardado em uma “caixinha”, cujos valores são mencionados com orgulho.

Isso porque, não são apenas valores monetários isolados, mas é o resultado de um processo de emancipação econômica dessas mulheres, que passam a direcionar o lucro para a ampliação da produção e para suas necessidades e desejos. Esse contexto foi percebido especialmente com a produção de galinhas semicaipiras, sendo esta produção também, uma forma de sociabilidade porque esteve sob a liderança feminina e os rumos foram decididos por elas.

Deste grupo, 3 (três) mulheres – Lurdes, Antônia e Sônia – participaram do I Seminário da REINESCO (Rede de Incubadoras do Centro Oeste), realizado em Cuiabá-MT, nos dias 19 a 21 de julho de 2011, quando, em público, falaram sobre a experiência de incubação que já estava em curso naquele período. Esta apresentação foi considerada um marco para nós e para elas, por se constituir na primeira manifestação em um grupo mais amplo com significativa medida de superação de medos e de afirmação de suas posições no desenvolvimento dos projetos da ITESS.

Essas mulheres demonstram interesse em desenvolver apenas atividades produtivas ligadas a terra, mas a renda obtida ainda é insuficiente para permitir a interrupção de seu vínculo empregatício. Os conhecimentos estão em construção no diálogo constante com os saberes tradicionais, as

---

<sup>16</sup> A meu pedido, as mulheres quilombolas leram este texto e avaliaram minhas afirmações. Elas discordaram da seguinte consideração: “há predominância da ‘palavra final’ entre os homens”. Eu acatei a mudança. Isso demonstra as ambiguidades entre o olhar de quem pesquisa e os sujeitos sociais, que nem sempre se reconhecem em nossas análises. Esses são os caminhos da pesquisa e da própria metodologia de incubação, que não representam verdades absolutas, mas sim, probabilidades questionáveis e suscetíveis de novos questionamentos.

experiências se ampliaram e se inter-relacionam com a luta pela demarcação das suas terras quilombolas.

### **Considerações Finais: similaridades entre as mulheres e a presença da Incubadora**

As mulheres dos três grupos são envolvidas por experiências comuns, com similaridades de necessidades, sonhos e anseios, mas também de dificuldades, angústias e obstáculos em diversas dimensões: sociais, econômicas, sociais, familiares, de gênero, enfim, estruturantes do campo de direitos humanos femininos, quando pouco a pouco percebem que “têm direitos a ter direitos”.

Ao mesmo tempo são plurais em seu modo de ser e de viver, de conceber o mundo e criar suas estratégias de resistências cotidianas. Encontramos então, a amplitude dos *possíveis* que chegam a ser inimagináveis, como a *travessia* que nos demonstra perspectivas sem identificações de pontos de partida ou de chegada, trata-se de um movimento concreto e simbólico para além do que está apresentado como próximo ou alcançável. Consideramos esta *travessia* como a busca cotidiana, dessas mulheres, por emancipação intimamente ligada com a conquista da terra que produz alimento e vida.

Destacaremos as similaridades por meio da terra e do trabalho que, mesmo diante das especificidades cotidianas dessas mulheres, as aproximam no campo do gênero e da luta por igualdade e emancipação. Terra e Trabalho se enovelam em meio ao cotidiano, uma relação de sociabilidade, na qual a Economia Solidária pode dialogar em prol do fortalecimento e valorização dessas duas dimensões.

A terra é considerada o *lócus* do cotidiano, onde as relações acontecem envolvidas por conflitos, conquistas, dificuldades, sobretudo, é o lugar da reprodução social e subjetiva dessas mulheres. Ela está interligada com as perspectivas de futuro e de melhorar as suas vidas e de suas famílias, estas sempre apresentadas como ponto primordial de suas existências.

As mulheres, em muitos casos, deixam de pensar em si mesmas e passam a viver em prol dessa família, desse arranjo que se organiza e/ou desorganiza na terra onde são plantados os sonhos e as expectativas, ao mesmo tempo cultivam seus alimentos e fincam raízes.

A terra é o simbolismo da *travessia*, onde as vidas ocorrem em meio a inúmeras resistências, construções e desconstruções de conhecimentos, diálogos entre saberes e fazeres, conquistas e perdas, avanços e recuos, enfim, as ambiguidades da *travessia*, que não tem lugar certo de concluir, mas é o meio do caminho.

Nos três grupos há o interesse em desenvolver a produção agrícola para o aumento da renda, o que corresponde a uma memória individual e coletiva de relação direta com a terra de trabalho que “produz alimento e vida”. Se esta terra produzir a renda necessária para suprir as necessidades de reprodução social e econômica familiar, permitirá a permanência da juventude, um desejo comum nos três grupos.

No que tange ao trabalho, as mulheres desejam desenvolver a agricultura, a criação do gado é uma consequência advinda das características da terra conquistada, preparada para alimentar o gado e não as pessoas. Esta atividade se mantém principalmente nos grupos de mulheres dos assentamentos, alterar esta lógica significa investimento e acompanhamento técnico.

No grupo de mulheres quilombolas, a criação do gado é direcionada à produção de leite para a subsistência, não há comercialização deste produto. O grupo produz hortifruti, mel e frango semicaipira, cujo excedente é comercializado. Lembrando que a maioria das mulheres exerce atividades fora da comunidade, seja por uma escolha pessoal e grupal, seja pela necessidade de suprir as necessidades das famílias não alcançadas somente com a produção de alimentos. Apesar desta opção não ser desejada prioritariamente pelo grupo, as mulheres recebem seu próprio rendimento.

Esse rendimento é percebido, não apenas neste grupo, como uma alternativa de decidir o rumo da renda e autonomia econômica. Vale ressaltar a alternativa de contatos e a ampliação de sociabilidades com a saída da comunidade, um aumento de perspectivas de diálogos e conhecimento de outras realidades.

Woortmann; Woortmann (1997, p. 62-64) tecem algumas considerações acerca da *terra de trabalho* e *terra de gado*. Segundo os autores, a terra de trabalho refere-se à ordem moral, pois nela mulheres, homens e suas famílias podem realizar um trabalho que poderia possibilitar o “enriquecimento honrado” e legítimo em contraposição ao *enricamento* que está ligado a uma ação ilegítima e vergonhosa. Há uma relação de intimidade com a terra, pois ela lhe dá alimento para o sustento da família e recebe o pagamento por meio do suor de quem nela trabalha, há respeito e comunhão entre a terra e as pessoas.

A *terra de trabalho* (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p.57)<sup>17</sup> é a fonte de manutenção da vida, “a morada da vida” (HEREDIA, 1979), enquanto possibilidade de tais famílias realizarem seu trabalho como forma de sociabilidade, contribuindo para o sentimento de que *a vida vale a pena*, “pois quem tem lavouras e sonhos, o arado não cega jamais.” E mais, é na terra que as famílias esperam encontrar o sossego, fincar raízes, ou, ao menos, conseguir a tão almejada casa, pela qual muitos lutam a vida inteira, pois o aluguel é considerado o símbolo da insegurança, do desenraizamento e pior, da “fraqueza” do provedor que não conseguiu realizar “o sonho da casa própria” (SARTI, 1996).

Na terra se concretiza o trabalho, por meio do qual as pessoas podem, mediante sua força física, associada a um saber fazer estruturado ao longo de sua vida, transformar a natureza, agir sobre ela, dialogar com ela conforme as necessidades da família. Nesta perspectiva, a produção confirma ou nega a manutenção da vida, pois se a terra produzir bons frutos, o futuro poderá encerrar a possibilidade de se concretizarem os projetos familiares.

---

<sup>17</sup> Estes autores falam também na *terra de trabalho* como sendo *terra de cultura*, de cultivo.

Os três grupos de mulheres enfrentam as transformações e contradições do mundo do trabalho na terra, alcançaram-na, mas as condições de permanência por meio deste trabalho são desafiadoras, ao considerarmos as trajetórias de vida, os sonhos e as expectativas de viver melhor e mais dignamente com os frutos desta terra. Por isso, em alguns casos, o trabalho na terra não basta, é necessário realizar outras atividades na cidade.

Nessa relação com a terra de trabalho, essas mulheres estruturam sua subjetividade, se movimentam, sustentam seus sonhos e levam adiante as expectativas em alcançar a vida de fartura em vários sentidos: alimento, moradia, educação, sustentabilidade, reconhecimento. São aspectos impulsionadores da emancipação feminina em meio ao desejo de construir relações de gênero com equidade nos campos familiares, econômicos, sociais e políticos.

Nesse contexto de vida e de trabalho, a Economia Solidária, um princípio fundante das ações desenvolvidas pela ITSS, permite criar um espaço-tempo dialógico, no qual as mulheres apresentam suas potencialidades, as ampliam e as ressignificam no contato direto com outras dimensões mais coletivas de uma economia *possível*, que pode ser geradora de igualdades, desde que seja orientada pela justiça social que significa compartilhar com justiça, os bens e recursos para satisfazer as necessidades de todas as pessoas sem distinção ou hierarquias.

Para as mulheres, aumentar a renda por meio de seu trabalho com vistas à qualidade de vida é um patamar para a emancipação econômica feminina, significa autonomia financeira e participação efetiva na renda familiar, que necessita do seu rendimento, este, torna-se essencial para a família e deixa de ser considerado um complemento. Segundo elas, sentem-se autônomas e mais livres para decidirem sobre diversos aspectos do seu cotidiano, inclusive, organizam o orçamento familiar. Segundo Luciana (Assentamento Lagoa Grande, 2014): “Cada dez reais que entra, faz a diferença na vida das mulheres. O nosso dinheiro é necessário para o orçamento doméstico, faz diferença”.

Para as mulheres quilombolas, a decisão sobre o orçamento familiar, que está sob sua responsabilidade, significa “dar a palavra final”, isto é, elas decidem os rumos do rendimento advindo do trabalho desenvolvido tanto por homens quanto por mulheres.

Nesse espaço-tempo dialógico, as mulheres são protagonistas de sua própria história na Economia Solidária, buscam ampliar a renda com o desenvolvimento de atividades, especialmente, ligadas à terra de trabalho e enfrentam o capitalismo com seus expressivos mecanismos de produzir novas configurações espaço-temporalidades com influência notável para enquadrar nossas atividades e suprimir a criatividade humana.

As mulheres e nós da Incubadora estamos nesta *travessia*, sem ponto de partida ou de chegada estabelecido, mas se construindo no meio do caminho.

## Referências Bibliográficas

- BRASIL. Economia Solidária, outra economia acontece. **Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social**. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.
- HARVEY, David. **Espaços da Esperança**. 3. ed. Tradução de Adaíl Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2009. (Cap. 10)
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da Vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. 6 ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2006.
- ROSA, Guimarães Rosa, **Grande Sertão**: Veredas, 3. Ed, Rio de Janeiro, RJ, Livraria José Olympio Editora, 1963.
- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**: experiências: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: (1970-1980). São Paulo, SP: Paz e Terra, 1988.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Violência de Gênero**: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Revista Lutas Sociais*, 1997, n. 2, s/d.
- SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como Espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996.
- SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André. (Orgs.) **A Economia Solidária no Brasil**. A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.
- SOUZA SANTOS, B. de. Pela Mão de Alice. **O Social e o Político na Pós-modernidade**. 4. ed. São Paulo, Cortez Editora, 1997.
- UFGD. **Projeto de Criação e Implantação**. Aprovado pelo Conselho de Campus do Campus de Dourados da UFMS. Resolução nº 261/03-CC/CPDO de 22/08/2003 e alterado pela Resolução nº 100-CC/CPDO de 27/05/2004.
- \_\_\_\_\_. Projeto **Rede de Incubadoras de Empreendimentos de Econômicos Solidários e Sustentáveis do Centro-Oeste (REINESCO)**. Cáceres, MT: UNEMAT, 2009.
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O Trabalho da Terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

# A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E AUMENTO DE RENDA EM UM GRUPO DE MULHERES NO ASSENTAMENTO JUNCAL - NAVIRAÍ – MS

*Angelita de Oliveira Almeida  
Antonio Francisco de Souza Filho  
Arly Porto de Oliveira  
Dalva Mirian Coura Aveiro  
Aldo Felipe Fava  
Mariana Coura Aveiro.*

## **Introdução**

A conquista de autonomia econômica frente à crise mundial do trabalho no contexto da globalização é o grande anseio de milhares de trabalhadores que estão excluídos do processo produtivo. Nesta busca, muitos trabalhadores ou mesmo agricultores sem renda, buscaram sua realização na Economia Solidária, cujos princípios são a democracia, solidariedade, autogestão, emancipação, cooperação e participação, contrapondo-se à lógica capitalista de exploração de força de trabalho.

Neste contexto das relações de trabalho, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-ITCP/UFMS busca auxiliar um grupo de mulheres do Assentamento Juncal, sendo este o primeiro pacífico do Estado, localizado no município de Naviraí/MS, com objetivo de conhecer a história de iniciação do grupo na Economia Solidária, o grau de escolaridade de suas integrantes, produção inicial, sua renda anterior e posterior à formação da Associação das Mulheres, bem como a diversificação da produção.

Com estes objetivos a ITCP/UFMS, iniciou o trabalho junto a um grupo de vinte e uma mulheres integrantes da Associação das Mulheres do Assentamento Juncal (AMAJU), com questionário estruturado contendo questões fechadas. A abordagem realizada foi quali-quantitativa e os dados foram trabalhados estatisticamente. Os resultados mostraram que o primeiro contato com os princípios da economia solidária aconteceu por intermédio da ITCP/UFMS e parceiros. E que das vinte e uma mulheres participantes, onze tinham o ensino fundamental incompleto, três tinham o ensino fundamental completo e sete não eram escolarizadas. Quanto à renda antes da incubação, os dados mostram que sete mulheres obtinham meio salário mínimo ao mês, doze informaram que recebiam um salário mínimo e duas não responderam. A diversificação do grupo foi importante para melhoria da renda das associadas. Oito mulheres já estão em mais de um grupo de produção e treze ainda mantêm somente a produção do frango caipira.

Constatamos que após a implantação dos quatro núcleos de produção: frango caipira, doces e compotas, artesanato e panificadora, o aumento de renda, segundo as entrevistadas, foi notório. Treze mulheres informaram estar recebendo um salário mínimo por mês; seis, recebendo dois salários mínimos ao mês e duas informaram estar recebendo mais de dois salários mínimos por mês. Estes dados confirmam a melhoria de renda das associadas, principalmente para as que optaram estar participando de mais de núcleo produtivo. Quanto às atividades desenvolvidas na produção, dezenove mulheres tinham como atividade principal a produção do leite e duas mulheres não responderam ao questionamento.

O trabalho apresentado confirma que das vinte e uma mulheres que iniciaram o grupo, treze permanecem e oito fizeram a adesão após a implantação do marco legal da associação. O grupo pesquisado demonstra que a economia solidária é viável, e que no grupo de mulheres do assentamento Juncal, aconteceu a diversificação produtiva e aumento de renda das mulheres envolvidas utilizando-se da Economia Solidária como estratégia e servindo de piloto para implantação em outros assentamentos no Mato do Sul.

### **Contextos da Economia Solidária**

Diante do crescente desemprego e degradação das relações humanas vividas na Grã-Bretanha de 1814 ressurgiu na década de 70 a Economia Solidária como alternativa nas mais diferentes áreas produtivas e através da cooperação ativa entre seus componentes, buscam construir iniciativas econômicas de geração de trabalho e renda. No Brasil, tem se expandido a partir de trabalho, na sua maioria, realizado por organização da sociedade civil, igrejas, incubadoras universitárias e movimentos sociais do campo e da cidade.

Inúmeros registros históricos retratam a constante luta da sociedade em busca da construção e universalização dos direitos humanos, sociais e também econômicos, impondo ao Estado a necessidade de garanti-los em programas de políticas públicas que venham atender às demandas e aos anseios por cidadania, cada vez mais organizados. Diferenciada dos processos produtivos participativos pela característica da Autogestão, a Economia Solidária atua de forma antagônica às instituições do capital. Significa o desenvolvimento de relações sociais novas, coletivistas, igualitárias e fundadas em práticas de democracia direta nos espaços de produção e da sociedade em geral (SARDÁ DE FARIA, 2012). Neste sentido, a Economia Solidária no Brasil, composta por milhares de trabalhadores organizados de forma coletiva, com a gestão de seu próprio trabalho lutando por sua emancipação, representa uma legítima demanda social, em constante debate público.

Buscando fortalecer a implantação da economia solidária no Brasil, foi formado no seio do Fórum Social Mundial em 2001, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária- FBES, instituído como interlocutor junto ao governo federal e outras instâncias. Como resposta à demanda do fórum, foi criada em junho de 2003, com a aprovação do Congresso Nacional, a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES), tendo

como papel o reconhecimento de um processo de transformação social assolada pela crise do trabalho, que desde o ano de 1980, se tornava cada vez mais assustadora. A exclusão social causada pelo desemprego estrutural, pela globalização e pela precarização das relações de trabalho, afetava não só o Brasil, mas grande parte do mundo, obrigando as pessoas a buscarem alternativas de produção variadas, individuais e coletivas. “O surgimento da SENAES, representou uma ampliação significativa do âmbito de responsabilidade do MTE, que passa a incluir o cooperativismo e o associativismo urbano” (SINGER, 2011, p. 408).

Com o objetivo de desenvolver no país ações que fortalecessem a Economia Solidária, foi criado pela SENAES, o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) que se constituiu como iniciativa pioneira para identificação e caracterização de empreendimentos econômicos solidários, de entidades de apoio e fomento à economia solidária e, mais recentemente, de políticas públicas de Economia Solidária. Sua primeira ação aconteceu em 2003, e contando com o apoio do fórum Brasileiro de Economia Solidária, o mapeamento de Economia Solidária no Brasil objetivou a constituição de uma base nacional de informações possibilitando a visibilidade, fortalecimento e integração aos milhares de empreendimentos econômicos solidários. Com o apoio de diversas entidades experientes em levantamento de informações e em banco de dados, o mapeamento de economia solidária identificou em todo o país, sujeitos sociais que praticavam a economia solidária sem ter, necessariamente a consciência de sua prática como sendo uma atividade de caráter solidário e democrático.

A economia solidária ganhou força e espaço nas políticas públicas, tornando-se relevante principalmente com experiências em grandes cidades do país. Singer destaca que: “assumiram proporções notáveis, a ponto de tornar a economia solidária uma opção adotada por movimentos sociais e importantes entidades da sociedade civil, como igrejas, sindicatos, universidades e partidos políticos” (SINGER, 2011, p. 408).

O processo da base conceitual não foi fácil de ser construído. Fundamental na orientação do processo de coleta e da organização do SIES foi elaborado através de debates com a consciência de que necessitava encontrar objetividade na conceituação sem prejuízos das contribuições teóricas já acumuladas. O conceito geral explicitou os valores e princípios fundamentais da economia solidária: cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica.

Realizando atividades econômicas de produção de bens e serviços, comercialização e serviços, a Economia Solidária no Brasil se apresenta com unidades formais ou informais com vistas à melhoria de vida dos seus trabalhadores e pautadas no trabalho coletivo autogerido, solidariedade e na intercooperação. Neste caminhar, o fluxo financeiro é basicamente local e volta a ser investido no próprio território. Outro elemento principal na constituição de um empreendimento solidário é a organização coletiva. Dentre essas organizações podemos citar o associativismo e o cooperativismo que ganham formas de agregador e de definidor de rumos para as ações. “[...] a existência

desse setor cooperado reuniria as condições para galvanizar as energias públicas e privadas existentes nas áreas reformadas de modo a constituir polos efetivos de desenvolvimento de forma equitativa e sustentável” (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 135).

Segundo o SIES, o princípio da cooperação é entendido com a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva dos bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.

## **A Economia Solidária e a Agricultura Familiar**

A luta pelo acesso a terra buscando a democratização fundiária no Brasil, fomentou o surgimento da mobilização legitimada de milhares de trabalhadores sem direito à propriedade e seus meios de produção. O Brasil é o maior detentor de latifúndio e o monopólio da terra ainda está em poder de poucos, mantendo em seu contexto histórico a desigualdade na distribuição de terras no país. Mesmo reconhecendo que essa conquista não será efetivada sem que haja uma mudança estrutural no processo de acumulação, característica principal do capitalismo, o movimento dos que lutam pelo direito a terra, pode ser considerada o mais legítimo símbolo da conquista coletiva em nosso país. A organização das famílias assentadas, a vida social e a organização do processo econômico fundamentados na cooperação, asseguraram para além da terra, políticas de financiamento para trabalharem a terra, não subordinada ao latifúndio e em condições iguais aos demais produtores. Nesse entendimento, num ambiente de conflito centralizado pelas grandes empresas de agronegócios “[...] O direito ao título de propriedade e acesso às políticas públicas apenas configuram uma nova circunstância de luta pela manutenção de condições efetivas para a atividade rural” (SCHIOCHET, 2012, p.21).

Na busca pela permanência e sobrevivência da produção no campo, os conflitos rurais são contínuos. A autonomia almejada é buscada através de estratégias existentes nos séculos passados como o cooperativismo e o associativismo, e delas, surgem grandes experiências por todo o país: a União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), dentre outras também de significativa relevância.

Mesmo com as lutas contínuas dos movimentos sociais em defesa da terra, milhares de brasileiros sem terra ainda vivem na fome, miséria e pobreza. Christoffoli afirma que: “[...] esse número segue crescendo, seja pelo aumento lento, mas constantes, das áreas reformadas, seja pelo abandono de terras pelos pequenos agricultores, ou pela competição capitalista a que são submetidos” (CHRISTOFFOLI, 2012, p.124).

O grande desafio da agricultura familiar dentro dos assentamentos da reforma agrária perpassa vários pontos incansavelmente discutidos por pesquisadores do tema, que num consenso geral, entendem ser necessária uma total reestruturação do órgão responsável pela reforma Agrária no Brasil. Sugestões variadas são apresentadas e na sua maioria, compreendem da

necessidade de ações que iniciem com massificação de política de fomento financeiro para a produção e assistência técnica. Para Christoffoli (2012, p.130), “A reforma Agrária vive, portanto, uma enorme contradição atualmente no Brasil. Ela se espalha e enraíza por todo o País, mas ao mesmo tempo se enfraquece politicamente enquanto alternativa para a crise”.

A reforma agrária no Brasil apresenta no momento atual, questionamentos, inquietações e ausência de possibilidades de avanço. As famílias assentadas sem uma ação de planejamento por parte do Estado, sem investimentos assegurados para seu desenvolvimento e infraestrutura, refletem essa ineficiência. A burocracia na liberação do fomento financeiro para a moradia e produção, é outro fator comprometedor da efetividade da reforma Agrária. Muitos assentados acomodam suas famílias em barracos de lonas enfrentando chuva e frio, e, mantendo a esperança pacientemente, sem itens essenciais de sobrevivência como a água, transporte e energia elétrica. Somado a todos esses obstáculos fragmentadores do desenvolvimento, a economia nos assentamentos está caracterizada pela baixa escala na produção, ausência de tecnologia produtiva e recurso escasso, muitas vezes, advindos de trabalho realizado em grandes propriedades, como a capinagem e plantação, ou até mesmo em indústrias próximas como as canavieiras, que se apropriam da mão de obra barata. Em alguns assentamentos, é possível encontrar o arrendamento das terras para fazendeiros da região na engorda de gado. Para Christoffoli (2012, p.134), “somente um amplo processo educativo articulado com medidas de qualificação técnica e de organizacional, permitiria o surgimento de um setor cooperativista forte nos assentamentos”.

Mas ainda é possível observar algumas ações que foram implantadas visando fortalecer a agricultura familiar. A consolidação do Programa de Aquisição da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no governo Lula, os quais trouxeram esperança aos assentamentos, estimulando a organização das famílias para atender a demanda de compra pelo Estado para a alimentação nas escolas, promovendo o desenvolvimento local. É necessário, portanto, considerar que a comercialização da produção da agricultura familiar está, de certa maneira, garantida, mas ainda a política pública de financiamento dessa produção e assistência técnica está longe de ser solucionada. A escala de produção é outro desafio que precisa ser enfrentado. Não há possibilidade de uma pequena cooperativa da agricultura familiar, atender a demanda contínua da merenda escolar, sem crédito ágil e com uma legislação sanitária direcionada a grandes empresas exportadoras, que muitas vezes recebem empréstimos a juros baixos de bancos públicos e até utilizam-se de recursos dos próprios trabalhadores (BNDS), para expansão das suas atividades produtivas, em muitas delas, massacrando os pequenos produtores da região, que sobrevivem da sua produção. Assim, dentro deste contexto, o presente trabalho teve por objetivo conhecer a história de iniciação de um grupo de vinte e uma produtoras rurais do assentamento Juncal do município de Naviraí, Mato Grosso do Sul, buscando destacar o grau de escolaridade de suas integrantes, sua produção inicial, a evolução da renda com o advento do processo de trabalho coletivo, a

diversificação da produção e o processo de formação e organização da Associação das Mulheres desse assentamento.

## **Desenvolvimento do Projeto de Incubação**

Este trabalho foi realizado no Assentamento Rural Juncal, situado no município de Naviraí (“23°03’45” S, 54°11’26” W), sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Sua fundação foi oficializada em 1963 e emancipada em 1965, sendo que até os anos 50 era apenas um campo desabitado. Possui uma área total de 3.194 km<sup>2</sup>, distante da capital (Campo Grande) 355 km. De acordo com IBGE (2010) o município abriga uma população de 46.355 habitantes, dos quais 42.781 residentes da zona urbana e 3.573 na zona rural.

Criado oficialmente em abril de 2002, o assentamento Juncal possui 2.605 hectares e comporta atualmente, cento e treze famílias e aproximadamente 500 pessoas. Foi considerado o primeiro assentamento pacífico do Estado e apresenta como principal fonte econômica a produção e comercialização de leite para indústria de laticínios.

O projeto, denominado Frango Caipira Pantaneiro, contou com o apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul ITCP/UFMS, Agência Regional de Extensão Rural/Naviraí-AGRAER, Fundação Banco do Brasil, Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA), Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e prefeitura Municipal.

Considerando o papel fundamental da mulher na disseminação de conhecimentos dentro da família e na comunidade em geral, optou-se por investir na capacitação de vinte e uma produtoras rurais do assentamento Juncal valorizando suas capacidades produtivas e inserindo-as diretamente no processo de geração de renda familiar.

Em fevereiro de 2007, para a elaboração do projeto, foram realizadas visitas técnicas ao assentamento para conhecer o espaço, a sua realidade socioeconômica e avaliar a sua capacidade produtiva. Assim foram organizadas reuniões na comunidade para discussão coletiva sobre alternativas de produção que fossem ao mesmo tempo diversificada e lucrativa.

O passo seguinte, após consenso sobre as ações a serem implementadas, os interessados em participar das atividades assinaram um Termo de Adesão ao Projeto, e posteriormente foi feita uma pesquisa coletiva para diversificação e viabilidade da produção. Após consenso, foi escolhido, a produção de frango caipira.

Com intuito de diversificar e qualificar a mão de obra das mulheres do assentamento, foram realizados vários cursos de formação e capacitação, como: capacitação em manejo de aves; em anatomia e fisiologia das aves; em abate industrial e artesanal; cooperativismo e associativismo; educação de jovens e adultos (projeto alfabetizando com a matemática) e capacitação em legislação e sanidade das aves.

Dando início às atividades, propriamente ditas, com as mulheres, o projeto da produção foi definido com a proposta inicial de quinhentos frangos

por mulheres em três etapas de produção: cem, cento e cinquenta e duzentos e cinquenta frangos. O valor total do projeto incluindo a infraestrutura foi liberado pelo Programa Nacional de Crédito para Agricultura Familiar (PRONAF), com prazo de pagamento em sete anos.

Mesmo com a proposta de aquisição da produção pela prefeitura municipal para atender a merenda escolar, outras estratégias de comercialização no mercado local foram estrategicamente pensadas, como por exemplo: uma marca que identificasse o projeto e o produto, a criação de rótulos, etiquetas e material de divulgação. Os rótulos obedeceram às normas básicas da Vigilância Sanitária Municipal, com a impressão de informações sobre o produto e com o carimbo de autorização para a comercialização, de início, somente no mercado local.

A Cooperativa dos Produtores do Assentamento Juncal (COOPAJU) foi o passo fundamental para finalizar a organização da cadeia produtiva do frango, que foi assim constituída:



A promulgação da Lei 11.947/2009 prevê no Art. 14, que no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, e esta foi a ferramenta fundamental para incentivar a expansão da produção de frango que está, atualmente, em 20 toneladas a cada ciclo de 90 dias distribuídos em 15 produtoras. Contando com o apoio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural por meio do território da Cidadania- MDA, a cooperativa foi contemplada com um caminhão refrigerado para o transporte dos frangos e leite.

Como forma de se avaliar a aceitação dos produtos no mercado, foram criadas tabelas para o controle de venda e consignaçoão. Dessas tabelas foram retirados dados, tais como: produtos mais vendidos, quantidade total vendida,

total de pontos de venda e em qual categoria se inserem (restaurantes, hotéis, pousadas, supermercados, lojas de artesanato, dentre outras). Periodicamente, visitam-se os estabelecimentos do comércio onde estão expostos os produtos para avaliar se sua aparência continua a mesma, ou seja, se apresentam descoloração ou qualquer outro indicativo de contaminação. Em caso positivo, providencia-se a substituição imediata do mesmo.

## **Resultados e Discussões**

Destacamos que o primeiro contato com os princípios da economia solidária aconteceu por intermédio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-ITCP/UFMS e parceiros, e foi fundamental para o fortalecimento das mulheres que organizaram o grupo. Após várias reuniões sobre Economia Solidária, com relato de experiências que aconteciam no país, as mulheres decidiram por serem incubadas pela Incubadora especificada acima. A organização formal e posteriormente o marco legal da Associação das Mulheres do Assentamento Juncal (AMAJU), foi composta por vinte e uma mulheres que permitiu a inclusão em projetos de políticas públicas municipais e espaços de comercialização em feiras livres e eventos.

O resultado da pesquisa apresentou que das vinte e uma mulheres entrevistadas que atualmente compõem a AMAJU, onze apresentavam o ensino fundamental incompleto, três, o ensino fundamental completo e sete não eram escolarizadas. Com relação à escolaridade das integrantes, o alto índice de não escolarizada evidenciou a necessidade urgente de implantação de uma educação voltada ao ambiente rural, que contemple dentro de sua grade curricular, temas sobre Economia Solidária e cooperativismo para fomentar a participação crítica e reflexiva de todas as envolvidas.

No tocante às atividades desenvolvidas na produção, o resultado mostrou que dezenove mulheres tinham como atividade principal a produção do leite e duas não responderam ao questionamento. Os baixos valores recebidos anteriormente para manutenção de toda uma família, expressa a realidade de maioria dos assentamentos da reforma agrária que sobrevive do monopólio da produção.

Basicamente direcionado a produção do leite, o Assentamento Juncal também padecia da submissão aos preços baixos definidos pela indústria, e o ganho estava resumido a baixos valores de rendimentos. Assim, com relação à renda o resultado da pesquisa apontou que: sete mulheres obtinham meio salário mínimo ao mês; doze informaram que recebiam um salário mínimo e duas não responderam.

Ressaltamos que a organização destas mulheres em grupos de produção foi importante para melhoria da renda das suas associadas. Os resultados demonstram que oito já estão em mais de um grupo de produção e treze ainda se mantém somente ao grupo do frango caipira, confirmando a cultura predominante da monocultura e o temor de não adesão a uma nova produção. Somadas ao grande estímulo da produção de aves caipiras, outras

produções foram sendo implementadas no assentamento pela AMAJU. Assim, começaram a produção do doce de leite, com o leite proveniente do próprio gado da família, pagando um valor acima do oferecido pelo laticínio, diminuindo, desta forma, a quantidade de produto fornecido e obrigando as empresas a negociar melhores preços para o leite, resultando em um espaço democrático de negociação.

Objetivando atender a necessidade de pães para a merenda escolar, a Associação das Mulheres Produtoras buscou apoio da prefeitura e implantaram a padaria comunitária. Atualmente entregam em média três mil pães ao dia nas escolas municipais e estaduais do município de Naviraí. A respeito desta produção, é relevante destacar que estas mulheres estão se capacitando profissionalmente para atender festas e eventos com o fornecimento de bolos, doces e salgados.

O artesanato é outro núcleo em constante crescimento. A produção comercializada nas feiras e eventos tem também clientela fiel que busca os produtos no próprio assentamento. A diversidade e criatividade dos produtos que vão desde cama, mesa, banho, foi ampliada para decoração de quartos infantis. Destacamos que grande parte da matéria prima necessária para o processo produtivo advém do próprio local, tal como: palha de milho, fibra de bananeira, sementes e outros.

Após a implantação dos quatro núcleos de produção: Frango caipira, doces e compotas, panificadora e artesanato, constatamos, segundo as entrevistadas, o aumento da renda: treze mulheres informaram que estão tirando com este trabalho um salário mínimo por mês; seis informaram estarem retirando dois salários mínimos ao mês e duas informaram que estão tendo uma renda com mais de dois salários mínimos por mês. Estes resultados confirmam o aumento gradativo de renda das mulheres associadas, principalmente para as que optaram estar participando de mais de um núcleo produtivo.

A importância da gestão coletiva na organização do grupo foi determinante para superar as dificuldades, pois a participação de todas no processo de decisão, fomentou o engajamento das associadas e oportunizou a entrada de novas integrantes ao grupo. O resultado apresentado confirma que das vinte e uma mulheres que iniciaram o grupo, treze permanecem e oito fizeram a adesão após a implantação do marco legal da Associação. A produção e a comercialização coletiva têm possibilitado a participação dessas mulheres em todo o processo produtivo e democrático, o que conseqüentemente, proporciona o desenvolvimento e a aquisição das práticas autogestionárias.

Portanto, o desafio da organização coletiva ainda impede novas conquistas de políticas públicas direcionadas aos assentados pela reforma Agrária. Uma delas está relacionada à reforma das casas das famílias que aguardam a liberação a mais de cinco anos. Sem representação de movimento social para mediar junto ao Órgão público de reforma Agrária, a cooperativa está filiando-se à União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES.

## Considerações Finais

A partir das ações de mobilização e capacitação das mulheres destacadas no decorrer deste trabalho, podemos notar com evidência a relevante estratégia de organização do trabalho produtivo e coletivo, baseados nos princípios da Economia Solidária, proporcionada a esse grupo de mulheres do Assentamento Juncal. É notório o amadurecimento coletivo frente às dificuldades, principalmente no início do desenvolvimento dos trabalhos, com relação à organização para o processo de trabalho coletivo, até porque, ainda vivemos em uma sociedade marcada pelo individualismo.

No entanto, é evidente a consolidação que os princípios básicos da Economia Solidária foram desenvolvidos pelo próprio grupo, como por exemplo, as decisões coletivas, a autogestão, o processo de produção e comercialização em conjunto, e o aumento da renda das mulheres.

É fato que a Economia Solidária é uma forma de inclusão social que possibilita a redução dos efeitos das refrações da questão social. Através dela, é possível edificar um modelo de produção associado, que construa um processo emancipatório, não no sentido de reprodução do assistencialismo, mas sim, no desenvolvimento de uma emancipação que leve aos sujeitos participantes a lutarem e questionarem por melhores condições de vida e trabalho. E isso foi possível perceber no grupo em que este trabalho foi realizado. A este respeito concordamos com Homem de Carvalho (2003), quando destaca que:

É favorecido um modelo de desenvolvimento local sustentável, onde o estímulo para a melhoria da economia está condicionado ao surgimento de iniciativas que favoreçam o aumento, a permanência e a (re)aplicação da renda no próprio município e arredores. Uma consequência imediata é o surgimento e/ou fortalecimento do comércio local, estimulado pelo aumento do consumo de alimentos, de vestuário, calçados, de eletrodomésticos, de equipamentos, ferramentas e materiais de construção, e outros insumos usados na produção e industrialização agropecuária (HOMEM DE CARVALHO, 2003, p.23).

Assim, com este trabalho podemos concluir que no grupo de mulheres do assentamento Juncal, aconteceu a diversificação produtiva e aumento de renda dessas mulheres através da determinação e força de vontade, utilizando-se da Economia Solidária como estratégia dessa mudança. Desta forma, é por meio destas iniciativas desenvolvidas e adquiridas pelo próprio grupo que conseguimos fazer com que aconteça a incorporação das práticas do trabalho coletivo e autogestionário, com um instrumento de reduzir as mazelas ocasionadas pelo atual sistema político e econômico, que ainda se faz prevalecer na sociedade.

### Referências Bibliográficas

CHRISTOFFOLI, P. I. Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária. In: **A Cooperação agrícola nos assentamentos do MST: Desafios e Potencialidades**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

HOMEM DE CARVALHO, J. L. *Prove* – Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar. Brasília. Programa de Gestão Urbana/UN HABITAT, 2. ed, 2003.

SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T. Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária. In: **Da Democracia à Autogestão: Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SCHIOCHET, Valmor. Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária. In: **Da Democracia à Autogestão: Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária. In: **A Economia Solidária no Governo Federal**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

Site: [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria\\_default.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_default.asp) (acesso em 20/08/2012).

# A SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA, A JUSTA TRAMA DA UNIVENS

*Rosângela Oliveira  
Ilma Ferreira Machado*

Este texto germina da pesquisa de mestrado: A socioeconomia solidária e a UNIVENS – pedagogia do trabalho coletivo e solidário e sua articulação com a emancipação dos sujeitos. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNEMAT, Cáceres/MT, no ano de 2012, que buscou analisar a dimensão educativa do trabalho coletivo e solidário nos Processos Coletivos de Trabalho Solidário (PCTS), a socioeconomia solidária, na cooperativa UNIVENS, que faz parte da cadeia produtiva do algodão solidário, denominada Justa Trama.

Gestar outra economia significa encontrar outro marco teórico, societário e econômico que se instale pela sociedade. Forja um movimento em direção ao novo *habitus* (BOURDIEU, 1983) cultural, educativo, social, político e econômico.

Entendemos esse movimento a partir do *habitus* que são estruturas adquiridas desde os primeiros contatos familiares que vão modificando-se nas relações sociais. O sujeito é considerado um ser ativo no espaço social e está constantemente interagindo com o outro. Dessa forma, o espaço social é o local da discussão e, portanto, de lutas, com forças diferentes interagindo. Essas forças que se interagem geram conflitos que possibilitam a reflexão. Acreditamos ser esse o caminho para a construção de mudanças significativas. (LIMA, 2010, p.78).

Ampliamos a percepção de ação pedagógica (BOURDIEU, 1992) para além do ambiente escolar que, tomado isoladamente (unicamente), torna restritiva a concepção de ser humano em sua omnilateralidade.

No Brasil, com o avanço do neoliberalismo na década de 90, “emergiu”,<sup>18</sup> o que hoje é denominado economia solidária, mas é provável que tenha permanecido, por décadas, imerso ou encoberto como economia “informal”. Hoje existe um mapeamento de Processos Coletivos de Trabalho Solidário autogestionários, cooperativismo, economia informal ou economia popular, sistematizado da seguinte forma:

---

<sup>18</sup> Com relação à constituição histórica dos precursores do cooperativismo e associativismo alavancado pelo processo de reestruturação do Capital; assim como um histórico do cooperativismo-associativismo na Europa e as primeiras experiências cooperativistas e associativistas no Brasil engendradas pelas novastransformações nos processos de trabalho ver GOERCK, 2009.

Segundo a SENAES, além das experiências de geração de trabalho e renda, por meio de cooperativas, associações e grupos informais, a Economia Solidária no Brasil é constituída também por: a autogestão de empresas pelos trabalhadores, agricultura ecológica, consumo solidário, sistemas locais de emprego e comércio, sistemas locais de trocas, Rede Global de Trocas, Redes de Cooperação, Feiras de Economia Popular Solidária, organizações comunitárias, Sistemas de Microcrédito e de Crédito Recíproco, Bancos Comunitários e/ou do Povo, Sistemas Locais de Moedas Sociais, movimentos sociais, assentamentos de trabalhadores rurais e/ou sem-terra, autogestão de empresas falidas, prestação de serviços, cooperativas e associações de crédito, consumo, produção, entre outros. (GOERCK, 2009, p. 93).

Compreendemos, portanto que a social economia é múltipla e que cada Processo Coletivo de Trabalho Solidário pode se encontrar em diferentes estágios de construção e perspectiva societal pela própria diversidade *da e na* socioeconomia; dos movimentos sociais; dos sujeitos deste processo.

## **A JUSTA TRAMA da UNIVENS**

A UNIVENS – Cooperativa de Mulheres Unidas Venceremos, está localizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, foi fundada em maio de 1996, por mulheres, entre 18 e 70 anos, que resolveram formar a Cooperativa para ser uma alternativa de trabalho e renda de forma coletiva. Desde o início trabalhou na perspectiva de terem produtos próprios. Hoje, a Cooperativa está com 25 cooperados (as).

Atualmente, agregaram-se os serviços de serigrafia e bordado ao da costura, personalizando assim qualquer tipo de produto têxtil. Confecciona peças masculinas, femininas e infantis. É também a ponta da cadeia ecológica do algodão solidário, da qual participam trabalhadores(as) organizados(as) que integram Processos Coletivos de Trabalho Solidário da economia solidária. São homens e mulheres (em torno de 700 trabalhadores) agricultores, fiadores, tecedores, coletores e beneficiadores de sementes e costureiras. Quem está neste processo de produção é também o proprietário da marca Justa Trama. Esta é uma cadeia produtiva na qual, desde o plantio da semente do algodão até a venda do produto, o trabalho é organizado por cooperativas de trabalhadores auto-organizados numa perspectiva autogestionária e sustentável. Cadeia que se completa com o incentivo ao comércio justo e o consumo solidário.

[...] a Justa Trama se desenvolve como uma cadeia produtiva que atravessa o Brasil de norte a sul, passando por seis diferentes estados (RO, CE, SP, PR, SC e RS). Seu fluxo inicia com os plantadores de algodão ligados a ADEC, em Tauá-CE, e a comunidade de plantadores de Moreira Sales no Paraná. Este algodão é enviado para Nova

Odessa-SP, onde a CONES produz fios de algodão. Posteriormente, estes fios são encaminhados para a Cooperstylus em Santo André-SP, onde são transformados em tecidos para, finalmente, chegarem até os grupos de costura, Fio Nobre em Itajaí-SC e a UNIVENS em Porto Alegre-RS, para serem transformados em roupas. Adereços, botões e miçangas que servem de acabamento para as peças são coletadas por famílias da região amazônica e enviadas para as costureiras do sul. (LACERDA, 2009, p.133).

No final de 2011, agregou-se à cadeia produtiva o estado de Mato Grosso do Sul por meio da Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (APOMES) do Assentamento Itamarati<sup>19</sup>, um dos maiores assentamentos do Brasil.

Este breve relato colabora na visualização do que é, materialmente, este Processo Coletivo de Trabalho Solidário<sup>20</sup>, assim como as diversas pesquisas que foram e estão sendo produzidas com relação à economia solidária no Brasil, à UNIVENS e à Justa Trama nos últimos dez anos nas diferentes áreas do conhecimento já que é possível perceber um crescente número de pesquisas relacionadas ao tema no século que desponta. É o caso, por exemplo, de Cris Fernandez Andrada, que publicou um livro, fruto de sua pesquisa de mestrado referente à UNIVENS. E, também, o trabalho de Josiane de Andrade Pereira, com o enfoque em administração, muito ilustrativo para compreendermos a constituição da cadeia produtiva do algodão ecológico da “Justa Trama”. A pesquisadora focaliza a outra ponta da cadeia (a ADEC - Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá – Ceará), analisando três dimensões encontradas no conceito da Economia Solidária - cooperação, sustentabilidade e desenvolvimento humano - e investiga a influência de cada uma na atividade que caracteriza a primeira etapa de produção da rede Justa Trama, os membros da Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural (ADEC) no Ceará e chega até a UNIVENS em Porto Alegre.

Há ainda o trabalho de Luiz Felipe Barboza Lacerda - *Governar-Se Para Quê? As Práticas de Gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários: O Caso da Cadeia Produtiva de Algodão Ecológico Justa Trama*, um estudo de caso, o autor procura fazer uma contextualização da cadeia produtiva do algodão solidário, visitando todos os elos, faz um resgate histórico do trabalho como categoria de análise, relacionando trabalho e emprego. Traz, também, algumas referências com relação ao Brasil e o que autor pontua como um panorama geral do mercado do país, (principalmente com relação ao algodão – mercado- consumo- exportação entre os anos de 1980 a 1992), assim como a própria descrição da Justa Trama, já que o objetivo do autor é “analisar a cadeia produtiva sob três aspectos: desenvolvimento local, gestão da Cadeia Produtiva como um todo e o processo de subjetividade dos trabalhadores, e

---

<sup>19</sup>Ver: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Assentamento\\_Itamarati](http://pt.wikipedia.org/wiki/Assentamento_Itamarati)

<sup>20</sup>Para aprofundar-se, ANDRADA, 2005.

assim perceber como suas experiências propiciam alternativas objetivas e subjetivas frente à lógica vigente de relações e produção na esfera do trabalho”.

O autor pontua a relevância do protagonismo desta cadeia produtiva em vários aspectos: desenvolvimento local, consciência ecológica, amplitude da cadeia produtiva, diversidade de “empreendimentos” (em vários aspectos – da compreensão e integração a economia solidária, a sustentabilidade econômica, militância, gestão e culturais) e principalmente a questão da representatividade da amplitude geográfica que a cadeia tem.

Relacionamos também à reflexão de Silvana Aparecida de Aguiar *Práticas Cooperativas em Redes de Economia Solidária sob a óptica da ação comunicativa: o caso da rede justa trama* traça outro “olhar” com relação a cadeia produtiva e a elege como forma produtiva pós-capitalista, pontuando como pontos fortes a questão ecológica, a conscientização dos membros com relação ao cooperativismo e a inserção internacional a rede de comércio justo: “[...] dimensões da economia solidária; a temática social e as crises econômicas mundiais; definições da economia solidária; as esferas da economia solidária instituições de apoio aos empreendimentos solidários” (AGUIAR, 2009, p. 27) traça um conceito de economia solidária fundamentado em André Guélin (1988), Mance, (2002), para Laville (1994), que está de acordo com o pensamento de Ortiz Roca, reproduzido por Tauile (2002), salienta que:

No Brasil, o conceito economia de solidariedade foi usado pela primeira vez no Brasil por Gadotti (1993), no livro *Economia de Solidariedade e Organização Popular*. Esse conceito, por sua vez, foi extraído de Razeto, que determina com a temática sua participação no livro organizado por Gadotti naquele ano. (AGUIAR, 2009 p. 27).

A autora ainda relaciona algumas entidades de apoio à economia solidária; um mapa do comércio justo em escala mundial; uma análise detalhada dos “empreendimentos” que fazem parte da cadeia produtiva. A autoradefende:

[...] a existência de uma racionalidade substantiva mais acentuada em cooperativas cuja gênese está relacionada à participação de trabalhadores na sua organização e gestão, e mais fraca nas cooperativas que só se organizaram por questão de sobrevivência, sem uma compreensão mais profunda dos processos envolvidos na sua participação neste tipo de rede. (AGUIAR, 2009, p. 8).

Esta breve relação de autores pesquisando a socioeconomia, a UNIVENS e a Justa Tramademonstra a amplitude de possibilidades de análise e atentamos para o fator do consumo.

O consumo é a mola propulsora do sistema do Capital. Escolher o que consumir é pensar em si e no coletivo, termos uma postura crítica perante o que consumimos torna-se essencial para a manutenção da vida no planeta, porém

esse tipo de análise só é possível quando as pessoas compreendem que produção também é consumo (Marx); e é neste aspecto que o pensar o consumo solidário passa a ser incluso na cadeia produtiva.

Não é por acaso que a Justa Trama infere que o consumidor é o último elo da cadeia produtiva de seus produtos: “Assim ao comprar uma roupa da **Justa Trama** estamos contribuindo para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário, em que a cooperação vai do primeiro ao último elo da cadeia: **você**” (JUSTA TRAMA, documento *online*).

O enfoque ao qual nos propomos procura ir além da descrição da subjetividade construída por estes sujeitos e sua relação com a comunidade, e busca estabelecer uma análise que interliga a perspectiva do trabalho coletivo e solidário como fator pedagógico para emancipação dos sujeitos, individualmente, e também do seu entorno, da comunidade, da cidade, no país e fora dele onde a auto-organização das trabalhadoras infere direta ou indiretamente.

Podemos exemplificar na própria constituição da “Escola Nova Geração”, uma escola comunitária, e a primeira (se não a única, em Porto Alegre, organizada cooperativamente, que mantém vínculo com o município) cuja semente nasceu em discussões internas da UNIVENS com relação às necessidades das mães da cooperativa e da comunidade de ter onde deixar os filhos, mas esbarravam no valor exorbitante das creches no bairro:

A entrada no mercado de trabalho foi considerada um elemento fundamental para a conquista de uma maior autonomia pessoal das mulheres e a redução da sua dependência e subordinação aos homens no interior da família. Mas este potencial emancipador vem sendo em grande parte limitado, porque as mulheres continuam mantendo seus papéis tradicionais na família, como principais responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos (FARIA; NOBRE, 1997, p. 34).

Houve um protagonismo destas mulheres também nesta direção. Estas trabalhadoras procuraram um meio de viabilizar seu trabalho e o cuidado com os filhos, seja na questão da adequação dos horários, ou possibilitando o trabalho em casa, mas sem com isto tornar seu trabalho alienado, ou alijar-se dos mecanismos participativos e decisórios da cooperativa. Também pode ser percebido, sob um caráter emancipatório, mesmo que estas trabalhadoras permanecem responsáveis pelo “cuidado com os filhos”, (tarefa intrínseca à condição de gênero na sociedade em que vivemos) são elas quem constituem a forma de fazê-lo, adequando o tempo de trabalho com a sua vida. Este é o caso das mulheres cooperadas cujos filhos precisam de assistência integral, por exemplo, e trabalham em casa.

Esta prática parece diferenciar-se da lógica capitalista, onde “trabalhar em casa” significa um sobretrabalho e a exploração do trabalhador que vê sua vida doméstica/pessoal ser invadida pela produção de mercadorias a serem

entregues a um comprador e proprietário de grande empresa, que revende por um preço superior - lucrando com a venda sem qualquer retorno à trabalhadora que produziu. Aqui, o trabalhar em casa vem atender uma necessidade ou um desejo da própria cooperada, ao mesmo tempo em que ela não é apartada da contextualização, do que se passa na e com a cooperativa, pois a cada dia, há um momento de socialização, além de participarem igualmente das assembleias e têm “tarefas” com relação ao prédio da cooperativa e também tem um cronograma de atividades nas feiras (são as que trabalham “fora - em casa” as responsáveis por limpar e organizar o entorno do prédio; fazem o trabalho de banco, quando necessário, ou de acordo com suas possibilidades pessoais e também trabalham nas feiras da SES).

É importante também pontuarmos que a Escola Nova Geração atende toda a comunidade e não apenas aos filhos das cooperadas. Também lá está localizado o Ponto de Cultura – iniciativa apoiada financeiramente pelo Ministério da Cultura-, onde a UNIVENS foi mais uma vez protagonista de um processo com a comunidade:

As iniciativas são desenvolvidas pela sociedade civil que, após seleção realizada por meio de edital público, tornam-se responsáveis por articular e impulsionar ações voltadas para a cultura e que já existem nas comunidades. (ANTUNES, 2011, documento *online*).

Pode-se dizer que a UNIVENS procura articular um projeto de geração de renda e desenvolvimento local, incentivando de várias maneiras a comunidade, orientando os membros a “usar seu dinheiro” nos mercados do bairro, movimentando a economia local, seja incentivando a constituição de outras cooperativas, ou “guardando os retalhos para que aquelas senhoras façam fuxico” – alusão a um grupo de três mulheres que se organizaram no bairro para trabalharem juntas -, ou disponibilizando os cones de linha para artesãos do bairro na época de natal, ou seja, criando “redes de proteção” para a sustentação de suas propostas. Membros da cooperativa estão na patrulha ambiental, nas discussões referentes a gênero, criação e fortalecimento de grupos de geração de trabalho e renda para mulheres na América Latina (a “JUSTA LANA” no Uruguai surge com uma influência direta e participante de membros da cooperativa) e nos conselhos municipais. A presidente da cooperativa, por exemplo, é atualmente, também, diretora do Departamento de Economia Solidária do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Os membros da cooperativa fazem questão de estarem presentes nas discussões do Orçamento Participativo.

Orçamento Participativo (OP) é um processo pelo qual a população decide, de forma direta, a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal {...} a população elege as prioridades para o município, seus conselheiros, e define o número de delegados da cidade para os seus respectivos

Enfim, na concretização do trabalho como afirmação humana, ao mesmo tempo em que se trabalha se discute o dia a dia, desde o preço da comida até o custo da produção, as questões políticas locais e nacionais; participa-se dos processos decisórios mais internos à cooperativa, assim como daqueles ligados à gestão municipal e estadual, num processo pedagógico que forja a autonomia e emancipação dos sujeitos e ainda constitui possibilidades de desenvolvimento econômico em vários níveis: municipal, estadual, nacional, latino e para “além-mar”.

## **Socialeconomia e Educação**

A própria concepção de educação e de construção científica modifica-se dialeticamente no fazer histórico: “pelo seu caráter dialético, a educação é condicionada mas também condicionante porque pode contribuir para a articulação e a difusão de uma nova concepção de mundo” (ADAMS, 2010 p. 16). A assunção de que não há educação neutra, (FREIRE, 2007) nem ciência neutra (SANTOS, 2009), conduz também os pesquisadores à tomada de posição: De que lado se está? Que pesquisa fazemos e com qual direcionalidade? Com qual concepção de homem e sociedade nos identificamos? E, para que e a quem servirá a construção deste conhecimento?

Neste sentido, o trabalho é o elemento fundamental de análise. Substantivo adjetivado por coletivo, solidário, entendido como princípio educativo, e, que desta forma pode libertar-se da algema alienante produzida pelo modo de produção dominante. O trabalho retomando sua essência como característica humana, ligada a própria vida, porque se compreende o trabalho como fonte de produção e apropriação de conhecimentos e saberes e os “[...] trabalhadores como atores de resistências e aceitações, lutas e negociações não como espectadores dos acontecimentos” (SILVA, 2007, p. 18).

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil a vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição

e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e o qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2008, p. 211).

E ainda por que:

Trabalho é apenas outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda, mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. (POLANYI, 1980, p.85).

Portanto, a organização do trabalho que nos leva a percebê-lo como atividade separada da vida, é uma organização do sistema do Capital, já que, em outras palavras:

Segue-se daí que a organização do trabalho mudaria simultaneamente com a organização do sistema de mercado. Entretanto, como a organização do trabalho é apenas um outro termo para as formas de vida do homem comum, isto significa que o desenvolvimento sistema de mercado seria acompanhado de uma mudança na organização da própria sociedade. Seguindo este raciocínio a sociedade humana tornou-se um acessório do sistema econômico. (POLANYI, 1980, p. 87).

É importante problematizar que, o contexto sociocultural onde estamos situados é um mundo cada vez mais fragmentado, apático, sem esperanças no futuro, os fundamentos básicos do modelo hegemônico da sociedade na qual vivemos, porém, também, “é preciso levar em consideração que um período histórico apresenta várias alternativas, que tem diversos graus e dentro dos limites gerais de suas determinações objetivas viáveis para as forças sociais em disputa” (MÉSZÁROS, 2004, p. 310).

O Capitalismo não tem uma data para lhe conferirmos uma certidão de nascimento, foram as condições históricas que possibilitaram seu surgimento, como em qualquer outro modo de produção. É importante salientar que, tendo seus alicerces gestados desde a Baixa Idade Média, somente a partir

do século XIX começou a consolidar-se em direção a tornar-se um modo de produção hegemônico:

Somente a civilização do século dezenove foi econômica em um sentido diferente e distinto, pois ela escolheu basear-se num motivo raramente reconhecido como válido na história das sociedades humanas e, certamente, nunca antes elevado ao nível de uma justificativa de ação e comportamento na vida cotidiana, a saber, o lucro. O sistema de mercado auto-regulável derivou unicamente deste princípio. (POLANYI, 1980, p 47).

Só a partir deste período é que o progresso econômico passou a tornar-se sinônimo de progresso humano.

Portanto, nem sempre foram estas as lentes teóricas, filosóficas, jurídicas e mesmo econômicas a orientar a sociedade, houve um movimento histórico que principiou esta reelaboração. Nem tão pouco o sentido lato de economia é, de fato, a alienação do trabalhador, a exploração inescrupulosa dos recursos naturais; esta construção transformou a economia no oposto de seu significado, antagônico ao seu conceito.

E aqui entra a contextualização pedagógica do movimento histórico que pode proporcionar a organização do trabalho na e da SES, a possibilidade de retomar o ser humano enquanto centralidade e o trabalho como perspectiva emancipatória, mas não qualquer trabalho, pois o trabalho que aliena não conduz à emancipação: “O trabalho alienado pode ser substituído pelo labor consciente e criativo que propicia a realização humana plena” (CATTANI, 2003, p 10).

E é nesta direção que pautamos o trabalho que se constitui na SES: modo de vida, de trabalho, organização societal, política, economia, princípio educativo, ação pedagógica constitutiva de *habitus culturais* que, mesmo existindo no modo de produção dominante, se fortalece nas contradições criadas por ele, aprofunda e amplia as fendas que são frutos de sua própria contradição. Entendemos as modificações proporcionadas pelos sujeitos da SES sob a concepção de *habitus*, a partir de BOURDIEU que infere:

A noção de *habitus* engloba a noção de **ethos**, e é por isso que emprego cada vez menos esta última noção. Os princípios práticos de classificação que são constitutivos do *habitus* são **indissociavelmente** lógicos e axiológicos, teóricos e práticos (no momento que dizemos branco ou negro, dizemos bem ou mal). Na medida em que a lógica prática é voltada para a prática, ela inevitavelmente engaja valores. Foi por isso que abandonei a distinção a que tive que recorrer uma ou duas vezes, entre **eidós** como sistema de esquemas lógicos e **ethos** como sistema dos esquemas práticos, axiológicos (e mais ainda porque ao compartimentar *habitus* em dimensões **ethos, eidós, hexis**, corre-se o risco de reforçar a visão realista que leva a

pensar em termos de instâncias separadas). Além do mais, todos os princípios de escolhas são incorporados, tornando-se posturas, disposições do corpo: os valores são gestos, maneiras de ficar em pé, andar, de falar. A força do **ethos** é que se trata de uma moral que se tornou hexis, gesto, postura. (BOURDIEU, 1983, p. 104).

Compreendemos que o cotidiano do trabalho coletivo e solidário pode corroborar a formação de um *habitus cultural biófilo* dos sujeitos envolvidos na SES que, paulatinamente, “transborda”, para a comunidade em seu entorno e que, através das ações destes sujeitos como protagonistas de um processo educativo que pode forjar um novo *habitus social emancipatório* que se constitui por meio do trabalho coletivo.

Coletivo toma uma concepção mais visceral do que simplesmente estar junto. Pensar e decidir pelo e com o coletivo é

Um dos pressupostos da pedagogia da produção associada é que a reprodução ampliada da vida requer dos setores populares a *coordenação do esforço coletivo* do conjunto de pessoas que compõe a unidade de produção (seja ela unidade doméstica, da cooperativa ou de qualquer outro empreendimento econômico). Nesse horizonte, se toda a relação envolve pelo menos dois sujeitos individuais ou coletivos, a questão é saber com quem nos associamos (com o vizinho ou com o FMI), e com quais critérios estabelecem as regras do jogo (com relações de dominação ou de igualdade). (TIRIBA, 2010, p.93).

A necessidade de sobrevivência, a dificuldade de inserção no mercado, potencializado pela crise econômica dos anos 90, são justificativas e também causas para que as mulheres da UNIVENS procurassem uma forma de obter renda e trabalho coletivamente. Obviamente não podemos fazer aqui um mero encadeamento dos acontecimentos, e entender cada momento como estanque, não é assim que os fenômenos acontecem. Há uma interação dos fatores, um aprendizado nos e dos caminhos a serem percorridos. É um processo educativo de construção da autonomia dos sujeitos concomitante à construção de seus processos coletivos de trabalho. Na Educação Popular pensada por Pistrak a partir do trabalho coletivo na escola

O coletivo é uma concepção integral e não um simples total referido a sua parte, o coletivo apresenta propriedades que são inerentes ao indivíduo. As crianças e também homens em geral formam um “coletivo” dos quais tem consciência e que lhes são próximos. (PISTRAK, 2002, p. 177).

A educação construída neste contexto é tão abrangente quanto a vida exige. Este é um sentido lato de educação, uma que educação integra saberes, pois não se muda primeiro e agimos depois, tudo acontece junto.

Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas... Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado ninguém amadurece de repente aos 25 anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia enquanto amadurecimento do ser para si é processo, é vir a ser. (FREIRE, 2007, p. 107).

A própria economia solidária é processo em formação que bebe da fonte do cooperativismo e do associativismo,<sup>21</sup> entretanto, os sujeitos e o processo se constroem concomitantemente. Não há uma unidade linear nem quanto à percepção dos sujeitos, nem na constituição dos processos, nem mesmo para definir esta outra economia. Podemos encontrar como denominações: economia social, economia de resistência, economia popular, economia popular e solidária, economia do dom, socioeconomia, entre outras.

Não existe consenso sobre o significado da expressão “economia solidária”. Diversos autores engajados na difusão dessa proposta travam debates teóricos em torno das diferentes interpretações. Porém, Paul Singer (2002), Laville e França Filho (2004) e Luiz Inácio Gaiger (2004) apresentam como traço comum, a tentativa de resgatar os princípios cooperativistas formulados no início da Revolução industrial pelos chamados Socialistas Utópicos (Robert Owen, Fourier e Saint-Simon). Essa proposta inicial buscou a criação de cooperativas, geridas pelos próprios trabalhadores, como forma de luta contra as precárias condições de trabalho e o desemprego em massa existente na época. Essas ações deram origem, no início do século XIX, ao movimento Internacional do Cooperativismo<sup>22</sup>. (DOURADO, 2010, p.13).

Sendo assim, entendemos que,

[...] centrar-sena discussão dos empreendimentos solidários é discutir e compreender os complexos processos societais pelos quais se organizam a produção, a distribuição da renda, a ética, a educação, a profissionalização, o cuidado

---

<sup>21</sup> Para aprofundar-se neste histórico ver: GOERCK - Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua Contribuição para a Viabilidade das Experiências Coletivas de Geração de Trabalho e Renda no Rio Grande do Sul. A autora faz um resgate da história do cooperativismo, especialmente no associativismo no Brasil.

<sup>22</sup> Movimento Internacional do Cooperativismo compreende os seguidores dos princípios de Robert Owen, as chamadas sociedades cooperativas ou também “aldeias cooperativas”. Também baseados nas concepções de Fourier e Saint-Simon. (SINGER, 2002).

ecológico, a capacidade de sonhar e de humanizar o ser humano desumanizado [...], pela participação e pela esperança de construção da Sociedade Solidária. (ZART, 2006, p.6).

Encontrar outro marco teórico, societário e econômico que se instale pela sociedade. Forjar um novo *habitus* (BOURDIEU, 1983) cultural, social, político e econômico. Trata-se, em seus fundamentos, de uma forma organizativa do trabalho que vai além do aspecto puramente econômico. Dessa forma, amplia-se,

[...] a noção de economia como “ciência que trata os fenômenos relativos à produção, distribuição acumulação e consumo de bens materiais ou num sentido mais genérico, da arte de administrar um estabelecimento qualquer... não abarca todo o processo que envolve este fenômeno. Isto é a dita “economia de solidariedade” não pode ficar atrelada apenas a indicadores ou às razões econômicas, de “gerarem novos postos de emprego”, de reintegração de trabalhadores e trabalhadoras ao mercado formal de trabalho, de incentivar empreendimentos solidários (autogestionários ou não) com vistas apenas a vir competir na economia do mercado capitalista, da distribuição de renda”. (CORRÊA, 2005, p 48).

Sob a percepção do trabalho coletivo, os conceitos são problematizados nas vivências dos sujeitos. Mesmo com o entendimento de que existem inúmeras experiências cooperativas que se tornam mais uma ferramenta de exploração do capitalismo, não discutiremos sobre tais “empreendimentos”, pois, estas são experiências do Capital, cotidianas na fragmentação e fragilização do trabalho. Os Processos Coletivos de Trabalho Solidário, ao qual nos referimos são aqueles que, não sendo ainda uma alternativa ao capitalismo soma-se aos pontos que, paulatinamente funcionam e interagem em direção oposta a este sistema. Utilizando-se das próprias falhas, fendas e brechas deixadas por ele, intensificando suas contradições possibilitando sua superação.

Nesse sentido, tal como Santos (2006), entendemos que:

[...] a socioeconomia solidária, em seu conceito e em suas ações, transcende a esse conceito voltado apenas para a valorização da produção, distribuição, acumulação e consumo, esquecendo-se das relações sociais que tudo isso implica. Tanto o termo economia solidária/ou socioeconomia solidária, referem-se à mesma coisa: à maneira solidária e coletiva de gerir a economia. O acréscimo do termo “sócio” tem como finalidade enfatizar o caráter social, que é próprio do sentido que a economia deve ter. (SANTOS, 2006, p. 40, grifo nosso).

Enfim, a terminologia e os conceitos são tantos e tão diversos quanto os contextos das experiências. A realidade das localidades e das comunidades, a materialidade e a percepção dos trabalhadores de acordo com as concepções e realidades específicas, tanto por quem as constroem no cotidiano de seu trabalho, quanto pelos sujeitos que pesquisam.

Concordamos com Santos (2006) quando afirma que os termos, muitas vezes, podem ser usados como sinônimos. Entretanto, preferimos o termo Socioeconomia porque, conforme vimos discorrendo no presente texto, entendemos que é a sociedade que organiza a economia e não o contrário; e é grafado junto, tal como na regra da língua portuguesa que não separa por vírgula “sujeito e predicado”, por analogia inferimos: não se separa os sujeitos das suas ações na sociedade. Afinal, separar sociedade e economia também é uma ação artificial que apenas colabora para o desenvolvimento do metabolismo do Sistema do Capital. “Ao referirmo-nos à socioeconomia solidária, temos em perspectiva a necessidade e a possibilidade de construirmos configurações sociais distintas das formações sociais hegemônicas organizadas sob os auspícios do capitalismo globalizado.” (ZART, 2004, p. 173). Nossa grafia representa um conceito.

O adjetivo: “Solidária” contrapõe-se a ideia de compaixão, comumente disseminada pelas ações de algumas ONGs, ou para a conotação religiosa ou de doação, geralmente atribuída pelos meios de comunicação; a solidariedade, neste caso, basta-se na simples ação monetária (na imensa maioria dos casos), e mesmo quando aliada a ajuda no “corpo a corpo” vem alinhar-se ao conceito de voluntariado, e voluntário conjuga-se a percepção de caridade, e, mais uma vez, corrobora com a propagação dos ideais dominantes. Sendo assim:

(...) A solidariedade conservadora é aquela que cria relações de dependência, de conformismos e de passividade política. Constitui-se em desencargos e descompromissos daqueles que atuam neste campo. É o projeto de manutenção e reafirmação das hierarquias sociais excludentes. (ZART, 2004, p. 78 - 79).

A solidariedade que adjetiva a socioeconomia conjuga-se com o princípio da alteridade, o outro sou eu, ou melhor, só existe o eu por que o outro existe. É uma solidariedade com criticidade, ajudar o outro financeiramente vai além do dinheiro, do voluntariado descompromissado, da ação que se basta nela própria. Solidariedade como força de unicidade maior que aquelas descritas por Émile Durkheim (2004) como Solidariedades Mecânicas ou Orgânicas. Há outra perspectiva solidariedade:

Apegamo-nos a uma perspectiva que contradiz a concepção conservadora. Por isso já podemos afirmar: ela é desafiadora. É exigente, é compromissada, é histórica, é inserida politicamente, é conscientizadora. Ela é exigente porque não cede nada a alguém que não tenha compromisso e se insira para superar limites da passividade

e da alienação. (...) é provocante porque é politizadora e conscientizadora. Ela é ativa porque gera participação. É democrática porque é o exercício da cidadania. É autônoma porque nega a tutela e é geradora da renda e do trabalho que consolidam a independência dos indivíduos e dos grupos sociais. A solidariedade é um projeto social que transforma as relações, as representações, as atitudes e as estruturas que escravizam o ser humano, que gestam o “Ser menos”. A solidariedade articula o “Ser Mais”, isto é, a superação da miséria, do analfabetismo, do desemprego, da exclusão social. Ela é desafiante e põe os indivíduos em ação, sabem o sentido da ação e constroem para ela um projeto, uma transcendência. (ZART, 2004, p. 79).

Desta forma a socioeconomia solidária apresenta-se como forma de ver o mundo, mas também de entendê-lo, de planejá-lo, como outra possibilidade de matriz de desenvolvimento fundamentada também na solidariedade crítica, pois “[...] a solidariedade só é viável como conceito tridimensional. Deve ter suas raízes social e materialmente construídas no passado, manter-se no presente e expandir-se com ramificações duradouras rumo ao futuro” (MÉSZÁROS, 2004, p. 426). Uma solidariedade de classe que, portanto, aponta também para a perspectiva da emancipação humana. Para a transformação da sociedade pautada em outros valores, em “um outro mundo possível”, contra-hegemônico, popular.

A popularidade da economia solidária refere-se a um projeto social que cria um contraponto e a contra-hegemonia. A hegemonia mundial está sob patrocínio do liberalismo burguês, que é a classe social ou elite dominante. Portanto, a contra-hegemonia é um projeto popular no sentido de explicitar um projeto que nasceu do conjunto dos trabalhadores e se estende para as universidades, para os movimentos sociais e populares, para os sindicatos e para os governos. (ZART, 2004, p. 179).

Compreendemos que há, portanto, uma diversidade enorme de práticas, conceitos e trajetórias. Mesmo assim, encontramos princípios comuns, tais como: “[...] as relações solidárias de colaboração, a propriedade coletiva dos meios de produção, a igualdade de direitos e responsabilidades, a economia solidária como práxis pedagógica e a luta contra a subordinação do trabalho pelo capital.” (GADOTTI, 2009, p. 110-111).

Mesmo que tal luta não se dê com a consciência e direcionalidade dos acadêmicos e especialistas engajados (DOURADO, 2010) que teorizam com relação à economia solidária, ela se dá na *práxis*. Uma economia diversa daquela do modo de produção dominante, substantivada por um sistema de valores de direitos e também de deveres que organiza não só a gestão e a produção e o consumo nestes PCTS, mas também o sustento de todos, reinventa

o conceito de democracia e de solidariedade, a perspectiva ecológica, com a natureza, que pontua a redistribuição da terra, da água, do trabalho, da vida (e não apenas a vida humana); onde cada um é corresponsável pelo outro, uma relação de alteridade, solidariedade, reciprocidade em tudo oposto ao modo de produção hegemônico. Estes processos estão sendo potencializados pela constituição de redes. Na direção contrária do valor econômico ganancioso do mercado.

É esta economia, portanto, sobre a qual nos referimos e defendemos a necessidade de intervenção, pública e também privada. É preciso marcar posição com valores éticos, solidários e humanos, contra os princípios do mercado, do sistema do Capital que obedece a lógica da exploração e expropriação sem limites. E este o sentido de fomentar uma transformação biófila, em tudo oposto ao atual modo de produção capitalista, por que:

O modo como os homens produzem os seus meios de subsistência depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de subsistência encontrados e a reproduzir. Esse modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada de exteriorizarem [*zuäuern*] a sua vida, de um determinado modo *de vida* dos mesmos. Como exteriorizam [*äuern*] a sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. (MARX, 2009, p. 24).

Entendemos que não há possibilidade de pensar em desenvolvimento algum em um sistema de produção absolutamente necrófilo<sup>23</sup>. É importante termos presente também a ideia de comércio justo, não é apenas a questão de compra de um produto, mas como escolhemos satisfazer nossas necessidades e de que forma isto intervém na política, na economia, na educação, no ambiente são as relações sociais que se materializam nesta compra, neste produto, nesta mercadoria. Encontrar uma forma de satisfazer as necessidades humanas, que embora passando pelo mercado do Capital, paulatinamente o transforme, expandindo o comércio justo, as trocas solidárias, o trabalho coletivo, a solidariedade, alteridade, cooperação, desde o plantio da semente até o produto final.

Cabe pensar a produção e o consumo sob a perspectiva de uma economia centralizada na humanização, na cooperação que pensa também na redistribuição da água, da terra, um pensamento que se constitui a partir da modificação do *habitus* pela própria experiência do trabalho coletivo, cooperado, solidário, ético, na formação e construção emancipatória individual

---

<sup>23</sup> Para Fromm não há distinção mais fundamental entre os homens, psicológica e moralmente, do que a entre os que amam a morte e os que amam a vida, necrófilos e biófilos. A dicotomia entre biofilia e necrofilia é abordada também por Freire na Pedagogia do Oprimido.

e coletiva dos sujeitos deste processo educativo forjado nos processos de trabalho coletivo e solidário e que transbordam para além deles.

Uma economia que emerge como ação do e no coletivo rompe a fragilidade da unidade, da individualidade, uma prática real da alteridade que se conhece e reconhece a si e ao outro como parte de si e de tudo que o constitui. Uma economia fundamentada por um sistema de valores e normas de organização, produção e sustento de todos, onde cada um é responsável também pelo outro, pelo todo e pelas partes, pelo ambiente e por suas ações sociais no grupo, na comunidade e por ela. Cabe, portanto, conceber a socioeconomia como um movimento dos trabalhadores pela emancipação econômica, mas, a partir dela pensar em um conceito mais amplo de emancipação, entendendo que “[...] qualquer emancipação constitui uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem” (MARX, 2005, p.37).

O Sociólogo da Nicarágua, Orlando Nuñez Soto, coloca a economia solidária como um processo emancipatório, parte de um processo revolucionário em gestação, Neste sentido registra que:

A grande diferença, em relação às revoluções anteriores, está em que, na economia solidária, não é preciso esperar a tomada do poder político para que os avanços aconteçam – ela mesma é parte da tomada de poder político, ela mesma é parte da revolução, ela mesma é parte da transição e da construção do socialismo. (NUÑEZ, 1997, p. 7).

E, como Singer, entende que:

[...] a revolução socialista deve percorrer o mesmo caminho da revolução capitalista, ao questionar a velha ordem ainda dentro dela. Trata-se de uma revolução social (ele fala de “revolução no modo de vida”) empreendida de baixo, mediante novas formas de propriedade e de produção, encarnadas no seio da sociedade civil. (SINGER, 2003, p.110).

Nuñez (1997) reforça o caráter revolucionário, de movimento social transformador que a economia solidária possui. Entendemos que neste quesito podemos potencializar o aspecto educativo trabalho coletivo como fundamental para transmissão e internalização dos valores que superem o egoísmo, individualismo, a falta de ética, a competição, o autoritarismo etc., presentes nas relações entre mulheres e homens, decorrentes dos princípios da economia de mercado. Assim como também, resgatar a centralidade do trabalho e do homem para além dos objetivos da atividade econômica. A revolução se dará também nas formas em que se irá organizar a produção nos costumes e valores da vida em sociedade.

Os PCTS podem apresentar-se ainda como possibilidade na qual as mulheres podem construir o trânsito tardio da igualdade formal para galgar alguma igualdade real.

Construir uma reflexão acerca do destaque do trabalho e da ação das mulheres no movimento de Economia Popular Solidária pareceu-nos, então, fundamental; não apenas por causa da importância da constatação acima mencionada e suas implicações para a compreensão do campo da EPS, mas também por se tratar de uma discussão cara ao momento histórico em que vivemos, no qual cresce o questionamento à invisibilidade e desvalorização do trabalho da mulher – invisibilidade esta construída e justificada socialmente ao longo de séculos. Não por acaso, o trabalho das mulheres tem sido um tema central na agenda dos movimentos sociais organizados: todos os movimentos direta ou indiretamente discutem gênero. Entender as mudanças no mundo do trabalho e o impacto delas na vida das mulheres é um desafio constante para os setores que lutam por uma sociedade justa e igualitária. (SILVA, 2007, p. 127).

Os princípios autogestionários, são potencializados nestes espaços e constituem organizações capazes de facilitar a integração e igualdade entre mulheres e homens.

Numa avaliação geral, sob a ótica das relações de gênero e emancipação feminina, a Economia Popular e Solidária pode contribuir de várias formas: a) para aliviar o cotidiano das mulheres, pois estas partilham o peso de suas “obrigações”, contribuindo para uma melhor articulação entre a vida familiar e profissional; b) no contexto de trabalho solidário, as mulheres contam com espaços de discussão privilegiados para expressar reivindicações e pressionar efetivamente as autoridades públicas para a construção de políticas públicas de gênero, ajudando assim, no desenvolvimento da capacidade da mulher contribuir para as mudanças sociais e institucionais mais favoráveis para elas; c) viabiliza o acesso ao crédito e d) proporciona a emancipação financeira da mulher. Enfim, dentro da Economia Popular e Solidária o maior desafio é transformar as relações interpessoais e de gênero, ao mesmo tempo em que se buscam mudanças estruturais na sociedade, na economia e na cultura. (FARIA; NOBRE, 1997, p. 28).

No caso específico da UNIVENS, isto é percebido objetivamente, em três aspectos: o protagonismo das mulheres do processo, desde a constituição da cooperativa, na gestão, na própria constituição das relações de trabalho.

### **Trabalho Coletivo: (re)aprendendo e ensinando o sentido educativo do Trabalho na construção de um projeto popular de sociedade emancipada.**

A autogestão desponta como ponto de confluência de vários aspectos. Extrapola a gestão do PCTS. Autogestionar-se torna-se sinônimo de autonomia, de liberdade. Começa por *não ter patrão* que refere-se a questão de que não há

um para “mandar” ou para “lucrar”. Em oposição completa à gestão capitalista, mesmo que na presidência da cooperativa oficialmente não haja uma rotatividade por motivos muitas vezes burocráticos, a gestão não é totalmente centralizada em uma única pessoa, mesmo que o seja em termos de representação para fora.

Os sujeitos da SES se transformam nas próprias ações e, em um processo dialético, também transformam a sociedade a seu redor, passando a pautar outras formas de produção, consumo, democracia, relação com o meio ambiente. A autogestão aprendida em seus PCTS pode ampliar-se para a construção de uma democracia participativa tanto com relação à participação e gestão do Estado, quanto das instituições que o compõe, assim como dos recursos públicos. Pautando, portanto, a atenção às necessidades e limites dos homens reais. Na medida em que os sujeitos da SES buscam uma maior participação e controle das políticas públicas; participando de fóruns de discussões, debates, feiras, encontros, seminários, fóruns municipais e metropolitanos de educação, de saúde e também de economia solidária, em vários grupos em cidades diversas, descentralizam a participação também interna; colocando sua experiência e seus depoimentos estão ampliando também a perspectiva das ações que precisam ser atendidas, além das necessidades prementes de seus processos de trabalho solidários, vindo a reafirmar a importância da participação:

Todos os fenômenos econômicos ou sociais, todas as chamadas leis da economia e da sociedade, são produto da ação humana e, portanto, podem ser transformados por essa ação. Não são leis eternas absolutas ou naturais. “São leis que resultam da ação e da interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos e, portanto, podem ser transformadas pelos próprios indivíduos num processo que pode ser, por exemplo, revolucionário”. (LÖWI, 1989, p.15).

Neste contexto “entende-se por autogestão o conjunto de práticas sociais que se caracterizam pela natureza democrática das tomadas de decisão que irão proporcionar a autonomia da unidade doméstica ou do seu conjunto (coletivo).” (LAFORGA; SENN, 2011, p. 61).

Quando as trabalhadoras afirmam que: “[...] não exercemos só nossa função, aqui a gente é que se organiza; tudo é dividido cada um faz um pouco; tu pode trabalhar livre”, e quando destacam a importância das assembleias e da gestão de seu tempo, percebemos que autogestão, na prática, para elas, é mais que a “gestão de seu PCTS”.

É no cotidiano do trabalho coletivo, na participação das feiras, nos diálogos com outros trabalhadores em construção de seus processos coletivos de trabalho solidário ou ainda nas palestras que fazem nas universidades, na medida em pautam ações ao Estado que se constrói e constituem estratégias possíveis que visam à transformação social. Espaços cuja ocupação forja outro *habitus*.

[...] Há a interpretação sociológica histórico-crítica que concebe a prática social contextualizada na sociedade contemporânea cuja formação social configurada na base desigual das classes sociais. [...] a estrutura social de classes gesta atitudes e *habitus* que têm correlação, no dizer de BOURDIEU (1996), com as “estruturas estruturadas”. Numa perspectiva dialética, não podemos permanecer no momento do estruturado, faz-se mister avançar, como autor indica, para o tempo e o espaço das “estruturas estruturantes”. Esse processo requer uma leitura da dinâmica da historicidade, portanto, da presença dos agentes e das práticas sociais. (ZART, 2006, p. 117).

As estratégias pedagógico-formativas podem não ser explicitadas nas falas das trabalhadoras da UNIVENS, entretanto, demonstram intencionalidade, há uma pedagogicidade que permeia o processo do trabalho coletivo gestado na cooperativa e que “transborda” em diversas ações, relacionam a inserção da cooperativa na comunidade e para além dela: a Patrulha ambiental, a creche, os eventos no Centro Social que tem também cursos promovidos pela cooperativa: dança, teatro, curso de desenho, pintura, salgados e doces, todos existem por que a cooperativa existe, ou ainda no Projeto Nacional de Comercialização Solidária, nos projetos e palestras que estas trabalhadoras realizam em todo o país e mesmo fora dele, atividades de conscientização ambiental que extrapolam os limites de sua comunidade, a participação nos fóruns não apenas ligados a SES, mas nas questões ligadas à mulher, à saúde à educação, o incentivo ao Ponto de Cultura, as relações que vão sendo construídas também com o Estado.

Uma ação educacional com propósito emancipatório é um desafio às leis de reprodução social do sistema do Capital, gerando transformações sociais a partir do fato de a classe trabalhadora (e falamos de trabalhadores, não de empregados) ter acesso à educação, não apenas acesso ao vigente conhecimento elitizado, mas, sobretudo, à condição de construir conhecimentos novos e o respeito aos seus saberes, em termos de conteúdos, formas e usos. Um mesmo conhecimento tem usos diferenciados que “dependem dos referenciais de classe, dos campos de atuação e dos meios sociais envolvidos” (THIOLENT, 2006, p. 162-163).

Entendemos ser este o sentido que a educação pode ser pensada: um espaço em que os trabalhadores possam realmente tentar construir essa nova cultura de classe, a partir da relação diferenciada com o trabalho que perde sua concepção alienante e forja outros valores, tais como: democracia, solidariedade, participação, cidadania, ética, autogestão, ou ainda como define Makarenko referindo-se a colônia de Gorki, novas relações sociais baseadas em uma nova atitude de “subordinação entre iguais”:

Eu somente saberei ordenar a um camarada, pedir-lhe algo, despertar sua atividade, obter sua resposta, quando sinto minha responsabilidade ante a coletividade, quando sei que, ordenando-lhe, cumpro a vontade coletiva. Se não sinto isto

em mim, somente haverá espaço para o predomínio pessoal, para a ânsia do poder, para a ambição e para todos os demais sentimentos e tendências alheio ao nosso modo de vida. (LEUDEMANN, 2002, p. 151).

São iniciativas que podem contribuir para acelerar, aperfeiçoar e consolidar o processo de transformação social para uma sociedade para além do capital (MÉSZÁROS, 2009). É por este caminho que entendemos uma educação com direcionalidade biófila e, por isso, solidária, ética, ecológica, emancipatória. Uma educação também constitutiva de um novo *habitus* concernente coma a luta emancipatória humana. “[...] é nesta globalização alternativa e no seu embate com a globalização neoliberal que estão sendo tecidos novos caminhos da emancipação social”. (SANTOS, 2005, p. 15).

Entendemos, portanto que os processos coletivos de trabalho solidário da e na SES, configurados pela experiência da UNIVENS, podem assumir a condição de trabalho como princípio educativo. Os PCTS caracterizam-se como educação no sentido lato e, por isso, de fato popular, exercendo um papel contra-hegemônico, potencializando as contradições no sistema do Capital, forjado com os sujeitos de uma mudança, a partir de suas organizações e movimentos, com a incidência na objetividade material dos sujeitos e na subjetividade do espaço social (BOURDIEU, 1992) através de metodologias coerentes para uma organização permeável à mudança. No bojo dessas contradições oriundas do próprio sistema, emerge o trabalho pensado na perspectiva do labor consciente, redimensionando os saberes, gestando um novo senso comum (SANTOS, 2009) e uma pedagogia social implícita em ações educativas que contém a intencionalidade de superação sistêmica. Essas contradições suscitam, também, o exercício da alteridade, como parte da humanização, onde as pessoas buscam encontrar um equilíbrio como seres humanos, consigo mesmos, entre si e com a natureza, encontrar liberdade, segurança, responsabilidade, sentimento de pertença ao grupo, alegria e satisfação no trabalho com perspectiva de desenvolver-se como ser humano.

Nessa perspectiva, cabe “[...] pensar a educação do homem para o trabalho e pelo trabalho numa esfera nova na qual os homens, igualmente, se convertem em produtores independentes e responsáveis” (MACHADO, 2004, p. 102).

Neste sentido, podemos perceber a SES e neste contexto, a UNIVENS, agindo no tripé elencado por Mézáros (capital, trabalho assalariado e Estado): transformando progressivamente a economia; modificando a forma como percebe o trabalho e, nesta direção transformando trabalho em labor consciente que pode conduzir a emancipação, e, ainda, apropriando-se do Estado – uma Secretaria Nacional, um Departamento Governo do Estado. Pode ser um exemplo, as aprovações de leis de incentivo a SES pode ser outro, tais ações vão também ocupando a política e, por conseguinte disputando concepção e forma do Estado, ampliando, também, esta brecha, colaborando para a corrosão deste sistema.

Não é tudo, ainda há *tudo por* fazer. Porém, é possível, necessário e urgente entendermos que para a supressão do modo de vida hegemônico é preciso forjar um modo de vida diametralmente oposto ao vigente.

Compreendemos que, mesmo não explícitas, as ações pedagógicas dão-se no cotidiano, na forma como se relacionam com o outro e também com a sociedade, na constituição de feiras e, mesmo pela própria constituição da Escola Nova Geração. Quando exigem do Estado ações que impulsionem a SES, é por que compreenderam, aprenderam, apreenderam e também ensinam outros nesta direção. Isto é educativo e corrobora para que as pessoas se percebam como sujeitos da mudança social.

Trata-se, portanto, de uma nova prática educativa, compatível com os valores do trabalho coletivo, da solidariedade, cooperação, democracia, liberdade e autonomia, que necessariamente devem compor um projeto formativo de sujeitos que vislumbram a transformação social como processo que se possa denominar de emancipatório.

Nessa condição, o homem passa a ver-se naquilo que produz e o produto de seu trabalho lhe pertence; o trabalho assume um caráter de desalienação. Nessa perspectiva coloca-se, também, a superação das relações de exploração entre os homens, na medida em que a responsabilidade pelo trabalho não recai apenas sobre alguns trabalhadores, mas é assumida como tarefa social e coletiva. No contexto da relação com o trabalho, cabe pensar em uma formação pautada no coletivo, em contraposição ao individualismo e à competitividade arraigados no seio de nossa sociedade.

## **Palavras Finais**

Um processo educativo forjado no trabalho coletivo apresenta um enorme potencial emancipatório. “Os trabalhadores são a humanidade, e praticamente toda servidão humana está enredada na relação do trabalhador com a produção” (FROMM, 1975, p.100). Junto com a necessidade de mudança nas bases da produção, coloca-se a necessidade de transformação de valores e atitudes. Desse modo, corroboramos o pensamento marxista de que a transformação social demanda um amplo processo formativo. Assim, educação é concebida como o todo que transforma informação em conhecimento, e conhecimento em ação. Educação como atividade humana na construção de si como pessoa e da sociedade na qual está inserido. A SES pode tornar-se teoria e prática pedagógica e, por isso mesmo, apresentar-se como parte constitutiva de outro *habitus cultural*. Entretanto, “estamos tão habituados a conceber conhecimento como um princípio de ordem sobre as coisas, que é difícil imaginar uma forma de conhecimento que funcione como princípio de solidariedade” (SANTOS, 2009, p. 30).

Este conhecimento só poderá fazer sentido e solidificar-se a partir da auto-organização, da solidariedade, da relação intersubjetiva destes sujeitos, *com e na* sociedade forjando um “conhecimento-emancipação” (SANTOS, 2009, p. 29). Caso contrário, os processos cooperativos solidários podem representar uma simples exsudação do tronco do Capital. Vendemos nossa

força de trabalho para simplesmente sobreviver, entretanto, as pessoas podem trabalhar sob outro enfoque que não o do modo de produção dominante, e, forjar ações educativas gestadas nas práticas da economia solidária.

Constituir bases para que a assunção dos princípios do cooperativismo potencialize iniciativas na comunidade e para além dela; uma transformação gestada a partir da vida e do que ela exige.

Coletivo não é um simples amontoado de pessoas, disforme, sem ação ou reflexão. Quando falamos de trabalho coletivo nos PCTS queremos diferenciá-lo do trabalho cooperado capitalista no qual: “Os trabalhadores são indivíduos isolados que entram em relação com o Capital, mas não entre si. Sua cooperação só começa no processo de trabalho, mas, depois de entrar nesse, deixam de pertencer a si mesmos, incorporam-se então ao Capital.” (MARX, 2008, p. 386).

O que procuramos distinguir aqui como potencialidade de mudança do processo histórico em construção é que estes trabalhadores buscam soluções para o coletivo *a partir de seu trabalho coletivo* e não findando nele. E, aí retomamos o aspecto educativo do trabalho para a formação integral dos seres humanos, uma formação antagônica àquela que visa a exploração no modo de produção vigente e uma matriz de desenvolvimento pautado pelos valores da SES orienta-se para uma matriz de desenvolvimento biófila, uma educação omnilateral para uma sociedade para “além do Capital”.

### Referências Bibliográficas

ADAMS, Telmo. **Educação e Economia Solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida: Ideias e Letras, 2010.

AGUIAR, Silvana Aparecida de. **Práticas Cooperativas em Redes de Economia Solidária Sob a Ótica da Ação Comunicativa**: O Caso da Rede Justa Trama. Universidade Fortaleza. 2009.

ANDRADA Cris Fernandez de. **O Encontro da Política com o Trabalho**: história e repercussões da experiência de autogestão das cooperadas da UNIVENS. São Paulo, 2005 (Dissertação de Mestrado/Psicologia Social). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-22092005-123014/pt-br.php>. Acesso em: agosto de 2011.

ANTUNES, Nemésia. **Pontos de Cultura**. 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2011/05/16/pontos-de-cultura-13/>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CATTANI, Antônio David. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CORRÊA, L. Oscar. Ramos. **Revista do Programa de Ensino Fundamental para Jovens e Adultos Trabalhadores**. Porto Alegre: UFRGS. 1997.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Dimensões da Luta Política nas Práticas de Economia Solidária. In: **Uma Outra Economia é Possível**: Paul Singer e a economia solidária. André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcanti Cunha, Regina Yoneko Dakuzaku (orgs.) – São Paulo: Contexto, 2003.

DOURADO, Ivan Penteadó. Dissertação de mestrado: **Economias Solidárias**: três níveis de representação e múltiplos sentidos. Banco de teses PUCRS

[http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3204](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3204). Acesso em 20 de julho 2011.

DURKHEIM Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2ª edição São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FARIANalu; NOBRE, Miriam. **Gênero e Desigualdade**. São Paulo: SOF: 1997. (Coleção Cadernos Sempreviva).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra. 2007.

FISCHER, Maria Clara Bueno, ZIEBELL, Clair Ribeiro. Saberes da Experiência e o Protagonismo das Mulheres: Construindo e Desconstruindo Relações entre esferas da Produção e da Reprodução. In: PÍCANÇO, Iracy Silva; TIRIBA, Lia; (Orgs) **Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia solidária**. São Paulo: Ideias e letras, 2010.

FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1975.

GADOTTI, Moacir e Francisco Gutiérrez orgs. **Educação Comunitária e Economia Popular**. São Paulo: Cortez 1993 – Coleção questões da nossa época.

\_\_\_\_\_. Moacir. **Economia Solidária como Práxis Pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GOERCK, Caroline. **Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: Sua Contribuição para a Viabilidade das Experiências Coletivas de Geração de Trabalho e Renda no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado Disponível em [http://verum.pucrs.br/F/FX3BLG9GCBGY13PNB74CYVJ46QU1QNN3MI26PLTYC9ANGU3YDU-83033?func=full-set-set&set\\_number=008391&set\\_entry=000001&format=999](http://verum.pucrs.br/F/FX3BLG9GCBGY13PNB74CYVJ46QU1QNN3MI26PLTYC9ANGU3YDU-83033?func=full-set-set&set_number=008391&set_entry=000001&format=999).

IBASE. **Fluxo e Informações na Economia Solidária Consumo Responsável e Compras Públicas**. Caderno 2 Rio de Janeiro 2011.

JUSTA TRAMA. **Cadeia Ecológica do Algodão Solidário**. [2011]. Disponível em: <<http://www.justatrama.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 24 abr. 2011.

LACERDA, L. F. **Governar-de Para Quê? as práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários: o caso da cadeia produtiva de algodão ecológico JUSTA TRAMA**. São Leopoldo, RS, Brasil. Dissertação de Mestrado 2009. Unisinos.

LAFORGA, Gilmar; SENN, Adriana Vanderlei Pommer. Limites e Oportunidades Existentes para os Integrantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra – MT. In: **Educação e Socioeconomia Solidária Perspectiva Para O Desenvolvimento Local**. BORGES, Juliano Luis; SENGER; Neurí Eliezer; Sguarezi, Sandro Benedito. (Orgs) Série Solidária Volume 6. Editora Crv, Editora Unemat, 2011.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. **Avaliação Institucional: o uso dos resultados-estratégia de (re)organização dos espaços de discussão da universidade**. Campinas, Editora RG. 2010.

LÖWI, Michel. **Ideologia e Ciência Social**. São Paulo, Cortez, 1989. Cap. 1 Ideologia – p11 a 32.

LUEDEMANN, Cecília da S. **Anton Makarenko vida e obra - a pedagogia na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MACHADO, Ilma Ferreira. Educação Solidária e formação Omnilateral. In: ZART, Laudemir Luiz (Org.). **Educação e Sócio-economia Solidária: paradigmas de conhecimento e de sociedade**. Cáceres: UNEMAT, 2004. (Série Sociedade Solidária, 1).

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret. 2005.

- \_\_\_\_\_. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Expressão Popular. 2007.
- \_\_\_\_\_. **O Capital. Crítica da Economia e Política.** São Paulo. Civilização Brasileira. 2008.
- \_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Expressão Popular. 2009.
- MÉSZÁROS, Itsván. **O Poder da Ideologia.** São Paulo. Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. Itsván. **A Crise Estrutural do Capital.** São Paulo. Boitempo, 2009.
- NÚÑEZ Soto, Orlando. **Os Caminhos da Revolução e a Economia Solidária**”. Proposta, nº 75, dez./fev. 1997/98.
- PISTRAK, Moysey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** Expressão Popular, 2002.
- POLANYI, Karl. **A Grande Revolução.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PORTO ALEGRE. **Orçamento Participativo:** funcionamento geral. 2011. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p\\_secao=15](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=15)>, Acesso em: 21 set. 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um Novo Senso Comum:** a ciência, o direito e a política na transição paradigmática - Volume I. A Crítica da Razão Indolente contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez 2009.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **Produzir para Viver:** os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, Josivaldo Constantino dos. **Educação Ambiental e Sócio-economia Solidária:** a persistência nas maneiras alternativas de entender a vida. In ZART, Laudemir Luiz, SANTOS, Josivaldo Constantino dos. (Orgs).
- SANTOS, Josivaldo Constantino dos. (Orgs). **Educação e Sócio-Economia Solidária:** Interação Universidade – Movimentos Sociais. Cáceres: Unemat, 2006. (Série Sociedade Solidária, 2).
- SILVA, Laurenício Mendes da. **Economia Popular Solidária:** os Processos Formativos Populares e a Construção de uma Nova Cultura do Trabalho. Belo Horizonte, Dissertação de mestrado. 2007
- SINGER, Paul. **Uma Outra economia é possível:** Paul Singer e a socioeconomia solidária. André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcanti Cunha, Regina Yoneto Dakuzaku (orgs). São Paulo: Contexto, 2003.
- THIOLLENT, Michel. A Inserção da Pesquisa-Ação no Contexto da Extensão Universitária. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs). **Pesquisa Participante O Saber da Partilha.** Aparecida. SP: Idéias e Letras. 2006.
- TIRIBA, Lia. Ciência Econômica e Saber Popular: reivindicar o “popular” na Economia e na Educação. In: PICANÇO, Iracy Silva; TIRIBA, Lia; (Orgs) **Trabalho e Educação:** arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia solidária. São Paulo: Ideias e letras, 2010.
- ZART, Laudemir Luiz (Org.). **Educação e Sócio-economia Solidária:** paradigmas de conhecimento e de sociedade. Cáceres: UNEMAT, 2004. (Série Sociedade Solidária, 1).
- ZART, Laudemir Luiz; SANTOS, Josivaldo Constantino dos. (Orgs). **Educação e Sócio-Economia Solidária:** Interação Universidade – Movimentos Sociais. Cáceres: Unemat, 2006. (Série Sociedade Solidária, 2).

# A COOPERATIVA AÇAÍ E O RELACIONAMENTO COM A CADEIA REDE JUSTA TRAMA

*Mariluce Paes-de-Souza  
Fabiana Rodrigues Riva  
Rosane Nunes Becil da Silva*

## **Introdução**

Este artigo tem como objetivo descrever as atividades da Cooperativa Açaí, localizada no Município de Porto Velho no Estado de Rondônia, que integra a Cadeia- Rede Justa Trama, a qual é composta de empreendimentos solidários, cujo processo produtivo envolve seis estados do Brasil e tem como foco a produção sustentável a partir do cooperativismo e de princípios da Economia Solidária e da Agroecologia.

A Cooperativa Açaí utiliza sementes, cipós, cocos e caroços típicos da Região Amazônica para produzir artesanatos, como também, para fornecer artefatos às confecções produzidas com algodão agroecológico pela Cadeia-Rede, o que reflete a preocupação com a preservação e desenvolvimento sustentável. Além de preservar os aspectos culturais da região, a Cooperativa trabalha como agente de inclusão social e com inserção de pessoas ao mercado de trabalho, pois desenvolvem ações em parceria com o presídio feminino de Rondônia capacitando as presidiárias com habilidades que possam proporcionar uma fonte de renda.

Na Rede Justa Trama a Cooperativa Açaí produz corantes naturais, coletam e beneficiam sementes e outros elementos da Amazônia para a fabricação de bijuterias que em partes são utilizadas nas confecções da Justa Trama. Oferecendo à sociedade produtos que obedecem aos princípios do comércio justo, da produção agroecológica, do desenvolvimento local sustentável e valorizando o trabalho social humano, com práticas da solidariedade, cooperação, igualdade e democracia.

A Cadeia-Rede Justa-Trama foi uma ideia concebida em 2003, com o objetivo de reunir organizações cooperativas e trabalhadores solidários para produzirem confecções a partir da cadeia produtiva de algodão agroecológico. A Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico é uma rede de empreendimentos econômicos solidários responsáveis por todas as etapas de produção da cadeia têxtil e de confecções, desde o plantio de algodão até a produção e comercialização das peças de roupas. As cadeias produtivas solidárias (CPS) são redes formadas por empreendimentos econômicos solidários (EES), articulados dentro de uma mesma cadeia produtiva, cujas atividades compõem os principais elos dessa produção. Dessa maneira, as relações comerciais estabelecidas por cada EES podem condizer com a lógica interna de cooperação, já que os demais elos da cadeia também operam sob os mesmos princípios.

A Cadeia-Rede Justa-Trama envolve várias regiões e estados brasileiros, como: (1) Rondônia que participa com a COOPERATIVA AÇAÍ;

(2) Ceará com a ADEC (Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá, em Tauá); (3) São Paulo que participa com a CONES (Cooperativa de Nova Odessa, em Nova Odessa); (4) a TEXTILCOOPER (localizada em Santo André, São Paulo); (5) a FIONOBRE (Cooperativa Fionobre de Itajaí, em Santa Catarina); e (6) a UNIVENS (Cooperativa de Costureiras Unidos Venceremos) de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

<b>Etapa de Produção</b>	<b>EES responsável</b>	<b>Forma Jurídica</b>	<b>Localização</b>
Plantio e beneficiamento do algodão	ADEC	Associação de Produtores Rurais	Interior do Ceará (sede em Tauá)
Fiação	CONES	Cooperativa	Nova Odessa – SP
Tecelagem e malharia	TEXTILCOOPER	Cooperativa	Santo André – SP
Confecção e crochê	Fio Nobre	Microempresa Autogestionária	Itajaí – SC
Confecção	UNIVENS	Cooperativa	Porto Alegre – RS
Produção de aviamento	Coop. Açai	Cooperativa	Porto Velho – RO

**Fonte:** Justa Trama – Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico (METELLO, 2007).

A cadeia produtiva é representada por empreendimentos que operam de acordo com os princípios da economia solidária, agindo de maneira democrática, solidária e justa tanto em suas relações internas quanto na relação com os demais elos da cadeia, havendo várias interações entre si, pois além de relações econômicas entre cadeias deve haver também relações de solidariedade, visando o desenvolvimento de todos os outros elos da cadeia.

A integração entre as pessoas com o desejo de fazer algo diferente, é uma das características da cooperativa, e a partir desta atividade constrói-se um meio de sobrevivência, a partir do desenvolvimento local e a preservação do meio ambiente. Alguns fatores contribuiriam também para a constituição dessa ideia, como a matéria-prima, conhecimento, cultura e os próprios recursos naturais que, se explorados de forma consciente, auxiliaram na preservação do ecossistema e desenvolvem atividade e geram renda.

As discussões sobre as questões ambientais ensejam estudos e pesquisas que alteram os valores da sociedade, envolvendo governos, indústrias e populações a partir de novos conhecimentos. Estas levam a reflexão sobre o consumo da humanidade, o uso dos recursos devolvendo pouco em troca, causando escassez as reservas naturais, alterando as condições climáticas, encarecendo a produção e distribuição de alimentos e materiais essenciais. Sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, Veiga (2008) acha controverso, quando considera que as pessoas de uma comunidade podem desejar de imediato o próprio desenvolvimento econômico, ao passo que uma nação inteira clama por desenvolvimento social, educacional, estrutural, que está mais ligado à distribuição de renda, aumento das oportunidades e qualidade de vida para todos.

Da mesma forma, Veiga (2007) menciona que a sustentabilidade é de difícil mensuração, em função da quantidade de variáveis que interferem e dificultam a previsão futura. O autor explica que apesar da existência de

diversos métodos para a avaliação da sustentabilidade, existe ainda uma grande necessidade de um conjunto de indicadores que meçam efetivamente o resultado das intervenções humanas sobre o meio ambiente.

Por outro lado Ruscheinsky (2003) menciona que sustentabilidade é um termo relativamente antigo, que teve origem no saber técnico da agricultura no século XIX e atribui a Ignacy Sachs a inserção do termo aos ecologistas modernos na década de 1980. A interdisciplinaridade levou o conceito de sustentabilidade a tornar-se bastante amplo admitindo variações de acordo com os interesses e posicionamentos. Considerando as diversas visões, as ações sustentáveis teriam a capacidade de reposição de uma população de uma determinada espécie, animal ou vegetal. No entanto, buscando uma visão ideal, seria a sustentação da biodiversidade sem perdas, com o funcionamento de um ecossistema idêntico por longo prazo (RUSCHEINSKY, 2003).

O conceito de sustentabilidade nas ciências sociais se distingue conforme a percepção dos autores. Tem aqueles que privilegiam as questões culturais ou sociais decorrentes das orientações para organização da ação social, seja como a criação de redes de consumidores de produtos ecologicamente corretos, seja de empreendimentos comunitários. Ruscheinsky (2003) considera que a sustentabilidade contempla um movimento social histórico, no entanto, pode ser ao mesmo tempo, aglutinadora e mediadora, podendo se tornar um movimento de mudança universal, com disposição para articular setores sociais diferentes, uma vez que decorrem de movimentos sociais, de agências estatais, do mundo acadêmico e de organizações não governamentais. Parece que a razão para integrar esta multiplicidade seja a orientação para o desenvolvimento de uma sociedade sem desigualdades sociais ou uma sociedade sustentável.

## **Sustentabilidade nos Agroecossistemas**

As definições de sustentabilidade, na concepção de Altieri (1989; 1991) guardam pelo menos três princípios: 1) manutenção da capacidade produtiva do agroecossistema; 2) preservação da diversidade da flora e da fauna; e 3) capacidade do agroecossistema para auto manter-se. Esse autor considera que a capacidade do agroecossistema mantém um rendimento sem declínio, ao longo do tempo, é uma característica da sustentabilidade. Afirma que os conceitos de sustentabilidade requerem um monitoramento contínuo e a prevenção da degradação ambiental e que a produção agrícola depende da utilização de recursos, enquanto que a proteção ambiental requer um grau aceitável de conservação. Altieri (1994) destaca o problema do período de transição existente antes que se alcance a sustentabilidade, e não alcance a rentabilidade esperada com os investimentos em tecnologia agroecológicas imediatamente.

Com o propósito de avaliar a condição agroecológica dos Agroecossistemas, Meyer et al. (1992) identificaram três parâmetros que podem quantificar a mudança ambiental: sustentabilidade, traduzida como a capacidade de manter um nível de produtividade dos cultivos, ao longo do tempo, sem colocar em risco os componentes estruturais e funcionais dos agros

ecossistemas; contaminação dos recursos naturais, como a alteração da qualidade do ar, da água e solo que pode ser causada pela utilização de insumos nos agros ecossistemas; e a qualidade da paisagem agrícola, sendo as diversas formas em que os padrões agrícolas para o uso da terra podem modificar o panorama e influenciar nos processos ecológicos.

Por outro lado, Depointi e Almeida (2002) retratam que um conceito de sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural pode englobar os seguintes atributos: adaptabilidade, diversidade, equidade, resiliência, manutenção ou durabilidade, interação entre as dimensões. Quanto ao atributo da diversidade, Nolasco (1995) entende como o grau de complexidade de sua rede de relações, a qual depende da estabilidade de um sistema e para Kageyama (1987) os limites da resiliência são diferentes para os distintos sistemas. Portanto, entende-se por sustentabilidade a manutenção de um sistema ao longo do tempo, sendo que essa durabilidade depende de quanto maior for a adaptabilidade, a diversidade, a resiliência, a equidade do sistema e a interação entre as diferentes dimensões: econômica, ambiental, social e cultural.

Assim, Gonçalves e Engelmann (2009) consideram a agroecologia como um campo de conhecimento que pode desenvolver as bases teóricas, científicas e metodológicas para o cultivo de uma agricultura sustentável. Acrescentam que essa agricultura se estrutura em processos produtivos que são gerados pela integração do conhecimento científico e do conhecimento local, levando em consideração as bases ecológicas que regem os processos reprodutivos dos diferentes elementos do ecossistema. É importante destacar que este método permite observar os processos interativos que o constituem, sendo os processos biológicos e energéticos observados igualmente aos socioeconômicos, no contexto dos processos de produção agrícola. A agroecologia pode construir, portanto, estilos de agricultura de base ecológica e contribuir para a elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, que levem em consideração os ideais da sustentabilidade de forma multidimensional.

## **Concepção de Economia Solidária**

Segundo Alcântara,

A economia solidária constitui-se de empreendimentos que, independente da forma e dos nomes que recebem (cooperativas, associações, mutirões), caracterizam-se por ser solidários e autogestionários. São solidários porque dividem os custos do investimento e repartem os lucros. E são autogestionários porque os próprios trabalhadores administram o empreendimento. (ALCÂNTARA, 2003, p. 33).

O conceito de Economia Solidária está associado ao movimento de organizações cooperativas que apresentam uma função social intensa, promovendo a solidariedade e união, o que também caracteriza o princípio de

intercooperação do cooperativismo, aonde há junção de várias cooperativas com um objetivo comum. Papel esse fundamental praticado pela Cadeia-Rede Justa-Trama, o qual segundo Metello (2007) é caracterizada como cadeia-rede de empreendimentos econômicos solidários, onde todos os elos e atores estão ligados para um bem comum.

As organizações cooperativas têm sido usadas como referência para a importância do desenvolvimento econômico e social da região a qual estão inseridas, aliada à geração de renda, à criação de empregos e na contribuição para a efetiva distribuição de renda entre seus associados.

Nesse contexto, a Economia Solidária procura explicar o funcionamento das atividades econômicas que atendem às demandas sociais, isto é, como possibilitar a uma parcela social “excluída” o bem estar e o acesso aos benefícios sociais. Sendo assim o cooperativismo pode ser integrado na Economia Solidária, pois as organizações cooperativas, também procuram promover o desenvolvimento econômico e social (BIALOSKORSKI, 2006).

O cooperativismo é antigo na história da humanidade, a sua origem vem do latim *opus, operis*, que quer dizer trabalho, efeito de trabalho, ofício. Há registros sobre a cooperação e a associação solidária desde a pré-história da civilização, entre tribos indígenas e em antigas civilizações Babilônicas. Surge com relevante participação na organização de uma melhor forma de distribuição de riquezas, onde as pessoas se unem, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns.

O sistema cooperativista é regido por valores e princípios que o mantém diferente do capitalismo. Os valores são: autoajuda, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Esses valores devem refletir sobre as atitudes dos associados, pois, para alguém dizer que faz parte de uma cooperativa, subentende-se que tais valores façam parte do seu comportamento. Uma das características para a expressão do autêntico cooperativismo é a economia solidária. Pode-se defini-la como a ação capaz de gerar novas oportunidades de inserção social por meio do trabalho, a qual está interligada com a democratização da gestão do trabalho, com a ajuda mútua, responsabilidade, equidade e solidariedade e fortalecimento do desenvolvimento local de forma autossustentável.

O cooperativismo é diferente de todos os outros modos de produção, pois se caracteriza como uma das opções mais apropriadas para a reorganização da sociedade, melhorando assim as relações econômicas, as de trabalho e criando dessa forma um novo conceito de economia, caracterizada como uma economia solidária.

## **Rede de Relacionamentos e a Cooperativa Açaina Cadeia-Rede Justa Trama**

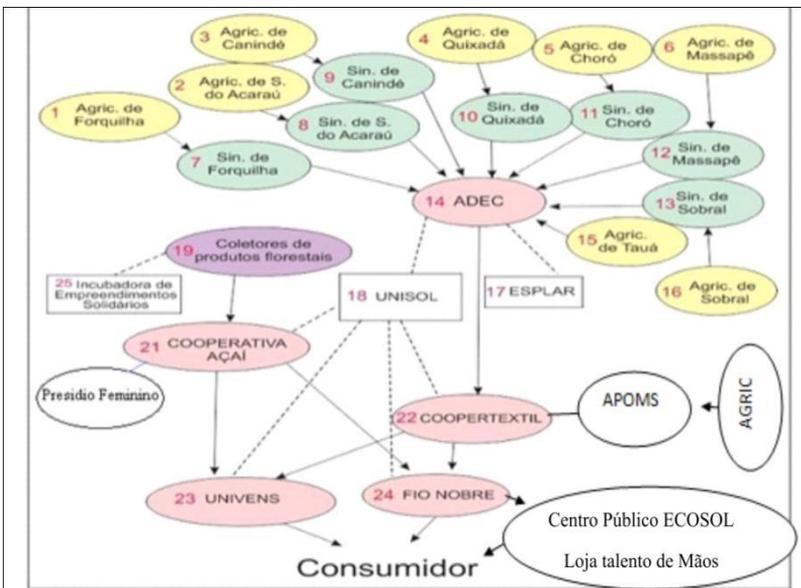
A formação de cadeias produtivas em redes tem impacto na capacidade de competir e na possibilidade de inserção em mercados nacionais e internacionais. Como afirma Fleury e Fleury (2003), a competitividade será

cada vez mais relacionada ao desempenho de redes interorganizacionais e não de empresas isoladas, o que reforça a importância da eficiência coletiva.

Mance (2003) ressalta a o principal objetivo das redes solidárias, quando afirma que:

Nas redes de colaboração solidárias o trabalho é compreendido como uma forma de consumir para o bem-viver de todos e para a realização humana de cada um. Isso significa trabalhar responsavelmente, participando de todas as decisões sobre o que e como produzir, e também sobre o resultado do trabalho, sua repercussão na sociedade e no meio ambiente. (MANCE, 2003, p.25)

A Cadeia-Rede Justa Trama – Cadeia Produtiva Solidária do Algodão Agroecológico – é um exemplo de rede composta por empreendimentos econômicos solidários que compreendem os principais elos da cadeia produtiva têxtil e de confecções, e tem como produtos finais, roupas e bolsas de algodão (METELO, 2007):



Fonte: Fluxo da Rede Justa Trama. Fonte: Paes-de-Souza, M e Silva, T. N (2013).

Nesta organização acontece a administração da Rede, promovendo toda a animação, planejamento e organização desde o design, aquisição de matérias-primas e os produtos finais da confecção. O fluxo de produção envolve os empreendimentos; os produtores de algodão, sindicatos dos produtores, catadores de produtos florestais e organizações de apoio aos empreendimentos.

O Cooperativo Açaí, parte integrante da Cadeia-Rede, encontra-se na cidade de Porto Velho, Rondônia, foi fundada 07/01/2003 por um grupo de artesãos num total de vinte e duas pessoas. Conforme declaração da presidente,

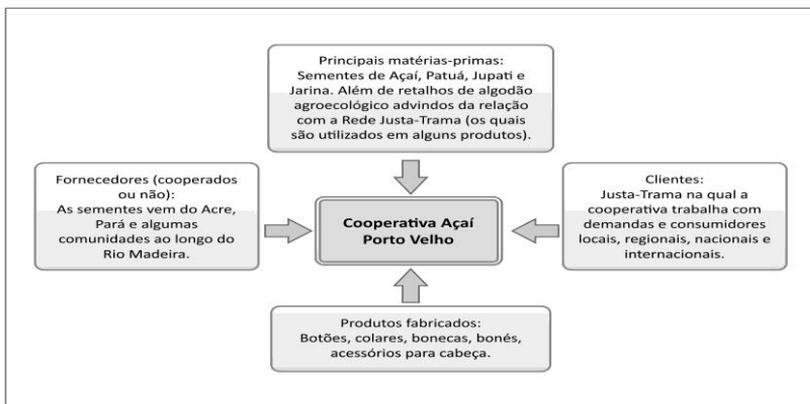
o objetivo de criação da cooperativa consistiu em ter um local para a venda de seus produtos, onde fosse possível fazer demonstração aos compradores, visando a participação em feiras.

A parceria da Cooperativa com a Justa Trama se iniciou em 2004, na oportunidade de participação no Fórum Brasileiro de Economia Solidária no Rio de Janeiro, onde foi feita a proposta de se ingressar na rede trabalhando com a questão de acessórios, a partir de sementes da Amazônia, para as confecções da Justa Trama, com a finalidade de agregar valor ao produto.

O processo de coleta e beneficiamento, até ser confeccionado o produto final passa por várias pessoas. O primeiro ator desta cadeia são os coletores. Depois da coleta dos frutos e sementes, ocorre o seguinte processo: fermentação, secagem, polimento, tintura em algumas peças e perfuração/corte. As sementes depois de beneficiadas são estocadas ou vendidas conforme a demanda. A Cooperativa além de enviar as sementes para os outros atores da Justa Trama produz outros produtos com a mesma matéria-prima.

Iniciativas como a produção de biojóias com sementes, bonés, bonecas, produtos estes da Cooperativa exemplificam uma produção coletiva solidária, a qual aponta para a responsabilidade ambiental, e trás, como consequência o conceito mais puro de desenvolvimento sustentável, ou seja, preservar os recursos para gerações futuras.

A produção da Cooperativa funciona como uma rede conectada e interdependente, trabalhando conjuntamente, em regime de cooperação mútua, para controlar, gerenciar e aperfeiçoar o fluxo de matérias-primas e informações dos fornecedores para os clientes finais. A estrutura produtiva e comercial da Cooperativa Açai pode ser visualizada na ilustração 4.



**Fonte:** Estrutura da produção comercial da Cooperativa Açai. Dados da pesquisa.

O Banco do Brasil, a maior instituição financeira do País, proporcionou à Cooperativa Açai o financiamento de todo o maquinário utilizado para produção. A Cooperativa conta também com o apoio de outras instituições como a UNISOL, SECEU e o SEBRAE, os quais promovem

intercâmbio, projetos e assessoria para a sustentabilidade do empreendimento de economia solidária.

Em parceria com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária de Rondônia (SEAPEN) a Cooperativa Açaí executa um convênio permanente junto a Penitenciária Feminina de Porto Velho realizando cursos de capacitação em confecção de bijouas e bonecas através do projeto “Mãos que Recriam pela Arte”, oferecendo às apenadas a oportunidade de se profissionalizarem.

Segundo a instrutora da Cooperativa Açaí, o objetivo desse projeto realizado na unidade prisional, além de capacitar, também é de incentivar as apenadas à profissionalização, favorecendo assim a futura ressocialização e ainda, arrecadar fundos para a continuidade do projeto. Com a prática de produção de artesanato, a cooperativa busca o resgate da cultura dessas pessoas que estão afastadas da sociedade, procurando reintegrá-las e para obter uma fonte de renda, relacionando-as a uma visão que consiste em auxiliar efetivamente a dar o primeiro passo para criar um mundo melhor, resultando desse modo aumento da autoestima, além da sensação de fazer parte, de estar incluído em uma sociedade que se preocupa com as próximas gerações.

### **Considerações Finais**

O trabalho da cooperativa fundamenta-se em valores do trabalho cooperativo, preço justo, sustentabilidade, solidariedade, busca de novos mercados, parcerias e tecnologia social, princípios aprendidos com a economia solidária. A diretoria da cooperativa ressalta a oportunidade que tem de demonstrar as belezas da região amazônica onde os seus produtos são destinados, seja no mercado nacional ou internacional.

A conclusão desse estudo aponta que a economia solidária realmente pode ser uma alternativa viável para a geração de emprego e renda, buscando satisfazer as necessidades dos indivíduos, eliminando as desigualdades sociais e difundindo os valores da solidariedade humana, criando assim uma sociedade mais igualitária e digna para sobreviver.

As atividades em rede trazem a oportunidade de trabalho, incentivos financeiros, elaboração de um produto diversificado e a ênfase na comercialização de um produto agroecológico. São esses fatores que trazem sustentabilidade e asseguram a permanência da Cooperativa Açaína Cadeia-Rede Justa Trama.

### **Referências Bibliográficas**

- ALTIERI, M.A. *¿Por que Estudiarla Agricultura Tradicional?* Agroecología y Desarrollo, Santiago, v.1, n.1, 16-24 p. 1991.
- \_\_\_\_\_. **Agroecologia:** as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 240 p. 1989.
- \_\_\_\_\_. **Biodiversity and Pest Management in Agroecosystems.** Binghamton: Haworth, 185p. 1994.

BANCO DO BRASIL (BB). Cooperativa: Financiamentos, Programas Específicos e Convênios. Disponível em <[www.agronegocios-e.com.br](http://www.agronegocios-e.com.br)>. Acesso em: 25 /01/2013.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Aspectos Econômicos das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

DEPOINT, C. & ALMEIDA, J. I de **Indicadores para Avaliação da Sustentabilidade em Contextos de Desenvolvimento Rural Local**, 2002.

GONÇALVES, S. e ENGELMANN S. A. **La Agroecología y La Reestructuración Del Desarrollo Rural**. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v.4, n. 8, p. 29-51, ago. 2009.

KAGEYAMA, P. Y. **Conservação “in situ” de Recursos Genéticos de Plantas**. IPEF 35: 7-37 1987.

MANCE, Euclides André. **Consumo Solidário**. Curitiba, 2003.

METELLO, Daniela Gomes. **Os Benefícios da Associação em Cadeias Produtivas Solidárias: o caso da Justa Trama – Cadeia Solidária de Algodão Agroecológico**. Rio de Janeiro: 2007.

MEYER, J. R., C. L. CAMPBELL, T. J. MOSER, G. R. HESS, J. O. Rawlings, S. Peck, and W. W. Heck. **Indicators of the Ecological Status of Agroeco-systems**. In: *Ecological Indicators. Vol I*. McKenzie, D. H., D. E. Hyatt, and V. J. McDonald, eds., London: Elsevier Applied Science. 1992.

NOLASCO, F. **Avaliação da Sustentabilidade em Agroecossistemas: um método fitotécnico**. Viçosa, 1995. 225 p. Tese (doutorado em Fitotecnia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa–MG

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Disponível em: <[www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br)>. Acesso em 22/01/2013.

PAES-DE-SOUZA, Mariluce.SILVA, Tania Nunes. Organizational and terorganization al Relationships in the JustaTramaAgroecologicalCottonProductionChain-Network. *Review of Research*. Vol. 3, Issue.1, Oct. 2013.

RUSCHEINSKY, A. **No Conflito das Interpretações: O enredo da sustentabilidade**. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, Volume 10, janeiro a junho de 2003.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – Porto Velho, Rondônia; CETENE, Centro de Tecnologia e Negócios de Rondônia. **Artesanato de Rondônia – Catálogo de Produtos**. 2007.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do Século XXI**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

\_\_\_\_\_. **Indicadores para a Governança Ambiental**. VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Fortaleza-CE, 28 a 30 de novembro de 2007.

# PLANO DE LOGÍSTICA SOLIDÁRIA: O CASO DA REDE AUTOGESTIONÁRIA DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DE MATO GROSSO (REDE CATAMATO)

*Sandro Benedito Sguarezi*

*José Jaconias da Silva*

*Juliano Luis Borges*

*Wilson Luconi JR*

*Maila KarlingVieira*

*Ana Maria de Lima*

## **Introdução**

O presente trabalho é resultado de uma ação de extensão executada em parceria entre duas incubadoras, uma da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e outra da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O texto descreve o processo de formação, fortalecimento e consolidação da Rede Autogestionária de Cooperativas e Associações de Catadores de Resíduos Sólidos do Estado de Mato Grosso (REDE CATAMATO) com o apoio e financiamento da Fundação Banco do Brasil (FBB). A Rede é formada por Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de diferentes localidades de Mato Grosso.

Utilizando-se da pesquisa-ação, o processo de formação dos catadores foi desenvolvido com base nos princípios da economia solidária, autogestão e redes de cooperação solidária, e utilizou-se de metodologias participativas, bem como da Pedagogia da Alternância que se dá pelo Tempo Escola (TE) e pelo Tempo Comunidade (TC). O fortalecimento e a consolidação da rede ocorreram pela construção de forma participativa do Plano de Logística Solidária (PLS).

Liderado pelo Programa de Extensão Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis (IOCASS) da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), o processo de incubação da Rede Autogestionária de Cooperativas e Associações de Catadores de Resíduos Sólidos do Estado de Mato Grosso (REDE CATAMATO) foi desenvolvido no período de março a dezembro de 2013. Esse processo se deu para atender ao Projeto CATAFORTE, Fase II, Contrato 12535-2013, que se refere ao Termo de Referência do Edital de Chamamento Público N.º 001/2012 – FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE-SENAES –, que visa ao Fortalecimento da Infraestrutura de Cooperativas de Catadores para Coleta, Transporte e Comercialização de Materiais Recicláveis – Logística Solidária Cataforte.

O projeto da REDE CATAMATO foi aprovado e classificado, em primeiro lugar, no contexto do edital de âmbito nacional e, inicialmente, teve o apoio da Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis (IOCASS) da Unemat, a qual está vinculada ao Núcleo de Estudos

da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT). O desafio do processo de incubação autogestionária de uma Rede de Catadores no Estado de Mato Grosso exigia também uma parceria em rede. Assim, a UNEMAT/IOCASS juntou-se à Arca Multincubadora, que atua dentro do Escritório de Inovação Tecnológica (EIT) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

A REDE CATAMATO, que foi criada recentemente, 18 de Julho de 2012, é composta por três Empreendimentos Econômicos Solidários (EES): Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN), localizada em Tangará da Serra a 250 km da capital Cuiabá; Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Várzea Grande (ASSCAVAG), localizada em Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá; e a Cooperativa Chapadense de Materiais Recicláveis (COOPCHAMAR), pertencente ao município de Chapada dos Guimarães, a 65 km da capital do estado.

O processo de incubação da REDE CATAMATO tinha por objetivo o fortalecimento da Rede e sua consolidação através da construção de um Plano de Logística Solidária (PLS). O processo de formação dos Catadores foi desenvolvido com base nos princípios da economia solidária, autogestão e redes de cooperação solidária e utilizou-se de metodologias participativas, bem como da Pedagogia da Alternância que se dá pelo Tempo Escola (TE) e pelo Tempo Comunidade (TC). Em linhas gerais, o Plano de Logística Solidária (PLS) contemplou três eixos prioritários propostos pela Fundação Banco do Brasil (FBB): 1) Atuação em Rede; 2) Logística Solidária; 3) Uso do Caminhão.

Embora os eixos se apresentassem bastante técnicos, as metodologias utilizadas estão no campo da educação popular e foram desenvolvidas junto com os Catadores, sujeitos e protagonistas desse processo.

## **A Construção do Processo**

De acordo com Sguarezi (2012), as transformações socioeconômicas das últimas décadas trouxeram consequências ao mundo do trabalho, influenciando os rumos do Brasil de forma significativa. O Estado de Mato Grosso não ficou imune ao impacto dessas transformações. A opção pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente centrado no agronegócio e o processo de colonização promoveram um dos casos mais perversos de concentração fundiária e de renda no país que fez do Mato Grosso um Estado “rico por natureza” (formado por três biomas: Cerrado, Pantanal e Amazônia) e “excludente por opção”, visto que o Estado acumulou passivos sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Outro problema grave é a falta de compromisso do poder público local com uma política estadual de resíduos sólidos que vai além da questão social. Isso se apresenta como uma questão ambiental grave, visto que apenas dois municípios do estado têm aterros sanitários legalizados. Diante disso, não basta uma atitude técnica ou economia em relação à reciclagem de resíduos sólidos.

As indústrias, as empresas e os atravessadores que atuam na cadeia de valor da reciclagem de resíduos sólidos não compreendem isso, visto que o reducionismo lhes permite apenas a aplicação de tecnologias que gerem lucros e dividendos financeiros. A maioria também não está preocupada com a dignidade dos Catadores, tampouco com a subjetividade que compreende o universo desses sujeitos e a sua lógica de organização. Uma lógica que valoriza o trabalho e que com o apoio de uma Rede de Parceiros resgate a importância do fazer coletivo, do trabalho em grupo, um trabalho socialmente construído. Sem o trabalho dos catadores não existe reciclagem, é o catador que dá vida ao lixo, que transforma o lixo em resíduos sólidos e transforma os resíduos sólidos em matéria prima para a indústria.

Outro impacto fundamental refere-se à conservação ambiental que é uma consequência direta da coleta seletiva que evita que o lixo vá para a natureza e ao mesmo tempo amplia a vida útil dos aterros sanitários e ajuda na conservação de recursos hídricos.

Garantir a inclusão socioproductiva e econômica dos catadores também reduz as desigualdades sociais e isso concorre para que Mato Grosso comece a contribuir com os Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (ODM, 2013) 1 e 7: “1- Erradicar a extrema pobreza e a fome; 7- Garantir a sustentabilidade ambiental”.

O trabalho na reciclagem é em um trabalho livre, digno, justo, sustentável e solidário. Os catadores são estigmatizados pelo trabalho que fazem, a hipocrisia da sociedade de consumo precisa ver que são poucos homens e mulheres que tem a coragem de ir para um lixão e dali retirar o sustento para a sua família com dignidade. E isso precisa ser reconhecido e valorizado pela sociedade.

O Projeto CATAFORTE II da Fundação Banco do Brasil (FBB) está dando contribuição significativa à luta em autogestão dos catadores na busca da erradicação da miséria e a redução das desigualdades sociais através de ações em rede. É fundamental compreender que o problema do lixo só será resolvido se for compreendido de uma forma sistêmica, que integre à questão técnica e à questão econômica o compromisso com o meio ambiente e a dignidade dos catadores e catadoras, pelo viés da autogestão e da solidariedade. Assim se desenvolve uma consciência cidadã que garanta uma visão proativa de todos os sujeitos envolvidos na cadeia produtiva da reciclagem e que igualmente garanta a autonomia e a emancipação dos catadores num processo de inclusão sócio produtiva.

Esse Projeto vem ao encontro de uma demanda nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), e o estado de Mato Grosso está sendo desafiado a apresentar uma proposta para atender a Lei Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Esta trata como prioridade o apoio à inclusão produtiva dos catadores de materiais recicláveis via organização de cooperativas ou de outras formas de associação dos catadores. É nesse contexto que nasceu a REDE CATAMATO. Na sequência, a tabela trata da relação dos empreendimentos pertencentes à Rede.

<b>EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	<b>LOCALIDADE</b>	<b>SÓCIOS</b>
Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN)	Tangará da Serra	47
Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Várzea Grande (ASSCAVAG)	Várzea Grande	36
Cooperativa Chapadense de Materiais Recicláveis (COOPCHAMAR)	Chapada dos Guimarães	20
<b>REDE CATAMATO</b>	<b>Mato Grosso</b>	<b>103</b>

**Fonte:** Relação dos Empreendimentos Econômicos Solidários Participantes da REDE CATAMATO.

A Rede foi criada com o objetivo de:

[...] congregar cooperativas e associações de Catadores de Resíduos Sólidos do Estado de Mato Grosso que atuam nos serviços de coleta seletiva, da reciclagem, da triagem, processamento e comercialização de materiais recicláveis, visando a produção e a comercialização de bens e o aproveitamento de materiais reciclados de forma coletiva e que atuem com base na autogestão e nos princípios da economia solidária, bem como, unir os Catadores de material reciclável, dentro da competência profissional, na sua área de ação para, com base na colaboração recíproca entre esses Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que se obrigam, promover a mais ampla defesa dos interesses dos Catadores Sócios Cooperados da REDE CATAMATO visando a geração de trabalho, renda, a melhoria da qualidade de vida dos Catadores e sua formação técnica e política, bem como a preservação do meio ambiente pela sócio-inclusão produtiva dos Catadores do Estado de Mato Grosso (REDE CATAMATO, 2012).

A aprovação da Proposta da REDE CATAMATO pela FBB em primeiro lugar junto a Edital de Chamamento Público n.º 001/2012 - FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE-SENAES, criou novas possibilidades e influenciou a ação de outros sujeitos que atuam no campo da reciclagem, como o Fórum Estadual do Lixo e Cidadania (FL&C), e avivou a participação do MNCR de Mato Grosso, incluindo a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA-MT), o Ministério Público Estadual e o Ministério Público do Trabalho, dentre outros.

Outro evento importante foi a aprovação do Projeto Adequação da Coleta Seletiva de Várzea Grande pela ASSCAVAG junto ao Votorantim/BNDES, através do Programa Redes, num total de R\$ 1.157.144,00, sendo que o valor solicitado ao Programa Redes foi de R\$ 722.446,00 e o resto entrou como contrapartida de outros parceiros que o Programa Redes aglutinou no processo.

Dentro do campo da articulação das políticas públicas, a REDE CATAMATO também participou ativamente, cobrando do Governo do Estado a assinatura do Termo de Adesão da Chamada Pública 003/2012 - SENAES/TEM, que possibilita o estado a participar do Termo de Referência para Integração e Suporte à Ação de Fomento a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação Constituídas por Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. Dessa forma, destaca-se, aqui, a importância do Projeto CATAFORTE II no estado de Mato Grosso, no fortalecimento do associativismo e do cooperativismo, visando à inclusão socioprodutiva de Catadores de Materiais Recicláveis e a aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que dentre seus objetivos visa a garantir dignidade, emancipação desses trabalhadores através do trabalho associado.

Apesar disso, o cenário da coleta seletiva dos resíduos sólidos em Mato Grosso é extremamente problemático. Não existe um diagnóstico confiável. Dados preliminares levantados pelo Instituto Votorantim, através da Dialog Consultoria, e pelo Ministério Público, por meio da Promotoria Pública de Várzea Grande, indicam que só em Várzea Grande o número de Catadores e Catadoras está entre 800 a 2000 pessoas. Desse total, existe uma população flutuante que varia entre 400 a 600 pessoas aproximadamente que trabalham e tiram o sustento de suas famílias no Lixão, em condições degradantes. Levantamentos preliminares do Fórum Estadual do Lixo e Cidadania indicam que no estado de Mato Grosso existam pelo menos 5000 pessoas atuando com reciclagem. Isso comprova a importância da ação de extensão universitária, utilizando-se de metodologias de incubação no processo de formação dos catadores.

O processo de formação dos catadores da REDE CATAMATO iniciou-se com o Seminário de Nivelamento e Preparação para Atuação em Rede - Projeto Cataforte - Logística Solidária 2013 e foi finalizado com o Seminário de Validação do Plano de Logística Solidária PLS/MT - PROJETO CATAFORTE II - REDE CATAMATO.

O processo de formação passou pela construção do Plano de Logística Solidária (PLS) da REDE CATAMATO e se desenvolveu com base em dois cursos: o primeiro com as lideranças dos EES num curso de formação de formadores (com carga horária de 80 horas); o segundo com um curso (com carga horária de 20 horas) para o coletivo de catadores de cada um dos três empreendimentos pertencentes à Rede. No total, o processo de formação atendeu a 114 catadores, sendo 48 da COOPERTAN; 30 da COOPCHAMAR e 36 da ASSCAVAG.

### **Formação de Formadores (lideranças) e Conteúdo Programático**

O processo de Formação de Formadores em logística solidária através do CATAFORTE II e a organização em redes de cooperação solidária liderada pela REDE CATAMATO não será a solução definitiva dos problemas, mas certamente colabora para a reorganização da cadeia produtiva da reciclagem no estado, colocando os catadores como sujeitos do processo. Ampliar escala de

produção, minimizar custos da cadeia, aprimorar a triagem, garantir melhoria da matéria prima, aprimorando processos de comercialização, combinando isso com a inclusão socioprodutiva não é tarefa fácil. Porém, passa a ser possível com o Plano de Logística Solidária pelo CATAFORTE II, visto que:

Quando o processo logístico é realizado em Redes de Cooperação, envolvendo várias cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, toma lugar a Logística Solidária, que possibilita às cooperativas e às associações compartilharem recursos, maximizar a utilização compartilhada da infraestrutura e dos recursos disponíveis, logrando, assim, a redução dos investimentos, a diluição dos custos fixos e a redução ou eliminação de desperdícios (SOLIDARIUS BRASIL, 2013, p. 03).

Assim, o projeto em rede permite que os Catadores pensem formas participativas para compartilhar recursos, diluir custos fixos, eliminando desperdícios, aumentar a escala de produção, bem como ampliar a renda.

O Plano de Trabalho para a Formação de 80 h/a em Logística Solidária (PLS) teve como objetivo a capacitação para 09 lideranças dos EES contemplados pelo PROJETO CATAFORTE II e teve como foco preparar essas lideranças para juntos construir o Plano de Logística Solidária, visando a fortalecer a atuação em rede e otimizar o uso dos caminhões que devem ser repassados à rede pelo Projeto de Fortalecimento da Infraestrutura de Cooperativas de Catadores para Coleta, Transporte e Comercialização de Materiais Recicláveis – Logística Solidária Cataforte. Para desenvolvimento do Plano, o CATAFORTE II contemplou a contratação de assessor de formação, consultor em logística e o agente mobilizador.

O processo de Formação de Formadores e lideranças junto aos Catadores foi desenvolvido com base nos princípios da economia solidária, autogestão e redes de cooperação solidária. Utilizou-se metodologias participativas, como a pesquisa-ação e técnicas de incubação do Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO/NECOMT/IOCASS, com o apoio da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso (UFMT), através da Arca Multincubadora, focadas na proposta Freireana da Pedagogia da Alternância como base de formação, incluindo Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC), com atividades práticas para os educandos conhecerem novos processos, conhecerem os outros empreendimentos que fazem parte da REDE CATAMATO e vistas técnicas. Com as fases do processo de Tempo Escola (TE):

<b>EVENTO</b>	<b>PÚBLICO ALVO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>LOCAL</b>
Seminário de Nivelamento e Preparação para Atuação em Rede – Projeto Cataforte – Logística Solidária 2013	70 Catadores da Rede 20 Convidados	12 horas/aula	21 e 22 de junho de 2013	Tangará da Serra
Plano de Logística Solidária: Formação de Formadores Módulo I	03 líderes de cada EES da Rede	40 horas/aula	18 a 21 de julho de 2013	Chapada dos Guimarães
Plano de Logística Solidária: Formação de Formadores Módulo II	03 líderes de cada EES da Rede	40 horas/aula	14 a 17 de agosto/2013	Várzea Grande
Curso de formação PLS	Coletivos de Catadores da COOPCHAMAR	20 horas/aula	21 e 22 de julho de 2013	Chapada dos Guimarães
Curso de formação PLS	Coletivos de Catadores da COOPERTAN	20 horas/aula	27 e 28 de julho de 2013	Tangará da Serra
Curso de formação PLS	Coletivos de Catadores da ASSCAVAG	20 horas/aula	18 e 19 de agosto de 2013	Várzea Grande
Seminário de Validação do Plano de Logística Solidária PLS/MT - Projeto Cataforte II – Rede Catamato	100 participantes. Sendo: 09 Lideranças dos Catadores que participaram do PLS 80hs; 30 Catadores da COOPERTAN; 30 Catadores da ASSCAVAG (15 internos e 15 do Lixão de Várzea Grande-MT); 10 da COOPCHAMAR; 10 Lideranças convidadas de 05 outros EES de Catadores que poderão fortalecer a REDE CATAMATO; 11 Convidados	12 horas/aula	13 e 14 de setembro de 2013	Tangará da Serra

**Fonte:** Fases do processo de formação do Tempo Escola (TE).

No processo pedagógico foi realizado o mapeamento participativo do fluxo e da quantidade do material produzido por cada empreendimento, o qual possibilitou a formação de um mapa próprio de logística, apropriado para o Plano Logística Solidária (PLS), com vistas à utilização compartilhada dos caminhões da REDE CATAMATO.

No que se refere ao conteúdo, foram seguidas instruções do Caderno de Apoio para elaboração do Plano de Logística Solidária. Foram trabalhadas leituras de conjuntura, análise de políticas públicas, leituras de textos, cartilhas do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, Coleção de Cadernos de Educação de Jovens e Adultos (EJA/ECOSOL), Caderno de Formação do CATAFORTE II e III da UNITRABALHO, e outras matérias didáticas populares, como filmes e músicas.

Como ferramentas, foram utilizadas dinâmicas, místicas, simulações de papéis, estudos de caso e jogos para reavivar a criatividade e a participação dos catadores num processo de sistematização de mapas das unidades que compõem a rede, bem como seus principais clientes e fornecedores.

A formação do Plano de Logística Solidária buscou promover a capacitação e a integração dos catadores da REDE CATAMATO, visando à capacitação técnica-política autogestionária no sentido de pensar e agir estrategicamente em redes de colaboração solidária que consolidem a inclusão socioprodutiva e a emancipação desses trabalhadores. Para atender a esses objetivos, os conteúdos a serem abordados obedeceram a três eixos, conforme tabela abaixo:

<b>EIXO PRIORITÁRIO 01 ATUAÇÃO EM REDES</b>	<b>EIXO PRIORITÁRIO 02 LOGÍSTICA</b>	<b>EIXO PRIORITÁRIO 03 UTILIZAÇÃO DOS CAMINHÕES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Histórico dos Catadores e a luta do MNCR</li> <li>• Projeto Cataforte II Logística Solidária: Estratégias/ações e inclusão produtiva;</li> <li>• Conceito de redes solidárias;</li> <li>• Organização e funcionamento das redes de colaboração solidárias e a organização de catadores: objetivo das redes, como construir e animar redes solidárias;</li> <li>• Figura jurídica das redes: como organizar Cooperativas de segundo Grau, seus custos, vantagens e implicações legais e tributárias;</li> <li>• Metodologia para atuação em redes: mecanismos de deliberações e de tomada de decisão, formas de remuneração e divisão de ganhos, instrumentos de comunicação e transparência, custos e manutenção da rede e formas de compartilhamento;</li> <li>• Comercialização em redes: padronização de materiais, prospecção de mercados, formação de lote econômico em rede física (galpão, entrepostos) e em rede virtual;</li> <li>• Plano de negócios para Redes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceito de logística e análise da logística;</li> <li>• Como construir um plano de logística (ferramentas);</li> <li>• A logística nos empreendimentos solidários e nas redes (processos de apropriação e controle de custos e insumos);</li> <li>• Mercado e estratégias de negócios com recicláveis.</li> <li>• Análise da logística da rede em construção: que materiais temos capacidade de comercializar em rede, em que quantidade e qualidade; que mercados queremos atingir;</li> <li>• Análise da logística da rede para</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações estratégicas do Projeto Cataforte Logística solidária;</li> <li>• Conhecendo o caminhão (custos de manutenção, peças, reparos, legislação de trânsito, direção defensiva, seguros, entre outros);</li> <li>• Utilização de um bem comum: os caminhões nas estratégias de redes;</li> <li>• Como construir rotas sustentáveis (viabilidade econômica);</li> <li>• Mecanismos e Instrumentais de controle do uso dos caminhões.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atuação das redes no contexto da PNRS e das ações estratégicas para domínio da cadeia produtiva dos recicláveis;</li> <li>• Formalização e regularização de contratos de prestação de serviços públicos de coleta seletiva e privados de logística reversa;</li> <li>• Inovações tecnológicas para atuação em redes.</li> </ul>	prestação de serviços públicos de coleta seletiva: capacidade e custos.	
--	---	--

**Fonte:** Eixos prioritários do processo de formação de formadores e lideranças.

O processo de formação no Tempo Escola (TE) ocorreu no intervalo entre a primeira e a segunda etapa do curso. Nesse período, os catadores retornavam aos seus empreendimentos na busca de dados de produção e comercialização dos produtos. Esse TE foi acompanhado por visitas técnicas do assessor de formação, consultor de logística e do agente mobilizador que representava os catadores.

### **Formação do Coletivo de Catadores**

O curso de formação do coletivo de catadores teve duração de 20 horas e aconteceu em três lugares diferentes: o primeiro, na Cidade de Chapada dos Guimarães para atender os cooperados da COOPCHAMAR; o segundo curso, de 20 horas, com os catadores da Cidade de Tangará da Serra, os cooperados da COOPERTAN; e, por último, na cidade de Várzea Grande para formação dos associados da ASSCAVAG.

Os cursos de formação do coletivo de catadores também seguiram os mesmos eixos trabalhados com as lideranças que foram: atuação em rede, logística solidária e utilização dos caminhões.

Paulo Freire dizia que o processo de extensão se faz com uma “escuta sensível” por parte do extensionista, assim, neste curso de formação, foi inicialmente trabalhada a história de vida de cada um dos catadores, na perspectiva de entender como cada pessoa estava inserida naquele contexto. Neste momento, cada catador teve voz e contou um pouco de sua história de vida (onde nasceu, como é a família, quais foram as experiências de trabalho que já tiveram e como iniciou o trabalho como catador). O contar destas experiências de vida foi importante, pois serviu para demonstrar que, embora a REDE CATAMATO esteja nascendo, ela já carrega uma história bonita de luta e conquista, pois dela fazem parte pessoas que carregam uma vida de superação. Além disso, ao contar suas histórias, os catadores perceberam que existe uma identidade de vida e de trabalho e isso serve para reforçar que são catadores e sua identidade, de catadores.

Um segundo momento foi trabalhado a atuação em rede e a importância dos catadores estarem unidos para avançarem nas conquistas. Assim, foram abordados temas como: Associativismo e Cooperativismo e qual seria o papel da REDE CATAMATO para o fortalecimento do trabalho em

grupo pelos catadores. Os catadores, de forma coletiva, em cada um dos cursos tiveram a oportunidade de falar e construir as propostas para criação e atuação da REDE CATAMATO.

O terceiro eixo de discussão centrou-se na utilização dos caminhões. Neste eixo, a formação foi concebida, no sentido de mostrar a importância que esses equipamentos poderiam trazer para o trabalho dos catadores, no sentido de aumentar a escala de produção, elevando o número de materiais separados (coleta). Mostrou a importância da atuação em rede, de como o transporte e a comercialização em rede dos produtos selecionados pode aumentar a renda de cada catador sócio do empreendimento.

A formação no eixo utilização dos caminhões também serviu para cumprir outro objetivo que foi o de mostrar que o caminhão é da REDE CATAMATO, não de um ou outro empreendimento, mas pertence a todos os catadores. Nesse sentido, precisa ser cuidado, zelado para melhorar o uso compartilhado desses veículos, bem como o de garantir ganhos coletivos ao ser bem utilizado por todos.

Nesse sentido, foram criados mecanismos de controle que estabeleceram rotas para os caminhões, planilhas e o Regimento Interno para uso dos Caminhões Pertencentes à REDE CATAMATO. Esse regimento foi validado pelo Coletivo de Catadores e Catadoras de toda a rede no Seminário de Validação do Plano de Logística Solidária PLS/MT- PROJETO CATAFORTE II – REDE CATAMATO.

## **O Processo de Avaliação da Formação dos Catadores**

A formação dos trabalhadores nos cursos, tanto das lideranças, como do coletivo foi acompanhada de avaliações participativas nos encontros.

Entende-se a avaliação participativa como um processo contínuo de reflexão sobre os objetivos do curso e os resultados que se pretende alcançar. Portanto, acredita-se que no curso das ações encontrar-se-ão as formas de avaliação mais propícias. O princípio indicador se assenta na apropriação e na produção do conhecimento e de tecnologias sociais em momentos de diálogo entre catadores e os facilitadores do curso.

Para que a avaliação possa cumprir melhor essa função transformadora, estas características são fundamentais: precisa ser **participativa**, envolvendo os formadores e os Catadores, ser **transparente** e **democrática**, para que seus resultados sejam socializados e possam ser utilizados no planejamento das atividades e na reformulação de ações futuras. (MAZZEU, 2010, p. 36, grifos do autor).

A avaliação foi embasada na participação/autogestão dos Catadores. Nesse sentido, foi observada a assiduidade dos sujeitos, disciplina, concentração durante a exposição, participação nas discussões do conteúdo e

atividades propostas, como seminários e trabalhos em grupo e a transparência nos processos.

Lembrando que a avaliação participativa não prescinde do uso de indicadores quantitativos, tal como os que estão sendo utilizados no processo de Monitoramento do Projeto CATAFORTE. A comparação desses indicadores com as metas é imprescindível para uma análise objetiva e eventuais correções de rumo. Complementando esses indicadores quantitativos, uma avaliação qualitativa, focada nas mudanças observadas nas práticas dos Catadores, nas suas atitudes, no seu discurso, etc., fornece pistas preciosas para identificar pontos fortes e problemas, caminhos promissores e equívocos a serem evitados em ações futuras (MAZZEU, 2010, p. 36).

Dessa forma, a presença e a participação foram itens importantes no processo. Também foi realizada uma avaliação escrita e uma atividade prática no momento de encerramento de cada eixo temático. Além disso, também foi realizada de forma autogestionária uma avaliação com base em três perguntas: FOI BOM? VALEU A PENA? QUE TAL?

Nas respostas à pergunta “FOI BOM?”, os catadores e os facilitadores responderam de forma transparente, direta, aberta e objetiva quais foram os pontos positivos que se podem destacar durante o processo de formação. As respostas à questão “VALEU A PENA?”, também de forma coletiva, todos os participantes responderam, mas, no sentido de identificar quais foram os pontos negativos ocorridos nos momentos de formação. Por último, na indagação “QUE TAL?”, os catadores e catadoras, juntamente com os facilitadores, levantaram quais sugestões poderiam ser encaminhadas para os próximos encontros de formação, para que, assim, erros e problemas ocorridos pudessem ser corrigidos, bem como novas ideias de horários, métodos de ensino/didáticos, conteúdos e outros, pudessem ser trabalhados nos encontros vindouros de formação.

O processo de avaliação aconteceu permitindo que os (as) catadores (as) fossem protagonistas do processo, com voz e vez, sendo avaliados e também avaliando. Para ilustrar a participação dos catadores, vejamos o depoimento de três catadoras, avaliando os pontos positivos (FOI BOM?) nos momentos de formação.

É bom pra gente aprender muita coisa, conhecer os conhecimentos que a gente não tava entendendo, a cada um passou e foi um melhor que o outro, a gente teve um aprendizado bem melhor (CATADOR A, 2013).

Eu avalio como bom, ótimo. Adquirimos mais conhecimento, conseguimos entender mais sobre a rede. E eu acredito que os próximos eventos a gente vai aperfeiçoando mais conhecimento. Eu avalio como ótimo (CATADOR B, 2013).

A importância desse seminário e do curso de logística foi do fortalecimento dos catadores (CATADOR C, 2013).

Em foco também a opinião de outro catador, fazendo uma avaliação negativa (VALEU A PENA?) da formação e do projeto CATAFORTE. Sugestão abaixo:

Fazendo uma avaliação negativa (VALEU A PENA?) da formação e do projeto CATAFORTE, o catador D, em seu depoimento, comentou:

Eu acho que teria que ser como nós entramos. Nós entramos pensando que ia ser quatro caminhões para a rede. Um para cada um dos empreendimentos, ia ficar um para fazer Tangará, um Chapada e outro Várzea Grande e um para atender a rede toda. Só que do jeito que ficou, só com dois caminhão tá ruim. Por isso não tava tendo um entendimento, não sei se dá para entender a posição de Chapada, porque ia ficar ruim para atender a rede toda e do jeito que tá não da pra chegar a um entendimento. Na nossa visão de Chapada porque nós estamos colocando que não vai dar pra atender Chapada e Várzea Grande (CATADOR D, 2013).

Nesse depoimento da representante da COOPCHAMAR, fica claro o descontentamento pela não aprovação da proposta original apresentada à FBB pela REDE CATAMATO, uma vez que se a proposta foi aprovada pela FBB, os Catadores criaram a expectativa de receber os bens, conforme eles elaboraram o projeto. Também persiste a ideia de individualismo que está acima das expectativas de colaboração e de atuação em rede. Porém, não é a visão que prevalece na maioria, conforme o depoimento que segue da presidenta da Rede CATAMATO.

Eu acho que a princípio há alguma discordância até algum tipo de atrito, mas acredito também que há muita solidariedade compreensão do grupo que vai saber lidar com isso daqui pra frente (CATADOR E, 2013).

Por último, a opinião de uma catadora, sugerindo melhorias (Que TAL?) para a formação e os encontros vindouros da Rede CATAMATO. Nesta avaliação, a catadora sugere que seja feita uma gestão mais adequada do tempo, para que o encontro possa ser mais bem aproveitado por todos.

Devido aos horários, horário do almoço das coisas que gente chegou muito cansado por causa do atraso do ônibus. Tem pessoas, muitos idosos, muitas crianças, muitos idosos, eu acho que teria que ter mais organização entre nós mesmos, organização do tempo mesmo, foi muito desorganizado da nossa parte. Isso vai estressando, a gente vai cansando, se não assiste bem o seminário, as palestras (CATADOR F, 2013).

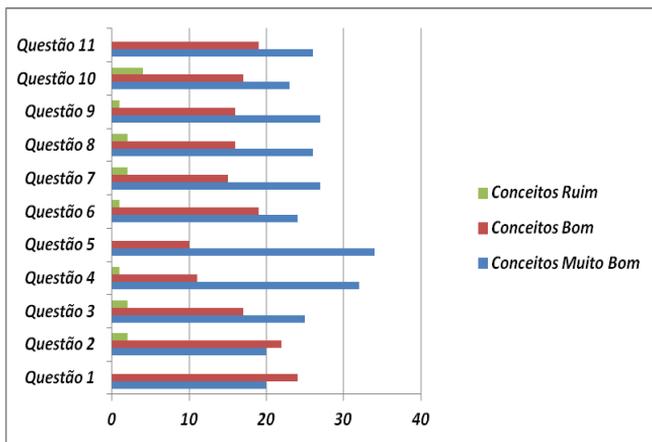
Nos depoimentos apresentados percebe-se que os catadores puderam se expressar abertamente. Isso foi possível porque a metodologia de formação participativa tem os catadores como sujeitos de sua história, construtores de uma nova realidade que se pretende muito mais humana e solidária.

De forma complementar aos depoimentos pertinentes à avaliação participativa, foi aplicado um questionário com assertivas de avaliação do processo de formação. Numa dimensão quali-quantitativa foram direcionadas questões no intuito de apreender, numa perspectiva dos formadores, o processo mediante quesitos considerados importantes pelos sujeitos responsáveis pela facilitação do Plano de Logística Solidária.

<b>ORD.</b>	<b>QUESTÕES</b>
Questão 01	O Seminário proporcionou troca de experiências e novos conhecimentos que ajudarão a desenvolver melhor o trabalho em rede.
Questão 02	Compreendi bem como será o uso compartilhado dos caminhões.
Questão 03	Saio do Seminário sabendo como proceder em relação às exigências legais do Projeto, quais as responsabilidades e benefícios do meu empreendimento.
Questão 04	A infraestrutura utilizada no Seminário foi adequada (salas, cadeiras, hospedagem, transporte, alimentação).
Questão 05	Os temas apresentados e trabalhados foram importantes.
Questão 06	Gostei da maneira como os assuntos foram tratados, foi fácil compreender e acompanhar.
Questão 07	A discussão nos grupos me ajudou a refletir sobre como construir redes solidárias de catadores e a entender a importância das redes para fortalecer o trabalho do catador.
Questão 08	O seminário aumentou o entendimento da importância das redes para fortalecer.
Questão 09	As planilhas utilizadas pela consultora em logística me ajudarão a atingir os objetivos do Projeto com mais facilidade e qualidade.
Questão 10	A atuação do agente mobilizador foi importante para a construção do trabalho da rede.
Questão 11	A formação ajudou para conseguirmos construir um bom plano de rede.

**Fonte:** Questões avaliativas sobre o Plano de Logística Solidária (PLS).

Para responderem às questões, os avaliados poderiam optar por um dos três conceitos: “Ruim”, “Bom”, “Muito Bom”. Das perguntas apresentadas a maior parte teve conceito “Muito Bom”, demonstrando que os trabalhos tiveram um alcance considerável dentre os catadores participantes do PLS, conforme demonstra o gráfico abaixo.



Fonte: Sistematização das respostas do questionário de avaliação.

Também foram utilizados outros instrumentos como fichas de observações, elaboração dos mapas, entre outros, mesclando indicadores quantitativos para o acompanhamento, desenvolvimento, planejamento e revisão das ações do PLS. No mesmo sentido, foram elaborados relatórios participativos sobre os resultados do curso, contendo a avaliação, com fotos, material didático e a lista de frequência dos catadores/lideranças que participam do processo de formação.

## Considerações Finais

Essa ação de extensão em parceria da UNEMAT/IOCASS junto com a UFMT/EIT/ARCA se mostrou desafiadora, porém alcançou os objetivos iniciais, visto que o processo de formação tanto do grupo de lideranças quanto do coletivo de catadores da REDE CATAMATO aconteceu de forma coletiva com a participação direta dos catadores dos três empreendimentos: COOPERTAN, COOPCHAMAR e ASSCAVAG.

Igualmente, o Plano de Logística Solidária (PLS) teve participação ativa dos catadores para alcançar esses objetivos. Dois eventos foram primordiais. São eles: o curso de formação de formadores (80 horas), com 09 lideranças capacitadas para atuação em rede e atuação na formação de outros catadores; Curso de formação de 20 horas para o coletivo de catadores de cada EES da rede. Os eventos foram fundamentais, pois através deles os catadores tiveram voz e vez para construir um instrumento de representação que vai ajudar a articular os trabalhos dos catadores do estado de Mato Grosso que é a REDE CATAMATO.

Assim, a REDE CATAMATO amplia sua articulação e com isso a vontade, a consciência e a motivação dos catadores e catadoras de Mato Grosso, para atuarem em rede, visto que entenderam que o trabalho individual é muito mais penoso e menos valorizado, e que a atuação coletiva e em rede pode trazer muitos benefícios como: a valorização da identidade de catadores; a formação educacional para o trabalho e para a vida, dos catadores e de sua família; a

parceria com as entidades parceiras, tanto governamentais, como da iniciativa privada e, por último, a melhoria da renda com processos de produção e comercialização mais eficazes e rentáveis.

Assim, a construção participativa do Plano de Logística Solidária (PLS) nasce atacando um dos principais problemas relacionados à atuação do negócio “reciclagem” que é o sistema logístico. Os Catadores construíram de forma coletiva um PLS que contempla os três principais compostos do sistema logístico que são: transporte, manutenção de estoques e processamento de pedidos. O legado desse plano deverá ser a atuação em rede, ampliação da produção, melhoria na comercialização, ganhos de escala na produção e na remuneração/renda dos catadores, bem como o fortalecimento da luta dos catadores de materiais recicláveis.

Além disso, outro legado é a contribuição que esse processo deixou para a consolidação e o fortalecimento da extensão dentro da UNEMAT/IOCASS e da UFMT/ARCA. A ação em rede entre a IOCASS e a ARCA indicam resultados positivos como a aprovação de outros projetos de extensão, tais como: PROEXT 2014-Programa de Extensão Universitária MEC/SESu e a Chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq N° 89/2013, Linha B: Apoio à formação e institucionalização de novas incubadoras tecnológicas de economia solidária.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária** (SIES). Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria\\_nacional.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp)>. Acesso em: 07 maio 2010.

CADERNOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA). **Incubadora de Empreendimentos em Economia Solidária da Universidade Federal Fluminense** (UFF). Disponível em: <<http://incubadoraecosol.wordpress.com/cadernos-eja-ecosol/>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

MAZZEU, Francisco, J. Cataforte: Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Caderno 2**. Proposta Pedagógica do Projeto: Subsídios para Formação de Formadores e de Catadores de Materiais Recicláveis. Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho. São Paulo: UNITRABALHO, 2010.

MIRANDA, Sandro, A. A. Cataforte: Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Caderno 3**. Proposta Pedagógica do Projeto: Subsídios para Formação de Formadores e de Catadores de Materiais Recicláveis. Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho. São Paulo: UNITRABALHO, 2010.

ODM. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Documento ODM: Acompanhamento Municipal Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. **Relatórios Dinâmicos: Indicadores Municipais/2012**. Disponível em: <[www.portalodm.com.br](http://www.portalodm.com.br)>. Acesso em: 01 jun. 2013.

REDE CATAMATO. Rede Autogestionária de Cooperativas e Associações de Catadores de Resíduos Sólidos do Estado de Mato Grosso. **Ata de Fundação da REDE CATAMATO**. Aprovada em Assembleia Geral no dia 18 de julho de 2012. Cuiabá-MT, 2012.

SGUAREZI, Sandro B. **Autogestão e Economia Solidária**: limites e possibilidades. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SOLIDARIUS BRASIL. **Caderno de Apoio para Elaboração do Plano de Logística Solidária** (PLS). Solidarius Brasil, 2013.

THIOLLENT, M. (Org). **Pesquisa-ação e Projeto Cooperativo na Perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

UNITRABALHO. Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho. **Guia Metodológico: Plano de Logística**. São Paulo: UNITRABALHO, 2012.

# DESIGN PARTICIPATIVO SUSTENTÁVEL: CIDADANIA E PROMOÇÃO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA

*Zilda Fátima da Silva Paim  
Ronalda Barreto Silva  
Marlon Xavier*

## **Introdução**

Este trabalho insere-se na linha da economia solidária como alternativa para a sobrevivência e o desenvolvimento da cidadania de segmentos da população que se encontram em situação de vulnerabilidade social frente às transformações do mundo do trabalho e o aumento da exclusão social. Mais precisamente, trata-se de um relato de experiência relativa ao *Design Participativo Sustentável*, cujo cerne está na subversão da relação universidade/setores populares e no desenvolvimento da tecnologia social.

A perspectiva da economia solidária como política pública de geração de trabalho e renda vem crescendo no Brasil nas esferas municipais, estaduais e federais, ainda que seja um universo recente e carente de análises na sua prática. De acordo com Singer (2000, p.25), ela emerge no Brasil de forma esparsa na década de 1980, crescendo a partir da segunda metade dos anos 90, em decorrência da reação de diversos movimentos sociais à crise de desemprego em massa, iniciada em 1981 e agravada com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990 (apud AZEVEDO, 2007). Para Gaiger (apud POLI, 2006, p.134), os empreendimentos econômicos solidários,

primeiramente combinam a busca de eficiência e viabilidade com o aprimoramento dos princípios cooperativos e democráticos; combinam, por um lado, sua autonomia de gestão com uma atitude de responsabilidade e de envolvimento social; por fim, conjugam a obtenção de resultados econômicos com outros benefícios no plano da educação, da qualificação profissional, da cultura e assim por diante.

## **Para Nascimento**

A economia solidária é uma estratégia de resistência à exclusão e à precarização do trabalho, apoiada em formas coletivas de geração de trabalho e renda, articulada aos processos de desenvolvimento local, participativo e sustentável.

Comungamos com os autores e acreditamos que a viabilidade econômica aliada à gestão democrática seja o caminho para a emancipação desses trabalhadores. A organização dos empreendimentos e das instituições de

apoio tem desenvolvido no Brasil diversas redes e fóruns que vêm lutando pela implantação de linhas de financiamento específicas, elaboração de políticas públicas e criação de linhas de pesquisas para responder aos desafios vividos pelos empreendimentos. (NASCIMENTO, 2000, p.12).

Um dos principais desafios enfrentados pelos empreendimentos da Economia Solidária, de acordo com o mapeamento realizado em 2007, é a comercialização de seus produtos e serviços (mencionada por 72% dos entrevistados), seguida pelo acesso ao crédito (apenas 56% dos empreendimentos mapeados) e assessoria das instituições em aspectos técnicos e de gestão (28% dos entrevistados). A deficiência na comercialização está pautada em alguns aspectos, dentre eles o problema da escala, logística, dificuldade de atender às normas técnicas das cadeias produtivas nas quais estão inseridas e a falta de desenvolvimento de produtos próprios (SILVA e AZEVEDO, 2010).

Acrescentamos, ainda, aspectos relacionados à divulgação dos empreendimentos e de seus produtos. Muitas vezes esses aspectos estão associados à questão da identidade visual de ambos, importante no propósito de apresentar ao mercado o seu diferencial e superar mentalidades preconceituosas e discriminatórias em relação aos empreendimentos da economia solidária e seus partícipes. Ou seja, necessário se faz criar mecanismos para despertar o desejo do consumidor e ganhar espaço no mercado, através de processos participativos, do desenvolvimento de tecnologia social de produto e de processo.

O desenvolvimento da tecnologia social – em oposição à tecnologia convencional - constitui-se um aspecto importante para o trabalho na economia solidária, considerando que se trata de relações de trabalho contrárias às relações caracterizadas pela exploração capitalista no âmbito da qual a tecnologia é desenvolvida com o propósito de extração da mais-valia:

Além de o trabalho associado como tal equiparar-se a uma força produtiva específica da maior importância, é factível, nos empreendimentos autogestionários, que o avanço das capacidades subjetivas tome o passo da renovação dos processos materiais de produção, forçando a que esses venham a reconstituir-se progressivamente sobre outras bases. Desta feita, então, a nova forma social de produção não estaria criando uma nova base técnica em sentido estrito (inovações tecnológicas, instrumentos, etc.), mas sim em vias de absorver soluções já disponíveis (inclusive as chamadas tecnologias alternativas), convertendo-as à sua lógica própria (GAIGER, apud SILVA e AZEVEDO, 2010, p.154).

A tecnologia social tem como um princípio fundamental para o seu desenvolvimento, a interação com a população, ou seja, retoma os

ensinamentos de Paulo Freire (2005; 2008) sobre a leitura de mundo e o respeito ao saber do outro.

“Portanto, preza por uma formação “não bancária” do trabalhador. A tecnologia teria o papel de mediar a unidade entre o trabalho e a ciência. O trabalhador assim formado seria o germe de um novo tipo de homem, conforme preconiza Gramsci, um intelectual que seja especialista e ao mesmo tempo dirigente? Poderia afirmar que “a concepção de leis naturais e de participação ativa do homem na vida da natureza se ‘unifica’ no trabalho”? (MANACORDA, 2008, p.256)”. (SILVA e AZEVEDO, 2010, p.155).

O que estaria, portanto, em questão é um modelo teórico que contemple a noção de aprender a partir do conhecimento do sujeito, a noção de ensinar a partir de palavras e temas geradores, ou seja, uma perspectiva pedagógica que tome a educação como ato de conhecimento, de transformação social, conferindo, assim, politicidade à educação. Uma provável prática entre aquelas “práticas que se constituem em mecanismos de democratização em que se refletem os valores de solidariedade e de reciprocidade e novas formas alternativas de produção e de consumo” (GADOTTI, 2006). Nas palavras do próprio Freire:

Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma ‘educação’ para a ‘domesticação’, para alienação, e uma educação para a liberdade. ‘Educação’ para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito.(FREIRE, 2000, p.44).

Nesse sentido, em se tratando de trabalho com grupos populares, a dificuldade de vencer a mentalidade hierárquica constitui-se em grande desafio para a comunidade acadêmica:

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processo de busca. (FREIRE, 2005, 67).

No modelo pedagógico em discussão é imprescindível levar-se em consideração a situação dos envolvidos. No caso em análise, o público é formado predominantemente por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. Pode-se concluir que são, no conjunto, frutos de uma situação histórica de opressão e possuidores de uma autoestima baixa.

A tecnologia social, como produto e como processo, é estratégica para o universo da economia solidária, considerada como grande desafio para os

empreendimentos e para instituições de apoio, sendo parte responsável pela sustentabilidade dos grupos e redes de cooperação nas dimensões econômica, social, política, cultural e ambiental. O *design participativo sustentável*, enquanto tecnologia social, diz respeito à relação que os empreendimentos de qualquer natureza precisam ter entre seu espaço de trabalho, seus produtos e insumos. Trata-se de um diferencial importante para conquistar espaço no mercado.

Otimizar espaços de produção buscando novos *layouts*, novos projetos de sinalização interna, agregar valor a produtos e insumos e melhorar a relação dos empreendimentos com sua marca são alguns dos objetivos possíveis de serem viabilizados através do *design participativo sustentável*. Atividade que se concretiza na medida em que os integrantes dos empreendimentos se apropriam das técnicas desenvolvidas, assumindo, assim, a capacidade de multiplicar esses saberes interna e externamente. A partir desta perspectiva, as formações e oficinas, realizadas com o grupo, buscaram a tarefa de conscientizar o coletivo sobre a importância e o diferencial que um *design* adequado traz tanto para a sua linha de produção quanto para a sua vida cotidiana, proporcionando maior qualidade de vida, agregação de valor aos produtos e serviços e, conseqüentemente, melhoria na renda.

Partimos do entendimento de que aqui se trata do esforço em trabalhar uma estratégia de desenvolvimento que se oponha ao modelo hegemônico e que, por isso, constitui-se em um processo complexo que necessita aprofundar a sua dimensão educativa:

A busca de alternativas que possam viabilizar, técnica e economicamente, projetos que respondam simultaneamente à crise social e à crise ambiental, que criem produtos próprios com o objetivo de se constituir como propostas de soluções inovadoras para agregar valor ao trabalho dos cooperados e possibilitar uma melhor penetração no mercado é um desafio posto para as incubadoras de empreendimentos econômicos solidários, dado que a universidade constitui espaço por excelência para o desenvolvimento de tecnologias sociais e a formação do trabalhador em uma perspectiva oposta àquela que tem suas bases na teoria do capital humano e privilegia a tecnologia convencional. (SILVA e AZEVEDO, 2010, p.157).

O trabalho dá continuidade aos princípios discutidos por FACTUM et al (2009) na criação de produtos a partir de resíduos reutilizáveis e recicláveis, assumindo os princípios postos pelas respectivas autoras:

Utilização do potencial criativo da história e cultura local. A partir das referências da cultura popular nordestina, desenvolveram-se as tecnologias de fabricação de produtos com o reuso de embalagens pós-uso, bem como com todo e qualquer material descartado. Tal como propõe Paulo Freire (2005, 2008), Lina Bo Bardi (1994) e outros, os atores envolvidos embasaram-se no conhecimento

construído pela população da cidade de Salvador, que sobreviveu a trezentos anos de sistema escravocrata, detentora de uma cultura histórica do reuso, ou seja, “procurar com atenção as bases culturais de um País (sejam quais forem: pobres, míseras, populares) quando reais, não significa conservar as formas e os materiais, significa avaliar as possibilidades criativas originais” (BARDI, 1994, p. 21) (FACTUM et al., 2009, p. 9).

FACTUM et al (2009) discutem a subversão do papel do *design* – do consumismo à contribuição para a resolução dos problemas ambientais, com inclusão social:

O *design* para a sustentabilidade proporciona a possibilidade de revisão do tradicional papel do *design* formado para atuar no mercado, que, auxiliado pela mídia, tornou-se ícone de luxo. A estratégia utilizada é da descartabilidade e a constante obsolescência dos produtos objetivando manter o ciclo vicioso do consumo. Entende que é necessário incorporar as ações projetuais à realidade social circundante, incorporando as questões emergenciais que afligem a sociedade brasileira. (apud SILVA e AZEVEDO, 2010, p. 160).

Desobedecer à lógica que restringe o *design* a uma atividade moderna praticada exclusivamente por uma elite profissional, complementando o estudo do *design* profissional com o reconhecimento das atividades não profissionais, como preconiza Pacey (1992, p. 217-225). Contribuição chave para que os envolvidos considerassem as soluções e processos do *design* vernacular de extrema significação e identificassem que nas condições objetivas em que se encontram inseridos, sustentabilidade e *design* vernacular estão absolutamente imbricados pelas próprias características, também estabelecidas por Pacey, em relação ao *design* não profissional, tais como: compartilhamento de experiência, mesmo que esta tenha um alto grau de especificidade; responsabilidade e percepção individual de sua realização em função do todo; descobertas em conjunto; capacidade de experimentação difundida (FACTUM et al., 2009, p. 9-11).

A partir do acúmulo de estudos e debates, bem como da experiência no desenvolvimento de produtos e marcas, seguiram-se as atividades com a Rede Social Óleo Bahia.

## **A Experiência da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários - INCUBA/UNEB**

No trabalho realizado optou-se por uma ampla participação dos cooperados, buscando superar o sentimento de inferioridade que imperava, através da valorização dos seus saberes e do que Freire chama de “ato de desvelamento da realidade”. A discussão das suas ideias trazia aspectos do seu cotidiano, do seu trabalho, da sua condição de vida, da posição social assumida, buscando alterar a lógica hierárquica das atividades por eles desenvolvidas. Trata-se da leitura de mundo preconizada por Freire. A linguagem utilizada deveria refletir a sua realidade, possibilitando que os mesmos fizessem a relação entre o texto e o contexto, implicando-se no texto. Uma prática de mobilização, de organização e de subversão da ordem estabelecida.

Assim sendo, na perspectiva do Método Paulo Freire, desenvolveu-se o processo de criação de marca com a Rede Social Óleo Bahia, uma rede de cooperativas e ONGs que realizam o processamento do óleo de fritura comumente descartado de forma inadequada, causando sérios danos ao meio ambiente. Aqui a questão ambiental está associada à sustentabilidade do ser humano nas dimensões social, política, econômica, cultural e ambiental.

O indivíduo integrante da Rede é entendido como sujeito da sua própria história. Um sujeito capaz de empreender uma leitura de mundo com grande potencial transformador. Trata-se de um modo de ser e estar no mundo que resultou nos seguintes princípios: 1) A utilização do potencial criativo da história e cultura local; 2) A sustentabilidade humana. Partiu-se da perspectiva segundo a qual o conhecimento deve ser produzido em condições igualitárias entre os integrantes da Rede, a Equipe Gestora do Projeto *Rede Social Óleo Bahia: Rede Socioambiental da Coleta de óleo de Frituras e Gorduras Residuais na Bahia*, o financiador e os coordenadores da Oficina, buscando eliminar o perfil tecnocrático normalmente impresso em processos formativos, especialmente em uma área como a de *design*, estimulando a criação de uma identidade visual elaborada a partir dos referenciais do grupo. No processo, é essencial o envolvimento de cada um e a valorização do conhecimento, as habilidades pessoais e coletivas capazes de contribuir para promoção do desenvolvimento local sustentável e solidário.

Partindo dos princípios aqui postos, a atuação dos facilitadores não poderia se constituir em uma invasão cultural, como diria Paulo Freire, mas teria que se constituir em um processo de construção do conhecimento - sobretudo por se tratar de uma área relativamente nova para os empreendimentos e de grande necessidade para sua organização e ampliação da renda. Assim sendo, era imperativo subverter a lógica de criação predominante no *design*.

O método tradicional de criação de marca empregado por estúdios de *design* ou agências de propaganda pressupõe uma cadeia de ações estratégicas que visa a solução da situação problema de um cliente. Essas ações se concretizam basicamente no seguinte formato de desenvolvimento: atendimento e coleta de informações do cliente, geradoras de *briefing*, que determinará as

estratégias a serem utilizadas a partir das demandas; execução das etapas pela área técnica competente; apresentação dos resultados; fase de ajustes e acabamento. Nesse processo, o cliente só participa na primeira etapa, cabendo ao prestador de serviço o desenvolvimento das demais etapas, ou seja, o cliente após ter municiado o prestador do serviço com as informações, fica com a responsabilidade de aprovar, ou não, o projeto apresentado. Ele não tem qualquer tipo de participação no processo de construção da sua própria marca.

O processo de construção da identidade visual (mas também de *layouts* de produção e de produtos), defendido a partir da perspectiva do *design* participativo sustentável, estabeleceu-se junto com os integrantes dos empreendimentos solidários que compõem a Rede Social Óleo Bahia. Assim, cada etapa se constituiu em uma oportunidade para o estabelecimento de processos formativos.

A metodologia proposta para o desenvolvimento da marca se expressa, dentre outras coisas, através de uma identidade visual, primeiro realizou o Diagnóstico da Rede - nesta etapa foram trabalhados aspectos relacionados à história, ao funcionamento, à estrutura, à organização, aos pontos fortes e fracos da entidade, aos produtos e serviços desenvolvidos, aos públicos atendidos, segundo a ótica dos integrantes da Rede. Segundo, a Formação sobre *Design Participativo Sustentável* e Identidade Visual - com um conteúdo que trabalhava elementos como iconografia, pictografia, tipografia, psicodinâmica das cores e composição gráfica. Os participantes puderam entender o que é uma marca, o quanto o nosso cotidiano está repleto delas e a sua importância para o estabelecimento de relações comerciais e institucionais. O conteúdo dessa formação é fundamental para que o grupo possa se apropriar das técnicas do “bom *design*” para construir a sua própria identidade virtual.

Como uma oficina de *Design Participativo Sustentável* não se constitui em uma atividade rotineira dentro dos empreendimentos, entendemos necessário fazer uma breve apresentação sobre o modo como a oficina funciona. Assim, cabe o relato sobre marcas e identidades visuais de outros empreendimentos oriundos da economia solidária, mostrando o passo a passo dessas marcas, como um estímulo para motivar os participantes a dedicarem tempo e energia à atividade em questão. Faz parte do conteúdo da oficina, através de pesquisa previamente realizada, a discussão sobre marcas e identidades visuais presentes no mercado no qual a Rede está inserida, chamando a atenção dos participantes para símbolos, cores, tipografias que já são utilizadas, de modo a fomentar o respeito a um princípio importante na construção de uma identidade visual: a originalidade.

No terceiro momento, procedemos a uma chuva de ideias para compilar sentimentos, valores e conceitos sobre a Rede, viabilizada através de uma oficina de expressão, que se amparou em diversas linguagens (desenho, fotografia, expressão corporal, recortes de jornal, músicas e danças) para organizar os sentimentos/valores/conceitos destacados pelos participantes em grupos de similaridade, buscando objetos referentes capazes de expressar os sentimentos/valores/conceitos que o grupo definiu.

Assim foi realizada a criação da identidade visual da Rede Social Óleo Bahia, considerando as especificidades de uma Rede articulada a partir de 2008, quando a Petrobras deu início ao processo de mobilização de catadores para a coleta e a aquisição de Óleos e Gorduras Residuais – OGR com a finalidade de suprir a Usina de Biodiesel de Candeias. Durante este processo foram articuladas entidades governamentais e não governamentais com a finalidade de obter suporte técnico, financeiro e de infraestrutura para os empreendimentos. Em 2011, finalmente, as associações e cooperativas se fortaleceram a partir da conformação de uma Rede de Entidades Associativas composta por organizações socioambientais e de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

## Os Fundamentos da Proposta de Criação de Identidade Visual

O nome, segundo Ulisses, personagem do livro *Uma aprendizagem ou o livro dos saberes*, de Clarice Lispector, é um eu. Mas que *eu* um nome pode encerrar? Os integrantes da Rede Social Óleo Bahia foram convidados a pensar sobre a Rede da qual fazem parte, a partir da proposição de vários questionamentos: Seria nosso nome uma marca? Qual a identidade, a personalidade do grupo? Qual a imagem que desejam projetar? Como desejam ser vistos, percebidos? O que diferencia uma marca de outra? Como aproximar a imagem-símbolo de uma rede produtiva organizada de modo associativo os signos comuns da economia solidária? Como sintetizar em uma única imagem, aquela capaz de identificar a Rede em todos os espaços em que esta circular, as diferentes histórias, os diferentes pontos de vista, os anseios, os discursos, os desejos de um grupo?

Nesse sentido, o nome próprio é uma instituição social totalizadora e unificadora do ser. Ele “designa o mesmo objeto em qualquer universo possível” (KRIPKE, apud BOURDIEU, 1996, p.77). Assim, através da *nominação* institui-se uma identidade social constante e duradoura em todos os campos nos quais o nome intervém como *agente*, ou seja, em todas as suas histórias de vida possíveis. Exatamente por isso, a assinatura, *signum authenticum*, é a condição jurídica que autentica essa identidade, possibilitando a errância do sujeito de um campo a outro: o catador, o presidente da cooperativa, o pai de família, o consumidor. É, pois, compreensível, a partir desta perspectiva, que, em diversos universos sociais, os deveres mais importantes em relação a si mesmo tenham como referência os deveres em relação ao nome próprio. Nas palavras de Pierre Bourdieu,

o nome próprio é o atestado visível da identidade de seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas manifestações sucessivas e da possibilidade, socialmente reconhecida, de totalizar essas manifestações em registros sociais, *curriculum vitae*, *cursushonorum*, registro judiciário, necrológio ou biografia, que constituem a vida como uma totalidade finita

por meio do veredito dado sobre um balanço provisório ou definitivo (BOURDIEU, 1996, p.78).

Quando um indivíduo nasce, ele recebe um nome. Ele não tem escolha. Neste sentido, o nome próprio é uma imposição arbitrária empreendida por ritos institucionais que servem de suporte para o *estado civil*. E, no entanto, “ele [o nome próprio] não pode atestar a identidade da *personalidade*, como individualidade socialmente construída (Idem, p.79, grifo do autor)”. Assim, para além do CNPJ que a *Rede Social Óleo Bahia* venha a carregar, ela é portadora de uma *personalidade*, ou seja, de um conjunto de posições ocupadas de modo simultâneo por uma individualidade socialmente instituída, “que age como suporte de um conjunto de atributos e de atribuições que permitem sua intervenção como agente eficiente nos diferentes campos” (BOURDIEU, 1996, p.82).

É o nome, o próprio, a referência usada quando somos apresentados a alguém: “Esse é fulano”. Um nome que, a depender da situação, do encontro, vem acompanhado do “que-fazer” do seu dono: “Ele é fulano. Diretor, presidente, sócio, funcionário, cooperado, catador de tal lugar”. Diante da apresentação é possível “confiar no que o indivíduo diz de si mesmo ou em provas documentadas que exhibe, referentes a quem é e ao que é” (GOFFMAN, 1988, p. 11). O que é a *Rede Social Óleo Bahia*? Quem ela representa? O que ela faz? Neste sentido, suas ações, suas práticas devem *expressar a si mesma*, buscando a regulação da conduta e do modo como espera ser tratada por aqueles a quem deseja impressionar.

Este controle é realizado principalmente através da influência sobre a definição da situação que os outros venham a formular. O indivíduo pode ter influência nesta definição expressando-se de tal modo que dê aos outros a espécie de impressão que os levará a agir voluntariamente de acordo com o plano que havia formulado. “Assim, quando uma pessoa chega à presença de outras, existe, em geral, alguma razão que a leva a atuar de forma a transmitir a elas a impressão que lhes interessa transmitir” (BOURDIEU, 1996, p.13 e 14).

Os integrantes da Rede puderam escolher como serão apresentados graficamente a seus diferentes interlocutores. Nesta dimensão, lhes foi possível exercitar um tipo específico de autonomia: a simbólica, pois “tão importante quanto a autonomia econômica que se propicia a uma comunidade é o fortalecimento de sua condição discursiva” (SANTOS, 2007, p.153), possibilitando, assim, o empoderamento da sua narrativa. Trata-se de um aspecto relevante a ser mencionado, na medida em que “o discurso [...] não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, apud SANTOS, 2007, p.153). Estimular, pois, a produção simbólica do grupo é um passo decisivo no processo de afirmação identitária da Rede.

O cenário de trabalho da *Rede Social Óleo Bahia* é o cotidiano ordinário. Ela realiza ações mais ou menos invisíveis. Gestos pequenos que, normalmente, passam sem que sejam percebidas as suas profundas dimensões.

Como, então, fazer publicidade, chamar a atenção para as ações tecidas diariamente e que guardam práticas que normalmente são realizadas sem muito *glamour*, como a coleta de algo que a sociedade descartou - de modo inadequado - porque não lhe interessava mais?

A sociedade estrutura-se em torno de sistemas de classificação e diferenciação - taxonomias que, em absoluto, representam apenas formas neutras ou passivas de organização das condições de existência do indivíduo. É como se o sistema citado criasse uma faixa de normalidade para determinadas diferenças. São os estereótipos. Tudo aquilo que sai desta faixa, não é mais simplesmente diferente. O que sai da faixa fica fora do padrão, transforma-se em um desvio da norma. A partir deste momento, essas diferenças, lidas como algo bastante negativo, aderem aos seus portadores e passam a ser definidoras dos tipos de relações que se estabelecerão com eles. Assim, toda relação com o sujeito que desviar da norma passará a ser realizada em função de tal característica, vista como um dado ruim, impuro, de modo a inferir uma série de “imperfeições” que tomam como ponto de partida a “imperfeição” original. Segundo Goffman,

a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas (GOFFMAN, 1988, p. 11).

Mas qual o ambiente social que orbita em torno do lixo, dos agora denominados resíduos (sólidos, líquidos e tecnológicos)? E qual a categoria de pessoas que têm probabilidade de serem nele encontradas? Goffman (1988) afirma que a relação entre os “normais” e os portadores de um estigma se dá de modo que aqueles retiram destes a sua condição de humanos e desenvolvem para com eles vários comportamentos de discriminação, restringindo, sobremaneira, seus espaços, suas práticas, seus processos de afirmação, na medida em que constroem discursos para explicar a inferioridade e dar conta do perigo que ela representa. Os catadores são apresentados, mais do que se apresentam, na medida em que costumam ser “percebidos” como cidadãos “invisíveis” da nossa cidade, como uma ameaça. Ameaça que exige atenção e vigília permanentes da sociedade e dos poderes públicos. Práticas que costumam vir acompanhadas de ações mais próximas do extermínio destes “cidadãos residuais”, do que propriamente de inclusão. Agir de modo estigmatizante pressupõe não uma relação com o indivíduo, mas, antes, com a imagem estigmatizada do grupo representado. Não existe o sujeito, mas a sua representação, neste caso, negativa, depreciativa.

Uma das formas de a Rede envidar esforços para regular a conduta e o modo como espera ser tratada por aqueles a quem deseja impressionar é se tornando fonte de informação. Uma fonte de informação que seja capaz de produzir um ideal de imagem que auxilie na concorrência com os estereótipos

que de fato fazem parte do cotidiano das cooperativas e grupos de reciclagem. Virar um nome, uma marca que vem do mundo silenciado daqueles que não possuem, habitualmente, espaço na mídia, pode fazer toda diferença na hora de acessar benefícios públicos, de comercializar produtos e serviços, de captar doadores. Mas como transformar o nome *Rede Social Óleo Bahia* em uma marca forte?

A resposta a esta questão tem sido a realização de atividades em parceria com instituições e movimentos que guardam um importante capital simbólico, político e econômico. Trata-se de agentes sociais críveis, idôneos, que, ao aceitarem realizar parcerias com a Rede, acabam atestando e referendando a sua legitimidade para falar sobre e por em ação atividades relacionadas à coleta de óleo, à proteção ambiental, e à geração de trabalho e renda na busca por um desenvolvimento econômico sustentável, a partir dos princípios da Economia Solidária.

A *Rede Social Óleo Bahia* deve empreender ações de comunicação com o escopo de buscar tanto a legitimação social, através do estabelecimento de uma reputação junto aos diversos atores sociais com os quais pretende interagir, quanto a instituição de uma identidade de grupo forte que seja capaz de carregar bandeiras de luta que, não raro, se constituem em processos de resistência invisíveis no cenário mais amplo da sociedade. Trata-se de uma resistência que precisa (re)inventar modos próprios de empregar os códigos sociais de uma ordem economicamente dominante.

Para fortalecer a identidade da Rede, estabelecer um nome forte e, conseqüentemente, uma marca, uma identidade visual, se constitui em um passo importante, na medida em que possibilita a criação de uma imagem positiva (para a Rede e para as causas que esta representa). Assim, dispor de uma *logo* que guarde um cuidado com a boa apresentação visual, realizada a partir dos princípios do “bom *design*” (como o alinhamento dos elementos constituintes de uma marca, repetição de elementos gráficos, contrastes nas formas e nas cores, proximidade dos elementos afins, concordância na leitura), e implementada de modo participativo, cria um diferencial, causa “boa impressão” e indica profissionalismo.

Um conceito da *Gestalt* sobre a forma, muito importante para a construção participativa é a supersoma. Segundo Rudolf Arnheim

No ensaio que deu à teoria da Gestalt seu nome, Christian vonEhrenfels demonstrou que se doze observadores escutassem cada um dos doze tons de uma melodia, a soma de suas experiências não corresponderia à experiência de alguém que a ouvisse inteira. Muitas das experiências posteriores dos teóricos da Gestalt propuseram-se a demonstrar que a aparência de qualquer elemento depende de seu lugar e de sua função num padrão total. (ARNHEIM 2005, p. 12).

Sendo assim, a supersoma postula que o todo é maior que a soma das partes (e o clássico exemplo da nossa experiência visual contemplando as

pétalas separadas e a flor inteira). Dessa maneira, podemos construir uma marca colhendo partes de um discurso amplo e inserir essas diversas faces para formar um todo que contemple os diversos discursos e anseios do grupo. Esse princípio é mais importante ainda quando construímos a marca de uma Rede, fundindo diversos discursos em uma mesma linguagem. Durante a experiência visual perceptiva segregada, o indivíduo forma uma leitura completa de todos os aspectos do objeto e unifica como uma lei, fazendo com que a atividade possa oferecer um resultado satisfatório em todos os sentidos abordados e estimulados.

A Rede Social Óleo Bahia era composta, no período da atividade, por nove Cooperativas e Associações de catadores e catadoras de resíduos sólidos. A maior parte deles faz parte do Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia, e já passavam por um processo de incubação e, também, alguns integrantes que participaram da atividade relatada já haviam passado por oficinas semelhantes, o que facilitou a resposta do grupo e fez com que o resultado atingido fosse concreto, efetivo e legitimado pelo coletivo.

Após o diagnóstico e o estabelecimento dos objetivos concretos da atividade, o grupo foi estimulado para que contribuísse com palavras que constituíssem seus ideais. Como era de se esperar, a lista de valores/sentimentos/conceitos começa bastante extensa, mas a atividade busca compilar a maior quantidade possível de contribuições do grupo, estimulando o amplo debate sem tolher o processo criativo. A maneira de trazer à luz essas ideias ficou livre para cada grupo. Alguns usaram palavras, outros letras de música e outros desenhos. Os facilitadores só interferiam a fim de orientar, evitar a dispersão de ideias e debates, e tirar dúvidas sobre a atividade e seu objetivo.

Com a lista de valores/sentimentos/conceitos gerada, a orientação dos facilitadores visava criar grupos de similaridades, com o escopo de reduzir a lista. Assim, as palavras apresentadas foram separadas em grupos. Com esse resultado, os participantes buscam identificar símbolos e signos com os blocos de palavra obtidos na etapa anterior. São formados três subgrupos, de modo a aumentar a quantidade de contribuições e diversificar os resultados. Cada subgrupo deveria apresentar aos demais seus resultados. Essa troca resultou em uma percepção das similaridades das ideias e uma votação sobre quais os símbolos, signos, seriam mais adequados.

O exercício criativo e coletivo culminou em uma cena representada por seis cooperados. Nesta cena os cooperados estavam em círculo. Cada um segurava um copo que receberia uma doação. Um sétimo integrante, fora do círculo segurava, uma garrafa despejando óleo, representando o ato de doar. A partir da cena, construída coletivamente, foi aberto um debate sobre o processo de doação de óleo. Foram questionados, os recipientes nos quais as doações são feitas, especialmente por pequenos doadores: a garrafa PET. O material produzido pelo grupo durante a oficina garantiu material para a construção da marca, assim como de um *slogan*.

Percebemos, nesse processo, que há muito para fazer, respeitando a diversidade, com caráter justo, igualitário, solidário, sustentável, uma prática educativa pautada na ética, como quer Freire:

É que me acho convencido da natureza ética da prática educativa, enquanto prática especificamente humana. É que, por outro lado, nos achamos, ao nível do mundo e não apenas do Brasil, de tal maneira submetidos ao comando da malvadez da ética do mercado, que me parece ser pouco, tudo o que façamos na defesa e na prática da ética universal do ser humano. Não podemos nos assumir como sujeitos históricos, transformadores, a não ser assumindo-nos como sujeitos éticos. Neste sentido, a transgressão dos princípios éticos é uma possibilidade, mas não é uma virtude. Não podemos aceitá-la. (FREIRE, 1996, p.17).

## Considerações Finais

Estimular a produção simbólica dos empreendimentos da economia solidária é um passo decisivo nos respectivos processos de afirmação identitária ao tempo que se atua no aprofundamento de uma atuação mais profissionalizada no mercado e na verticalização das cadeias produtivas. Trata-se de um ganho difícil de mensurar. Para este seria preciso inventar outra “métrica”. Um caso muito particular de sistema de medidas que fosse capaz de dar conta dos avanços que o planejamento, a execução e a avaliação, inerentes aos projetos nos quais os empreendimentos aparecem como beneficiários, proporcionaram aos homens e mulheres que viabilizam cotidianamente a empreitada de ser catador ou catadora.

Essa questão faz parte do desafio pedagógico que é posto para as incubadoras universitárias. Questões de como capacitar o trabalhador que não teve acesso à educação formal, estimulando que sejam capazes de acessar e manejar conhecimentos de gestão administrativo-financeira, de produção, de mecanismos de decisão democrática, de desenvolvimento de tecnologia social se constitui no salto qualitativo do trabalho realizado. Questões que são fundamentais para organizar o processo produtivo que possibilite viabilizar economicamente o empreendimento com a garantia da autogestão, desenvolvendo, sobretudo, a cidadania dos seus participantes.

A título de considerações finais, para todos nós, docentes, compromissados com a formação das futuras gerações, fica a mensagem do Mestre aqui referido:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do homem ou da Humanidade, frase de uma

vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo (...) Boniteza que se esvai de minha prática se, cheio de mim mesmo, arrogante e desdenhoso dos alunos, não canso de me admirar. (FREIRE, 1996, p.102-103).

O trabalho das incubadoras universitárias, portanto, tem seu maior desafio para o interior da universidade, historicamente elitista e que é chamada a se abrir tanto para as cotas raciais e sociais, que são de grande importância, e que devem ser somadas ao acolhimento dos membros das camadas populares, contribuindo para o estabelecimento de relações de trabalho caracterizadas pela não exploração do trabalhador e do consumidor, pela promoção do desenvolvimento local sustentável, por priorizar práticas que exercitem valores éticos voltados à justiça, à igualdade, à liberdade e à felicidade.

### Referências Bibliográficas

ARNHEIM, Rudolf. **Arte e Percepção Visual**: uma psicologia da visão criadora. Tradução de Ivonne Terezinha de Faria. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

AZEVEDO, A. B. A. de. **Autogestão e Competitividade**: estudos de caso em cooperativas industriais brasileiras e bascas/espanholas. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas-SP, 2007.

BARDI, Lina Bo. **Tempos de Grossura**: o *design* no impasse. São Paulo, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 4ªed.Trad. de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.

FACTUM, A.B.S., AZEVEDO, A.B.A.de, SILVA, R.B. **Design Participativo**: a articulação entre desenvolvimento, cidadania e sustentabilidade ambiental. Campinas: XI Encontro Nacional da ABET: a crise mundial e os dilemas do trabalho. Anais eletrônicos. Campinas; abet, 2009. Disponível em [http://starline.dnsalias.com:8080/abet/arquivos/16\\_6\\_2009\\_8\\_48\\_25.doc](http://starline.dnsalias.com:8080/abet/arquivos/16_6_2009_8_48_25.doc). Acesso em: 27 jul 2010.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. 49ª. ed.. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

- \_\_\_\_\_. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª Ed. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara S.A., 1988.
- \_\_\_\_\_. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 8ª Ed. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LISPECTOR, Clarice. **Uma Aprendizagem ou O livro dos Prazeres**. Rio de Janeiro: 1998.
- MALDONADO, Tomás. **El Diseño Industrial Reconsiderado**. 3ª Ed. México: G. Gilli, 1993.
- NASCIMENTO, C. **Autogestão e Economia Solidária**. Caderno Outros Valores, no 2. Florianópolis, 2000.
- PACEY, Philip. "Anyone designing anything? Non-professional designers and the history of design." In **Journal of Design History**, vol. 5, n. 3, 1992, p. 217-225.
- POLI O.L. **Economia Solidária e Formação Humana**: experiências de trabalho e educação em agroindústria familiar associativas no Oeste catarinense. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2006. 344p.
- SANTOS, Luciene Lucas dos. Tudo que é imagem se desmancha no ar: apostando em uma mudança de paradigma para as Relações Públicas. In: FILHO, Clóvis de Barros (org.). **Ética e Comunicação Organizacional**. São Paulo: Paulus. 2007.
- SILVA, R.B. e AZEVEDO, A.B.A. de. Formação do Trabalhador Solidário: emancipação ou legitimação da exploração? **Linhas Críticas**. Brasília, v. 16, n. 30, p. 149-166, jan./jun. 2010.
- SINGER, P. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. **Revista Proposta**. Ano 26, nº 72. SP: FASE, 1997.
- \_\_\_\_\_. Economia solidária: um modo de produção e de distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. **Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

# EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

*Juliano Luis Borges*

## **Introdução**

A construção de saberes por meio das experiências vivenciadas na economia solidária constitui eminentemente um processo educativo, pois estabelece formas de aprendizado decorrentes de relações sociais em mobilizações políticas e interações no âmbito produtivo. Esses elementos carregam em si atos pedagógicos, construídos em espaços dialógicos, que se estabelecem através das diferenças individuais e dos sonhos coletivos, caracterizados por demandas particularmente locais. Articulado a esses saberes tem-se, fundamentalmente, o conhecimento gerado pelas demandas formativas, direcionado para a organização econômica do empreendimento solidário. Nessa perspectiva, agentes externos contribuem para a inserção de ferramentas gerenciais, as quais são essenciais para a entrada do empreendimento no circuito mercantil, garantindo sua viabilidade econômica.

Para analisar a relação entre educação e economia solidária, o presente trabalho foi desenvolvido em duas partes. A primeira compreende a apresentação de elementos teóricos e conceituais sobre educação solidária. Esses referenciais estão relacionados ao processo educativo como forma de construção de processos de conscientização dialógica e formativa dos agentes sociais envolvidos na dinâmica da economia solidária.

A segunda parte aborda o papel da educação para o desenvolvimento da economia solidária. Nessa perspectiva, são apresentados estágios de desenvolvimento de empreendimentos solidários, que estabelecem uma relação entre os processos de conscientização dialógica e conscientização formativa. Essa tipologia destaca quatro estágios, definidos de acordo com o grau de conscientização dos trabalhadores nos empreendimentos solidários: desenvolvimento preambular, desenvolvimento político, desenvolvimento formal e desenvolvimento integral.

## **Educação Solidária**

A educação solidária é consolidada na produção coletiva dos saberes, na colaboração entre iguais para enfrentamento de problemas comuns àqueles que pertencem a determinado contexto. A possibilidade de inventar/reinventar soluções particulares para problemas específicos caracteriza a aplicabilidade prática de potenciais inerentemente vinculados à educação em seu sentido criativo. Criação esta, intrinsecamente demarcada pelos espaços de interação na tessitura dinâmica e inacabada das relações humanas.

Em nossa concepção, a educação solidária não é mera transmissora de conhecimentos indispensáveis ao trabalho criativo ou agenciadora de disposições afetivas para atividades de colaboração. A educação é aqui compreendida como uma das condições necessárias ao exercício da liberdade humana, permitindo não apenas a produção e interpretação de informações e a participação ativa em processos comunicativos, mas a própria autonomia das pessoas e das coletividades, mediadas por inúmeras relações sociais (MANCE, 2003, p. 11).

A educação solidária é alicerçada não apenas à produção do conhecimento, mas à transmutação deste em práticas cotidianas, firmadas por compromissos tácitos entre agentes sociais na busca por melhores condições de trabalho e de convívio. A síntese da multiplicidade de desejos, necessidades e esperanças é delimitada pelas interações na realidade concreta, no limite da orientação subjetiva e a materialidade imposta pelas condições social, política e econômica.

Nesse encontro que se estabelecem vínculos objetivos entre sujeitos, calçados na transgressão da realidade imediata cerceadora do desenvolvimento individual e coletivo, da autonomia e da consciência crítica. Essa ruptura exprime anseios de comunidades e organizações sociais que mediam em seu interior o desejo de mudança, ligada à satisfação material e não-material (simbólica) de existência.

Esse tipo de relações participativas *conformam*, em consequência, essa trama existencial de intensa significação e sentido para os participantes. É no e mediante o trabalho produtivo que os grupos definem a si mesmos, tanto no aspecto econômico com no educativo (GUTIÉRREZ, 2005a, p. 116, grifo do autor).

A educação solidária pressupõe a diversidade. Esta expressa no pluralismo cultural, político e econômico, uma vez que a existência humana é múltipla e agrega diferentes relações sociais entre atores particularmente diversos.

Os seres humanos são profundamente diversos. Somos diferentes uns dos outros não somente em características externas (p. ex., nas riquezas herdadas, no ambiente social e natural que vivemos), mas também em nossas características pessoais (p. ex., idade, sexo, propensão à doença, aptidões físicas e mentais). A avaliação das demandas de igualdade tem de se ajustar à existência de uma diversidade humana generalizada (SEN, 2001, p. 29).

Essa desigualdade inerente os indivíduos não deve ser interpretada como um fenômeno justificador da exclusão. O que ser vislumbrado

corresponde ao entendimento do diverso e a construção de estratégias que consigam alcançar tal amplitude.

A poderosa retórica da ‘igualdade dos homens’ tende freqüentemente a desviar a atenção destas diferenças. Ainda que tal retórica (‘todos homens nascem iguais’) seja em geral considerada parte essencial do igualitarismo, o efeito de ignorar-se as variações interpessoais pode ser, na verdade, profundamente não igualitário, ao esconder o fato de que a igual consideração de todos pode demandar um tratamento bastante desigual em favor dos que estão em desvantagem (SEN, 2001, p. 29-30).

A igualdade almejada pela economia solidária não está referenciada em princípios homogeneizadores dos agentes sociais, mas sim na busca de condições econômicas e sociais de melhoria de vida de uma determinada comunidade ou grupo. O aspecto principal dessa reflexão é buscar fragmentos de igualdade mergulhados numa diversidade imanente.

A economia solidária não é um projeto homogeneizador e massificador. O popular é a expressão que enuncia a diversidade de experiências e dos movimentos formadores das manifestações populares que constituem e constroem alternativas para o desemprego, para o sem-terra, para os sem-cooperação (ZART, 2004, p. 179).

A criação de alternativas permite responder a uma situação de insustentabilidade em que se mobilizam recursos para reordenamento das ações no sentido de direcionar as práticas para as metas previamente determinadas. Essa premissa está presente na capacidade organizativa de grupos, que problematizam as dificuldades, articulam politicamente com agentes e instituições externas e desenvolvem soluções para as demandas econômicas e sociais.

O processo educativo que se pretende popular e solidário deve romper o paradigma pedagógico homogeneizador e incorporar novas dimensões que se articulam com o contexto histórico-cultural e a pluralidade que o compõe. “No processo de se encontrar e dar sentido, o sujeito coletivo desempenha um papel primordial. O processo chega a seu clímax quando o grupo consegue responder ao porquê e ao para quê de seu trabalho” (GUTIÉRREZ, 2005a, p. 116). Para isso, deve proporcionar meios pedagógicos que possibilitem o desenvolvimento de formas de conscientização, destacadas sequencialmente como conscientização dialógica – cotidianamente determinada – conscientização formativa – possibilitada por oficinas, cursos, palestras, seminários e congêneres.

## Conscientização Dialógica

A conscientização dialógica resulta de um amplo processo educativo relacionado à organização e mobilização de grupos e comunidades a fim de, conjuntamente, criarem estratégias para romperem com uma situação de exclusão. Essa conscientização se dá dialogicamente na produção cotidiana da realidade, que é refletida na ação e/ou no discurso sociopolítico.

Nós seres humanos, aprendemos uns com os outros e com o cotidiano, com base geradora de novas relações, da possibilidade de “aprendizagem no dia-a-dia”. Em seu imediatismo e em suas experiências rotineiras ou extraordinárias, o cotidiano tem que ser sempre um espaço que permita ler e fortalecer, compreender e expressar, assimilar e comunicar. A aprendizagem no dia-a-dia permite-nos crescer como seres humanos, porque somos, na medida em que conseguimos significar nossas relações [...]. É muito gratificante pensar que fundamentalmente construímos o futuro a partir de nosso dia-a-dia, se tornarmos as relações rotineiras e habituais conscientes e decisivas no processo de crescimento tanto pessoal quanto coletivo (GUTIÉRREZ, 2005a, p. 114-115).

As práticas solidárias, quando ordenadas coletivamente, dão origem à mudança e à percepção de que a organização é extremamente construtiva como potencial educativo. Isto significa que conhecimentos são gerados na medida em que as relações se desencadeiam e a realidade é resignificada por meio da participação de todos os agentes envolvidos.

Desta forma, a idéia de participação [...] é aquela que parte da premissa que a prática participativa, para ser efetiva, implica necessariamente processos contínuos e cumulativos de sociabilização, da produção de sociabilidades, de educação reflexiva e emancipadora; significa, ainda, a posse de informações cada vez mais amplas, totalizadoras e complexas e, sobretudo, a capacidade que adquirirão os sujeitos nesse processo, de produzirem ou induzirem campos de conflitos capazes de gerar ou inventar novos valores, códigos, práticas e direitos para si e para toda a sociedade (ALMEIDA; VILLAR; NAKANO, 2004, p. 174).

O espaço dialógico da mobilização coletiva possibilita que as comunidades e grupos sociais se desenvolvam politicamente e valorizem os saberes produzidos nas interações entre agentes solidários. Os meios de construção de saberes são múltiplos e complexos, sendo fundamentalmente, constitutivos e integradores, pois impulsionam relações sociais que criam vínculos comunitários. “Isso significa que a dimensão comunitária, que vai

muito além da dimensão individual e familiar, constitui uma contribuição substantiva e nova aos processos educativos inerentes ao desenvolvimento sócio-político” (GUTIÉRREZ, 2005, p. 23-24).

Entende-se essa dimensão como espaço de ações comuns, atreladas às demandas objetivas e subjetivas de sujeitos diferenciados, que buscam, em articulações solidárias, estratégias de enfrentamento à exclusão produtiva e social. As situações de agrupamento em torno de situações aproximadas requerem reciprocidade; um comportamento que surge de práticas solidárias e aprendizagem sociopolítica, possibilitada por arranjos participativos. As iniciativas solidárias promovem a descoberta do poder da ação coletiva e de seu potencial pedagógico, elemento transformador da consciência e, por conseguinte das práticas coletivas.

### **Conscientização Formativa**

A educação solidária não pode ser dissociada do conhecimento cientificamente elaborado; deve interagir para a produção de concepções originais, adequadas às localidades. Essa relação está presente na escola e em outros espaços próprios, vivenciada por metodologias adequadas, que provoquem o diálogo de conhecimento e a formação de conteúdos próprios.

Isso significa que a educação, voltada para os grupos sociais que se organizam com a finalidade de melhorar condições políticas e econômicas, incorpora informações externas ao contexto particular, uma vez que o local é um fragmento do global. A educação não está à margem do desenvolvimento, pois incorpora elementos estruturalmente determinados. Numa sociedade capitalista, o conhecimento é fundamentado em relações tipicamente mercadológicas, relacionadas à propriedade, ao trabalho, ao consumo e à tecnologia.

Considerando a necessidade de formação e qualificação que demanda a sociedade atual, estes empreendimentos funcionam com déficit enorme. Porém, chama a atenção o fato de o investimento em educação não estar incorporado à dinâmica de funcionamento nem às suas prioridades. E nos referimos à formação não apenas como escolarização, mas também e fundamentalmente no sentido de gestão cooperativa e da capacitação e qualificação técnica e profissional (ICAZA, 2004, p. 48).

Quando grupos sociais se mobilizam, em virtude de um processo de exclusão produtiva e social, e decidem organizar um empreendimento econômico, suas ações estão inseridas, eminentemente, em relações de mercado. Trabalhar, produzir e vender exige conhecimento específico, não apenas este, visto que empreendimentos são compostos por indivíduos diversos, múltiplos, com concepções particulares sobre a realidade. Porém, desenvolver habilidades e competências permite criar condições de viabilidade em empreendimentos coletivos.

Os agentes sociais, quando interagem na mobilização e ação coletiva, desenvolvem uma conscientização sobre seu contexto, que têm origem no processo educativo transformador e gerador de autonomia (FREIRE, 1997). Para o empreendimento solidário essa característica é a base de todas as práticas, pois solidifica a autogestão, a democracia e a solidariedade entre os atores, permitindo construir novas capacidades produtivas e técnicas sem abandonar suas bases coletivas autogestionárias.

Mesmo com essas características, a base organizativa da economia solidária está inserida em relações de trabalho capitalistas, que impelem a imersão no mercado, a geração de renda e a busca pela subsistência material. Dessa forma, é imprescindível que o empreendimento solidário desenvolva ferramentas de gestão como planejamento, gerenciamento e capacitação, objetivando a eficiência e viabilidade econômica do empreendimento.

Adiciona-se a essa preocupação a necessidade de formação de sujeitos cognoscentes críticos e criativos que possam imaginar e organizar empresas sociais, mobilizar recursos, tecnologias, mercados para o desenvolvimento de uma economia que se embasa na cooperação e estrutura uma sociedade solidária e sustentável (ZART, 2006a, p. 119).

Nesse contexto a educação voltada para a formação técnica e profissional, se insere como estruturadora de uma forma de conhecimento específica, responsável por resignificar as práticas empresariais tradicionais<sup>24</sup> para se adequarem a empreendimentos de economia solidária. Esse novo significado deve contemplar a organização do trabalho e produção autogestionária, decisões democraticamente tomadas e divisão de sobras; o foco principal são as pessoas e não o lucro.

Portanto, não se trata de educar para o trabalho, mas de fazer dele uma aprendizagem estimuladora dos resultados materiais da produção e de fazê-lo como grupo, com as dimensões sociais que encerra de trabalho cooperativo e solidário. Trata-se de fazer com que o trabalho cooperativo e solidário. Trata-se de fazer com que o trabalho socialmente produtivo seja, ao mesmo tempo, educativo (GUTIÉRREZ, 2005a, p. 101).

As referências anteriores sobre a importância do processo educativo, oriundos de iniciativas externas, destacam a importância da conscientização formativa. Esta pode ser conceituada como a capacidade de compreensão das relações organizacionais no espaço produtivo, possibilitada pela formação técnica e gerencial proveniente da interação de saberes gerados internamente e externamente ao empreendimento solidário.

---

<sup>24</sup> Essas práticas são baseadas na obtenção de lucro, heteronomia no trabalho, organização hierarquia e compromisso com o mercado.

## Agentes de Apoio à Economia Solidária

As atividades formativas que conseguirem integrar essas peculiaridades em suas abordagens, tendem a reforçar as potencialidades da economia solidária e possibilitam a construção de um novo conhecimento, induzido por agentes externos sensíveis à necessidade de desenvolvimento dos empreendimentos solidários.

Organizações Não-Governamentais (ONGs) e outras entidades civis são importantes agente de apoio para a abertura de espaços educativos para a formação de agentes inseridos na economia solidária; se organizam em redes e Fóruns, viabilizando projetos com recursos públicos e privados.

Para a realização dessas atividades, inúmeras ONGs e movimentos sociais mobilizam trabalhadores voluntários e efetuam, também, a contratação de profissionais que, em muitos casos, recebem pagamentos bem menores do que receberiam se trabalhassem em outras instituições, mas que decidem permanecer neste trabalho solidário por motivações ético-políticas e não econômicas (MANCE, 1999, p. 22).

Além dessas organizações, as Instituições de Ensino Superior (Faculdades e Centros de Ensino) assumiram papéis de protagonistas no contexto da economia solidária. Além de eventos para apresentação de pesquisas, organizam cursos e oficinas direcionadas a empreendimentos solidários. Também a criação de incubadores, que realizam atividades de consultoria e assessoria técnica, visando o aperfeiçoamento das relações no âmbito produtivo.

A universidade é, assim, a ponta de lança condutora de um projeto social e epistemológico capaz de superar as delinqüências socioeconômicas, ecológicas e políticas nas relações e nas estruturas sociais. Para a consecução desses objetivos faz-se mister que a universidade seja aberta, dialógica, problematizadora. Que a política institucional seja participativa, propositiva, democrática. Que a ciência seja sábia, isto é, aberta para outros saberes, configurada em bases que abranjam as múltiplas dimensões que estruturam as atitudes sociais, culturais e ambientais (ZART, 2006, p. 32-33).

O conhecimento gerado academicamente, na relação direta com os empreendimentos de economia solidária, reforça a tese da construção de um saber que leva à conscientização dos agentes sociais, pois potencializa o diálogo com o conhecimento cotidiano e possibilita a geração de novas práticas organizativas ligadas ao desenvolvimento econômico e geração de renda dos grupos sociais.

Uma estratégia formativa de enfrentamento à exclusão produtiva e social foi a elaboração do Plano Nacional de Qualificação (PNQ)<sup>25</sup>. Seu principal objetivo é aumentar e potencializar, dentre outros, “[...] o êxito do empreendimento individual ou coletivo, na perspectiva da economia popular solidária” (PNQ, 2011, p. 03). Para atender as demandas de qualificação foram criados, em destaque, os Planos Territoriais (PlanTeQs) e Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs) de forma complementar e transversal, os quais abrangem a economia solidária dentre suas políticas de desenvolvimento e geração de trabalho<sup>26</sup>.

As políticas públicas voltadas para essa área reconhecem a importância do caráter formativo na economia solidária. O PNQ é parte de um conjunto de ações que visam contribuir para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários como elementos de uma política pública específica.

Segundo Araújo e Silva (2005), a referência a uma política pública de economia solidária pôde ser construída a partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) junto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). “[...] a criação da SENAES, que mais do que mera decisão executiva-governamental, é uma ação política pautada por todo um acúmulo de forças do movimento social e que ganhou luz suficiente para que fosse criado o espaço demandado” (KLEIMANN, 2005, p. 75).

Barbosa (2007) afirma que a política pública apresentada pela SENAES e institucionalizada pelo atual governo aponta para a possibilidade de uma prática que compõe os novos horizontes de reconceituação do trabalho pelo Estado, o qual abre mão da responsabilização unilateral sobre assalariamento e possibilita a inclusão de formas autogestionárias de geração de renda.

Na realidade, a economia solidária – pensada enquanto ação de Estado – ainda depende de pressões sociais e políticas para sua implementação. Daí provém a necessidade de organização e mobilização coletiva.

As políticas públicas de economia solidária podem ser uma frente de luta importante na democratização e na construção de um Estado republicano no Brasil, assim como são as lutas pela reforma agrária, pela educação pública de qualidade e tantas outras importantes na nossa história antiga e recente. [...] E nós temos de lutar – em particular a sociedade organizada – para que essas políticas respondam cada vez melhor a tais perspectivas (SCHWENGBER, 2005, p. 06).

---

<sup>25</sup> O Plano Nacional de Qualificação foi criado em 2004, atualizado em 2008 e 2011 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o qual possui a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), criada em 2003. A abrangência do PNQ é ampla, pois trata do trabalho em todas as esferas produtivas.

<sup>26</sup> “Em termos genéricos, os PlanTeQs e PlanSeQs caracterizam-se como espaços de integração das políticas de desenvolvimento, inclusão social e trabalho (em particular, intermediação de mão-de-obra, geração de trabalho e renda e *economia solidária*) às políticas de qualificação social e profissional, em articulação direta com oportunidades concretas de inserção do/a trabalhador/a no mundo do trabalho” (PNQ, 2011, p. 10, grifo nosso).

A partir das análises apresentadas, podem ser desenvolvidas reflexões sobre o papel de educação na construção de sentidos e práticas para a economia solidária, destacando sua função geradora de conhecimentos diferenciados e complementares que se entrecruzam na multiplicidade social.

### **Mobilização, Organização e Conscientização**

Os empreendimentos solidários surgem do enfrentamento de dificuldades e obstáculos comuns a um grupo de indivíduos. Isso é possível pela tomada de consciência de uma situação mediata e imediata com reflexos que podem determinar, essencialmente, o desenvolvimento social do grupo. A conscientização permite a ação conjunta, objetivada pela necessidade de inserção produtiva, de consumo de bens, de autonomia política e econômica. Para que o alcance da ação seja amplo e coletivamente determinado, a satisfação individual deve ser enfatizada em dois aspectos.

O primeiro é a motivação, o sentido dado pelo agente para a organização e ação coletiva, com o objetivo de garantir melhorias para as condições materiais e subjetivas cotidianamente colocadas. O outro refere-se à autonomia enquanto liberdade individual, fundamental para a manutenção da vida doméstica e satisfação de anseios estimulados e tolhidos pela estrutura econômica, baseada nas relações de mercado. Esses aspectos se retroalimentam, pois a motivação influencia a ação que, por sua vez, possibilita atingir os objetivos almejados. O resultado permite a concretização da autonomia (mesmo que inicial e incipiente), responsável por cristalizar o sentido da ação e potencializar a motivação para novas práticas coletivas.

Um empreendimento econômico solidário subsiste na colaboração mútua para que se reduza a condição de exclusão de seus membros. Nesse sentido, deve estar organizado, com objetivos e metas definidos; com relações transparentes e democráticas. A mediação das diferenças é um atributo extremamente importante no processo organizativo, uma vez que, no coletivo, as características individuais devem ser sobrepostas pelas demandas mais amplas, sem que se perca, evidentemente, a multiplicidade de opiniões e perspectivas.

O processo de constituição e a atuação dessas organizações mostram a interação entre a resposta a *necessidades* surgidas do novo contexto econômico e social – expresso na promoção de experiências econômicas – e a construção de identidades – referidas a estratégias de ação de setores de trabalhadores, articuladas com a elaboração de um projeto de transformação social e econômica mais amplo. De fato, o movimento da economia solidária vai sendo construído a partir de práticas diversas, circunscritas a determinados espaços de representações e relações (ICAZA, 2004, p. 26, grifo do autor).

Entender a complexidade das relações humanas não é uma tarefa simples, principalmente em ambiente de interação constante como em empreendimentos de economia solidária. Quando estes assumem práticas que os caracterizam como pertencentes à economia solidária, suas atuações pressupõem, fundamentalmente, mobilização e organização sociais, em interação com o processo de conscientização. O que define o sucesso de um empreendimento é o avanço desses elementos conjugados, porém podem estar em patamares extremamente diferenciados.

A mobilização é o primeiro passo para a formação de um empreendimento, pois garante a circulação de informação e a interação face a face dos agentes sociais envolvidos. Essa característica é fundamental em toda existência de um empreendimento solidário, uma vez que estabelece novas agendas de lutas e reivindicações, participação nas decisões internas (reuniões e assembléias) e ações direcionadas de acordo com as demandas locais.

A organização define a extensão do grupo em seu sentido prático. Isso é possível pela delimitação dos objetivos, metas e ações para atingir o desenvolvimento social e econômico; pela formalização do empreendimento, de acordo com a legislação vigente, e a tipologia organizativa definida (associação, cooperativa, empresa, entre outros); pela inserção do empreendimento no mercado, com pagamentos de tributos e taxas.

Essa definição é eminentemente formalista, uma vez que a organização de um empreendimento é muito mais abrangente. O trabalho, a produção e a comercialização são processos que demandam um nível elevado de organização, a qual deve ser pautada pela autogestão e participação efetiva dos agentes sociais em todas as etapas. Nesse entremeio ferramentas administrativas são essenciais, pois permitem a compreensão das práticas e definem as ações no ambiente de trabalho e produção (o que e como produzir), na comercialização (onde e como vender) e na distribuição de sobras financeiras (dedução das despesas do total comercializado).

O último elemento ora destacado é a conscientização como característica educacional. Fruto do processo constituído pelas relações cotidianas (dialógica) e pelas relações estabelecidas em cursos, oficinas de formação e capacitação (formativa), a conscientização é indispensável na inteligibilidade dos processos de luta e organização. Entender, refletir e agir são suas principais características (consciência + ação), uma vez que permitem perceber a situação excludente que cercea os trabalhadores; debater pela construção de espaços democráticos e incluídos; e atuar no mundo guiado pela compreensão do contexto histórico. Como demonstrado no capítulo anterior a educação é propulsora de processos que, na economia solidária, são intrínsecos aos empreendimentos econômicos. “A Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a” (SINGER, 2005, p. 19).

A distinção entre mobilização, organização e conscientização é meramente explicativa. São elementos que se entrelaçam e se entrecruzam, não

existindo separadamente; todavia podem estar em estágios diferenciados. Isso tem reflexos extremamente importantes nos empreendimentos solidários.

Após a apresentação de alguns argumentos sobre a importância da educação, esta será tomada como elemento gerador do desenvolvimento da economia solidária. Este sentido pode ser percebido através de duas dimensões: dialógica e formativa. A primeira dimensão é relacionada ao contexto político, à formação da cidadania e luta por direitos. Atrélada a isso, têm-se as características do indivíduo imerso numa trama de relações socioculturais responsável, fundamentalmente, pelo ordenamento de sua conduta.

Sob o aspecto político, espera-se uma compreensão mais orgânica do funcionamento das sociedades, dos direitos humanos e da cidadania e uma compreensão da importância de participação nas organizações da sociedade civil – como associações de moradores, sindicatos e outras – e da sociedade política – partidos, conselhos locais, etc. – como mediações necessárias para a democratização das sociedades, visando a superação de todas as formas de opressão. [...] Sob o aspecto cultural, trata-se de considerar todas as questões referentes à sua auto-estima, imaginários e utopias visando resgatar dimensões de sensibilidades mutiladas pelas situações dramáticas vividas ou pelas semioses das culturas de massa que, manipulando as subjetividades, desumanizam as pessoas. Trata-se de resgatar as diversas dimensões de sensibilidade ética e estética, com atividades que propiciem encontros humanizantes, recuperando elementos culturais da vida das pessoas, de suas comunidades e regiões (MANCE, 2003, p. 19).

A segunda remete ao empreendimento solidário, sua organização interna e as ferramentas gerenciais utilizadas para atingir sua finalidade econômica: geração de trabalho e renda.

Sob o aspecto de formação profissional, trata-se de desenvolver as habilidades requeridas ao empreendimento econômico com a compreensão de todos os aspectos exigidos nas áreas de produção, gerenciamento e comercialização. Diagnósticos de demandas, estrutura de custos, logística de distribuição, estratégias de rede, etc. [...] Entre os objetivos específicos na formação empreendedora no campo econômico, elencam-se:

1- Capacitar os participantes a compreender todos os aspectos inerentes ao bom funcionamento econômico-gerencial de um microempreendimento, permitindo um planejamento eficiente na gestão de recursos, estoques, definição de custos, preços e reinvestimentos.

- 2- Capacitar os participantes a projetar com segurança um empreendimento produtivo, comercial ou de serviços, de modo a garantir sua sustentabilidade.
- 3- Capacitar os participantes a uma adequada administração do empreendimento.
- 4- compreender as relações de produção em suas dimensões econômicas, políticas e culturais.
- 5- Compreender os princípios fundamentais que norteiam os processos de financiamento, produção, comercialização e consumo em redes de colaboração solidária.
- 6- Compreender o caráter distributivo e auto-sustentável das relações e sua estratégia de expansão (MANCE, 2003, p. 19-20).

As dimensões dialógica e formativa são importantes para uma reflexão sobre processos pedagógicos de conscientização na economia solidária. As questões envolvidas se articulam e impactam de forma significativa nas práticas políticas e produtivas, conseqüentemente, no desenvolvimento dos empreendimentos solidários.

### **Estágios de Desenvolvimento de Empreendimentos Solidários**

A educação enquanto processo constitutivo da conscientização dialógica e formativa será ponto de partida para a análise dos níveis de mobilização e organização na economia solidária. Através dessas características pode ser realizada uma tipologia do estágio de desenvolvimento de um empreendimento solidário.

Quadro 1 – Estágios de desenvolvimento de empreendimentos solidários.

<b>CONSCIENTIZAÇÃO DIALÓGICA</b>	<b>POLÍTICO</b> (2)	<b>INTEGRAL</b> (4)
	<b>PREAMBULAR</b> (1)	<b>FORMAL</b> (3)
	<b>CONSCIENTIZAÇÃO FORMATIVA</b>	

O esquema exposto visa demonstrar, através da educação como eixo central, o estágio e a trajetória que um empreendimento solidário pode seguir em sua existência. Todos partem do modelo colocado no quadrante (1), que corresponde ao início de todo o processo, quando os indivíduos se agrupam com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e renda, conseqüentemente, dar outro sentido à própria vida. É o início da mobilização coletiva, da junção de anseios comuns, da intensificação do diálogo e da

construção do conhecimento emancipatório. O processo educativo volta-se para a conscientização da situação de pobreza e exclusão, que se apresenta imediatamente a realidade dos indivíduos. Essa construção se dá concomitantemente à formulação inicial de estratégias para a organização interna de um empreendimento. Nesse momento são levantadas as necessidades e os objetivos iniciais do empreendimento; também são analisadas formas de apoio de entidades da sociedade civil e poder público.

O tipo de produção e forma de trabalho é debatido em grupo – geralmente a proposta gira em torno do trabalho associado e/ou coletivo – sem um formato previamente definido e as possibilidades de comercialização começam a ser levantadas. De forma conjunta à escolha do tipo de trabalho, definem a personalidade jurídica do empreendimento, estabelecendo à formalidade do grupo. Todos esses aspectos apresentados são introdutórios, o que definem o chamado *desenvolvimento preambular*. Esse movimento é de suma importância para o futuro do empreendimento solidário, pois influencia na harmonia das formas de conscientização.

Quando as formas de conscientização e mobilização não se articulam e avançam de forma conjunta, pode-se ter um desenvolvimento anômalo, representado nos quadrantes (2) e (3). Isso representa um descompasso, com reflexos que correspondem a deficiências na conduta dos sujeitos e na formulação de estratégias, que remetem medidas que superem, eficientemente, os problemas encontrados.

Como apresentado em passagens anteriores, a conscientização dialógica representa o amadurecimento crítico e prático de um grupo, característica essa, presente, principalmente nos movimentos sociais. Quando esse estágio é alcançado tem-se delineado o *desenvolvimento político*, visto que a realidade passa a ser percebida e o grupo tende à coesão na ação coletiva. O germe de mobilização presente em momento anterior – como apresentado no quadrante (1) – adquire consistência objetiva e subjetiva. Porém, esse grau de politização não garante o desenvolvimento pleno do empreendimento solidário, uma vez que a organização do trabalho, produção, comercialização e manutenção do espaço não o acompanharam.

A capacidade de gerenciamento, através de métodos e técnicas voltadas para ambiente produtivo é desenvolvida subsidiariamente, o que pode acarretar em problemas organizacionais de diferentes naturezas. Questões básicas como escala de trabalho, estoque de produção, qualidade de produtos, manutenção de equipamentos, limpeza, despesas de manutenção do espaço (água, luz e telefone), fluxo de caixa, que remetem apenas ao espaço de trabalho geram grandes dificuldades. Além disso, a parte externa das relações constituídas pelo empreendimento solidário não é estabelecida de acordo com a necessidade impelida pelo âmbito produtivo. As relações comerciais como a busca por mercados, o controle de encomendas, a logística da entrega de produtos ou prestação de serviços, formas de pagamentos, não são enfatizadas

pelo empreendimento solidário. Destaca-se também a distribuição de sobras<sup>27</sup>, que requer controle bastante rígido das despesas e das formas de obtenção dos recursos. Esses aspectos estão articulados com a legalização do empreendimento solidário, a fim de não serem classificados como informais. Por não terem características organizacionais e legais definidas e delineadas, mas com forte mobilização política, esses empreendimentos estão classificados no estágio de desenvolvimento, expresso no quadrante (2).

O quadrante (3) representa o processo contrário do apresentado anteriormente. São empreendimentos com pouca mobilização coletiva, sem envolvimento dos atores sociais e percepção do contexto histórico em que vivem. Nesse caso, as questões que envolvem o desenvolvimento comunitário não aparecem como importantes, interessa os resultados econômicos como principal finalidade do empreendimento solidário. A luta contra os problemas locais fica restrita à capacidade de geração de renda do “negócio”, se localizando em segundo plano, os princípios fundamentais para a economia solidária como: participação, autogestão, solidariedade e cidadania. A união, nesses empreendimentos, é dependente, de forma geral, do empenho da liderança, que enfatiza os resultados financeiros que a economia solidária pode gerar.

O engajamento político é incipiente e o enfoque principal se dirige para a organização do empreendimento. A formalização jurídica é um passo importante, daí a condução de reuniões para a eleição de diretores, coordenadores e responsáveis por setores de produção, prestação de serviços e comercialização; elaboração de editais, atas e outros documentos registrados em cartório. Essa importância refere-se aos laços entre os atores, que, neste caso são juridicamente mais fortes.

A explicação está na atribuição de responsabilidades criadas para o trabalho com origem no processo de conscientização individualizada. Não são as relações comunitárias e coletivas que garantem a união, mas sim a ênfase em estabelecer meios para rentabilidade do empreendimento solidário. Esses meios são ordenados pelos indivíduos de acordo com as particularidades dos grupos, porém são influenciados, fundamentalmente, pelos projetos de formação educacional direcionados à economia solidária. A participação em cursos, oficinas, simpósios, entre outros, que têm por objetivo disponibilizar ferramentas teóricas, conceituais e práticas de gerenciamento, adquire grande relevância, se destacando mais que a discussão da qualidade dos processos democráticos e autogestionários no interior do empreendimento solidário; mais que os debates sobre políticas sociais e engajamento em lutas pela economia solidária, enquanto movimento social. A esfera pública (política) é minimizada pela esfera organizacional (econômica), que passa a ser orientadora das ações.

A construção do conhecimento local, através de relações dialógicas, perde espaço para relações mercadológicas, que podem provocar a quebra da

---

<sup>27</sup> A organização do trabalho define as formas de distribuição de sobras – por produção, por dia trabalhado, por hora-trabalho, como exemplo.

solidariedade e democracia no grupo quando o empreendimento passar por dificuldades econômicas. Se os laços sociais são restritos, a fragilidade das relações é latente. Esse caráter potencializador da organização, que restringe a mobilização coletiva é denominado *desenvolvimento formal*.

O quadrante (4) representa o *desenvolvimento integral*, o qual é alcançado pela interação da conscientização dialógica e conscientização formativa. Isso é expresso quando o processo educativo compreende a amplitude das relações humanas no âmbito coletivo e no âmbito produtivo. Esse nível de conscientização é possível num estágio avançado de mobilização e organização, ápice do desenvolvimento político e formal.

Um empreendimento solidário com essas características é proveniente de uma longa trajetória, pois os elementos que agregam não são adquiridos instantaneamente. O amadurecimento caracteriza obstáculos transpostos e dificuldades vencidas pela capacidade dos grupos retroalimentarem pedagogicamente a consciência em transformação. Isso fica claro quando as relações cotidianas e o conhecimento daí produzido se transformam em base do saber direcionado às interações no espaço produtivo. A educação formativa, potencializadora de conscientização passa a ser (re)significada pelas particularidades de cada empreendimento solidário.

No momento em que são colocados elementos gerenciais e metodologias adequadas à atividade econômica, as características locais e contextuais interagem, construindo um conhecimento *sui generis* para ser aplicado na prática. Esse conhecimento produzido também age sobre a conscientização dialógica, na forma de constituição de novas demandas e na avaliação de resultados sobre os objetivos traçados na mobilização coletiva.

Esse grau de desenvolvimento demonstra a complementaridade de processos educativos e a importância desse aspecto na formulação de qualquer proposta pedagógica para os empreendimentos solidários. A busca pelo desenvolvimento integral requer a percepção dos agentes sociais envolvidos para a invenção de práticas que articulem a mobilização coletiva (política e cultural) e a organização produtiva (econômica) sem sobreposição de uma ou outra.

Conhecer um pouco mais sua organização de vida, organização social, de trabalho, relações humanas e produtivas, bem como as potencialidades ali existentes, constitui-se ponto de partida e de sustentabilidade em todo o processo educativo. [...] Nesse sentido, entendemos que não é apenas os saberes e as experiências provenientes do trabalho e das relações produzidas a partir dele, embora sejam muito importantes, que deve permear as ações educativas, mas também, todas as experiências e problemas vividos naquele local. Esse deve ser o eixo entorno do qual circulam todos os outros saberes, informações e componentes culturais (BOFF, 2004, p. 126).

Nesse sentido, as demandas formativas trazem, em seu âmago, a possibilidade do desenvolvimento amplo de grupos ou comunidades. Todavia a compreensão dessa dimensão depende de todos os agentes envolvidos em processos educativos. Daí, a ênfase na relação dialógica entre atores.

Essas demandas, enquanto etapas pedagógicas no decurso da conscientização, serão destacadas para a análise de iniciativa que visava catalisar o conhecimento gerado cotidianamente com a necessidade de construção de saberes gerenciais – e suas ferramentas teóricas e práticas – para a inserção econômica e social dos empreendimentos solidários.

## **Considerações Finais**

A economia solidária se insere no contexto social através de alternativas econômicas criadas com o objetivo da geração renda a trabalhadores excluídos do mercado de trabalho. Essas alternativas são pautadas pela solidariedade, democracia, respeito mútuo e cooperação. Isso define uma identidade própria das relações de trabalho, que se diferenciam, essencialmente, de uma empresa capitalista tradicional.

Uma característica importante dos empreendimentos de economia solidária é a multiplicidade de atores envolvidos nos processos, os quais estão inseridos numa diversidade cultural, política e econômica muito ampla. Nessa perspectiva, as interações de diferentes agentes sociais, sejam internos ou externos, produzem saberes característicos da economia solidária. Pode-se dizer, desta forma, que a economia solidária é um processo educativo, pois possibilita, fundamentalmente, a construção de conhecimento, desde a mobilização coletiva até a organização gerencial do empreendimento.

A economia solidária proporciona mais que a viabilidade econômica de empreendimentos solidários, sua abrangência compreende diferentes formas de desenvolvimento que transcendem a satisfação material dos agentes sociais. Seu projeto está alicerçado na transformação da realidade de trabalhadores excluídos que se mobilizam e se organizam na busca de alternativas que os transformem em protagonistas de seu próprio desenvolvimento.

## **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Elmir; VILLAR, Maria Elena Vilar ; NAKANO, Marilena. A participação efetiva e a conquista da autonomia. GAIGER, Luiz I. (Org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ARAÚJO, Herton E.; SILVA, Frederico A. B. Economia solidária: um novo paradigma de política pública? **Mercado de Trabalho/IPEA**. Brasília, nº 28, p. 29-37, set. 2005.

BARBOSA, Rosângela N. C. **A Economia Solidária como Política Pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BOFF, Leonir A. A educação de jovens e adultos do campo: elementos para uma educação inclusiva e solidária. In: ZART, Laudemir L. (Org.). **Educação e Sócio-economia solidária– Paradigmas de Conhecimento e de Sociedade**. Série Sociedade Solidária. Ano I, Vol. 1, Cáceres: Editora Unemat, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GUTIÉRREZ, Francisco. Educação Comunitária e Desenvolvimento Sócio-político. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs). **Educação Comunitária e Economia Solidária**. São Paulo: Editora Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época, Vol.25).

\_\_\_\_\_. Alcances Educativos do Fator “C”. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs). **Educação Comunitária e Economia Solidária**. São Paulo: Editora Cortez, 2005a. (Coleção Questões da Nossa Época, Vol.25).

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Solidariedade, Autogestão e Cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. GAIGER, Luiz I. (Org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

KLEIMANN, Fernando. A economia solidária como política pública no Governo Lula. In: ZART, Laudemir L.; SANTOS, Josivaldo C. (Orgs). **Educação e Sócio-Economia Solidária. Interação Universidade– Movimentos Sociais**. Série Sociedade Solidária (Vol. 2). Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006.

MANCE, André E. **A Revolução das Redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Como Organizar Redes Solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFiL, 2003.

PNQ. Plano Nacional de Qualificação. **Termo de Referência**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

SCHWENGBER, Ângela M. Políticas Públicas de Economia Solidária e Gestores Públicos. **Mercado de Trabalho/IPEA**. Brasília, nº 28, p. 05-07, set. 2005.

SEN, Amartya K. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sônia M. P. (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: INEP, 2005.

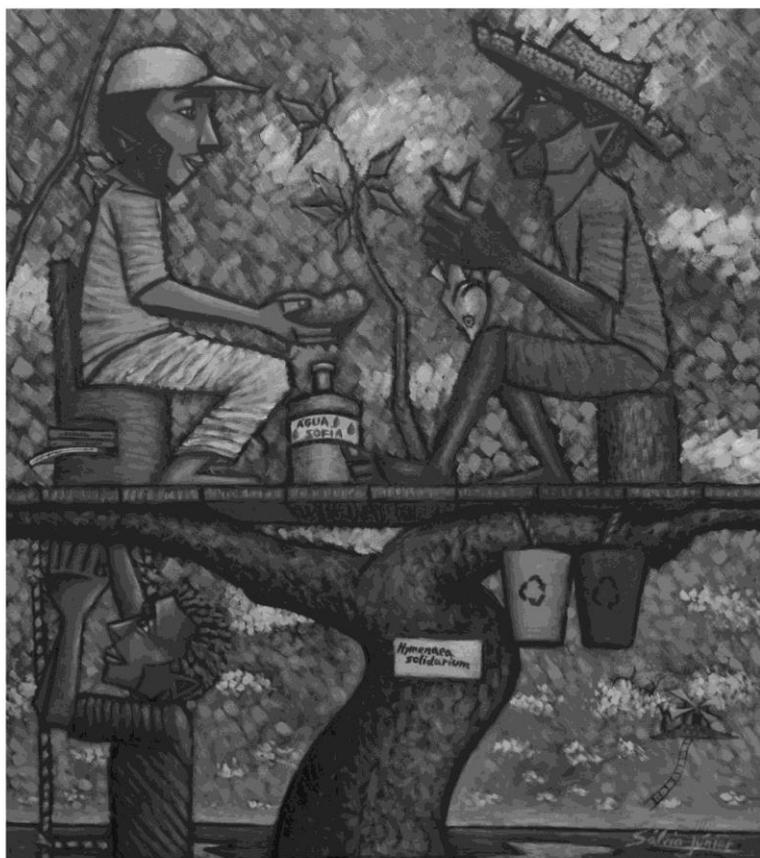
ZART, Laudemir L. As possibilidades de construir uma sociedade alternativa: a sócio-economia solidária. In.: ZART, Laudemir L. (Org.). **Educação e sócio-economia solidária. Paradigmas de Conhecimento e de Sociedade**. Série Sociedade Solidária (Vol. 1). Cáceres: Editora Unemat, 2004.

\_\_\_\_\_. Possibilidades de fazimento da Universidade: características e opções entre a globalização e a planetariedade. In: ZART, Laudemir L.; SANTOS, Josivaldo C. (Orgs). **Educação e Sócio-Economia Solidária. Interação Universidade– Movimentos Sociais**. Série Sociedade Solidária (Vol. 2). Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006.

\_\_\_\_\_. Dimensões formativas para a construção de práticas sociais relativas ao cooperativismo solidário. In: ZART, Laudemir L.; SANTOS, Josivaldo C. (Orgs). **Educação e Sócio-Economia Solidária. Interação Universidade–Movimentos Sociais**. Série Sociedade Solidária (Vol. 2). Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006a.

# CAPÍTULO II

## ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA CAMPONESA



# TERRITORIALIDADES CONFLITANTES: AGRONEGÓCIO X AGRICULTURA CAMPONESA NO MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE

*Clovis Vailant  
Dilma Lourença da Costa*

## **Introdução**

O estado de Mato Grosso tem se apresentado, desde as últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI, como um verdadeiro laboratório para estudiosos de diversas áreas do conhecimento, que buscam, dialeticamente, compreender a estrutura fundiária do estado. Não obstante, com a importância do passado histórico de Mato Grosso, cujas bases estão assentadas no período colonial, na expansão das capitânicas hereditárias, na distribuição de terras pelo sistema de sesmarias, ressalta-se que é na segunda metade do século XX que ele despontou como um estado agrário exportador. Fato que se deu em função da ocupação desordenada e seletiva de grandes extensões de terras no Norte e Médio Norte Mato-grossense.

Predominou no processo de colonização, nesta região, a lógica expropriatória do capital em que, evidentemente, nem mesmo os migrantes, agricultores camponeses, contrerâneos pobres, foram poupados pelos colonizadores, que logo se encarregaram de compor a oligarquia burguesa estabelecida no estado. Este fato histórico e geográfico que marcou a dinâmica socioespacial de Mato Grosso nos leva a acreditar na necessidade, não somente de conhecer mais e compreender como a força do agronegócio operou no estado no passado, mas também entender qual o reflexo desta ação sobre os agricultores camponeses na atualidade e, quiçá, por meio das reflexões, promover ações que contribuam com a mudança desta realidade. Diante disto, propôs-se neste estudo tecer algumas considerações teóricas sobre o predomínio do agronegócio, em detrimento da agricultura camponesa na região do Médio Norte Mato-grossense, visto este ter encontrado condições favoráveis à sua territorialização, expropriando com toda força não somente os migrantes pobres, mas comunidades indígenas e outras que, tradicionalmente, há décadas viviam no lugar. Destaca-se que o estado de Mato Grosso, alvo de estudo, se localiza na região Centro-Oeste do Brasil e possui área total de 903.357,91 km<sup>2</sup>. Em função da sua localização geográfica, faz limites com os estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Pará, Amazônia e Rondônia, e a Sudoeste faz fronteira internacional com a Bolívia.

O estado se caracteriza pela diversidade de riquezas naturais, pois é contemplado em seu território pelos biomas do Pantanal, Amazônico e Cerrado. Por outro lado, caracteriza-se também pela diversidade cultural e histórica, uma vez que preserva ainda alguns de seus municípios centenários, que contrastam, por outro lado, com os municípios recentes que surgiram na segunda metade do

séc. XX. Vale ressaltar que esta diversidade foi um dos focos de atração para a migração, advinda de várias partes do país, o que fez surgir neste período um grande número de novos municípios, muitos deles resultantes da ação expropriatória dos produtores do agronegócio, o que transformou a geografia social, econômica, política, cultural e histórica do estado.

## **Contexto do estado de Mato Grosso**

A localização geográfica e a extensão territorial de Mato Grosso faz com que ele seja um dos três estados maiores do país. O estado possui uma grande diversidade natural, sendo contemplado pelos biomas do Pantanal, Amazônico e Cerrado. Destaca-se também, entre os recursos naturais, sua rede hidrográfica que é formada por rios extensos e caudalosos que compõem duas grandes e importantes bacias hidrográficas brasileiras: Bacia Amazônica e Bacia Platina. Possui também uma diversidade cultural e histórica, preservada em alguns de seus municípios pela arquitetura centenária e, do mesmo modo, pela religiosidade muito forte no Estado, nos municípios mais antigos, tais como: Cáceres, Poconé, Vila Bela da Santíssima Trindade e Chapada dos Guimarães, entre outras, onde é fortemente cultuada pelas tradicionais rezas e festas de Santo.

Na atualidade, o estado tem se destacado pela produção agropecuária de exportação. O marco divisório dessa realidade é a década de 70 do séc. XX, como bem afirma Moreno (2007, p. 280): “a partir da década de 1970, o processo de ocupação e colonização do território mato-grossense foi fortemente estimulado pela expansão da fronteira econômica na Amazônia”. Essa realidade contribuiu para a configuração atual do estado de Mato Grosso, especialmente no eixo da BR 163, no qual várias cidades surgiram em função do agronegócio, como exemplo: Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, entre outras.

A migração, advinda de várias partes do país, fez surgir neste período um grande número de novos municípios e muitos deles remanescentes da ação expropriatória dos produtores do agronegócio, transformando a geografia cultural e histórica do Estado. Atualmente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado possui 141 municípios (BRASIL, 2010).

A consequência desse processo histórico de posse e ocupação das terras, somados a vários outros acontecimentos de meados do século XX que marcaram a ocupação da Amazônia Legal Mato-grossense, faz com que na atualidade o estado esteja dividido em uma variedade de territórios, no que tange ao uso e ocupação de suas terras e, neste caso, esta variedade se dá através da produção agropecuária, pelo comércio com o exterior, bem como pela presença da agricultura camponesa.

Cabe salientar que o recorte socioespacial, aqui apresentado como Médio Norte Mato-grossense, compreende uma divisão geoeconômica, não representando neste caso uma divisão política e administrativa do estado de Mato Grosso; no entanto, reportamo-nos neste estudo à região que compreende



estudiosos de diversas áreas do conhecimento, que buscam, dialeticamente, compreender a estrutura fundiária do estado.

Não obstante a importância do passado histórico do estado, cujas bases estão assentadas no período colonial, na expansão das capitânicas hereditárias, na distribuição de terras pelo sistema de sesmarias, enfim, é na segunda metade do século XX, que o estado desponta, como agrário exportador em função da ocupação desordenada e seletiva de grandes extensões de terras empreendidas pelos produtores do agronegócio, no Norte e Médio Norte do estado:

O Estado de Mato Grosso, sobretudo a sua região Norte, constituiu-se em espaço privilegiado para a “nova colonização” verificada a partir de meados da década de setenta e que atraiu colonos dos estados do Sul e do Sudeste para uma colonização seletiva, que excluiu inclusive os lavradores do Sul sem terra própria. (NETO, 2007, p. 15).

Predominou nesta região a lógica expropriatória do capital, onde nem mesmo os migrantes camponeses, conterrâneos pobres, foram poupados pelos colonizadores, detentores do poder tanto político quanto econômico. Este fato histórico e geográfico, que marcou a dinâmica socioespacial de Mato Grosso, nos leva a acreditar na necessidade não somente de conhecer mais, mas de entender como a força do agronegócio operou no estado no passado, e qual o reflexo desta ação sobre os agricultores camponeses na atualidade.

Diante disto, propôs-se neste estudo tecer algumas considerações teóricas sobre o predomínio do agronegócio, em detrimento da agricultura camponesa, na região em questão, visto o agronegócio ter encontrado condições favoráveis a sua territorialização, expropriando com toda força não somente os migrantes pobres, mas comunidades indígenas e outras que, tradicionalmente, há décadas viviam no lugar.

### **Questão Agrária Brasileira e em Mato Grosso: breves considerações**

Falar sobre a questão agrária é se propor a viajar no tempo e no espaço. É compreender que a natureza do ser humano no passado, que hoje se distribui entre o rural e o urbano, teve suas raízes assentadas no campo e sua sobrevivência dependia consideravelmente da produção agrícola.

O que nos leva também à compreensão de que a vida foi marcada por sucessivos eventos e o ser humano que vivia da caça e da coleta no princípio de sua existência descobriu, com o passar dos tempos, ser possível organizar a produção de alimentos e a domesticação de animais.

Desde então, ao longo de sua existência, alguns eventos se tornaram marco, referência, quando se trata da questão agrária no mundo, como, por exemplo: o fim do feudalismo e a revolução industrial no séc. XVIII, e no século XX, a revolução verde.

Porém, falar em questão agrária, trata-se também de uma questão de conceitos, e estes se multiplicam à luz das inúmeras ciências:

(...) pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Na literatura política, o conceito “questão agrária” sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na sociologia, o conceito “questão agrária” é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como a sociedade, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na história, o termo “questão agrária” é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra (STEDILE, 2005, p.15).

Não obstante os conceitos existentes interessa-nos a ideia difundida pela Ciência Geográfica de apropriação e uso da terra, da terra que é a base de sustentação para a configuração das mais variadas formas de territórios e, neste caso especificamente, o território de existência e resistência da agricultura camponesa no território de predominância do agronegócio. Interessa-nos também a visão sociológica, uma vez que se buscou neste estudo a compreensão das relações sociais no campo, como elas se deram em terras de ocupação recente, mais precisamente em meados do séc. XX.

Evidentemente que, para entender as questões agrárias no Brasil contemporâneo faz-se mister compreender os processos que, direta ou indiretamente, refletiram e ainda refletem na sua estrutura fundiária atual. Processos estes que deixaram a marca de Brasil, país agrário exportador, pois em vários momentos do passado sua economia teve uma produção agrícola como carro chefe, a exemplo da cana de açúcar, borracha, café; enfim, cuja produção se baseava na exploração da mão de obra, sobretudo barata.

E, no avançar do século XX, vimos nascer uma nova relação capitalista de produção, aprimorada por avançadas tecnologias, que acelerou a ação predatória sobre a floresta e a expropriação de muitos agricultores camponeses de suas terras. Este modelo se difundiu pelo interior do país de variadas formas, e em Mato grosso não foi diferente, pesando sobre este o poder e a força da elite burguesa e coronelista que se constituiu no estado; neste sentido Moreno (2007, p. 55) afirma que:

O modelo de dominação baseado no sistema coronelista/oligárquico predominou em Mato Grosso até a

primeira metade do século XX. Devido à sua natureza urbano-rural, as elites dominantes estabeleceram relações com o poder do Estado, salvaguardando seus interesses político-econômicos através de um sistema eleitoral baseado na troca de favores, onde a terra teve forte poder de barganha. Por outro lado, as frações das classes dominantes não alijaram do poder as outras frações, compactuando-se e estabelecendo alianças entre si, para a detenção de hegemonia de classe.

Ocorre que este modelo reforçou a divisão territorial do estado e, conseqüentemente, fortaleceu a manutenção de uma sociedade de classes dominantes, acentuando ainda mais a desigualdade econômica e social em Mato Grosso, ampliando as disparidades produtivas e comerciais, a exemplo do visível desenvolvimento econômico e de infraestrutura das cidades no Médio Norte Mato-grossense, se comparadas às Cidades do Sudoeste Mato-grossense.

### **O Processo Migratório e Expropriatório no Médio Norte Mato-Grossense**

Ao abordar o processo migratório do Sul e Sudeste do país em direção à região Centro Oeste, sobretudo para Mato Grosso, remetemo-nos à consideração do fato de que o acesso a terra na região Sul do país, em finais da década de 70 e início da década de 80, já se encontrava limitado, em princípio, pela pouca extensão territorial da região e também pelo fato de praticamente toda a terra já estar ocupada pelas famílias numerosas, que dividiam a terra entre os filhos.

Destaca-se que, não somente o crescimento das famílias influenciou, mas a produção de soja para exportação, que levou ao uso intensivo da mecanização, uma vez que, para exportar, necessitaria de grandes extensões de terra para a produção e só o trabalho braçal não seria suficiente para atender a demanda; isto, conseqüentemente, acabou refletindo e supervalorizando o preço da terra, o que resultou na pressão fundiária na região (NETO, 2007).

A pressão fundiária no Sul do país, aliada ao incentivo para a ocupação da Amazônia Legal, sobretudo por parte das empresas colonizadoras que se utilizavam de todos os recursos para atrair as pessoas, fizeram com que rapidamente as pessoas se organizassem para migrar e ocupar a nova e promissora área denominada fronteira agrícola mato-grossense. As empresas investiam maciçamente em propagandas enganosas, mas que, aos olhos de quem não conhecia a realidade, eram uma promessa de vida melhor; ainda, segundo Neto (2007, p. 30-31):

Essas empresas desenvolveram forte campanha publicitária no Sul e Sudeste do país e seu público alvo foram os mini-fundiários, pequenos produtores capitalizados daquela região que, vendendo seus dez, por vezes cinco alqueires no Paraná, podiam comprar até 200 alqueires em Mato Grosso. Os corretores trabalhavam com imagens fantásticas que estampavam terras muito vastas, produtivas e locais já

estruturados. [...]. A propaganda levada a efeito pelas empresas tomava várias formas. Cartazes afixados nas Associações e Sindicatos Rurais, palestras, reuniões, nas quais os corretores expunham as vantagens da região, programas de rádio e jornais informativos. Havia também a propaganda indireta. Os próprios migrantes ou membros da família divulgavam o projeto em suas cidades de origem. Muitos destes se deslocaram acompanhando a família.

Quando os colonos chegavam na “terra prometida” se deparavam com a dura realidade de ter que ser desbravador, muitos não suportaram e migraram para o Norte do país, no entanto, dos que ficaram a maioria se viu obrigada a arriscar o recomeço de uma nova vida, sem na verdade vislumbrar um futuro, numa terra distante da sua e sem condições de se locomoverem. O consolo era se apegar a outras famílias que estavam nas mesmas condições. Isto fez com que viessem para Mato Grosso, não somente os pequenos agricultores camponeses, mas especialmente grandes empresários latifundiários, que encontraram, na nova fronteira de expansão do capital, terras fartas a preços baixos.

Dentro deste contexto, a apropriação da terra na região do Médio Norte do Estado ocorreu de forma acelerada, inclusive incentivada pelos Programas Fundiários criados pelo Governo Federal e legitimadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Fato que se verifica na exposição de Moreno:

Em Mato Grosso, a Superintendência Regional do Incra teve a sua atuação concentrada nas áreas federalizadas pelo General Emílio Garrastazu Médici – Art. 1º. Do Decreto-Lei nº. 1.164/71 (Brasil. Legislação..., 1971), situadas às margens das rodovias federais, na Amazônia Legal, numa extensão de 100 Km de cada lado do seu eixo, bem como nas áreas situadas ao longo das fronteiras internacionais, cuja administração competia também ao Conselho de Segurança Nacional – Decreto nº. 1.414/75 (MORENO, 2007, p. 156).

Com plenos poderes de atuação dentro do território, poderes que, segundo Moreno (2007), ultrapassavam “60% das terras estaduais”, o Incra, na época, teve sua atuação voltada mais para atender aos interesses de grandes grupos capitalistas, oriundos das regiões Sul e Sudeste do país, que se estabeleceram na região do Médio Norte Mato-grossense e introduziram a produção agrícola mecanizada e a criação de gado em larga escala, do que voltada para atender a demanda da reforma agrária.

Em se tratando de Incra, como o próprio nome diz, tem como prerrogativa a questão da terra voltada para o atendimento das causas sociais, entende-se que este deveria não somente evitar que as terras fossem parar nas mãos dos latifundiários como deveria destiná-las a assentamentos rurais.

Seguindo a lógica de ocupação e apropriação de terras, verifica-se que na região do Médio Norte Mato-grossense, com incentivos do governo federal na época, prevaleceram dois modelos, que Moreno (2007) denomina *colonização oficial* e *colonização particular*; sendo o primeiro, “Colonização de Povoamento”, “vinculando a política fundiária aos interesses da política econômica, francamente favorável ao estabelecimento de grandes empresas capitalistas nas áreas de fronteira”; o segundo, em “Colonização Empresarial”, “destinado à implantação de projetos agropecuários, agroindustriais, agrominerais e outros” (MORENO, 2007, p. 156). Como se vê tanto um modelo quanto o outro serviu apenas para aumentar a pressão fundiária na nova fronteira agrícola do estado; resultado disto é a ocupação de grandes extensões de terras pelo latifúndio na região. Ainda segundo a autora:

Todas essas ações faziam parte da estratégia geopolítica de ocupação/exploração da Amazônia, para a sua rearticulação ao sistema econômico-político nacional e internacional, conforme política de desenvolvimento adotada para o país pelos governos militares. Considerado como “portal da Amazônia”, Mato Grosso passou a integrar o processo de desenvolvimento extensivo do capitalismo, sendo agraciado com uma infinidade de programas especiais de desenvolvimento (PIN, Proterra, Polamazônia, Polocentro, Polonoeste) que serviram, em primeira instância, para patrocinar o acesso à terra na região pelos grandes grupos econômicos. (MORENO, 2007, p. 156, grifo da autora).

O que se verifica na atualidade é que grande parte destes programas, hoje extintos, serviram para enriquecer, não somente a oligarquia mato-grossense do período, bem como os grandes grupos econômicos que aqui se estabeleceram, uma vez que se apropriaram de grandes extensões de terras públicas e devolutas, existentes no estado, sem o menor pudor em expulsar ou exterminar povos indígenas que viviam na região de floresta, e outras comunidades que faziam da floresta seu lugar de sobrevivência, situação esta que reflete na atual estrutura fundiária do Estado.

Diante da atuação incompatível, em muitos casos, com a sua missão, vê-se que em Mato Grosso o INCRA acabou por legitimar a ocupação de terras públicas. Terras estas que deveriam servir à reforma agrária.

### **Território e Territorialidades Conflitantes: agricultura camponesa e o agronegócio no médio norte mato-grossense**

O estado de Mato Grosso é um território de ocupação historicamente antiga, porém com múltiplas manifestações territoriais recentes, dadas por sua inserção no mercado capitalista global, através da exportação de grãos e carnes. Como já falamos anteriormente, a segunda metade do século XX, mais precisamente os anos finais da década de 60 e início da década de 70, foram um marco na ocupação e na configuração do território mato-grossense:

Mediante políticas governamentais de incentivo ocupacional e, com elas a dinâmica dos fluxos migratórios e incremento produtivo, a situação vigente até 1960 sofreu acentuadas mudanças, o que ocasionou o deslocamento do centro produtivo da área de influência de Cuiabá para o sul do atual Mato Grosso, mais precisamente para a região polarizada por Rondonópolis. Nos anos seguintes, o fluxo populacional e econômico se deslocou para o norte de Mato Grosso levando consigo todas as implicações socioambientais que caracterizam o processo de produção rápida do espaço geográfico em área de fronteira agropecuária. (HIGA, 2001, p. 77).

A exposição de Higa evidencia o intenso fluxo migratório e a ocupação da região Norte do estado. Foram vários os motivos que atraíram essas pessoas: a disponibilidade de terras e o relevo plano, que possibilitaram a pecuária extensiva e a monocultura mecanizada, bem como a vasta extensão da Floresta Amazônica, alvo intenso das indústrias madeireiras que rapidamente a destruíram. Este fato caracteriza a forte atração exercida sobre os migrantes que vieram do Sul do país, sobretudo com patrocínio das políticas de incentivo à colonização, empreendidas pelo Governo Federal na década de 60:

Do ponto de vista territorial, a grande preocupação dos governos militares foi com a integração nacional, fazendo com que áreas ocupadas por nações indígenas, por pequenos posseiros e por garimpeiros que viviam isolados, se integrassem ao Brasil econômico, povoado e, até certo ponto dinâmico. Daí a preocupação em construir estradas, como a Perimetral Norte e a Transamazônica, que não tinham nenhuma justificativa econômica, “para liguem o nada a coisa nenhuma”. [...]. Outras estradas foram abertas, como as que ligam Cuiabá a Santarém e a Porto Velho e esta a Manaus e Boa Vista, estradas de difícil conservação e trânsito inexpressivo. Para justificá-las, foram implantadas colônias para o cultivo de café e de cacau em Rondônia e em Mato Grosso, à custa da destruição de grandes trechos da floresta e da desorganização da mineração feita por garimpeiros, com o fim de proporcionar bons negócios para as empresas modernas [...]. (CORRÊA, 2002, p. 175).

Percebe-se em Corrêa, que com o aval do governo e as condições naturais favoráveis, os novos habitantes deste lugar, não só não se sentiram intimidados diante da imensidão de floresta que teriam que enfrentar como tampouco tiveram pudor em expulsar as pessoas que já habitavam a região.

As empresas não tardaram a se estabelecer e, com as condições favoráveis, rapidamente constituíram um novo território. Vale ressaltar que

entre as imensas perdas sociais e culturais está a devastação das florestas, que em pouco tempo foram substituídas por plantas alienígenas ao lugar, levando ao desaparecimento de toda uma biodiversidade anteriormente existente e, na visão de Higa (2001, p. 95):

Em se tratando de uma área florestal como a amazônica, ainda insuficientemente estudada, mas de comprovada fragilidade e reconhecida importância na manutenção da qualidade e sustentação de outros ambientes, o processo ocupacional, particularmente o rápido, causa preocupação e impõe a necessidade de estudos que envolvam não só os reflexos ocupacionais na natureza, mas também os fatores sociais responsáveis pela qualidade e intensidade do processo. Além destes, outros fatores também auxiliam na compreensão da situação socioeconômica ambiental e fornecem indícios sobre o ritmo e intensidade da atividade ocupacional, como, por exemplo, o emprego de tratores e maquinário em geral no campo.

Ocorre que o resultado desta ocupação tardia, porém rápida e intensa em relação às demais regiões do país, trouxe para a região do Médio Norte de Mato Grosso um novo desenho na paisagem e uma configuração de múltiplas territorialidades, decorrentes das relações socioeconômicas que se estabeleceram na região.

A região se tornou destaque e modelo tanto para o agronegócio nacional quanto internacional, por conta da monocultura de soja, algodão e milho, resultantes do uso intensivo da mecanização. Vale ressaltar que se destaca também pela criação de gado, suínos e aves, para o abate em alguns frigoríficos, como Anhembi e Sadia, que se estabeleceram na Região, cuja produção em grande parte é voltada para o mercado externo.

Ocorre que a ação devastadora sobre a floresta, decorrente da rápida ocupação da região, faz com que Mato Grosso também esteja entre os Estados que lideram o desmatamento e a queimada do Cerrado e da Amazônia.

Este fato acirrou os debates, ampliou os estudos e a criação de políticas públicas voltadas para a questão ambiental, fortalecendo os cuidados com a natureza, no sentido de evitar que o desmatamento continue avançando sobre a floresta.

Por sua vez, na medida em que se implantam programas para conter ou amenizar os problemas ambientais na região, o interesse pelo capital, como acaba sempre prevalecendo, faz com que grande parte dos produtores, levados pelo interesse em aumentar a produção e o lucro, busquem meios de aumentar a produção, muitas vezes oportunizando-se das brechas da lei. Uma das formas de os produtores do agronegócio driblarem a lei, atualmente, é ocupar áreas de pastagens para a monocultura mecanizada e, com isso, vão empurrando o gado para a região Norte do país, usando o discurso de que vão aumentar a produção sem aumentar as áreas desmatadas.

Esta é uma constatação de Oliveira, que denuncia não só o uso devastador das florestas pelo agronegócio em Mato Grosso, como as artimanhas

deste para envolver e desqualificar os assentamentos da reforma agrária, e o que é pior com o aval de órgãos do governo:

Estes assentamentos ocupam área de 65 mil hectares com capacidade para assentar 1.018 famílias, mas têm, segundo o cadastro do Incra, apenas 954 famílias assentadas. Na relação do Ministério do Meio Ambiente, um total de mais de 49 mil hectares foram desmatados nestes assentamentos, ou seja, mais de 75% da cobertura vegetal, quando a legislação permite apenas 20%. Ora, estes assentamentos estão localizados exatamente em uma das frentes de expansão territorial da pecuária de corte de bovinos vinda de Porto dos Gaúchos e Juara no vale do rio Arinos ao norte da rodovia que liga estas cidades à Sinop. As imagens de satélite analisadas pelo INPE e disponíveis em sua página na Internet, e as do próprio Google Earth, são a prova cabal destes desmatamentos ilegais. O Incra, portanto, tem culpa sim, pois não tem política de acompanhamento destes assentamentos. Neles, é comum, os assentados ou “venderem” ilegalmente seus lotes para o agronegócio, que para “comprá-los”, os querem totalmente desmatados. Agem assim, porque dessa forma, a responsabilidade do desmatamento é do assentado e do Incra. Ou então, usam de outro expediente, cedem cabeças de gado para serem criados em parceria com os assentados. Em qualquer um dos casos, a floresta é posta abaixo para dar lugar às pastagens e à pecuária. O mesmo processo ocorre nos assentamentos Cotriguaçu (1992), Nova Cotriguaçu (1995) e Juruena (1997) que foram implantados no município de Cotriguaçu, em área de terras devolutas objeto de escândalo envolvendo um ministro da agricultura do Governo Geisel e a venda autorizada pelo Senado de 2 milhões de hectares de terras públicas pelo governo de Mato Grosso na década de 70. Eles ocupam uma área total de 141 mil hectares e tem capacidade de assentar 2.229 famílias, mas têm assentadas oficialmente 1.883. Segundo o Ministério do Meio Ambiente mais de 46 mil hectares de florestas foram derrubados para dar lugar às pastagens e à pecuária bovina de corte. (OLIVEIRA, 2008, s/p).

Esta situação, apresentada por Oliveira, reforça a tese de que os produtores do agronegócio que servem ao capital dominante agiram na constituição deste novo território de acordo com seus interesses, oportunizando-se das brechas da lei para a produção agropecuária. E não se trata de uma acusação sem fundamentos, pois as maiores vítimas deste processo são os assentados, que são sempre responsabilizados pela derrubada da floresta.

Ocorre que as modificações da natureza, através da ocupação da nova fronteira agrícola para a construção de uma nova territorialidade, se deram pela vinda de migrantes, grande parte descendentes de europeus e, na medida em que estes foram chegando e modificando a natureza, foram construindo um território de modo a aproximar-se o mais real possível do território que deixaram para traz no Sul e Sudeste do país.

Vale ressaltar que esta nova territorialidade construída foi permeada por muitos conflitos. O que torna possível o entendimento de que a Região do Médio Norte Mato-grossense congrega as três vertentes territoriais básicas propostas por Haesbaert:

política [...]: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do estado.

cultural [...] ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

econômica [...]: menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2006, p. 40).

Reitera-se que é possível, atualmente, identificar na região Norte Mato-grossense estas três vertentes que o autor sugere, sendo que a primeira, no nosso entendimento, se manifesta nas várias tentativas, de alguns políticos da região, de dividir o estado do Mato Grosso, de onde sairia a região Norte, formando outro estado, para o qual a cidade de Sinop seria a possível capital. A referida cidade se encontra localizada numa posição estratégica no eixo da BR 163 e, no entendimento deste movimento separatista, a cidade congrega condições sociais, econômicas e culturais para tal indicação.

No aspecto cultural, a maioria das cidades da região Norte Mato-grossense foi fundada por migrantes oriundos do Sul e Sudeste do país, cuja tradição é fortemente marcada pela presença dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) e pela culinária, o que caracteriza a apropriação e valorização simbólica do espaço atual, para nele criar as condições do espaço anteriormente vivido no seu local de origem e, conseqüentemente, criar outro território.

É necessário também destacar que entre estes habitantes uma minoria compõe a elite burguesa da região, sobrando aos menos abastados ainda das regiões citadas, somados a outros migrantes da região Norte do país, compor a classe proletariada da região.

Quanto ao trabalho empreendido nesta região, entende-se que este se manifestou através da apropriação do espaço e no uso de vastas extensões de terras, visto ter sido este um dos fatores de atração, uma vez que no sul do país já não existiam mais terras disponíveis nas proporções que o estado de Mato Grosso oferecia.

Sendo assim, a ocupação deste espaço deu lugar a uma configuração territorial cujas relações foram estabelecidas pelo consumo e destruição de grande parte dos recursos naturais existentes na região. Constituiu-se neste

território uma verdadeira divisão territorial do trabalho, dada, a princípio, pela superexploração da mão de obra que, posteriormente, foi substituída pelas máquinas.

É neste sentido que, no nosso entendimento, as ideias de Haesbaert (2006) se materializam, sobretudo, no eixo da BR 163, criando e recriando territórios, visto que está estabelecida nesta região uma territorialização do agronegócio, e este, em conformidade também com a leitura de Oliveira, cria ou recria a “territorialização do capital e a monopolização do território”; neste sentido ele justifica como estes processos contraditórios se manifestam:

O que esses processos contraditórios do desenvolvimento capitalista no campo revelam é que, no primeiro caso, o *capital territorializa-se*. Estamos, portanto, diante do *processo de territorialização* do capital monopolista na agricultura. No segundo caso, este processo contraditório revela que o *capital monopoliza o território* sem, entretanto territorializar-se. Estamos, pois, *diante do processo de monopolização do território pelo capital monopolista* (OLIVEIRA, 2007, p. 283-284, grifos do autor).

A primeira situação apresentada por Oliveira, em que ocorre a territorialização do capital, é facilmente percebida na região Norte de Mato Grosso, por meio das relações de trabalho, uma vez que a monocultura, que antes atraía as pessoas para mão de obra nas lavouras, agora as substituiu pelas máquinas, gerando nas cidades um verdadeiro exército de reservas e abrindo espaço no campo para que o capital se instale com toda a sua força.

O segundo caso em que o capital monopoliza o território sem, entretanto, se territorializar é percebido na região Norte Mato-grossense também, porém se dá pela relação estabelecida entre os grandes e os pequenos produtores camponeses, sobretudo nos municípios que fazem parte da cadeia carne/grão, onde se verifica que parte dos pequenos produtores está fortemente ligada às indústrias frigoríficas. Ou seja, estão sendo subsidiados pelos frigoríficos e não podem estabelecer comércio com outras empresas.

Percebe-se que o território não é uma coisa fixa e imutável, ele existe a partir das ações da sociedade e, a partir destas, ele se transforma, fazendo com que as interações ocorram diariamente entre o velho e o novo, entre o natural e o cultural (socialmente produzido), resultando sempre em (des)territorialização, (re)territorialização e, conseqüentemente, em muitos casos, em multiterritorialidades (COSTA, 2010).

O território aqui abordado é, assim, entendido como aquele que se estabelece a partir das relações de poder, o qual se constitui não apenas por um fator, mas pela benesse da conjugação de uma série deles, tais como: físicos, naturais, econômicos, políticos e culturais. Neste sentido comunga-se do entendimento de Souza (2005, p. 78-79):

A questão primordial, aqui, não é, na realidade, *quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de*

*uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão das gêneses de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo, [...] uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influência quem nesse espaço, e como? (grifos do autor).*

É dentro deste contexto de poder e dominação, expressamente visível na configuração do território no Médio Norte Mato-grossense, que se compreende que a apropriação dos recursos naturais supera toda a atenção e cuidados ambientais voltados à região, que ocorrem em especial através das políticas públicas, ONGs, Instituições de Ensino, entre vários outros movimentos de luta pelas causas ambientais, pois se trata da ocupação da Amazônia Legal mato-grossense, completamente atingida pelo que existe de mais moderno na tecnologia da produção agrícola.

Neste território o agronegócio dominou não somente o meio físico, mas criou uma relação de poder, sobretudo econômico, o qual se caracteriza pela produção agroindustrial em larga escala, que privilegia o comércio exterior.

Este, para a sua hegemonia atual, não levou em consideração o território dos povos da floresta, que foram desterritorializados para que ali se implantasse uma nova territorialidade, marcada pelo capital. Partindo desta premissa é que se entende que o agronegócio sobressaiu, em detrimento da agricultura camponesa nesta região.

E é a partir desta conjuntura que se percebe a constituição do território do agronegócio no estado de Mato Grosso. Porém, nesta afirmação vale a ressalva de que se acredita que o agronegócio se encontra atualmente territorializado na região do Médio Norte Mato-grossense, porém, o que se questiona é: este é o território consolidado do agronegócio?

Muito embora não se concorde com a tese de alguns estudiosos, de que a região do Médio Norte Mato-grossense se caracteriza por ser o território consolidado do agronegócio, tem-se a clareza de que o agronegócio, assim como vários outros segmentos socioeconômicos se encontram territorializados na região, dentre estes (re)existe a agricultura camponesa.

Nossa afirmação encontra-se embasada em estudos que vêm sendo realizados na região, bem como em Fernandes, que alerta:

Quando o território é concebido como uno, ou seja, apenas como espaço de governança, e se ignora os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, temos então uma concepção reducionista de território, um conceito de território que serve mais como instrumento de dominação por meio das políticas neoliberais. Nesta condição, uma determinada região é escolhida para a aplicação de políticas de desenvolvimento, em grande

parte, a partir dos interesses do capital. Evidente que, pelo fato das comunidades camponesas terem menor poder político, terão pouco poder de decisão na determinação das políticas, por mais que o discurso das instituições defenda o “empoderamento” das comunidades rurais. (FERNANDES, 2008, p. 280, grifo do autor).

Ocorre que em certos aspectos a agricultura camponesa na região se encontra aparentemente sufocada pela falta de implementação de políticas públicas, o que os torna ainda mais resistentes e articulados através de associações, cooperativas e dos movimentos sociais.

Por outro lado, não se pode negar que “quem determina a política define a forma de organização dos territórios” (FERNANDES, 2008, p. 279). É assim que o agronegócio se apropria do referido espaço constituindo-se como território, pois este, além de contar com capital privado ainda é amplamente beneficiado pelas políticas de incentivo ao segmento. E desta forma se sobressaem, utilizando-se dos espaços políticos tanto no campo quanto na cidade.

Grosso modo, podemos dizer que a lógica camponesa se centra na tríade família, trabalho e terra, enquanto a lógica do agronegócio no lucro e na renda. Dai o conflito permanente gerando um campo em disputa e cabe à sociedade saber de que lado vai ficar. (ALMEIDA, 2008, p. 309).

Pensar as territorialidades existentes no Médio Norte Mato-grossense nos impõe o cuidado da não generalização do território, devendo-se atentar para “a conflitualidade, existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios”, que são, em sua essência, territórios divergentes, onde o agronegócio sobressai no quesito produtividade pelo uso de equipamentos tecnológicos, pelo uso de grandes extensões de terra, enfim, pelo uso das forças políticas e do capital (OLIVEIRA, 2007, p. 34).

O sistema que sustenta a relação entre o território da agricultura camponesa e o território do agronegócio é baseado numa relação contraditória; parafraseando Martins *apud* Oliveira (2007, p. 20), podemos afirmar que esse “processo contraditório decorre do fato de que o modo capitalista de produção não é, em essência, um modo de produção de mercadorias no seu sentido restrito, mas sim modo de produção, de mais-valia” e, do mesmo modo é também uma relação subalterna, de forma a contemplar a afirmação de Girardi (2008):

Os camponeses podem participar da *produção* no sistema do agronegócio (produzindo os mesmos produtos dominados pelo sistema), mas não são inseridos nele; eles participam de forma *subordinada*, como é o caso da “integração” do campesinato com empresas para a produção de frango, fumo, cana-de-açúcar, por exemplo.

Ao produzir no interior do sistema do agronegócio, o camponês não tem o controle; quem controla é o sistema do agronegócio. Podemos chamar esta produção de *produção camponesa subordinada*. Esta é uma condição de subalternidade da produção camponesa. Existem outros tipos de produção camponesa em que o camponês consegue maior independência na escolha do que produzir, como produzir, para quem vender e quando vender. A produção orgânica com venda direta ao consumidor é um exemplo desta outra condição de produção camponesa em que se destaca a autonomia (GIRARDI, 2008, p. 112, grifos do autor).

Não se necessita de muitos esforços para identificar esta relação, preconizada por Girardi, na região em debate, principalmente nos municípios onde estão presentes grandes frigoríficos, como: Sadia, Perdigoão e outros, que fazem parceria com camponeses para a criação de animais: galinhas e porcos, enfim, o que os torna subordinados a estas empresas, os impossibilita de comercializar fora deste acordo e os torna reféns das mesmas.

Para muitos agricultores camponeses, uma das formas de enfrentamento e de se sobressair a esse sistema expropriatório do capital é a organização coletiva socioproductiva ou comercial como estratégia de sobrevivência e de permanência no campo. Importante contribuição neste sentido é dada por Fabrini (2007, p. 09):

É possível verificar entre os camponeses diversas formas de resistência construídas a partir de ações locais e laços comunitários e solidários. Neste sentido, é necessário referir-se a ideia de território para visualizar as ações de resistência localmente construídas. Há que se atentar para estas práticas de resistência camponesa assentada no território, pois poderão ser reconhecidas e somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante expropriatória e desumana.

A afirmação do território camponês, enquanto lugar de vida e de luta, de experiências e trocas, e de permanência enquanto camponeses é possível ser identificada através de várias organizações presentes no Norte Mato-grossense, pela ação de entidades governamentais e não governamentais, de instituições de ensino, por meio de projetos e programas, sindicatos, juntamente com coletivos formados a partir dos próprios agricultores camponeses.

Cabe salientar que a força do agronegócio é sustentada por investimentos de grandes proporções, seja pelo capital privado advindo de corporações internacionais, seja pelo “acesso ao fundo público. Embora não existam subsídios oficiais, a agricultura brasileira historicamente tem sido beneficiada por políticas de crédito com juros altamente subsidiados” (PAULINO, 2008, p. 230), o que amplia sobremaneira seu poder de competitividade.

Por outro lado, cumpre também salientar que a produção e reprodução camponesa estão na capacidade que o camponês tem de fazer das dificuldades e/ou das adversidades a ferramenta que fortalece a sua resiliência no campo:

Em geral, o processo de reprodução da produção camponesa é simples, o que significa dizer que o camponês repõe, a cada ciclo da atividade produtiva, os meios de produção e a torça de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva. E esse processo de reposição pode se dar por meio da produção direta ou por meio da troca monetária. Quando o camponês já está em situação privilegiada no mercado, ele pode acumular dinheiro, como produto do trabalho familiar, e assim procurar garantir para os filhos a possibilidade de também reproduzirem-se como camponeses, e com isso assegurar o processo de reprodução ampliada do campesinato. É nesses dois processos de produção, e em suas variações interiores, que se encontra a chamada diferenciação interna do campesinato. Esse processo explica as diferentes situações vividas pelos camponeses, particularmente quando combinadas por muitas diferenças entre as articulações com os nove elementos estruturais da unidade camponesa. (OLIVEIRA, 2007, p. 42).

Em se tratando especificamente da Região do Médio Norte de Mato Grosso, Vailant (2011, p. 56) afirma: “a resistência camponesa na área da hegemonia do agronegócio vai se dar de acordo com a condição concreta: se há hegemonização territorial, a luta se organiza para este enfrentamento e se há só a monopolização do território, a resistência será à subordinação de sua produção”.

O autor defende ainda que “quer na luta pela conquista da terra, quer na sua permanência na mesma, os camponeses têm resistido e para tanto têm buscado novas formas de enfrentar esta verticalização econômica imposta” (VAILANT, 2011, p. 56), é o que os faz sobreviver e manter firme a ideia dos defensores da agricultura camponesa, de que é possível, mesmo diante das artimanhas do capital dominante, os agricultores camponeses também se articularem para sua sobrevivência.

## **Considerações Finais**

Ao considerar a agricultura camponesa um modo de vida, cujo objetivo principal não é o acúmulo de riquezas, mas sim, a garantia da vida familiar através da sua produção, consideramos de fato a sua importância e, do mesmo modo, a necessidade de sua (re)existência, enquanto classe social, cujo ambiente de vida é o campo, porém com fortes relações com a cidade.

A relação camponesa com a cidade, dentre outros, se dá pelo comércio do excedente de sua produção e pelo consumo de materiais, objetos e de alguns alimentos complementares que não produzem.

Ocorre que esta relação no Médio Norte Mato-grossense deixa os agricultores camponeses, sobretudo aqueles que dispõem de condições precárias de produção, subordinados ao agronegócio. Estes camponeses, em muitos casos, são obrigados a trabalhar de empregados nas grandes fazendas do entorno dos assentamentos, para garantir a sobrevivência da família e a sua permanência no campo.

Este fato tem, com frequência, levado grande parte destes agricultores a buscarem parcerias e apoio, no sentido de se organizarem e se fortalecerem tanto para a produção quanto para o comércio, o que nos leva a acreditar na articulação das relações sociais de resistência da agricultura camponesa frente ao poder do agronegócio, o que, em nossa compreensão, de fato demonstra a possibilidade de sua resiliência frente à força expropriatória do capital agrário exportador.

São visíveis as condições atuais em que a agricultura camponesa busca o fortalecimento, especialmente através das organizações coletivas, mas ao mesmo tempo percebemos o fortalecimento do agronegócio e a forma como este atua sobre os recursos naturais. É possível afirmar, então, que é necessária a mobilização não somente dos governantes, mas de toda a sociedade, especificamente as que se constituíram no Médio Norte Mato-grossense, a fim de encontrar formas de sobrevivência menos agressivas ao meio ambiente, dada a importância do agronegócio para a geração de divisas e para manter o país com o rótulo de país agrário exportador, mas diante também da significativa importância da agricultura camponesa para a produção de alimentos.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Função Social da Propriedade e Desenvolvimento Sustentável: Camponeses Versus Agronegócio. In: PAULINO, Eliane Tomiase; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campeinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular; UNESP/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

BERNARDES, Julia Adão. Circuitos Espaciais da Produção na Fronteira Agrícola Moderna: BR – 163 matogrossense. In: BERNARDES, Julia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna. **Geografias da Soja: BR-163 fronteiras em Mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. p. 13-37.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Brasília: D.O.U., 04/11/2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt>>. Acessado em: 10/02/2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Formação Territorial do Brasil. In: BECKER, Berta K. et al. (Orgs.). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

COSTA, Dilma Lourença da. **Território Camponês e Economia Solidária: o caso da AAFEG – Associação dos(as) Agricultores(as) Familiares Extrativistas da Ribeirão Grande no Município de Nova Mutum – MT**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Cuiabá: UFMT, 2010.

EGLER, Claudio Antonio Gonçalves. A Pré-Amazônia Mato-Grossense no Contexto Nacional e Sul-Americano. In: MAITELLI, Gilda Tomasini; ZAMPARONI, Cleusa Aparecida G. P. (Orgs.). **Expansão da Soja na Pré-Amazônia Mato-Grossense: Impactos Socioambientais**. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2007. p. 15-34.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 10, nº 11, p. 08-32, jul./dez. 2007. ISSN: 1806-6755. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/11/6\\_Fabrini\\_n\\_11.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/11/6_Fabrini_n_11.pdf)> Acessado em: 11/02/2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiase; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular; UNESP/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 273-301.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição Teórico-Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: UNESP, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HIGA, Tereza Cristina Cardoso de Souza. O papel das políticas regionais na produção do espaço da área amazônica de Mato Grosso – Brasil: processos e reflexos. In: LUZÓN, José Luiz; SPINOLA, Noelio Dantaslé. (Coords.). **Desarrollo Regional**. Barcelona: Xarxa Temática Medamerica, 2001. p. 77-107.

MORENO, Gislaene. **Terra e Poder em Mato Grosso: Política e mecanismos de burla 1892 – 1992**. Cuiabá: Entrelinhas; Edufmat, 2007.

NETO, Vitale Joanone. **Fronteira da Crença: ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970**. Cuiabá: Carlini e Caniato Editorial; EDUFMAT, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Amazônia e a reforma agrária de novo no banco dos réus. **Adital Notícias da América Latina e Caribe**. Fortaleza/CE, 07/10/2008, s/p. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/?n=bcuj>>. Acessado em: 09/02/2010.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007. 184 p. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>>. Acessado em: 11/02/2013.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em Disputa e Agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. P.213-238.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 77-115.

STEDILE, João Pedro. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 15-31.

VAILANT, Clovis. **A Economia Solidária e a Resistência Camponesa: a construção da Cooperrede – Cooperativa Regional de Prestação de Serviços e Solidariedade na área de influencia da BR 163 entre Nova Mutum e Peixoto de Azevedo-MT**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Cuiabá: UFMT, 2011.

# PROCESSO DE PRÉ-INCUBAÇÃO COM A JUVENTUDE CAMPONESA DO ASSENTAMENTO SADIA/VALE VERDE EM CÁCERES-MT

*Verônica Moreno Machado*

*Laudemir Luiz Zart*

*Maria da Anunciação Pinheiro Barros Neta*

## **Introdução**

O texto resulta da trajetória acadêmica de Verônica Moreno Machado durante a graduação em Pedagogia na Universidade do Estado de Mato Grosso/Campus Jane Vanini de Cáceres (UNEMAT) e o Mestrado em Educação na linha de Movimentos Sociais, Política e Educação Popular na Universidade Federal de Mato Grosso/Campus Cuiabá – UFMT.

Neste período participamos da equipe da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES) na Unemat, o qual integra o Projeto Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários (REINESCO) e o Programa Institucional de Educação e Socioeconomia Solidária (PIESES), coordenado pelo Núcleo da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), especificamente pelo Prof. Me. Clovis Vailant.

Posteriormente, participamos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) institucionalizado pela Unemat no curso de Pedagogia, coordenado pelo Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart e desenvolvido no Assentamento Sadia/Vale Verde, localizado na zona rural do município de Cáceres-MT – lócus da investigação.

E, por fim, realizamos o projeto do Mestrado em Educação pela UFMT, orientado pela Prof. Dra. Maria da Anunciação Pinheiro Barros Neta, no Assentamento com os educandos e educandas do Ensino Médio da Escola Estadual Mário Duílio Evaristo Henry, visto a grande preocupação da comunidade com o futuro dos jovens, principalmente no que tange ao trabalho no assentamento.

Com isso, o objetivo do texto é apresentar o processo de pré-incubação desenvolvido com a juventude camponesa, educandos e educandas do Ensino Médio, da Escola Estadual Mário Duílio Evaristo Henry – Assentamento Sadia/Vale Verde, a partir da demanda da comunidade em relação ao mundo do trabalho que os jovens vivenciam na sua materialidade camponesa.

De acordo com Vailant, Costa e Oliveira Costa (2006), a Metodologia de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis é um processo educativo, por isso sustenta-se na Educação e na Socioeconomia Solidária. Além disso, fundamenta-se no compromisso ético dos formadores e

formadoras, no respeito aos saberes dos educandos e educandas, nas relações do mundo do trabalho e na formação para a autogestão e para a autonomia.

A incubação divide-se em dois momentos: o primeiro da pré-incubação, pode ter duração de 6 a 12 meses, constitui-se em um conjunto de ações desenvolvidas como uma possibilidade de parceria, entre os grupos e a INCUBEES. O segundo momento se ocupa da incubação do grupo social, onde se elabora conjuntamente um plano de trabalho, para capacitação e formação dos sujeitos envolvidos no sentido de que o grupo se torne autogestionário.

A pré-incubação está organizada em três etapas: primeiros contatos, diagnóstico participativo e avaliação. Os primeiros contatos ocorrem durante várias reuniões, onde se apresenta a INCUBEES e sua metodologia de trabalho. São levantadas as demandas que subsidiarão o processo de incubação, aplica-se um questionário socioeconômico que auxilia no planejamento das ações e se realiza o levantamento da história do grupo. “A dinâmica mais utilizada tem sido a da linha do tempo, que tem permitido traçar a trajetória dos componentes com destaque para momentos, considerados por eles positivos e negativos” (VAILANT, COSTA e COSTA, 2006, p.143).

O diagnóstico participativo se dá a partir da confiança estabelecida entre a equipe de incubação e os grupos sociais, onde se sistematizam dados obtidos nos primeiros contatos e apresenta-se um resumo das experiências no mundo do trabalho dos membros do grupo. É o início do planejamento participativo e servirá de base para a etapa da incubação. Os sujeitos participam do planejamento e buscam aprofundar as relações entre todos, para que o diagnóstico faça sentido e seja verdadeiro e apropriado para o coletivo.

Nesse sentido, os autores afirmam que:

Esta superação supra citada buscamos com o que chamamos de formação básica em Cooperativismo Popular que, na pré-incubação, inicia-se com o curso básico em Economia Solidária. Neste curso, planejado no coletivo, desenvolvemos os seguintes conceitos: economia, solidariedade, trabalho e suas adjetividades tais como: economia de mercado, economia solidária e outros. Nestes momentos de educação popular, buscamos, coletivamente, nos apropriar destes conceitos com o compromisso de ressignificá-los e reaprendê-los na perspectiva da educação libertadora que orienta nossos trabalhos (*idem*, p.144).

E então, realiza-se a avaliação geral dos trabalhos, quando o grupo social definirá se passará para o processo de Incubação, ciente que a partir disso deverão assumir compromissos uns com os outros. “Tal avaliação é fundamental para os trabalhos futuros, pois a partir desta é que serão reorientadas as ações a serem desenvolvidas na Incubação” (*ibidem*).

Logo, neste âmbito realizamos nossa investigação, embasados nos pressupostos da pesquisa qualitativa e participante, e, apresentamos nossa reflexão a partir da análise dos dados coletados com educandos e educandas do

Ensino Médio do Assentamento Sadia/Vale Verde enfatizando cenários culturais e do trabalho que configuram o momento que denominamos de pré-incubação.

## **A Juventude Camponesa do Assentamento Sadia/Vale Verde**

Primeiramente vamos caracterizar a Juventude Camponesa da Escola Estadual Mário Duílio Evaristo Henry – Assentamento Sadia/Vale Verde, Cáceres-MT. Analisaremos então, a origem dos jovens, local de moradia, produção familiar e suas expectativas.

Conhecer a origem da juventude camponesa é fundamental para nossa investigação, quando tratamos de questões relativas à geração de trabalho e renda, bem como para a construção da Educação do Campo na Escola Mário Duílio Evaristo Henry. Afinal, a diversidade da identidade da população do campo é constituída através da memória coletiva tanto dos educandos e educandas quanto da comunidade. Dayrell (2003) destaca que a juventude também deve ser observada e analisada a partir da diversidade, bem como sob os aspectos históricos e culturais.

A diversidade e memória coletiva são reconhecidas nas políticas de Educação do Campo no Brasil e em Mato Grosso. Ramos, Moreira e Santos (2004) destacam que até mesmo o processo de construção das políticas públicas de Educação do Campo deve ser influenciado pela diversidade dos povos e do território camponês.

A diversidade, para Silva (2007), e a memória coletiva, para Ribeiro (2010) são dimensões curriculares na organização das escolas do campo. E, no que se refere à Juventude Camponesa, Lima, Zucchetti, Dartora (2006) afirmam que é uma categoria a qual integra diversas juventudes.

Nesta perspectiva da diversidade juvenil, Dayrell (2003) destaca,

Dessa discussão, entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Assim, os jovens pesquisados constroem determinado modo de ser jovem que apresentem especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes. Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude a de sujeito social (DAYRELL, 2003, p.42).

Mediante entrevistas, verificamos que 69 % da Juventude Camponesa da Escola Estadual Mário Duílio Evaristo Henry nasceu no campo:

Bom, eu já nasci aqui e minha família já era daqui mesmo, e continuamos aqui mesmo. (Iris).

Olha, até então, o sítio era dos meus antepassados, então os meus pais se conheceram lá e eu moro lá desde que eu nasci... (Naiara).

Eu nasci aqui. Meu pai é daqui mesmo, minha mãe é de Livramento, aí ela casou e veio para cá. (Olívia)

Eu já morava no sítio do meu pai, lá onde eu moro, aí eu casei e fiquei lá, porque meu marido também já morava lá. (Vanessa).

Por outro lado, 31% da Juventude Camponesa da Escola Estadual Mário Duílio Evaristo Henry nasceu na cidade:

Vimos de Cáceres, da cidade, tem nove anos. (Patrícia).

Observamos que, mesmo em contextos diversos, o trabalho é um eixo de referência dos jovens ao se identificarem. Isto porque, tanto os que nasceram no campo quanto os que nasceram na cidade, e vieram para o local onde residem, argumentam sua permanência no campo pelo trabalho de sua família.

Nós morávamos na Vila Cardoso em Porto Esperidião. Um amigo nosso morava na fazenda, aí ele ficou sabendo que o capataz ia sair, aí indicou meu marido para vir e ficar nesse cargo. Aí nós estamos lá há quatro anos. (Queile).

Eu morava em Pontes e Lacerda/MT. Aí depois que eu comecei a estudar depois do 8<sup>a</sup> ano né, que eu vim embora para cá. Depois eu casei e aí meu esposo foi mandado da fazenda de lá para cá, para Cáceres, na Fazenda... Aí foi isso né, devido a esse motivo, de serviço! (Maria).

Nós vimos para trabalhar né. (Patrícia).

Nesta mesma linha de identificação através do trabalho, consta no Projeto Político Pedagógico da Escola Mário Duílio (2011) as seguintes informações sobre a origem da comunidade local:

As características da comunidade local do assentamento Sadia Vale Verde são na maioria de perfil urbano oriundos de várias cidades circunvizinhas e até mesmo de outros estados, todos com um objetivo de conquistar a independência financeira e melhorar a qualidade de vida (PPP, 2011, p.02).

Contudo, observamos uma contradição entre o PPP e os dados da pesquisa, pois apesar dos educadores e educadoras nos relatarem, em diálogos

informais, que percebem a diversidade da origem campesina ou urbana dos jovens educandos e educandas, não identificamos no referido projeto da escola tal diversidade.

A superação da histórica dicotomia entre campo e cidade que gerou uma visão unilateral e urbanocêntrica, tanto no desenvolvimento do território camponês e principalmente na construção das escolas do campo, é um dos principais objetivos da Educação do Campo, afirma Fernandes, Cerioli e Caldart (2009).

De acordo com Marx e Engels (2007, p.55-6), “a maior divisão do trabalho material e intelectual é a separação entre a cidade e o campo”. Ressaltam que a oposição entre campo e cidade só pode existir no âmbito da propriedade privada, pois “ela é a expressão mais flagrante da subordinação do indivíduo à divisão do trabalho, a uma determinada atividade que lhe é imposta”.

Neste sentido, percebemos as primeiras contradições, até então não antagônicas e internas, como apresenta Triviños (1987), pois são aspectos contrários de um mesmo fenômeno. Isto é, apesar de sua origem, todos os sujeitos são educandos e educandas do Ensino Médio da Escola Estadual Mário Duílio Evaristo Henry.

Outro aspecto que os educadores e educadoras nos chamaram a atenção de antemão nos diálogos informais, foi que além da origem dos educandos e educandas ser diversa, eles também residem em diferentes locais no território camponês. Informação também não identificada no projeto da escola.

Neste sentido, buscamos verificar onde os jovens residem e verificamos que 46% residem no assentamento enquanto 54% em fazendas. Com esta informação, percebemos uma contradição antagônica, porque é aquela a qual Triviños (1987) afirma que não encontra solução dentro do sistema estabelecido. Isto é, os jovens residem em dois territórios que evidenciam a contradição do sistema capitalista, 46% no assentamento – reforma agrária, e 54% em fazendas – agronegócio ou capitalismo agrícola.

Neste sentido, devemos refletir sobre: qual a concepção de trabalho intrínseca na vivência da Juventude Camponesa da Escola Mário Duílio? Afinal, como salientamos acima, os educandos e educandas se caracterizam pelas relações de trabalho.

Segundo Engels (1976, p.04), o trabalho é a “condição básica e fundamental de toda a vida humana”. Com o desenvolvimento do homem, ele descobria nos objetos novas propriedades até então desconhecidas, através do trabalho. Assim como, o desenvolvimento do trabalho contribuía para agrupar ainda mais os membros da sociedade, através da ajuda mútua e de atividades conjuntas.

Com isso, a sociedade surge como um novo elemento com o aparecimento do homem acabado. E, o trabalho é o que distingue o homem dos animais, e ele, só começa, com a elaboração de instrumentos utilizados, como armas e para alimentação. Assim como o desenvolvimento da alimentação, o

homem aprendeu a viver em qualquer clima, o que resultou em novas esferas de trabalho e novas atividades, que o diferenciavam ainda mais dos animais.

Os homens foram aprendendo a executar atividades mais complexas, além de propor e alcançar objetivos mais elevados, ou seja, o trabalho se diversificava e aperfeiçoava a cada geração. Este desenvolvimento era produto do cérebro e parecia dominar as sociedades humanas, principalmente as mais modestas. Segundo Engels (1976, p.18), “a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela”.

O trabalho, segundo Marx (1844), é uma atividade vital, vida produtiva, e ainda, objeto da vontade e consciência do homem. Contudo, o trabalho capitalista aparece ao homem como o trabalho alienado. Isto quer dizer que,

[...] trabalhar é condição imprescindível para que o indivíduo se humanize, para que seja um ser humano. O trabalho é mediação iniludível da humanização dos indivíduos e, conseqüentemente, sua ausência ou a deturpação de suas condições constituem mediações da desumanização. Assim, tanto o trabalho é necessário para humanizar os indivíduos, como pode também degradá-los, desumanizá-los, fazendo com que percam sua especificidade humana (SEVERINO, 1994, p.59).

Compreendemos que a concepção de trabalho é construída a partir do modo de produção da sociedade, pois para Marx e Engels (2007, p.11), o que os indivíduos são depende das condições materiais de sua produção, ou seja, com o que e como produzem. Por isso, os autores afirmam que o modo de produção representa “um modo determinado de atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado”.

Então, para aprofundar nossa análise sobre a concepção da Juventude Camponesa da Escola Estadual Mário Duílio Evaristo Henry sobre o trabalho, indagamos aos jovens qual sua produção familiar. Observamos por meio das entrevistas que a produção familiar também pode ser observada através da contradição presente na divisão técnica e social do trabalho. As famílias que trabalham com a agricultura, 31%, são as que residem no assentamento e sua produção é destinada à subsistência:

Produz plantação de banana, mandioca e feijão. (Sara).

Atentamo-nos ao fato de alguns jovens colocarem a produção familiar de subsistência como menos qualificada, ou ainda, não a considerarem produção:

A gente tem uma plantação né, de banana e mandioca... mas a gente não produz. (Naiara).  
Só tiramos leite. (Júnior).

Esta percepção dos sujeitos evidencia o processo de modernização do campo brasileiro, que resultou na industrialização dos meios de produção, na

monocultura e na utilização de insumos agrícolas. A introdução destes pacotes tecnológicos na agricultura exaltou o modo de produção da agricultura capitalista, ou seja, o agronegócio e o colocou como modelo ideal de produção no campo.

Em contrapartida, a agricultura familiar camponesa foi considerada atrasada, ou seja, os agricultores familiares foram submetidos aos pacotes tecnológicos e ensinados a produzir com os mesmos. Logo, a supervalorização do agronegócio sob a desvalorização da agricultura familiar camponesa, determinou não apenas a organização material do trabalho, mas a organização social do trabalho. Isto significa que os povos do campo, assim como seu modo de produção, foram desvalorizados e considerados atrasados diante do agronegócio, concepção inculcada até mesmo entre os próprios povos.

E, ainda dentre, estas famílias produtoras de agricultura de subsistência, há uma especificidade de o pai trabalhar em fazenda:

Ah a gente não produz, produz para o sítio mesmo, para o consumo: horta, gado, leite... Meu pai trabalha na fazenda, é gerente da fazenda. (Iris).

As outras famílias que trabalham no Comércio, 7%:

Nós temos tipo uma cantina aqui, vendo espetinho à noite. (Rebeca).

E famílias que não produzem, 8%:

Meu pai na verdade, como aqui não tem emprego, ele faz assim, bico, quando tem aqui e quando tem ali, em fazendas... (Olívia).

Identificamos que a maioria das famílias são produtoras de agropecuária, 54%, ou seja, são trabalhadoras assalariadas e residentes das fazendas:

Trabalho na Fazenda! Onde eu moro é gado, confinamento! (Maria).

Trabalho na fazenda. Só eu, meu marido e meus dois filhos. A fazenda é de boi. (Patrícia).

Moro em fazenda. Lá é fazenda agropecuária, mexe gado. Eu trabalho na fazenda, eu, meu esposo e meu filho. (Queile).

Moro na fazenda, lá é gado. (Tamires).

Com isso, reafirmamos que a vivência da maioria dos educandos e educandas é imersa ao mundo do trabalho. Nesta perspectiva, Gadotti (1995, p.127) ressalta que “o trabalho realiza o homem, mas pode também aliená-lo”. E, nas relações de trabalho capitalista das famílias trabalhadoras assalariadas, nossos sujeitos certamente estão se reproduzindo no trabalho alienado.

Isto porque, as famílias de 54% dos sujeitos são trabalhadores das fazendas, onde os meios de produção e sua própria produção são propriedade dos donos das fazendas, ou seja, vivenciam a divisão técnica e social do trabalho. O que resulta no domínio tanto dos elementos econômicos quanto dos elementos ideológicos.

Marx (1844, p.11) conceitua alienação, “atividade própria como atividade para outrem e de outrem, a vida como sacrifício da vida, e a produção do objeto como perda deste para uma força estranha, um homem estranho”. O autor define a alienação através da relação da família trabalhadora com sua própria atividade humana como algo estranho e não pertencente a ela mesma, bem como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele e não pertencente a ele, como um processo de autoalienação.

De acordo com Buey (2009) o conceito marxiano de alienação incorpora a dimensão econômica e se materializa,

Para Marx, a alienação é um fato que, na sociedade capitalista, corrói toda a vida dos indivíduos, dos sentidos até a inteligência. A raiz da alienação se encontra no caráter coisificador, mercantilizador, que o trabalho tem nas nossas sociedades. Nelas, o trabalho se divide e se diferencia não só pela simples e mutável razão de conseguir a maior eficácia produtiva em cada caso; a esta divisão, que podemos chamar de técnica, sobrepõe-se outra: a divisão da sociedade em classes de indivíduos definidas pela peculiar relação de cada uma com os meios de produção, isto é, com os bens destinados a produzir mais bens (terra, energia, equipamentos, máquinas etc.). Esta outra divisão do trabalho é uma divisão social (BUEY, 2009, p.107).

Segundo Marx (1844) a força estranha que aliena os trabalhadores só pode ser outra pessoa que não é trabalhador.

Graças ao trabalho alienado, por conseguinte, o homem não só produz sua relação como objeto e o processo da produção como com os homens estranhos e hostis, mas também produz a relação de outros homens com a produção e o produto dele, e a relação entre ele próprio e os demais homens. Tal como ele cria sua própria produção como uma perversão, uma punição, e seu próprio produto como uma perda, como um produto que lhe pertence, assim também cria a dominação do não-produtor sobre a produção e os produtos desta. Ao alienar sua própria atividade, ele outorga ao estranho uma atividade que não é deste (MARX, 1844, p.09).

Assim, o produto do trabalho alienado é a propriedade privada, Marx (1844, p.09) afirma que ela “deriva-se do conceito de *trabalho alienado*: isto é, homem alienado, trabalho alienado, vida alienada, e homem afastado”.

Logo, observamos que os jovens camponeses da Escola Estadual Mário Duílio Evaristo Henry também fazem parte da prática produtiva juntamente com suas famílias. Verificamos que os educandos e educandas participam ativamente do trabalho da unidade familiar. Dentre eles, 62% trabalham com suas famílias nas fazendas, ou seja, estão em condição material de alienação, pois não possuem os meios de produção e não detém o produto produzido.

De acordo com Marx (1996), todo este processo de relações de trabalho só tem sentido porque o dono do dinheiro encontra no mercado uma mercadoria especial, a força de trabalho.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda a vez que produz valores de uso de qualquer espécie (MARX, 1996, p.187).

A força de trabalho só é mercadoria no mercado, onde o vendedor e o comprador estabelecem uma relação no mercado.

A continuidade dessa relação exige que o possuidor da força de trabalho venda-a sempre por tempo determinado, pois se a vende de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transformar-se-á de homem livre em escravo, de um vendedor de mercadoria em mercadoria. Tem sempre de manter sua força de trabalho como sua propriedade, sua própria mercadoria, o que só consegue, se a ceder ao comprador apenas provisoriamente, por determinado prazo, alienando-a sem renunciar a sua propriedade sobre ela (MARX, 1996, p.188).

Marx (1996, p.189) salienta que quem não quiser vender mercadoria que não seja a força de trabalho, tem que possuir meios de produção, o que é propriedade dos possuidores, donos da propriedade. Assim, resultado de um desenvolvimento histórico e de revoluções econômicas, o capital anuncia um processo de produção social, no qual “de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias, e, de outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho”. Processo onde ambos são determinados por sua vontade livre, pois são pessoas livres, juridicamente iguais. Isto é, o aparecimento do produto sob a forma de mercadoria supõe uma divisão de trabalho na sociedade.

Parece-nos que a realidade que vive 54% dos educandos e educandas e suas famílias, que residem e trabalham nas fazendas – Gráfico 03, não é a do capitalismo moderno. Mas de latifúndios, onde não só o proprietário é dono da mercadoria como também da força de trabalho dos trabalhadores, ou seja, os trabalhadores são reduzidos à mercadoria. Contudo, o trabalhador se vê

submetido a esta lógica capitalista, pois precisa sobreviver e sustentar sua família.

De acordo com Severino (1994), o trabalho que desumaniza é um trabalho alienado e alienante, pois com ele o indivíduo perde sua identidade e sua própria essência de ser humano. E então, é reduzido à condição de simples animal ou máquina.

Moro na fazenda, lá é gado. Nós morávamos antes em outra Fazenda, eu estudava no Paiol. Aí o patrão decidiu trazer meus pais para cá, para esta Fazenda.(Tamires).

Quanto ao valor da força de trabalho, Marx (1996, p.191) afirma que, como qualquer outra mercadoria é determinada pelo tempo de trabalho necessário para sua produção. E o tempo limita-se a produção de meios de subsistência dos indivíduos detentores da força de trabalho, logo, “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor”.

Contudo, o ser humano, proprietário da força de trabalho, é mortal. E, as forças de mercado devem ser repostas para dar continuidade ao mercado, assim, segundo Marx

As forças de trabalho retiradas do mercado por desgaste ou por morte têm de ser incessantemente substituídas pelo menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui também os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, os seus filhos, de modo que se perpetue no mercado essa raça peculiar de possuidores de mercadorias (MARX, 1996, p.192).

E, a substituição das forças produtivas pelos filhos dos trabalhadores, 56%, é a vivência dos nossos sujeitos que trabalham junto às famílias nas fazendas, como afirmam nas entrevistas:

Olha, trabalho na fazenda, faço em geral, o que aparecer é isso! Assim, eu moro na fazenda, desde pequeno moro lá com minha família, porque meu pai já trabalhava na fazenda lá, aí a gente foi para lá e... Aí a gente ficou morando lá e até hoje continua morando lá né... Têm uns 20 anos já, eu nasci aqui. (Gustavo).

Minha comunidade é Novas Flechas, fazenda. Eu, meu filho e meu marido. Eu trabalho na fazenda. Eu já morava no sítio do meu pai, lá onde eu moro, aí eu casei e fiquei lá, porque meu marido também já morava lá. (Vanessa).

Sobre o trabalho infante-juvenil, Antuniassi (1983, p.25), aborda como parte da unidade familiar, significa “um aumento na quantidade de trabalho no sentido de obter a subsistência”. A característica deste trabalho infante-juvenil é a incorporação de sua força de trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e, com isso, a intensa exploração da mão de obra. Observamos isso, em 62% dos nossos sujeitos trabalhadores:

Moro na fazenda. Aí lá é assim, moro na fazenda e lá tem mais três. A fazenda é conhecida como Fazenda A. Assim, meu pai trabalha, só que eu já estou meio de ajudante, porque eu não posso trabalhar de vez, assim de carteira assinada e essas coisas, porque eu sou de menor ainda, mas se não... (Higor).

Antuniassi (1983) ressalta que é comum nas famílias de trabalhadores assalariados residentes, o trabalho infanto-juvenil não remunerado, ou seja, auxilia os pais no trabalho e não são assalariados como eles. Isto ocorre, geralmente quando a força de trabalho é medida pela quantidade de serviço realizado e não, pelo número de horas trabalhadas.

Nessas circunstâncias, é compreensível que toda a família seja requisitada para o trabalho na lavoura. Estabelece-se um processo de incorporação coletiva ao trabalho, em que o salário mal paga o chefe da família, e os demais membros trabalham gratuitamente (ANTUNIASSI, 1983, p.104).

Logo, compreendemos que a exploração do trabalho dos jovens é um indicativo do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Por outro lado, há os jovens trabalhadores no próprio sítio, 15%, os que ainda não trabalham, e os que trabalham no seu comércio, 8%. Durante o desenvolvimento do Diagnóstico Participativo Socioeconômico e Político-cultural no Assentamento Sadia/Vale Verde observamos uma intensa preocupação da comunidade com as oportunidades de trabalho para os jovens, pois reivindicam:

A falta de trabalho dos jovens no assentamento causa a invisibilidade dos mesmos, por isso, há a necessidade da criação de projetos na comunidade especificamente para os jovens; cursos profissionalizantes, técnicos e de comercialização que possibilitem os jovens estudar e trabalhar no campo, ou seja, sua formação e qualificação. E, ainda, ressaltam que o ideal seria o trabalho coletivo. (Camponês do Assentamento Sadia/Vale Verde).

Então, podemos refletir o que é esse trabalho coletivo que a comunidade almeja para os jovens camponeses. Na Oficina Pedagógica ‘Socioeconomia Solidária para Jovens’, dialogamos com nossos sujeitos a possibilidade do trabalho coletivo, através da socioeconomia solidária – diretriz da Educação do Campo no município de Cáceres-MT e no estado de Mato Grosso.

Em tal oficina, utilizamos a metodologia dialogada e participativa, onde todos os jovens expressaram em trabalhos individuais e coletivos, suas concepções, inquietações e anseios quanto à sua comunidade e ao seu futuro. Destacamos a intensa participação dos jovens na oficina, pois a desenvolvemos

a partir das suas falas e construímos conceitos coletivos, ou seja, suas concepções foram ouvidas e fundamentais para a construção da oficina.

Primeiro, discutimos sobre o conceito de economia e solidariedade, para construirmos uma concepção de socioeconomia solidária a partir da vivência dos sujeitos. Em seguida, exploramos as características e princípios da socioeconomia solidária e, em especial, os jovens apresentaram possibilidades de como concretizá-la no seu cotidiano.

Compreendemos que,

[...] a construção da sociedade sustentável e solidária requer uma rede de iniciativas, de sujeitos, de movimentos, de instituições para construir referenciais e práticas sociais solidárias. Esta iniciativa deve ser simultânea, ou seja, a educação do campo, que promova uma pedagogia da cooperação, deve estar associada à economia que promova a solidariedade no contexto social e produtivo (ZART; GITAHY, 2011, p.200).

Neste sentido, indagamos aos nossos sujeitos, a Juventude Camponesa da Escola Estadual Mário Duílio Evaristo Henry, quais as possibilidades de um trabalho coletivo através da socioeconomia solidária:

Podemos concretizar ajudando uns aos outros, colaborando com a comunidade e com o nosso ambiente escolar; buscando adotar normas que busquem a melhoria da nossa comunidade, mas para acontecer só se todos colaborarem com nossa Sadia. Participar coletivamente na comunidade, na associação, na escola e construir juntos melhores condições de vida. Podemos nos unir em grupos através de cooperativas. (Grupo de Jovens).

Zart e Gitahy (2011, p.190) explicitam alguns princípios e práticas sociais que são estruturantes tanto da educação do campo quanto da socioeconomia solidária. A primeira está na superação da visão dogmática, fechada e reducionista do pensamento moderno que implica na dominação, exploração e colonização dos trabalhadores pela classe dominante. Isto porque a educação do campo e socioeconomia solidária estão no campo da democracia popular, “colocam-se na convergência da construção de filosofias e ações que afirmam o conjunto de valores que são humanizadores”.

A segunda característica é a pluralidade, pois para Zart e Gitahy (2011, p.191) “configura-se como um campo social que produz os espaços e tempos necessários às vozes das diversas manifestações e colorações culturais que formam as estruturas e relações sociais”. Esta pluralidade não é negadora da identidade, mas compreende as diversas culturas como riqueza cultural presente na historicidade da cultura camponesa, como fonte de sabedoria.

O princípio da territorialidade em uma perspectiva propositiva é a terceira característica. Os autores destacam a simbologia e o modo de vida dos

grupos sociais camponeses como traços das ações do seio da comunidade, através da convivialidade e do diálogo. A atitude política propositiva busca a emancipação para a concretização de um campo democrático.

A quarta proposição estruturante da educação do campo e da socioeconomia solidária é o protagonismo dos sujeitos sociais no processo de assumir a responsabilidade de conduzir os rumos da sua história. Este movimento representa uma metodologia de decisão política na qual as relações de poder são democráticas, e, a participação se caracteriza como processo de aprendizagem no exercício da cidadania.

E, como última característica está a historicidade e a contextualização firmada pelos movimentos sociais. A apreensão da complexidade e o reconhecimento da diversidade se constituem a partir das experiências dos sujeitos na construção de projetos sociais alternativos.

Logo, observamos duas realidades: os jovens que trabalham nas fazendas e são explorados e alienados com suas famílias, e, os jovens que trabalhadores ou não que residem no assentamento e almejam um trabalho coletivo. E, esta, certamente é uma condição de contradição antagônica. Nesse sentido, vejamos o que afirma Trivinos:

Na sociedade apresentam-se contradições de acordo com o tipo de propriedade, privada ou social, dos meios de produção. Se estes são privados, como é característico do escravagismo, do feudalismo e do capitalismo, o tipo de contradição se denomina *antagônico*. Ele não encontra solução dentro do sistema estabelecido. O sistema tem de ser substituído por outro que elimine a contradição. A luta, por exemplo, entre o proletariado e a burguesia não pode ser resolvida no seio do capitalismo (TRIVIÑOS, 1987, p.70).

Esta contradição nos remete a observar os sujeitos em dois contextos, no rural e no campo, os quais para Zart e Gitahy (2010), expressam a leitura analítica de dois processos societais e gnosiológicos diferentes. Isto significa que

[...] estão em desenvolvimento no contexto socioeconômico e político brasileiro e representam perspectivas de mundo, portanto referenciais de classes sociais que se colocam em movimento e em contradição na perspectiva produtiva e de organização social (ZART; GITAHY, 2010, p.122).

Zart e Gitahy (2010, p.122) afirmam que o conceito de rural é fundado na histórica concreta do Brasil, onde a estrutura fundiária, política e concreta foi ligada à configuração do espaço assentado nas perspectivas das sesmarias. Este poder latifundiário, que resulta nas relações sociais e de trabalho escravagistas, “é gerador de exclusão social, portanto da pobreza do camponês, do trabalhador do campo”.

O modelo dominante do rural, na perspectiva econômica, é exportador e monocultural. E, com o latifúndio modernizado, agronegócio, a agricultura é submetida às multinacionais. Zart e Gitahy (2010, p.123) afirmam que esta organização gera consequências ecológicas as quais são “destruidoras da biodiversidade porque é reducionista e simplista”. Provocou o empobrecimento cultural e o esvaziamento da terra, além do desprezo histórico dos trabalhadores do campo.

Por outro lado, Zart e Gitahy (2010, p.123) definem o campo como contradição à rural, “um conceito que surge como construção prático-simbólica dos camponeses, que trata do mundo cultural, econômico e político da classe trabalhadora”. Na perspectiva de luta, resistência e proposição dos camponeses, organizados e mobilizados em movimentos sociais, se opõem ao modelo dominante. Uma configuração social orientada pela solidariedade, cooperação e proximidade, uma ambiência contra-hegemônica.

Os autores então destacam,

Enquanto o rural é a representação da cultura do silêncio, do silenciamento, do medo, do patrimonialismo e do clientelismo, o campo gesta dinâmicas sociais geradoras de participação, da democracia, do diálogo, da responsabilidade ativa e propositiva (ZART; GITAHY, 2010, p.124).

Assim os sujeitos do campo, em um processo conscientizador e politizador, são participantes e compreendem as contradições sociais. E, o espaço do campo prevê e valoriza os códigos culturais dos camponeses.

Neste contexto de contradição entre rural e campo, os Zart e Gitahy (2010, p.126) definem o conceito de trabalho. O trabalho no rural “é um processo de degradação da natureza e desumanização do humano”, onde o objetivo é alcançar altos índices de produtividade, em um processo homogeneizador e lucrativo.

Além do trabalho de base modernizante, o rural do agronegócio, exportador e monocultural, explora relações de produção que têm sua base nas relações de trabalho caracterizadas pela acumulação primitiva. Esta prática ocorre efetivamente no trabalho escravizado, que mantém refém o trabalhador nas fazendas (ZART; GETAHY, 2010, p.127).

Em contrapartida, o trabalho do campo se constrói na perspectiva da emancipação. Zart e Gitahy (2010, p.128) colocam o trabalho do campo em três orientações: educação – “uma práxis educativa que traduz a experiência humana de produção e socialização de processos culturais”; agroecologia – “apreende a complexidade da relação cultura e natureza na organização social dos camponeses envolvidos em práticas produtivas”; e, socioeconomia solidária

Este é um processo necessário para mobilizar metodologias e técnicas de organização dos camponeses, gerando ambiências favoráveis para a educação e a aprendizagem de dinâmicas de empoderamento na perspectiva da produção, da consciência coletiva, do empreendimento econômico solidário, do consumo consciente (ZART; GITAHY, 2010, p.129).

Assim, a fim de refletir sobre o universo da Juventude Camponesa da Escola Mário Duílio a indagamos sobre suas expectativas para o futuro, visto a complexidade e contradições de sua vivência. Notamos que 92% dos jovens aspiram à faculdade – denominamos faculdade, pois é o termo que os sujeitos utilizam. Contudo, percebemos que esse objetivo ainda não está tão seguro nas percepções dos educandos e educandas, como nos afirmam nas entrevistas:

Muitas melhorias. Pretendo estudar mais né, fazer uma faculdade. Olha, eu tinha várias coisas, mas só que agora vou deixar chegar mais perto do fim do ano e vou pensar mais no que consigo fazer. Queria estudar direito, mas vamos ver se a gente chega lá né...(Gustavo).

Bom, pretendo terminar aqui né, depois fazer uma faculdade. Estou pensando em ir em Cuiabá, Cáceres ou lugar assim, entendeu... E tentar fazer uma faculdade. Estou pensando em fazer Direito, vamos ver, se eu conseguir... (Iris).

Quero terminar meus estudos né, e ser alguém na vida. Pretendo fazer Medicina, mas vou começar pelo baixo primeiro, depois pensar o alto. (Tamires).

Parece-nos que a faculdade é um caminho mais incentivado pelos educadores e educadoras, como observamos durante a Oficina ‘Socioeconomia Solidária para Jovens’ e no questionário aplicado durante o Diagnóstico Participativo:

Nossos professores incentivam a ter garra e determinação, a não desistir. (Grupo de Jovens).

Nossa escola melhorou bastante, melhores professores que incentivam mais. (Larissa).

Somente um sujeito, afirma por meio de entrevista que não quer fazer faculdade, mas cursos técnicos, 8%:

Ah, eu sou muito simples em relação ao meu futuro. Eu penso assim, de terminar o terceiro, fazer alguns cursos... eu não penso em fazer faculdade. Assim, curso de computação e um curso de assistente de balconista, o meu sonho pra o meu futuro. (Queile).

Para melhor compreendermos os desejos dos educandos e educandas para o futuro na faculdade, com estas informações, identificamos alguns

aspectos contraditórios. O primeiro remete ao desejo de fazer faculdade, como uma estratégia dos jovens que trabalham nas fazendas com suas famílias – 54%, de sair do campo, ou seja, a migração. Castro (2012) afirma que em pesquisas desenvolvidas com jovens do campo, a migração é sempre um tema recorrente.

Então, observamos as expectativas de alguns sujeitos através da entrevista:

Bom, pretendo terminar aqui né, depois fazer uma faculdade. To pensando em ir em Cuiabá, Cáceres ou lugar assim, entendeu, que... E tentar fazer uma faculdade. (Iris)  
Meu futuro... Eu provavelmente irei embora daqui. Eu quero estudar, fazer uma faculdade de Direito ou Letras, eu não sei ainda né... Mas eu pretendo não parar no terceiro ano, pretendo continuar estudando. Até então porque, eu tenho que adquirir conhecimento ao longo da vida né, se a gente parar nada cai do céu. (Naiara).

Wanderley (2007) aponta que em suas investigações, os jovens referem-se à cidade como espaço de maiores oportunidades de trabalho e de realização pessoal, principalmente nas profissões liberais. A autora ressalta que os jovens não acreditam que possam realizar seus projetos profissionais na zona rural.

Há, nestes casos, uma clara recusa em permanecer no campo. Em consequência, as justificativas para a escolha do futuro lugar de vida se acompanham, fortemente, de uma avaliação negativa das oportunidades às quais os habitantes do campo têm acesso (WANDERLEY, 2007, p.28).

Sobre a migração dos jovens, compreendemos com Castro que:

Assim, “ficar ou sair” do campo é mais complexo do que a leitura da atração pela cidade e nos remete à análise de juventude como categoria social-chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo, e para a qual a educação do campo tornou-se uma questão estratégica (CASTRO, 2012, p.440).

De acordo com Brumer (2007), a juventude camponesa apresenta comportamentos e valores determinados pelas mudanças no mercado de trabalho e no sistema de comunicação, bem como suas principais reivindicações são emprego, renda, educação e lazer.

Lima, Zucchetti e Dartora (2006) afirmam que geralmente os jovens buscam diferentes situações de trabalho, pois dentro da unidade familiar, o mesmo não é reconhecido ou valorizado. Por isso, querem um trabalho onde possam gerar sua própria renda.

Neste sentido, Pereira (2007) ressalta que a migração poder ser uma estratégia das precárias condições de vida e uma possibilidade de se livrar da tutela dos fazendeiros. E, mais ainda, a carência de oportunidades locais

diminui as possibilidades de os jovens conseguirem melhor padrão de vida sem a migração.

A precariedade das condições de vida, a expropriação de terras somadas à defasagem educacional concorrem para os jovens não vislumbrem outras alternativas de sobrevivência senão a migração, o que, por um lado, revela o seu caráter compulsório, e, por outro, aponta para a migração como uma reação alternativa acionada para conseguir meios de sobrevivência em outros lugares e, possivelmente, ajudar a família a manter as lavouras e animais para autoprovisionamento (PEREIRA, 2007, p.153-4).

A preocupação em ajudar a família também é salientada pelos nossos sujeitos, como uma estratégia da migração:

Terminar aqui, eu pretendo ir pra cidade né. Poder ir estudar, faculdade, trabalhar... Poder sustentar minha mãe e meu pai. Eu quero fazer faculdade de Direito. (Júnior)  
Ah, tipo assim, eu quero... terminando aqui eu já quero fazer uma faculdade. Para eu ter um futuro melhor, mais... Para eu ajudar meus pais, minha mãe, meu pai, meus irmãos... tudo isso! (Higor).

Em contrapartida, há educandos que desejam cursar a faculdade em áreas agrícolas – Veterinária 8%, e Agronomia, 8%, para contribuir com a comunidade. É interessante ressaltar que estes sujeitos são os 46% no Gráfico 03 dos jovens que moram no assentamento, ou seja, suas famílias têm suas terras pela reforma agrária e geralmente não sobrevivem no contexto latifundiário, como 54% no Gráfico 03 dos educandos e educandas analisados anteriormente.

Quando eu era criança eu gostava muito de bichos, eu quero ser veterinária. Por causa daqui também né, requer isso. Cuidar de animais, de vaca... que aqui tem muito. Eu quero muito, se aqui não tiver os cursos e faculdade, eu quero ir estudar fora, mas voltar para cá, para ajudar também.(Rebeca).

Eu quero fazer faculdade de Agronomia né, e voltar aqui. E vir ajudar o povo daqui. (Olívia).

Rosas (2007) em suas investigações denomina este processo migratório de ‘sair para ficar’, como parte do cotidiano e da elaboração dos projetos de vida dos jovens camponeses.

Por exemplo, entre os jovens e suas famílias, o que pude perceber é que as relações de vizinhança e parentesco (perpassadas fortemente pela afetividade e vivenciadas nessas pequenas comunidades) parecem balizar

efetivamente os constructos sociais (história, organização geográfica e econômica) a partir dos quais se alicerçam as opções efetivadas por parte dessa parcela da juventude e de suas famílias (ROSAS, 2007, p.196).

Assim, o autor ressalta que o processo de ‘sair para ficar’ está alicerçado nas condições históricas e na interação entre as famílias da comunidade. E, principalmente como uma possibilidade de trabalho e reconhecimento do mesmo. Uma possibilidade de saída do campo, mas com o esperado retorno.

Esta é uma questão fundamental que observamos na nossa investigação, pois quebra com o clichê estereotipado que todos os jovens desejam migrar do campo para a cidade e reforça a luta da Educação do Campo pela reforma agrária. A rica contradição na nossa pesquisa é identificar que os 46% dos jovens filhos e moradores do assentamento, desejam ficar na sua comunidade e, através da formação na faculdade, contribuir com a mesma.

Ao contrário, os 54% dos jovens filhos de trabalhadores das fazendas desejam fazer faculdade para sair da zona rural. E isto é interessante, porque apesar da condição de alienação material que suas famílias vivem, os jovens almejam um futuro onde não serão mais submetidos à lógica do capitalismo agrário.

Uma estratégia para fugir desta lógica, pode ser observada pela quantidade de jovens camponeses da Escola Estadual Mário Duílio Evaristo Henry que desejam fazer a faculdade de Direito, 38%. O fascínio dos educandos e educandas pelo Direito, como uma profissão liberal, pode ser uma alternativa para que sejam donos dos meios de produção e de sua força de trabalho, e que possam ajudar suas famílias a saírem também deste contexto de condição material de alienação.

Bottomore (1988) ressalta que a alienação não é apenas um conceito, mas um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo, a desalienação. A desalienação da sociedade está ligada à desalienação do indivíduo, uma não se realiza ou se reduz à outra. Por isso, deverá ocorrer em todas as esferas ou aspectos da vida humana (economia, política, direito, artes, moral, religião, educação etc.), apesar de serem mutuamente independentes e conflitantes.

Em outro momento, na Oficina ‘Socioeconomia Solidária para Jovens’, observamos que o desejo pela profissão de Policial foi a que mais se destacou. Verificamos que esta profissão foi evidenciada, pelo fato de no período do desenvolvimento da referida oficina, houve concursos para policiais na região de Cáceres-MT. Assim como, os meninos estavam em idade hábil para o alistamento no exército.

## **Considerações Finais**

Evidenciamos que os jovens destacam a preocupação com o trabalho, quando são indagados sobre suas expectativas para o futuro, remetem-se a

profissões que desejam se formar. Mas que trabalho? O trabalho legitimado pelo sistema capitalista ou o trabalho coletivo na perspectiva da Socioeconomia Solidária?

Consideramos com Paulo Freire (2004), que a revolução é o caminho para a superação da contradição entre opressor e oprimido. Por isso, há duas teorias de ação, a antidialógica e a dialógica, onde a primeira é opressora e a segunda é revolucionário-libertadora. E, ainda, a antidialógica busca manter a alienação e anestesiar os oprimidos em sua realidade econômica e cultural; e a dialógica visa a transformação e a libertação dos oprimidos frente aos opressores.

Para finalizar, observamos que todos os aspectos abordados são analisados sob a perspectiva da especificidade, pois aborda o contexto e a vivência dos educandos e educandas no território, como discutimos, do rural e do campo. Concepções que, além de caracterizar o contexto dos jovens, influenciam nas suas percepções e expectativas para o futuro.

### Referências Bibliográficas

- ANTUNIASSI, Maria Helena R. **Trabalhador Infantil e Escolarização no Meio Rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- BOTTOMORE, Tom (org.). Divisão do Trabalho. In: \_\_. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa G. de. (Orgs.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.
- BUEY, Francisco F. **Marx (sem ismos)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- CASTRO, Elisa G. de. Juventude do Campo. In: CALDART, Roseli S. (org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.437-444.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. n.24, set/out/nov/dez, 2003, p.40-52.
- ENGELS, Friedrich. **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 1976. Edição: RidendoCastigat Mores. Disponível em: [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F\\_ANGELS.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F_ANGELS.pdf). Acesso em: 13 ago. 2013.
- FERNANDES, Bernardo M.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação do Campo”: texto preparatório. In: ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (Orgs.) **Por uma Educação do Campo**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p.19-63.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1995.
- LIMA, Carla M. H. de; ZUCCHETTI, Dinora T.; DARTORA, Eber C. et al. Jovens em movimento(s). In: CALDART, Roseli S.; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes. (Orgs.). **Como se Formam os Sujeitos do Campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA: NEAD, 2006, p.99-112.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**: Primeiro Manuscrito. Trabalho Alienado. 1844. Disponível em: [http://www.ufg.br/uploads/files/Trabalho alienado\\_Karl\\_Marx.pdf](http://www.ufg.br/uploads/files/Trabalho_alienado_Karl_Marx.pdf). Acesso em: 13 de ago. de 2013.

- \_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 15ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- \_\_\_\_\_. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Luis Claudio de Castro e Cosa. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MATO GROSSO. **Projeto Político Pedagógico – PPP**: Escola Estadual Mário Duílio Evaristo Henry. Secretaria Estadual de Educação: Cáceres-MT, 2011.
- PEREIRA, José Carlos A. Da migração nacional à internacional: enredos e desenredos de jovens rurais na agricultura familiar. In: CARNERIO, Maria José; CASTRO, Elisa G. de. **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.149-166.
- RAMOS, Marise N.; MOREIRA, Telma M.; SANTOS, Clarice A. dos. **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo**: caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.
- RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, Trabalho e Educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ROSAS, Eduardo N. L. Do campo para a cidade: saindo para ficar. In: CARNERIO, Maria José; CASTRO, Elisa G. de. **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.183-196.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia da Educação**: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.
- SILVA, Maria do Socorro. Reflexões sobre currículo e educação do campo. In: RECK, Jair (org.) **Novas perspectivas para a Educação do Campo em Mato Grosso, Contexto e Concepções**: (Re) Significando a Aprendizagem e a Vida. Cuiabá: Defanti, 2007, p. 69-84.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- VAILANT, Clovis; COSTA, Dilma L.; OLIVEIRA COSTA, Rogério. A incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis, e, a Educação e Sócio-economiaSolidária na Incubadora da UNEMAT. In: ZART, Laudemir Luiz; SANTOS, Josivaldo C. dos. **Educação e Sócio-economia Solidária**: Interação Universidade – Movimentos Sociais. Série Sociedade Solidária. v.2. Cáceres/MT: Editora Unemat, 2006.
- ZART, Laudemir Luiz; GITAHY, Leda. Articulação do Trabalho e da Educação do Campo: uma leitura sócio-histórica da construção de dois projetos distintos. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.19, n.34, p.121-130, jul./dez. 2010.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Fundamentos gnosiológicos e organizacionais da Educação do Campo e da Socioeconomia Solidária. In: STRAUB, Ilário. (Org.). **EAD**: Tecnologia Pedagógica e Formação Continuada. Sinop: CEACD/UNEMAT Ed., 2011, p.189-201.
- WANDERLEY, Maria de N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNERIO, Maria José; CASTRO, Elisa G. de. **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.21-34.

## PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA ENTRE CHIQUITANOS E POPULAÇÕES RURAS NA FRONTEIRA BRASIL – BOLÍVIA

*Prof. Dr. João Ivo Puhl*

Visitando pequenas comunidades rurais, vilas ou agrupamentos de famílias rurais nos dois lados da fronteira política entre Brasil e Bolívia, encontram-se inúmeras formas de organização e de produção que indicam experiências de relações sociais não capitalistas de produção. As concepções e práticas da economia nestes grupos humanos não estão voltadas à produção do lucro e sim à subsistência das pessoas e de suas famílias.

Analisando o percurso, no tempo, de grupos indígenas que habitavam o espaço considerado hoje, no oriente boliviano, como Chiquitania e o noroeste brasileiro, em Mato Grosso, vizinho a estas terras, formou-se ao longo do período colonial uma população mestiçada de indígenas agrupados nas ex-reduções jesuíticas de Chiquitos entre 1691-1768. Os diversos grupos de culturas e línguas distintas ajuntadas nas reduções ao longo dos anos foram se mesclando e formaram a cultura Chiquitana.

Os jesuítas foram expulsos, mas a população indígena reduzida continuou vivendo sob intenso processo de mudanças e miscigenação com novos grupos humanos já não mais só indígenas, mas com afrodescendentes, colonos espanhóis e portugueses que se relacionavam de forma esporádica ou permanente com os chiquitanos que viviam nas 10 reduções. Estes intercâmbios provocaram uma primeira diáspora ou dispersão de indígenas reduzidos formando-se inúmeras comunidades ou grupos que retomaram espaços nativos tradicionais nas florestas e nos montes, como diziam.

A partir da independência e a formação da república boliviana (1825), as reduções foram se transformando em vilas e cidades, perdendo a prerrogativa legal de redução. A partir dos anos de 1850, sob a direção dos governos liberais que queriam a integração das populações indígenas à nação e suas terras ao mercado capitalista, houve novas transformações na sociedade e cultura dos chiquitanos.

Muitos chiquitanos perderam suas terras, porque as levas de pecuaristas, comerciantes e funcionários públicos de Santa Cruz e de outros lugares que chegaram, tomaram conta de terras tradicionalmente necessárias às suas práticas de agricultura, criação de gado, extração vegetal, caça e pesca. Além disso, foram muitas vezes reduzidos à mão de obra em condições semelhantes à servidão ou à escravidão por serem engajados a força, não receberem pagamentos em dinheiro, permanecerem presos às empresas agropecuárias por causa de dívidas e outras justificativas extraeconômicas que os mantinham legal ou ilegalmente submetidos a trabalhos forçados e gratuitos em obras públicas ou privadas.

Nesta dispersão e precarização da situação econômica e social das populações indígenas em geral e dos chiquitanos em especial, influenciaram

fortemente as atividades da agropecuária na GranChiquitania, o aquecimento do mercado da borracha e outros produtos extrativistas da floresta amazônica como a castanha, a poaia, o quinino, o guaraná e outros, a partir de 1880-1960 que demandavam mão de obra na floresta e também as obras públicas como a construção da ferrovia Corumbá-Santa Cruz de laSierra no início do século XX e depois a guerra do Chaco em 1932-35.

A revolução nacionalista boliviana entre 1952-64 produziu novas transformações na cultura e nas populações indígenas e chiquitanas ao afirmá-las como camponesas, obrigadas a organizar-se em sindicatos com direito a terras da reforma agrária cuja lei foi promulgada em fins de 1953. Estes governos também introduziram e impuseram autoridades nas comunidades ou agrupamentos indígenas não organizados, nomeadas pelos alcaldes (prefeitos municipais) com o título de corregedores, alcaldes políticos e caciques. Antes disso, a implantação das primeiras escolas rurais nos agrupamentos de chiquitanos no oriente, já provocara a proibição do uso e ensino da língua chiquitana e a obrigatoriedade do espanhol.

As primeiras terras da reforma agrária conquistadas pelas comunidades chiquitanas do oriente aconteceram a partir de 1967, já sob a ditadura militar e dentro do denominado “pacto militar-camponês”, que se consolidou neste período. Neste momento parece que a atuação do Vicariato Apostólico de San Ignacio e de algumas pessoas locais foram importantes como mediação para o encaminhamento dos requerimentos e documentação das comunidades para que alcançassem seus títulos de terras que ocupavam. Também realizou um intenso trabalho educativo através de escolas, a Rádio João XXIII, a organização das comunidades religiosas com seus padroeiros e capelas, o incentivo a criação de gado bovino leiteiro e de corte com financiamento de matrizes reprodutoras, a produção de café orgânico e de outros produtos já em parceria com os poderes públicos locais e departamentais através da CODECRUZ e Pladerve.

Porém, foi mais tarde, na década de 1990, que o reconhecimento dos Territórios de Comunidades de Origem (TCOs), eclodiu num intenso movimento de formação de comunidades e a titulação de suas terras de uso tradicional com personalidade jurídica reconhecida, a Organização Tradicional de Base (OTB), desde a lei de Participação Popular de 1994. O estado boliviano inicia uma fase de constituição local assumindo as funções que antes a Igreja católica e ONGs realizavam como suplentes.

Considerando este percurso histórico, apresentamos neste texto algumas experiências de organização e produção de economia familiar, grupal, comunitária, cooperativa e associativa solidária na fronteira internacional. Também analisamos práticas e metodologias utilizadas pelas instituições de mediação como as igrejas, ONGs e órgãos públicos na condução de tais experiências e suas perspectivas, indicando seus elementos pedagógicos mais substanciais e pertinentes para a promoção de iniciativas de autogestão em economia solidária. Depois, interpretamos alguns significados políticos das experiências econômicas de cooperação em andamento fazendo algumas distinções conceituais e debatendo os elementos teóricos que nelas

consideramos mais pertinentes. Finalmente fazemos algumas considerações preliminares, não finais, e relacionamos as fontes e bibliografias utilizadas no texto. As notas de rodapé são mais explicativas para os leitores entenderem siglas e outros conceitos utilizados.

## **Experiências de Produção Grupal e/ou Familiar**

Apresentamos algumas experiências de organização de grupos em comunidades rurais que se dedicam a atividades produtivas em vista da geração de renda, de alimentos para sua subsistência e a venda no mercado, nos espaços da fronteira. Entre elas relacionamos as que são indígenas e as de comunidades mistas ou de assentamentos da Reforma Agrária no Brasil, em Mato Grosso.

São inúmeras as experiências de indígenas chiquitanos e de comunidades de assentados rurais na fronteira internacional que se poderia descrever e apresentar, mas o espaço disponível nos fez optar pelas seguintes: Projeto Minga de produção orgânica de Café e outros produtos agrícolas e extrativistas; Projeto Ganadero da Diocese e Alcaldías da Província de Velasco; e o Grupo Amigas da Fronteira onde são parceiras mulheres do Assentamento Corixinha-Cáceres-MT-BR e da comunidade San José de la Frontera - San Matias-BO.

## **Projeto Minga de Produção Orgânica**

O Projeto Minga define-se como Associação de Grupos Mancomunados de Trabalho. Entende-se como uma forma de se organizar os produtores em pequenos grupos para trabalharem juntos e não só para receberem recursos externos e a fundo perdido. Hoje Minga conta com o apoio direto e indireto da DED (Cooperação técnica do governo alemão), Fundación Tierra, Fondo Indígena, Fundación para la Conservación del Bosque Chiquitano (FCBC) e de organizações privadas e públicas de desenvolvimento na Província de Velasco.

No folder que os dirigentes de Minga fornecem aos visitantes lê-se:

Minga nace como organización el año 1983 con el apoyo de PLADERVE (Plan de Desarrollo Rural de Velasco), como una Asociación de Pequeños Productores Indígenas que agrupa a productores de comunidades de la Provincia Velasco. Cuenta con alrededor de 1.400 familias afiliadas, pertenecientes a 86 comunidades de la zona.

El nombre 'Minga' se origina justamente en la práctica de trabajo mancomunado y rotativo que llevan a cabo varias personas para el beneficio de las comunidades que conforman la organización" (Cf. Folder de Minga, sem data, página interna).

O gerente da produção e comercialização o técnico em agropecuária, o Sr. Edmundo Castedo Ortiz, explicou em novembro de 2008, que na origem o

projeto esteve ligado à Igreja, à cooperação internacional com ONGs locais e ao PLADERVE, na década de 1980. Porque naquela época, as comunidades chiquitanas indígenas e camponesas de Velasco sobreviviam somente com a produção para o autoconsumo com raros excedentes vendidos no mercado local. Pensando em dinamizar, modernizar e diversificar a economia agropecuária das comunidades este conjunto de parceiros externos começou a visitar as comunidades e a propor alternativas para a produção de mais renda. Estavam preocupados em formular novas formas de organização e de produção.

Trata-se da organização dos produtores indígenas e não de camponeses como falavam as administrações do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) nos tempos da revolução nacionalista, o que já é um posicionamento político de contestação à imposição da identidade camponesa as populações indígenas e aos cabildos camponesinos. Os termos são expressões da luta política pela reafirmação das identidades indígenas na sociedade nacional boliviana.

A missão é organizar os trabalhadores indígenas da província em grupos unidos para a produção diversificada, industrialização, comercialização, reivindicação de melhorias de vida, saúde e educação:

Minga, como organización de grupos mancomunados de trabajo de lachiquitaniadesarrolla sus actividades em laProvincia Velasco, tienemucha experiéncia em eltrabajo con gente de laregión, conoce sus costumbres, su cultura y sus creencias. Sus objetivos son, entre otros, apoyar a laproducción y comercialización de diferentes productos, promover lareivindicación social y mejorar elnivel de vida, salud y educación (Cf. Folder de Minga, sem data, página interna).

Afirmam os dirigentes e técnicos que tem muita experiência educativa e organizativa com os chiquitanos, pois lhes conhecem as crenças, cultura e costumes. A própria proposta dos grupos mancomunados de trabalho produtivo de café ou de gado e o nome Minga provém destes costumes e tradição de cooperação cotidiana que havia nas comunidades indígenas, quando realizavam os mutirões de preparo do solo para o plantio, de colheita ou em situações de enfermidade ajudavam as famílias mais necessitadas ou realizando os trabalhos de limpeza nas dependências da comunidade, sempre o fazem em mutirão, aos sábados ou em dias marcados para isto.

Os objetivos apontam para uma realidade muito comum nos meios populares em que a organização política e a empresarial não vem separadas ou as instituições mediadoras pensam que não se pode separar a economia da construção dos sujeitos políticos coletivos. E isto foi uma das preocupações da articulação dos grupos de produção das comunidades da qual surgiu, posteriormente, a Asociación de losCabildos Indígenas de San Ignacio de Velasco (ACISIV), como um braço político das comunidades para influenciar os processos de planejamento participativo dos orçamentos do município e para

levar adiante as reivindicações das comunidades em seu conjunto organizado e articulado, para assegurar os processos de saneamento e documentação das terras das comunidades.

A proposição do projeto Minga não só é uma nova forma de organização empresarial para encorpar a economia capitalista predatória dos recursos naturais, mas se propôs desde o princípio um modelo de desenvolvimento sustentável, buscando um mercado solidário. Por isso, assumem que:

Minga produce y comercializa café ecológico al mercado solidario desde 1992 y exporta principalmente a Alemania. Actualmente Minga no sólo produce café, el principal producto de exportación y sustento de las comunidades de la región, sino que además viene desarrollando proyectos en otras áreas de producción, como el procesamiento de cajú y almendra chiquitana, forestación comunitaria, ganadería, documentación, saneamiento de tierras, frutas deshidratadas, etc. (Cf. Folder de Minga, s.d., p. interna).

Graças a um longo e intenso trabalho de formação e capacitação dos produtores no manejo de técnicas de produção orgânica seguindo as normas internacionais, eles conseguiram chegar a produzir um café padrão de qualidade internacional e certificado como produto orgânico. Assim ganham no preço e diversificam a produção na mesma área para o manejo integrado de pragas e doenças, a mobilização de nutrientes, o uso de plantas companheiras e o aproveitamento de outros benefícios ecológicos de culturas perenes ou semiperenes.

Assim, após alguns estudos de mercado e do potencial das terras locais sugeriram a introdução do café orgânico, no sistema da minga. Começaram a plantar e cultivar o café da variedade Catuaí em pequenos grupos, em roças coletivas nas comunidades, realizando as atividades todas em mutirão ou minga, colhendo, armazenando, transportando, industrializado e comercializando-o. Neste processo de organização dos grupos de produtores e de ensino das técnicas de produção se passaram vários anos com muitos aprendizados a partir dos erros e acertos analisados pelos produtores e técnicos. Houve um tempo que havia muito mais produtores e grupos coletivos envolvidos do que os atuais 56 grupos em outras tantas comunidades, conforme informação do Sr. Edmundo, em entrevista na sede em novembro de 2008.

O Sr. Edmundo Castedo Ortiz foi contratado para gerenciar o departamento de Produção que engloba a indústria e a comercialização. Ele organiza e comanda todo o processo de industrialização de café, sementes de cumaru, mandioca, o mel e outros produtos agropecuários e extrativistas. Mantém um setor de venda de produtos extrativos processados e embalados como o salgadinho da castanha de cumaru, rapadura da castanha de cumaru com melado, a farinha de mandioca empacotada em sacolas de 1 kg, mel embalado em volumes diversos. Todos os produtos estão com a marca Minga, tipo selo verde.

O processamento de produtos florestais não madeiráveis como a castanha do cumaru, a castanha do caju, o mel silvestre e os produtos de usos diversos no consumo familiar e no artesanato são indícios desta visão ecológica e conservacionista que assegura a harmonia entre as atividades econômicas e os recursos naturais locais. A introdução do gado será analisada na experiência dos projetos ganaderos.

A experiência da produção de feijão para o mercado brasileiro funcionou alguns anos no início da década de 1990 com a exportação para Pontes e Lacerda e região sudoeste de Mato Grosso até a entrada em vigor do Plano Real. Houve uma queda nos preços e problemas de pragas na produção por isso esta iniciativa foi abandonada, pois os chiquitanos raramente consomem feijão em sua dieta alimentar tradicional.

A grande realização de Minga aparece na expressão utilizada pelos autores do folder, que mantém a ambiguidade da identidade, dos trabalhadores mancomunados, ora indígenas, ora camponeses. Esta questão percebe-se na expressão: *Minga ha logrado ser un modelo de empresa campesina, con una estructura participativa y democrática y que ha creado una marca conocida a nivel internacional*” (Cf. Folder de Minga, s.d., p. interna).

Minga é uma empresa camponesa (não indígena como dizia ao princípio?) modelo, pois conseguiu concretizar uma estrutura participativa e democrática e projetar a marca de seus produtos no mercado solidário internacional.

Na avaliação dos dirigentes de Minga, a organização não só melhora a economia, mas possibilita a construção de uma sociedade justa e equitativa no meio rural, em harmonia com a natureza e seus limitados recursos. Afirmando que:

Los pequeños agricultores organizados, mejoransus capacidades de producción, comercialización y manejo de los ingresos económicos, construyendo una sociedad rural com equidad y justicia social, haciendoelmejor uso de los recursos naturalesen completa armonía y convivencia.

Minga es una asociación que apoya a sus asociados en temas productivos, beneficia a las familias campesinas mejorandolasinfraestructurascamineras y fuentes de agua, através de proyectos com financiamientos externos, fortalece losconocimientos organizativos y promuevelasreivindicacionesculturales (Cf. Folder de Minga, s.d., p. interna).

Por outro lado a associação apoia não só projetos produtivos geradores de renda direta, mas promove ações para melhorar as condições de vida sociocultural e política das famílias no meio rural, ao fortalecer os conhecimentos organizativos.

O projeto Minga hoje funciona como uma cooperativa de produtores que na base estão organizados em núcleos de produção coletiva nas comunidades, tendo cada núcleo ou grupo suas lideranças e coordenadores locais que se articulam com a organização central que está na sede em San

Ignácio onde funciona a planta industrial, a administração central e a comercialização.

A diretoria é composta por um presidente e um vice que são produtores, membros das comunidades que dirigem a cooperativa. Funciona com dois Departamentos, o de Produção e o de Administração ambos dirigidos por pessoas técnicas especializadas e não por produtores. A assistência técnica é terceirizada a uma cooperativa de técnicos, contratada por Minga para prestar serviços especializados aos produtores em campo e aos dirigentes na administração e gerenciamento dos negócios.

## **Projetos Ganaderos em parceria com a Diocese e os Poderes Públicos**

Desde 2006, nas primeiras visitas a San Ignácio de Velasco-Bo, nos deparamos com a experiência do Vicariato Apostólico fazendo investimentos produtivos nas comunidades indígenas chiquitanas em gado bovino de leite e de corte, para enriquecer de proteína as refeições diárias, empobrecidas com uma dieta a base de amido ou aminoácidos e poucas proteínas e vitaminas.

Em relatos orais de lideranças de diversas comunidades e nas histórias registradas e publicadas sobre comunidades da província de Velasco, encontramos inúmeras referências aos projetos de financiamento de gado para comunidades ou grupos de famílias organizadas dentro da comunidade para desenvolverem esta atividade produtiva.

A iniciativa parece estar ligada a criação e desenvolvimento da Escola Agropecuária San Miguelito, na fazenda com o mesmo nome, pelo Vicariato desde 1965. Os primeiros lotes de novilhas e touros entregues as comunidades, na década de 1970, tinham a frente o irmão, depois Pe. Elias Cortezan. Pessoalmente, ele visitava as comunidades e discutia com elas a possibilidade de todas as famílias participarem do projeto, assumindo o trabalho cotidiano do manejo do gado, constituição de pastagens, cercas, curral, etc. Mas, sendo uma atividade nova para a maioria, poucos se arriscaram a entrar nos grupos deixando o peso todo sobre os ombros de um reduzido número de famílias. Estas, depois de alguns anos, com a produção, deveriam devolver à escola a mesma quantidade de animais que haviam recebido.

O financiamento de um lote de gado pela Escola Agropecuária de *San Miguelito*, sob a direção do Pe. Elias encontra-se registrado na história da comunidade *15 de Agosto*. A oferta do Pe. Elias ocorreu em 1978, e a entrega ocorreu na festa da inauguração da escola na festa da Assunção de N. Senhora, dia 15 de agosto de 1979. Diz: *o professor Enrique Vaca entregou oficialmente 15 vacas e um touro, em nome do Pe. Elias, na condição de em cinco anos devolverem a mesma quantia à Escola San Miguelito* (La voz de los chiquitanos: 2006, p. 289).

Só 11 famílias da comunidade *15 de Agosto*, assumiram o cuidado do gado. Em visita posterior à comunidade, o Pe. Elias contestou. Queria que o gado fosse de toda a comunidade, mas para isso todos deveriam assumir responsabilidades o que não conseguiu. O gado, então, ficou nas mãos das famílias que se comprometeram a trabalhar e cuidar dele. Houve muitos

problemas na condução do processo nas comunidades e perdas por causa da falta de conhecimentos técnicos de manejo. Porém, a experiência continuou apesar dos obstáculos.

Anos depois ela foi assumida pela própria diocese através de um setor da pastoral social, hoje sob a coordenação do Engenheiro Agrônomo Wilian Salvatierra. O projeto foi avaliado e revisto várias vezes sendo considerado importante para a economia das comunidades chiquitanas, desde que se introduzissem novas metodologias de trabalho e de orientação na organização empresarial dos grupos de criadores.

Esta experiência nascida e desenvolvida no âmbito da pastoral diocesana chamou a atenção dos poderes públicos locais pelos resultados que produziu. As *alcaldas* locais se interessaram em estabelecer uma parceria com a Diocese e chamaram as comunidades a uma maior participação em termos de organização e de contrapartida nos projetos. Hoje já existe um programa *ganadero*, mesmo que ainda não seja uma política pública instituída, que serve de referência para outras municipalidades e províncias.

O programa funciona com algumas diferenças já que a parceria entre a diocese e *Alcaldias* chama à participação e contrapartida dos grupos organizados e interessados na atividade dentro das comunidades. Reúnem-se para avaliar as condições que tem para iniciar a criação de gado bovino, levantando a disponibilidade de água, pastagens já existentes, pastagens necessárias, número de famílias que estão interessadas e se comprometem com o projeto, conhecimentos e práticas de manejo de gado que já tem entre os participantes.

A partir destes dados o grupo define suas metas: quanto gado querem ter ao final? Quantas famílias são ao todo que vão participar? Qual a área de pasto necessária para sustentar esta quantia de gado?

Assim, por exemplo, dizia o Eng. Wilian Salvatierra: *se numa comunidade de 40 famílias, só 10 se comprometem com o projeto e querem ao final um lote de 100 vacas, lhes explicamos que terão que ter 200 hectares de pastagens. Então se estabelece um cronograma de implantação das pastagens e a responsabilidade de cada família para cumprir sua meta. Em cinco ou seis anos cada família terá que plantar 20 hectares de pastagens para alcançar 100% da meta.* A possibilidade de alcançar a meta, em termos de gado, depende do cumprimento da meta de pastagem. No final do período isto pode levar a uma contagem distinta da partilha da produção do gado conforme a porcentagem de participação no trabalho de cada família. Organiza-se um quadro simples de registro, contagem, avaliação e gestão, como o exemplo seguinte:

Família	Área 1º ano	Área 2º ano	Área 3º ano	Área 4º ano	Área 5º ano	Área 6º ano	Área final há	Total %
Família 1	05	05	02	03	03	02	20	100
Família 2	05	05	05	02	05	03	25	125
Família 3	01	02	02	05	02	03	15	100

Neste quadro pode-se registrar o planejamento e o cumprimento das metas anuais estabelecidas para cada família e o grupo todo. Na partilha da produção a porcentagem de gado será conforme o aporte em trabalho que as famílias deram para o alcance das metas do grupo. O critério de partilha dos resultados da produção é o trabalho de cada família e não a necessidade ou o aporte de capital.

A experiência é bastante complexa, por ser uma atividade produtiva nova, para os chiquitanos e por envolver parceiros externos do setor público e da Igreja ou ONGs. Se a diocese entra com o gado e assistência técnico-organizativa e educativa dos grupos coletivos que se formam nas comunidades, as Alcaldias contribuem com máquinas, operadores, parte da assistência técnica, planejamento e outros insumos. Realizam ainda obras de desmate, gradeagem de solos, abertura de caminhos de acesso, construção de açudes e barragens para água do rebanho.

Já, os grupos comunitários entram com sua contrapartida: a terra, as pastagens já existentes nela, o trabalho para a implantação de novas áreas, construção de cercas e curral, manejo cotidiano do gado, combustível para o desmate e primeira gradeagem do solo antes do plantio do pasto, etc.. São muitas as atividades novas que se agregam aquelas que já são cotidianas de um camponês e a contrapartida é bastante significativa no projeto.

O engenheiro afirma que se trata de um processo gradual de formação de uma mentalidade de empreendimentos econômicos sustentáveis, em que nada é doado, mas tudo é financiado e tem seus custos de manutenção e reprodução. Este é um processo lento de aprendizagem das instituições de mediação e dos produtores envolvidos nos projetos.

## **Grupo Amigas da Fronteira**

Próximo ao Assentamento da Corixinha, em San Matias - Bolívia, passando ao lado da subestação da Cia. Gás-Oriente chega-se à Comunidade San José de la Frontera, fundada há mais de 70 anos por umas 30 famílias. Hoje está composta por mais de 60, das quais umas 20 são famílias anexas. A população é mista, não está composta só por indígenas. A comunidade tem o território em título comum com distribuição do espaço e uso da terra muito parecida ao das demais comunidades indígenas bolivianas. O uso da terra passa de pai para os filhos ou como um direito herdado pelas pessoas da família ou parentes.

A população da comunidade vive fundamentalmente da produção agrícola e de um pouco de gado bovino. Vendem gado e usam o leite só para o consumo familiar. Os *chacos* (lavouras) estão um pouco afastados da estrada e das moradias. Falam em produção de mandioca, milho, feijão e frango, quase só para o consumo. A principal renda agrícola vem da venda de mandioca em San Matias. Referem-se às roças itinerantes fazendo a rotação das áreas de cultivo a cada 3 ou 4 anos para evitar o esgotamento e cansaço da terra.

A comunidade San José tem cacique geral e cabildo e nela, funcionam, a OTB e tem representante da comunidade no comitê de vigilância,

na Alcaaldia. Há também, o conselho escolar dos pais e professores da escola local. Realizam periodicamente os mutirões na comunidade para diversos serviços como a limpeza na área urbanizada, limpeza da beira da estrada ou troca de serviços nos *chacosou* na construção de casas ou outras benfeitorias. Tudo isto é tratado e combinado antecipadamente em reuniões da comunidade.

Chegamos à casa de Dona Carmen que informou: *quatro mulheres daqui participavam da Associação das mulheres “Amigas da Fronteira”, no PA da Corixinha, que industrializam pequi e baru, fazendo licores, farinha, conservas e artesanato.* Todos os cargos e funções no grupo são exercidos por voluntárias, sem remuneração.

Na comunidade San José também aproveitam frutas silvestres na alimentação e na medicina popular, usando jatobá e sucupira para fazer xaropes e o pequi nativo que é abundante nos campos e cerrado da região.

Na Corixinha, o presidente da Associação dos Produtores do Assentamento disse que *este assentamento foi uma consequência do aparecimento do MST em Cáceres, em 1995. Quando ocuparam a Fazenda Santa Elmira, próximo ao Caramujo, houve alguns aprendizados com a estratégia de luta do MST. E, o Vargas do INCRA de Cáceres, querendo combater e desarticular o avanço do movimento na região, incentivou outros trabalhadores sem terra a acamparem para ele assentá-los antes dos acampados articulados pelo MST e assim provocar a desistência de muitos acampados.*

Assim acamparam em 1998 e foram assentados na Corixinha em 2001 quando criaram a associação dos parceiros. O assentamento tem 73 famílias dispersas em toda área morando cada família em seu lote, havendo a distância de um quilômetro entre as moradias de vizinhos mais próximos. O tamanho médio dos lotes é de 20 a 22 alqueires, ou seja, em média tem 40 hectares. O assentamento está na fronteira com a Bolívia, fazendo os últimos lotes divisa seca com a faixa neutra da fronteira, na comunidade San José de la Frontera.

No PORDESA, projeto elaborado pela EMPAER-MT para apoiar o desenvolvimento agropecuário no Assentamento Corixinha, há as seguintes informações históricas, trazem outra versão da origem do assentamento, não necessariamente contraditória com a fornecida por Antonio Bodoque, antes, diríamos, complementar, pois os interesses políticos do coordenador do Incra e os do fazendeiro proprietário da área se casaram e contemplaram em parte as necessidades das famílias sem terra:

O projeto de Assentamento Corixinha foi criado a partir da desapropriação da fazenda São Judas Tadeu com área total de 3.377,9042 ha. No ano de 1996, um grupo de 45 famílias chegou a esta fazenda para realizar a ocupação da área. O então proprietário Marcos Antônio Melo, com o interesse de negociar a sua fazenda com o INCRA, cedeu uma área de 16,0 há da fazenda para que estas famílias montassem o acampamento.

Com o decreto de desapropriação da área para fins de Reforma Agrária em 17 de setembro de 1998 e com a portaria de criação do Projeto INCRA/RS-13/Nº 006/01 de 05 de abril de 2001, os acampados se distribuem por toda área do Projeto de Assentamento Corixinha e realizaram as primeiras roças e pequenas formações de pastagens. O projeto de assentamento possui capacidade para assentar 73 famílias e conta atualmente com 71 famílias assentadas. Os serviços de topografia foram realizados no início do ano de 2002 e durante este ano foram liberados os créditos de Fomento e alimentação, habitação e o crédito de investimento produtivo – PRONAF-A (EMPAER – PRODESA - Corixinha, 2008, p. 2).

O depoimento oral e a fonte escrita coincidem com as datas, o número de famílias assentadas e o tamanho dos lotes, o que raramente se verifica, mas divergem na interpretação das motivações dos acontecimentos como já anotamos.

Os assentados quase todos são descendentes de migrantes nordestinos, capixabas, mineiros e goianos que vieram para a colonização de Rio Branco e Lambari do Oeste na década de 1950 e Mirassol do Oeste, São José de Quatro Marcos e Araputanga nas décadas de 1960 e 70 e outros muitos são cacerenses.

A área era coberta de vegetação de Cerrado, foi negociada pelo Incra, apesar de não ser muito apropriada para a agricultura familiar por falta de água e as condições do solo muito ácidos e arenosos, necessitando para a agricultura e pecuária recuperação da fertilidade com adubos e correção com calcário. Hoje os assentados sofrem as consequências desta política e muitos abandonaram os lotes por total impossibilidade de resolução da carência de água para o consumo humano e dos animais.

Os investimentos públicos que já se fizeram no assentamento foram: a escola, posto de saúde, rede de energia elétrica do programa federal '*Luz para Todos*' e houve uma tentativa de resolver a questão do abastecimento de água, perfurando poço artesiano que não obteve sucesso e assim a solução ainda está pendente. A maioria dos assentados beneficiados com os créditos da Reforma Agrária se encontra inadimplente e impossibilitada de acessar novos créditos, mesmo tendo projetos elaborados e assistência técnica garantida.

Em consequência desta situação muitos homens e jovens trabalham longas temporadas fora dos lotes como peões diaristas ou assalariados mensais, permanecendo no assentamento somente as mulheres e crianças durante o dia e às vezes, por semanas inteiras já que eles permanecem nas fazendas ou locais de trabalho quando ficam muito distantes.

A produção principal dos assentados é o leite para o consumo familiar e sua venda ao Laticínio de Curvelândia, que o laticínio busca nos sítios. Na agricultura destaca-se o plantio de mandioca e milho para o consumo e se comercializa em San Matias na Bolívia, tendo o problema do frete para o seu transporte. Hoje um problema a mais é a barreira sanitária do Indea e do Grupo

Especial de Fronteira (Gefron), que impede o ingresso de produtos de origem animal e vegetal da Bolívia.

Na maioria dos lotes se cria galinha e frango caipira, mas são poucas famílias que criam porcos. Houve no passado a tentativa de instalar uma farinheira na Corixinha, começou-se pelo custeio para o plantio da mandioca, mas descuidou-se a implantação da fábrica e da comercialização, resultando no desestímulo e fracasso da iniciativa.

O futuro deste assentamento depende muito do equacionamento rápido dos problemas centrais que ameaçam a permanência dos assentados. Foram citados: a total falta de água para o consumo humano, das criações de animais e aves e irrigação na horta ou pomar; a assistência técnica mais efetiva e eficiente para planejar e executar a produção com sucesso; a comercialização da produção para assegurar os ganhos necessários ao sustento e compensadores do trabalho investido; adquirir um trator para a associação ou para cada grupo de mais ou menos 10 famílias, porque mesmo as pastagens nestas áreas precisam ser refeitas e recuperadas a cada dois ou três anos. Afirmou o presidente:

hoje para o pobre é muito difícil (...) parece que fizeram o projeto de reforma agrária para não dar certo, pois foi feito em área seca (...) o povo fica só puxando água para o gado e as galinhas (...) a maioria dos assentados foram enfiados num buraco e depois taparam, pois a terra não é produtiva.

A Corixinha, fruto do Assentamento realizado pelo Incra, tem seu espaço comunitário para um núcleo urbano de 12 hectares, mas as construções estão reduzidas a uma escolinha municipal, um Postinho municipal de Saúde, um campinho de futebol e a cozinha do grupo das Mulheres “Amigas da Fronteira”.

O grupo das mulheres desenvolve um trabalho organizativo e técnico em agroextrativismo. Este grupo de mulheres da Corixinha e da Comunidade San José de la Frontera foi organizado em 2006 para trabalharem juntas no aproveitamento de recursos naturais e processamento do pequi e da castanha do cumbaru. Começou com 21 mulheres, a partir de uma oficina técnica com assessoria do Fundo Mato-grossense de Apoio à Cultura da Semente (FASE-MT). Estava composto, em novembro de 2008, por 12 mulheres e as bolivianas estavam em processo de retirada do grupo, por problemas internos.

O grupo de mulheres é ainda uma organização informal que tem uma coordenadora, uma secretária e uma tesoureira e as participantes. Utiliza o CNPJ da associação dos produtores do assentamento quando necessitam para encaminhar projetos de financiamento ou venda de produtos. A experiência deste grupo de mulheres se insere num projeto maior de agroextrativismo no sudoeste de Mato Grosso que a FASE-MT desenvolve com outros seis grupos de mulheres ou mistos em vista da segurança alimentar.

O projeto da FASE chama-se: *Agroextrativismo de frutos do Cerrado gerando riqueza e conservando a Natureza*. O objetivo geral do mesmo é: *melhorar a qualidade de vida das famílias, através do enriquecimento da dieta*

*alimentar e da diversificação da geração de renda e contribuir com a preservação ambiental através da consolidação do agroextrativismo como uma forma de utilização sustentável dos recursos naturais do cerrado e consequentemente colaborar com a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para o Estado de Mato Grosso (FASE-MT: PPP-ECOS, 2007, p.3).*

Ressalta a segurança alimentar e a preocupação ambiental, mas só nos objetivos específicos aparece a preocupação política com a consolidação da organização dos grupos e a promoção do seu protagonismo técnico na produção, gerencial do empreendimento e de condução da luta por políticas públicas para o novo modelo de desenvolvimento.

A consolidação da economia solidária não está citada como objetivo do projeto, mas está entre os objetivos estratégicos da FASE quando afirma que: *A FASE investe e desenvolve projetos demonstrativos, para a promoção da agroecologia, da segurança alimentar, economia solidária, afirmação de organizações sociais especialmente de mulheres e a partir destes influenciar a formulação de políticas públicas* (FASE-MT: PPP-ECOS, 2007, P. 02).

A assistência técnica aos assentados provém da FASE, que orienta as mulheres no artesanato e agroextrativismo e da EMPAER que elabora os projetos de créditos do Pronaf para custeio da produção e investimentos e orienta a produção agrícola e pecuária de leite.

A partir da nossa experiência em educação popular e assessoria a iniciativas comunitárias ou empresariais de geração de renda as informações do presidente da associação precisam ser analisadas criticamente, porque isenta as lideranças do assentamento de responsabilidade pela má escolha da área, jogando-a nas costas dos funcionários e executores do Incra, quando tiveram participação na vistoria; não aparece nenhuma perspectiva de alternativas e nem de iniciativa de luta dos assentados para sua busca coletiva, pois são apresentados como vítimas do poder público; a inadimplência dos parceiros não tem só a ver com o Incra e o Banco do Brasil, mas com a forma inadequada de muitos que tomam financiamentos sem terem uma previsão de retorno em termos de produção; a longa permanência da mesma diretoria a frente da associação indica problemas da cultura política no meio popular em que se confia a representação a líderes que tenham mais recursos econômicos e simbólicos e se acomoda esperando as soluções dos representantes eleitos sem fiscalizá-los e muito menos colaborar com eles na busca; a associação não é vista como uma maneira de trabalhar juntos e cooperar, mas apenas um instrumento para acessar recursos externos e a fundo perdido sem compromisso e sem considerar a viabilidade econômica dos investimentos.

Os assentamentos são territórios disputados por grupos de interesse internos e perpassados por redes de relações com forças políticas e atores sociais externas que influenciam na configuração das relações internas e nas iniciativas e formas de organização e luta individual, familiar e coletiva (comunidades religiosas, associações, cooperativas, clubes de mães, articulações partidárias e sindicais, conselhos escolares, etc.) no assentamento. Esta disputa é mais intensa e favorecida pela origem múltipla dos parceiros

nos assentamentos recentes do que nas comunidades tradicionais mais estabilizadas ao longo do tempo em que o costume já se tornou norma reconhecida pelos membros.

## **Metodologias das Instituições de Mediação**

Entre as instituições que trabalham e participam do desenvolvimento das experiências de produção coletivas apresentadas, destacamos a pastoral social da diocese de San Ignacio, os técnicos do programa ganadero da Alcaldia de San Ignacio de Velasco e os da FASE-MT.

Denominamos estas instituições como mediadoras porque atuam junto aos grupos indígenas chiquitanos e camponeses dos assentamentos que se organizam para a produção agroextrativista ou a criação de gado, funcionando como educadoras e muitas vezes realizando um trabalho de intermediação entre diversos atores ou entre a população das comunidades e os poderes públicos ou outras instituições.

Elas realizam através de seus técnicos um trabalho educativo em termos político-organizativos dos grupos para que compreendam a dimensão política de seu trabalho e em termos técnicos contribuem para a organização empresarial coletiva e o manejo da produção, processamento e comercialização de produtos que podem ser serviços ou mercadorias para o consumo direto. Atuam nas negociações externas que as lideranças necessitam fazer nos projetos das comunidades.

A longa experiência da Igreja Católica com os projetos de gado nas comunidades mostra resultados positivos e alguns problemas identificados em avaliações e autocríticas dos agentes de pastoral e técnicos. O Eng. Wiliam Salvatierra apresenta uma análise crítica dos procedimentos de implantação dos projetos de gado nas comunidades.

Nos primeiros projetos de gado a Igreja através da Escola Agropecuária San Miguelito quase que doava o gado e não planejava o desenvolvimento das atividades necessárias ao sucesso da criação. Isso trouxe inúmeros problemas e fracassos. Faltava um conhecimento mais profundo da cultura chiquitana. Eles eram pobres e caçadores. Houve vários casos em que abateram e consumiram as vacas matrizes antes de esperarem a partilha da produção.

Os agentes aprenderam que o processo de implantação do gado deveria vir acompanhado de um processo intensivo de formação técnica na prática do manejo cotidiano do gado e do plantio de pastagens planejado de acordo com a expansão da atividade e produtividade das vacas e o número de famílias envolvidas com mão de obra.

Afirma Wiliam, que os principais problemas da parte da assessoria da Igreja foram *a falta de planejamento e definição de metas claras de aporte de cada família no grupo, o estabelecimento das normas da distribuição das tarefas cotidianas de manejo do gado e de critérios de partilha dos resultados da produção, geraram sérias disputas nos grupos coletivos em várias comunidades.* Além disso, ele diz que muitas vezes houve *a incompreensão, da*

*parte dos financiadores e mediadores técnicos, das estratégias e expectativas familiares, impondo-lhes interesses e trabalhos coletivos ao grupo e à comunidade.*

Sua longa experiência técnica e educativa o leva a acreditar e apostar que *o fundamental é incentivar e orientar os grupos de produção coletivos, mas abrindo as possibilidades para que cada família reforce a sua estratégia e realize a sua expectativa familiar através do projeto.*

Saber quais são as estratégias e desejos familiares para que possam ser incluídos no projeto coletivo de forma organizada e planejada, garantiria a continuidade do envolvimento nas atividades e o cumprimento dos compromissos assumidos no projeto. Atropelar estes elementos pode levar ao fracasso muito rapidamente como vem ocorrendo com muitas iniciativas que produzem a descrença no futuro e de tudo que é iniciativa coletiva, associativa, cooperativa ou comunitária.

No caso dos chiquitanos, eles não acreditam nos cursos de formação de pessoas que dentro da comunidade não tem autoridade e poder de mobilização. *Seria diferente se a capacitação fosse dada às autoridades do cabildo como o cacique geral, que nas reuniões de domingo faz relatórios e informes à comunidade. Ele poderia ser a pessoa mais indicada para ser qualificada. Os cursos de formação não ajudam muito e não mudam muita coisa, pois os chiquitanos são avessos aos bancos escolares.*

Em termos de capacitação para o planejamento comunitário teria que ser feita diretamente envolvendo a comunidade toda, já que nenhum comunário, fora sua autoridade tradicional, o cacique geral, tem o poder de convocação e mobilização que faltaria a outras pessoas mesmo qualificadas, capacitadas e treinadas como moderadores e mediadores da comunidade.

Os planejamentos precisam ser extremamente simples, começando por identificar os problemas que eles formulam e verbalizam, definindo as prioridades com objetivos e metas claras e depois tem que contratar os compromissos de cada um e definir as formas de cuidado do gado e as regras da distribuição dos resultados da produção.

No Projeto Minga esta preocupação metodológica também está presente nas falas do gerente de Produção, quando ele se refere ao processo de assistência técnica que fazem aos produtores em seus grupos de base nas comunidades. A aprendizagem fundamentalmente se dá pela demonstração prática de técnicas de manejo orgânico do café e em visitas a experiências para o diálogo com outros produtores e o intercâmbio de informações.

O aprendizado prático das normas a seguir na produção orgânica exigida em nível internacional se dá num processo educativo de longo prazo onde é necessário mudar atitudes, abandonar certos costumes e práticas tradicionais para agregar novas práticas mais adaptadas e adequadas ao ecossistema local que deve ser preservado e ao mesmo tempo precisa produzir os resultados econômicos que deem sustentação aos produtores.

Os dois aspectos que mais ressaltam na pedagogia de Minga são a preocupação do empoderamento político dos produtores através da sua organização para a reivindicação de todas as necessidades para a melhoria de

suas condições de vida no campo. Junto com esta vem a capacitação e organização empresarial coletiva e cooperativa para profissionalizar a produção, processamento industrial e a comercialização.

A solidariedade em ambos os projetos está na base dos grupos comunitários organizados para trabalharem juntos, mas também aprenderem juntos e usufruírem juntos dos resultados do trabalho comum. Entre os chiquitanos esta dimensão do trabalho da minga ou mutirão faz parte da tradição, que foi reproduzida nas reduções e que se mantém nas comunidades rurais chiquitanas de hoje.

As instituições mediadoras neste caso da Diocese, Alcaldia de San Ignacio e técnicos de ONGs cooperantes no projeto Minga, souberam potencializar esta dimensão do trabalho coletivo tradicional organizando-o de uma forma mais permanente. O fato de que as atividades introduzidas na produção e criação, não desviarem totalmente os chiquitanos de suas práticas cotidianas já tradicionais na sua sustentação e de serem complementares é outro fator positivo a ressaltar.

A Fase-MT tem uma tradição de mais de 30 anos de trabalho com educação popular no Brasil e desde a década de 1990 investe em processos de economia solidária através da organização de Associações de produtores, Cantinas comunitárias, cooperativas que desenvolvam atividades de produção, processamento e diversas formas de comercialização. Sua intervenção se caracteriza pela ação educativa no próprio processo de desenvolvimento dos projetos de produção, processamento e comercialização, capacitando os dirigentes e funcionários, na organização empresarial.

Geralmente, na sua metodologia, se inicia com projetos demonstrativos que visam o aprendizado técnico e político da organização necessária ao sucesso dos empreendimentos. Depois, a partir dos resultados das experiências demonstrativas, investe-se na construção de políticas públicas de apoio aos produtores que devem partir para o desenvolvimento de projetos mais complexos de produção, processamento e comercialização sustentáveis em suas empresas associativas que articulam as famílias de produtores em suas unidades básicas.

A cooperação é a dimensão mais exigente e fundamental a ser promovida entre as famílias como caminho de ajuda mútua, mas também como estratégia de produção e agregação de valores, que individual ou familiarmente não são possíveis pela quantidade de produtos que demanda sua viabilidade econômica. Estimulam-se formas de comercialização conjunta que barateiam o transporte, ampliam a capacidade de negociação de preços no mercado e reduzem a burocracia fiscal.

No caso das Amigas da Fronteira trata-se de um projeto de aproveitamento de produtos extrativistas localmente abundantes como o pequi e a castanha do cumaru, pelo seu processamento e comercialização. Tratando-se de uma Associação exclusivamente de mulheres, voltada ao aproveitamento extrativista, implica em variadas questões no âmbito técnico do processamento, mas também na aprendizagem da organização da cooperação no negócio comum.

Nela não se visa uma organização estritamente empresarial, pois a ideia é que esta nova atividade venha a complementar a renda das famílias das próprias mulheres. A empresa a ser viabilizada pela diversificação das atividades econômicas é familiar e a associação das mulheres deveria contribuir com esta sustentabilidade ao abrir um novo ramo de produtos aproveitados no consumo familiar e com colocação das partes excedentes no mercado artesanal ou de consumo de alimentos.

A intuição mais interessante neste caso como no Projeto Minga está ligado com o manejo dos recursos naturais existentes localmente, aproveitando-os para enriquecer a dieta alimentar e ampliar as possibilidades de renda, sem as fortes intervenções no ecossistema que significam a agricultura e a pecuária bovina. Além disso, são recursos que se aproveitam em épocas em que não há muitas outras atividades na agropecuária. Sua coleta embora seja em campo aberto ou em áreas florestais de cerrado, pode ser realizada por crianças, adolescentes, jovens e mulheres sem desviar muita mão de obra de outras atividades familiares.

O processamento sendo um pouco mais complexo exige uma organização, uma unidade de processamento instalada com máquinas e equipamentos apropriados a cada tipo de fruta ou produto a ser explorado e para o tipo de aproveitamento que se deseja. A mediação dos técnicos da FASE se dá em cada uma destas fases, até a comercialização, estimulando aprendizados das mulheres envolvidas no processo e organizadas na associação.

Os aprendizados dos indígenas criadores dos projetos de gado, dos produtores em Minga e das mulheres extrativistas, são principalmente técnicos e político organizativos. Ao se introduzir uma nova atividade produtiva ou extrativista na vida das famílias de comunidades indígenas e de assentamentos rurais é comum um entusiasmo inicial, por causa das expectativas que o debate da ideia suscita nas pessoas participantes. Depois, ocorre um arrefecimento dos ânimos e até a desistência de famílias ou pessoas que inicialmente podiam ser entusiastas da proposição. Haverá um período de acomodações quando se acerta o compasso entre a expectativa e a realidade de uma iniciativa econômica com todas as suas exigências.

Os processos iniciais de motivação despertam o sonho e a esperança de realizar com muita facilidade e quem sabe muito rapidamente o que se pensava impossível ou muito distante na vida das pessoas e famílias das comunidades. Assim se compreende o entusiasmo inicial e o grande número de pessoas que se envolvem no começo dos projetos propostos. O abandono dos projetos tem várias causas nos diversos contextos.

São motivações e expectativas frustradas, insuficiência de mão-de-obra e sobretabalho familiar, enfermidades, desentendimentos entre pessoas da organização, fracassos na produção por causa das condições climáticas com perdas econômicas, planejamento equivocado e má gestão dos projetos, assistência técnica e capacitação inadequada, insuficiente e falha, mudanças na conjuntura de mercado, etc.

Nos projetos de criação de gado as dificuldades no envolvimento de todas as famílias das comunidades que se queria no início foram readequadas,

aceitando-se que a atividade seja assumida por um grupo de famílias organizadas para isto e com um planejamento detalhado de todas as atividades e compromissos de cada família. É importante compreender e considerar as estratégias de cada família participante dos projetos, para que neles encontrem parte de sua realização e não os abandonem.

Reaprender a prática do extrativismo para as mulheres dos assentados da Corixinha que já tem uma tradição agropecuária bastante voltada ao mercado parece tão desafiador como para as pessoas das comunidades indígenas chiquitanas aprenderem a criar gado bovino e produzir café orgânico para o mercado boliviano e externo. Os da Corixinha tem que reaprender práticas de cooperação desaprendidas há algum tempo e as comunidades indígenas têm que aprender a lidar com as dinâmicas do mercado consumidor capitalista ou de um nicho do mercado solidário para produtos ecológicos e orgânicos certificados.

Os índices do sucesso das atividades em cada projeto parecem evidenciados pelo aumento do número de grupos em comunidades que se envolvem com a criação de gado, enquanto na produção do café orgânico de Minga, este número de 83 grupos em comunidades referido no folder vem se reduzindo a 56 em 2008. Provavelmente, também o número de participantes nos grupos de base tenha diminuído, das referidas 1.400 famílias. A produção, porém, parece ter avançado em termos de qualidade e padronização dos produtos orgânicos e extrativos adequando-se aos padrões internacionais do consumo solidário.

O sistema de propriedade da terra experimentado tradicionalmente pelas comunidades chiquitanas, com o título coletivo, combina estratégias de uso e exploração familiar e comunitária. A lavoura ou chaco, a caça e a pesca são atividades estritamente familiares, mas a criação de gado bovino, a produção nos projetos tem um caráter comunitário ou coletivo talvez mais por exigência das instituições de mediação que afirmam apoiar-se na cultura e na tradição da minga dos chiquitanos.

Enquanto os assentados da Corixinha têm o título de propriedade familiar do seu lote, também o seu uso e exploração é estritamente familiar. Entre eles a dimensão comunitária e o trabalho coletivo é muito mais tênue e débil que entre os chiquitanos. Inversamente, sua experiência de inserção no mercado capitalista já está mais avançada e consolidada. Sua cultura familiar caminha para uma afirmação individualista dos sujeitos socioeconômicos.

Sintomas desta situação são as críticas aos financiamentos com o aval cruzado de todos os assentados como são, no caso, os créditos de infraestrutura de investimentos, de custeios do Pronaf, do Banco da Terra, da moradia e outros. O não comprometimento de uma das famílias com os pagamentos de prestações vencidas deixa o conjunto dos assentados inadimplentes com os programas de créditos. Eles sentem o compromisso coletivo mais como um estorvo do que como uma estratégia importante para acessar e usar os créditos de forma efetivamente apropriada.

## **Significados Políticos das Experiências Econômicas**

A organização e desenvolvimento de empreendimentos econômicos em cooperação solidária, neste estágio de crítica, questionamento e de transformação da economia capitalista hegemônica, visa, fundamentalmente, a formulação de uma pedagogia de economia solidária que partindo das práticas da cooperação tradicional vá ampliando e incentivando novas formas de cooperação, inovando na organização política e empresarial.

Falando-se de economia solidária, referimo-nos a economia como forma de organização da sociedade para produzir tudo de que se tem necessidade para manter-se e reproduzir-se em condições dignas de vida das pessoas. Esta se faz com empresas, com agentes econômicos organizados, com capital, com trabalhadores, com mercadorias e serviços de qualidade úteis e demandados pela sociedade. Serão serviços e mercadorias consumidas por suas qualidades diferenciais como produtos ecológicos, certificados com selo verde de produção sustentável, originados em comunidades de pequenos produtores solidários, em que as relações de gênero, raça e de classe social sejam justas e equitativas em todo o processo, etc.

Trata-se da transformação de mentalidades e de atitudes, criando-se uma nova cultura de organização, produção e consumo, que coloque em primeiro lugar as pessoas que tem necessidades básicas de alimentação, abrigo, educação, lazer, convivência, segurança, cultura, etc., a serem satisfeitas de forma universal pelos que trabalham e não o lucro privado de uns que têm capital. Essa mudança revolucionária não se processa por golpes de estado ou rupturas violentas, mas pela produção gradativa e sistemática de experimentos e de aprendizagem cotidiana. Assim, as iniciativas de empreendimentos solidários na economia significam verdadeiras escolas e ensaios de mudanças revolucionárias na economia que se pretende como o novo sistema socioeconômico.

Não acreditamos que a universalização da economia solidária seja um processo determinístico e espontâneo na sociedade, mas investimos na sua universalização quando a partir das iniciativas diversas refletimos, sistematizamos e debatemos novas estratégias de avanço na totalidade socioeconômica.

A seguir propomos para a nossa prática militante cotidiana alguns desafios e tarefas educativas em empreendimentos de economia solidária:

### **a) Ampliar as Práticas de Cooperação Tradicional.**

Nossa experiência de vida indica que aprendemos tudo o que sabemos, gradativamente nas relações cotidianas que estabelecemos com o mundo e os outros seres vivos e os humanos. Aprendemos, todavia, somente se nos dispomos a buscar novos saberes. Nesta busca, observamos, analisamos, relacionamos coisas, sistematizamos e concluímos que agora sabemos algo que antes não conhecíamos e que este novo saber pode servir a nossa vida ou a de outros seres.

No processo de busca da construção de uma sociedade que se fundamente na economia solidária é importante partirmos das experiências cotidianas das pessoas. Muitas delas viveram ou ainda vivem experiências de cooperação, de entajuda e mantém atitudes de solidariedade com os mais necessitados que vivem no seu entorno.

Consideramos estas vivências cotidianas um substrato fundamental para avançar e ampliar as práticas de cooperação em todos os campos da sociedade. Assim, a ampliação das tradicionais práticas de mutirão, de troca de serviços ou de instrumentos de trabalho, sementes ou outros produtos é um bom começo de qualquer iniciativa que visa avançar na organização e constituição de empreendimentos econômicos na perspectiva da solidariedade.

Estas práticas e experiências analisadas e debatidas poderão servir para avançar em novas áreas de cooperação e induzir novas iniciativas grupais, comunitárias ou coletivas que conduzam a organização política mais articulada e empresarial mais profissionalizada e competente ante os desafios da economia de mercado.

Os mutirões realizados sistematicamente para resolver problemas comuns ou familiares são sem dúvida um caminho rapidamente possível de se concretizar. O mutirão ainda está enraizado na cultura da maioria das populações do campo e dos bairros das cidades interioranas. Ele é um poderoso instrumento para a entajuda ou de ajuda mútua. É um jeito de trabalhar juntos na solução de problemas familiares e comunitários que se pode estender para além dos campos onde ele já é utilizado tradicionalmente.

Assim, a organização de roças ou hortas comunitárias, pode partir do mutirão e depois transformar-se numa empresa mais permanente na produção de bens comunitários ou familiares. Mutirões de limpeza urbana poderiam criar uma nova cultura no manejo da matéria orgânica em vez das queimadas tradicionais. Ela pode ser transformada em adubos para o cultivo de jardins, hortas, pomares e outros plantios nos lotes urbanos. Em mutirões se poderiam: eliminar os focos de mosquitos; arborizar as ruas e locais de moradias; reciclar os materiais plásticos e outros, fazendo a coleta seletiva do lixo produzido em cada casa de família; manter a limpeza dos lotes e ruas, abrindo as valetas e bueiros.

Nas comunidades rurais e bairros urbanos podem ser organizados grupos de costura, de crochê, de artesanato diverso, cozinhas e padarias comunitárias, farmácias de ervas medicinais, de terapias e de outros medicamentos de uso popular que ajudem a complementar a renda familiar.

Partindo das experiências de cooperação já tradicionais podemos caminhar para sua ampliação e extensão para outras atividades e oportunidades que economizem recursos, evitem desperdícios, signifiquem o aproveitamento ou reaproveitamento de materiais disponíveis, melhorem as condições de higiene e limpeza nas casas e lotes, etc.

## **b) Inovar na Organização Empresarial e Produção Cooperada**

Se quisermos ousar mais nas iniciativas econômicas solidárias é indispensável entrar cada vez mais na organização sistemática de empresas associativas e cooperativas de serviços e de produção de mercadorias.

Se a cooperação não fosse mais eficiente que o trabalho individual os capitalistas não teriam montado a produção em série com a divisão de tarefas nas fábricas. Ali cada trabalhador desenvolve uma tarefa particular indispensável no conjunto da produção. Se um falhar o produto sai no final com defeito ou nem sai. Assim todos os trabalhadores devem cooperar no processo de produção fabril capitalista.

O grande problema é que a cooperação só se aplica ao processo de produção realizado pelos trabalhadores e não ao resultado, que são as mercadorias produzidas pelo esforço cooperado de todos. O capitalista, patrão, dono da empresa, por dispor dos meios de produção como máquinas, matérias-primas, energia e recursos financeiros, se acha no direito de repartir de forma totalmente desproporcional o resultado final.

Ele se arroga o direito de estabelecer o horário e o tempo de trabalho, o preço do esforço despendido pelo trabalhador (o salário) e as demais condições para manter os empregados produzindo vantagens e lucro para seu capital. Ele não leva em consideração as necessidades da família e as condições de saúde do trabalhador. Ele quer produção maior que o salário que paga, caso contrário o trabalhador não serve.

Esta situação pode ser enfrentada com a criação e funcionamento de empresas associativas e cooperativas. Nestas, os próprios trabalhadores serão os donos, portanto, estabelecem os horários de trabalho, as metas da produção, a qualidade dos produtos, a remuneração a ser paga a quem produz, considerando as condições de sustentação da empresa no mercado, formando seu capital de giro, de investimentos futuros e outros fundos de interesse do conjunto dos associados.

Todos os sócios definem as normas e regras que todos devem seguir e obedecer. Se todos participam das decisões, todos também têm que comprometer-se com o cumprimento das metas trabalhando duro para não por em risco o resultado do conjunto. A regra básica na cooperativa é “decisão conjunta, mas responsabilidade e compromisso de cada um na execução”. Sem este compromisso pessoal, as metas não serão alcançadas e o resultado frustrará a todos.

Associações são empresas sem fins lucrativos próprios, mas devem gerar renda aos associados que trabalham juntos numa determinada atividade produtiva ou de serviços. A associação não pode ter lucros e os diretores não podem receber salários, somente ajudas de custo por atividades que realizam em benefício de todos os sócios. Se não pode ter lucros, também não pode reparti-los. A empresa associativa só é vantajosa em determinadas atividades e situações.

As cooperativas são empresas que se constituem a partir do empenho de cotas partes de cada um dos associados e podem gerar sobras ou excedentes

comprando e vendo os produtos ou serviços dos seus associados e ao final do ano realizado o balanço, tendo quitado todas as despesas, se ainda constatar sobras pode fazer a distribuição entre os filiados da empresa ou decidir-se pela criação de fundos, capital de giro ou de investimentos.

Os diretores podem receber pró-labore e todos os trabalhadores receberão salários que podem ser melhorados com a distribuição das sobras no final de cada ano. O ideal cooperativo é que os trabalhadores sejam os próprios associados, mas eventualmente será preciso contratar trabalhadores de fora do quadro. Nestes casos a solidariedade será fundamental no reconhecimento do trabalho realizado por eles em forma de remuneração digna e participação na distribuição das sobras.

Cooperativas podem ser organizadas em todos os ramos da economia de serviços, produção agrícola, crédito, construção civil, indústria, comercialização, consumo, educação, etc. Basta ter iniciativas, constituir um capital inicial, realizar um planejamento participativo, um gerenciamento eficiente, o comprometimento pessoal de cada sócio com as metas e objetivos estabelecidos na execução, um monitoramento eficaz e avaliações contínuas para corrigir os rumos.

### **c) Articular a Organização Política dos Produtores**

O ditado popular “quem paga manda” é verdadeiro também para a consolidação da economia solidária. A organização de empresas associativas e cooperativas na produção, industrialização e comercialização de serviços e mercadorias precisa vir acompanhada de uma articulação política das diversas iniciativas para construir propostas conjuntas de ação e intervenção no mercado, mas também de negociação de recursos públicos e privados para sua ampliação e consolidação.

Iniciativas isoladas podem ser interessantes e importantes, mas não terão o efeito multiplicador, nem a força para negociar que podem obter as mesmas experiências se estiverem unidas, articuladas e organizadas. A união faz a força e a organização sustenta a força da união. Os pequenos agentes econômicos e os fracos politicamente precisam fortalecer-se em ambas as direções para avançarem em conquistas e se consolidarem no cenário ou constituírem um cenário alternativo.

No Brasil, por exemplo, o agronegócio só se mantém em grande parte, porque tem uma organização político partidária muito sólida representada pela bancada ruralista ou frente parlamentar do agronegócio e por causa dos sindicatos patronais economicamente fortes e politicamente articulados e não por sua eficiência econômica e gerencial.

### **Economia Solidária: de que se trata?**

A economia solidária que defendemos trata das práticas de cooperação cotidianas e tradicionais; da economia familiar e/ou comunitária; das empresas cooperativas e associativas autogestionárias; enfim da economia

que sustente as pessoas e comunidades no meio rural e urbano e não só se preocupa com o lucro e os benefícios do capital e de quem dele se apropriou legal ou ilegalmente.

Tudo isto está dentro da dinâmica da economia solidária, mas ela é muito mais do que estas práticas que hoje são marginais no sistema socioeconômico capitalista hegemônico a ser transformado e revolucionado pela nova cultura e práticas de cooperação entre pessoas, famílias, grupos, comunidades, empresas, municípios, regiões, sociedades nacionais e a humanidade.

Trata-se de chegar a estabelecer: novos princípios de convivência entre todos os seres vivos do planeta e do cosmos; novos critérios de apropriação, manejo e uso dos recursos naturais; novos níveis de consumo sustentáveis e universalizáveis para todos os seres humanos alcançarem um nível de vida digno; novos modelos tecnológicos de produção sustentáveis e adaptados as condições de vulnerabilidade dos ecossistemas; bases democráticas para o exercício dos poderes de decisão em todos os níveis das sociedades humanas; novas formas de convivência intercultural harmônica e respeitosa das diferenças de gênero, raça e classe; mecanismos de controle e fiscalização do uso e manejo dos recursos naturais e sociais em todos os níveis para evitar desperdícios, abusos, apropriações indevidas e sua destruição.

Acabar com o patenteamento de conhecimentos e tecnologias, pois elas são produtos de processos sociais e de contribuições humanas universais e assim devem estar disponíveis ao uso social em vista do bem comum de todos os seres vivos do planeta.

O trabalho não deve ser o único critério de remuneração, mas devemos levar em consideração as necessidades, a criatividade e a capacidade dos seres humanos a serem sustentados com ela. A nova sociedade tem que tratar primeiro os mais necessitados e na medida do possível ir avançando em benefícios que possam ser socializados e serão remunerados neste sistema com a elevação dos benefícios e sua universalização.

Nada disso é necessário, irreversível e vai acontecer por uma lei natural e espontaneamente. Trata-se de uma luta e empenho árduo e cotidiano das vontades e saberes de todas as pessoas e organizações conscientes de que o mundo melhor tem que ser construído, pois ele não vem de graça e pronto para ser usufruído. Pode tornar-se realidade se nos empenharmos a construí-lo no dia a dia, sem desanimar nunca.

## **Considerações Finais**

Finalizando queremos dizer que o tema da economia solidária é desafiador da iniciativa e criatividade de todos os que se comprometem com a transformação profunda e radical da sociedade em que vivemos. Chega de dizer que temos compromissos com este projeto revolucionário e continuarmos parados, sem desencadearmos nenhuma iniciativa que possibilite produzir uma cultura da mudança pretendida.

Iniciativas econômicas e articulação política não podem andar dissociadas. A segunda não existe sem a vontade decidida e deliberada de encarar determinados problemas e transformar sua solução em tarefa prioritária. E a primeira não obedece só a vontade dos sujeitos e necessita de saberes econômicos e práticas empresariais para sobreviver no mercado competitivo e consolidar-se como alternativa de geração de emprego e renda, mas também de superação de relações de exploração do trabalho pelo capital.

O desafio é investir numa nova sociedade que tenha por base uma forma de funcionamento da economia que socialize os resultados da produção e possibilite o acesso ao consumo digno a todos os seres humanos, sem restrição.

### Referências Bibliográficas

- MUÑOZ, Alain. **Los Pueblos Vecinos al Parque Nacional Noel Kempff Mercado**. Santa Cruz de la Sierra – Bo: Editorial FAN, 2006
- VVAA. **La Voz de los Chiquitanos**. Santa Cruz de la Sierra-Bo: Apac, 2006.
- MANCE, Euclides André. **Constelação Solidarius: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica**. Passo Fundo-RS: IFIBE, 2008.
- MINGA – ASOCIACIÓN DE GRUPOS MANCOMUNADOS DE TRABAJO. San Ignacio de Velasco – BO: Folder, sem data de publicação.
- FASE-MT: Projeto PPP-ECOS, 2007, 19 p.
- EMPAER-Cáceres. PRODESA: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário. Projeto de Assentamento Corixinha. Cáceres – MT: 2008, 08 p.
- Relatórios das Atividades da Fase-MT sobre o Projeto Agroestrativismo com os 7 grupos de Mulheres assessorados entre elas as “Amigas da Fronteira”: 2006-2008.
- Entrevista com *William Salvatierra*, agente da pastoral social da Diocese, San Ignacio de Velasco-BO, em novembro de 2008;
- Entrevista com *Edmundo Castedo Ortiz*, gerente de Produção em Minga, San Ignacio de Velasco – BO, em novembro de 2008;
- Entrevista com *Elmar Prestel*, professor aposentado em San Ignacio de Velasco-BO, em março de 2009;
- Entrevista com *D. Carlos Stetter*, bispo da diocese de San Ignacio de Loyola-BO, em março de 2009.
- Entrevista com *dona Carmen*, na comunidade San José de la Frontera-San Matias-BO, em agosto de 2008.
- Entrevista com *Antônio Bodoque*, presidente da Associação do PA Corixinha- Cáceres - MT, em agosto de 2008.
- Entrevista com *Maurício Ferreira Mendes*, técnico da FASE-MT, em Cáceres-MT, em maio de 2009.

# A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE COOPERAÇÃO E O TRABALHO ASSOCIADO NO CAMPO: INCUBAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

*Laudemir Luiz Zart*

## **Introdução**

Neste artigo analiso a construção de referenciais de cooperação e do trabalho associado a partir de experiências de incubação e organização de empreendimentos econômicos solidários e da avaliação realizada por militantes ligados ao movimento social camponês, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Apresento sete itens pelos quais elucido os conceitos de construção do processo de cooperação e do trabalho associado, a relevância e os sentidos da cooperação, a organização da cooperação, olhando os limites, as possibilidades e a constituição da cooperação na perspectiva de auto-organização e de autogestão para alcançar as possibilidades de autodesenvolvimento das comunidades camponesas.

Para alcançar estes resultados realizei pesquisas de campo e entrevistas com camponeses e camponesas que lideram configurações organizacionais no campo para experimentar a cultura política e educacional do trabalho associado em comunidades camponesas. Após a coleta de informações os dados foram sistematizados, codificados e criados categorias de análise para a teorização dos contextos socioculturais do campo. Afiro que os movimentos sociais do campo estão num processo de resistência e de proposição de relações sociais constituintes de estruturas e de atitudes de solidariedade e da cultura da cooperação. No contexto do processo da cooperação há a contraposição de culturas próprias da economia camponesa, entre as ações que se centram nas unidades familiares de produção e de consumo e das ações que levam para a organização complementar de organizações coletivas geradoras das tendências do trabalho associado.

## **Incubação e Construção do Processo de Cooperação**

Compreendo como incubação e construção do processo de cooperação o movimento teórico e de práticas sociais no campo que implicam duas dimensões constitutivas. A primeira dimensão está relacionada à percepção e à análise das realidades culturais e organizacionais existentes e ainda hegemônicas entre os camponeses. A realidade cultural condiz com os valores, as crenças e as atitudes dos sujeitos sociais do campo que traduzem um modo de vida social e econômico embasado em relações de valorização do indivíduo para a construção de referentes valorativos em detrimento das coletividades. A realidade organizacional demonstra as formas mobilizadoras e as

institucionalidades da formação social camponesa que ilustra as tendências culturais para a organicidade ou da sua ausência em determinadas comunidades camponesas.

A segunda dimensão está ligada ao movimento da prospecção, isto é, reúne os fundamentos para a constituição de espaços sociais para gerar a cultura instituinte de dinâmicas propositivas e de inserção em ações coletivas, construtoras de sociabilidades culturais, atitudinais, cognitivas e organizacionais que correspondam com os preceitos culturais e organizacionais do trabalho associado. Neste sentido há a correlação da dimensão analítica, que faz a leitura interpretativa crítica dos fenômenos que formam a realidade vivida e a dimensão prospectiva, geradora de ambiências organizacionais provocadoras da transformação social e cultural, porque projetam ações que têm a intencionalidade de superação de valores sustentados no individualismo e na competição, para a formação social de sociabilidades geradoras de valores e de práticas sociais solidárias e de coletividades de cooperação.

O conceito de construção nos dá o sentido que algo não está pronto, mas está num movimento constante do fazer e do refazer, do aprender e do reaprender, do avaliar e do refundar as concepções e as práticas coletivas. A construção compreendida a partir da lógica da dialética nos permite apreender as contradições sociais, inerentes às estruturas e às relações, bem como as controvérsias socioculturais, porque indicam como as pessoas entendem e manifestam a sua visão de mundo. A construção dialetizada é um pensar relacional que tem como finalidade apreender a logicidade das conexões entre os fenômenos que formam a totalidade de uma determinada realidade social. A realidade social que apresenta simultaneamente fenômenos complementares tem também processos e fenômenos de contradição e de conflito. É por esta razão que a realidade não é uma totalidade fechada, pela qual se fixam normas e preceitos verdadeiros e absolutos. A totalidade fechada é a dogmática e não a dialética. A epistemologia dialética traduz fundamentos e movimentos que ao mesmo tempo demonstram estruturas, as durabilidades, assim como evidenciam a fluidez ou o movimento das mudanças e da transformação.

Desta forma, ao pensar as relações sociais percebe-se que a totalidade é um desenho fluido que se refaz a cada instante em conformidade com as conexões que são realizadas. Mas o fluido na dialética não é um vazio sociológico, mas um movimento que se contextualiza na estrutura social. A estrutura social condiciona, no sentido que nela existem as contradições materiais e culturais, que limitam ou possibilitam as práticas sociais. Portanto, o condicionar não pode ser entendido como um fator de limitação e fechamento, mas a capacidade interpretativa que explicita a materialidade que traduz as possibilidades de determinadas ações e dentro destas as conexões que necessitam ser realizadas para promover dinâmicas sociais que viabilizam transformações. Para não negar a dialética do pensamento, explícito que as mesmas condições e métodos influem para retrair ou impedir o movimento da ação transformadora.

O trabalho associado é um conceito que provém de Marx, e passa à literatura de Gramsci, no qual ganha o sentido de princípio educativo para a

formação da classe trabalhadora em conformidade com as orientações da sociedade socialista. Absorvo o sentido aqui expresso a partir da obra de Picanço e Tiriba que demonstram e afirmam a ideia fundante que “para além do mundo do trabalho assalariado, existem outros mundos do trabalho e que, para além do modo capitalista de produção, são possíveis outros modos de produção da existência humana” (2004, p. 19-20). É por este pensamento que somos desafiados, nos processos de incubação e de organização de empreendimentos econômicos solidários, a pensar a cooperação, buscando compreender os sentidos construídos pelos sujeitos sociais que se implicam nos movimentos humanos para provocar a organização social e ao mesmo tempo os limites e as possibilidades transformadoras.

Sob a perspectiva da teorização do trabalho associado, o conceito de trabalho ganha um significado teórico que permite fazer a crítica do mundo do trabalho subsumido ao capital e construir relações sociais de superação da exploração e da alienação provocado por estas relações. Perpassa por este pressuposto teórico a ideia fundante do trabalho “mediação entre o homem e a natureza no processo de criação e recriação da realidade humano-social e, como consequência a práxis produtiva como objetivação do agir laborioso dos seres humanos, os quais, como parte da natureza, modificam sua própria natureza” (Op. Cit. p. 20). Neste sentido, busco compreender como homens e mulheres camponeses/as vão se constituindo nas relações sociais que têm como horizonte a configuração social do trabalho associado em ambiências de construção da cooperação e das coletividades.

Para apreender o sentido da construção do movimento do processo da cooperação para instituir o trabalho associado em assentamentos da reforma agrária irei interpretar as entrevistas de dez sujeitos militantes ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vinculados a processos de organização de coletivos. Embaso ainda a interpretação a partir de observações de campo feitas em Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os entrevistados responderam as seguintes questões: a) o que é a economia solidária ou o processo de cooperação no processo de incubação e organização de empreendimentos econômicos solidários? b) quais são os principais limites e possibilidades para a implantação da cooperação com os camponeses? Para orientar as reflexões estruturei o texto em torno das seguintes questões: qual a relevância e os sentidos da cooperação para o movimento camponês? Como ocorre a organização da cooperação dos camponeses? Quais os limites e as possibilidades da cooperação entre os camponeses?

## **Relevância da Cooperação**

Destaco a relevância da cooperação na perspectiva de esta tratar dos fundamentos organizacionais políticos para a leitura e a compreensão dos contextos culturais que implicam a relação entre as tendências dos indivíduos numa perspectiva particular, do eu isoladamente, e as relativas a um processo de organização coletivizada. A percepção inicial é que se destacam as atitudes de pessoas que são orientadas a partir de um contexto cultural hegemônico que

presta culto aos valores que estão embasados na estrutura da sociedade capitalista, quanto à concorrência, à competição e ao individualismo. Estes valores fazem parte da cotidianidade das pessoas sem que se tenha em relação a estes uma leitura mais criteriosa sobre o significado e as implicações que tenham sobre a vida cotidiana. Ao colocar os referentes da sociedade capitalista nas relações sociais camponesas, tem-se um indicador para compreender as razões da desorganicidade que acompanha grande parcela dos assentamentos da reforma agrária, mesmo que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, enquanto movimento social tenha como uma das suas principais bandeiras os processos de cooperação e de organização de empreendimentos para a consecução do trabalho associado.

Para explicitar a questão da afirmação das iniciativas individuais entre os camponeses assentados, considero que a cultura tradicional camponesa sempre se assentou nos princípios organizacionais do trabalho a partir da estrutura familiar. É a partir da família, conforme demonstra Chayanov (1985), que a economia camponesa organiza os seus tempos e a intensidade do trabalho, da disposição da autoexploração para angariar mais ou menos renda, de planejar o presente e o futuro dos membros que a integram. Neste sentido, a cooperação e o trabalho associado a partir da organização de uma institucionalidade distinta da estrutura familiar, e aqui previamente cito a cooperativa, que representa um estranhamento na forma de ser e de pensar da família camponesa tradicional. A partir do momento em que o movimento social tem como propósito a afirmação da cooperação e do trabalho associado entre os camponeses surgem dúvidas, limitações e desafios que necessitam ser compreendidos tanto em termos epistemológicos quanto em termos políticos.

Para discutir esta temática, questiono sobre a relevância da cooperação para a compreensão e as práticas sociais ligadas aos processos organizacionais dos camponeses. Parte-se, nas ações de organização camponesa, de um pressuposto que indica a fragilidade econômica dos camponeses quando não cooperados, conforme demonstraram Betanho, Eid e Oliveira (2009). Neste sentido, são sujeitados às relações do mercado capitalista, pela ação comercial dos denominados atravessadores, e neste os valores dos produtos e do trabalho são sempre subavaliados, gerando entre os trabalhadores camponeses um clima de desânimo, porque se percebem explorados pelo capital. O coletivo, por este pressuposto, teria uma força econômica e cultural superior, tanto em termos de aproximação dos camponeses, gerando uma cultura de solidariedade mais dinâmica e orgânica, quanto das relações com o mercado, que é predominantemente capitalista, para empoderar os camponeses nas relações de troca, de compra, venda, de negociação de créditos, para a assistência técnica.

Para explicitar alguns destes pontos incorporo no texto as falas de militantes e assentados da reforma agrária. Para Sandra Procópio da Silva, do Assentamento Emerson Rodrigues, no município de Terenos em Mato Grosso do Sul, a resposta é enfática no sentido de afirmar os processos coletivos para os pequenos agricultores. Declara que este “é o caminho, é a saída para a resolução dos problemas em coletivo, porque não há saída individualmente,

para nós”. Nesta perspectiva, a viabilidade de desenvolvimento do campo está conectada com os processos organizacionais que têm a solidariedade como princípio fundante das relações sociais e econômicas. Está nas relações solidárias a ideia de superação de situações limites que são próprias de um contexto que o movimento social contrapõe. Sandra indica que “só a gente caminhando junto e se a gente persistir com esta mentalidade que eu sozinha vou resolver os problemas, a gente empobrece as nossas famílias, empobrece os grupos, empobrece o assentamento, e a gente não consegue encontrar uma saída”. Afiro que a visão político-cultural presente nas falas de Sandra contradiz os preceitos morais da ideologia liberal burguesa que assenta no indivíduo as respostas para o crescimento e as conquistas econômicas. Na ideologia expressa por Sandra, os fundamentos de superação da pobreza e para a resolução dos problemas, que são de um determinado espaço social, a organização coletiva é geradora de respostas adequadas tanto para o indivíduo, como para a família, quanto para o assentamento. Há nesta forma de pensar uma inversão da lógica, a coletividade não é o espaço da servidão do indivíduo, mas a mobilidade organizativa que proporciona a conquista conjunta do bem viver para as pessoas.

No sentido do desenvolvimento da coletividade, e orientado por uma visão de omnilateralidade do ser humano, que conjuga educação e trabalho, a formação para a solidariedade e a cooperação, conforme evidencia Machado (2004), a organização coletiva traduz desafios maiores, porque ela não será algo que vem de fora e não é unilateral, mas representa, como afirma José Jusceli dos Santos do Assentamento 17 de Abril do município de Andradina-MS, a “cooperação deve combinar com as diferentes necessidades humanas e é um dos princípios do MST, de construir uma práxis que propicie uma forma de organização coletiva onde aqueles que pensam possam ser também aqueles que fazem e, conseqüentemente, aqueles que fazem sejam também aqueles que pensam, assim estaríamos construindo a ruptura da divisão social do trabalho”. Divisão social do trabalho própria do modo operacional, ou da gestão científica do trabalho no capitalismo conforme demonstrado por Braverman (1987). Superar a divisão entre quem planeja e quem executa, e formar uma ambiência que interliga as pessoas no processo de pensar a ação, de executá-la e avaliá-la é próprio de uma economia organizada com base em processos produtivos coletivos, em formas associadas de trabalho que superam as relações de exploração do trabalho. Características estas são próprias da economia solidária, que ainda orientadas pelos princípios da auto-organização e da autogestão, elevam a economia para a possibilidade emancipatória do ser humano. Por isto é que José Jusceli indica a necessidade e a possibilidade da correspondência entre pensar e o fazer integrados e que esta ação representa a ruptura com uma cultura não somente do trabalho, mas se constitui na organização fundante da sociedade moderna capitalista. O corolário da organização do trabalho associado num determinado empreendimento econômico solidário e a sua ampliação para as relações societais implicam a organização cultural da sociedade.

Ao pensar as relações sociais mais amplas, têm-se o desafio de “organizar outra práxis social, ela só pode ser construída de forma sustentável se nos jogar para fora deste sistema, de dominante e de dominado, ou seja, construído pelo todo, pelo conjunto de forma que há uma compreensão do que está sendo feito, esta nova práxis deve se dar e ir começando em pequenos grupos, possibilitando em um segundo passo, conquistar o conjunto”. Esta afirmação de José Jusceli é uma racionalidade empenhada num processo da dialética entre o geral e o específico, que por processos analíticos e práticos fluem em relações indutivas e dedutivas para apreender o movimento da transformação social. Não é um esperar pelas mudanças superestruturais, mas um agir, que empenhado na práxis, parte do cotidiano organizador de grupos sociais que experienciam a cooperação e o trabalho associado, estendendo a solidariedade intra-grupal para uma rede de relações e de práticas solidárias, passando da cooperação mais próxima para a cooperação mais ampla e complexa, num movimento de contínuo aprendizagem das práxis de cooperação.

A concepção do processo indutivo da aprendizagem da cooperação é uma metodologia que tem no local uma forma de ação que aproxima os sujeitos e os inclui em práticas que tendem a ser significativas porque são participativas e tem uma relação de autenticidade, porque promove a ligação entre os desejos e os projetos dos participantes com as realizações que são feitas, bem como a avaliação e a distribuição dos resultados. Esta relevância da economia de cooperação foi destacada por Itelvina Maria Masioli, assentada no Antônio Conselheiro no município de Tangará da Serra, MT e integrante da equipe de educação da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Para ela é “esta economia que se retroalimenta localmente, que chega com mais facilidade, nisto entra todo o debate que nós fazemos, vamos dizer assim de todo o modelo baseado nos transportes, do ponto de vista ambiental, sustentável é a viabilidade do desenvolvimento, que este mercado gire e se aqueça em nível de município, em nível de região”. Portanto, a economia é a expressão da capacidade e das possibilidades de organização da vida nos locais onde há a presença do ser humano. Uma economia que é apreendida como a apreensão da realidade e a projeção da organização social da vida nos seus mais amplos aspectos.

A relevância da cooperação está em propiciar a possibilidade de análise da estrutura e das relações sociais vivenciadas, com suas contradições e controvérsias, e através destas visualizar alternativas organizacionais coletivizadas do trabalho associado e das práticas sociais que estas demandam em termos de experiências que vão abrindo caminhos e conhecimentos para a ampliação do campo das ações e dos referenciais cognitivos.

## **Sentidos da Cooperação**

Ao referir aos sentidos da cooperação procuro explicitar os diferentes significados que as práticas vão adquirindo e a correlação destas com o projeto societal que traduzem. Apreendo que a cooperação é a constituição de projetos e de relações sociais que afirmam a coletividade visando uma nova

sociabilidade, que tem os valores e as práticas sociais da solidariedade e da colaboração como princípios fundantes das relações humanas. Esta nova sociabilidade, como afirma Sandra Procópio da Silva, que tem “na discussão coletiva, na organização coletiva, o jeito coletivo de encontrar formas para resolver os nossos problemas”.

Para Jair de Oliveira Chaves do Assentamento 25 de Julho do município de Espigão do Oeste, RO, a “cooperação é a forma de organizar a tomada de decisão sobre o que a população vai produzir para o seu bem viver de um grupo social em determinado território”. Esta acepção revela quatro elementos importantes: a) forma de organizar, b) processo de tomada de decisão, c) o que produzir, d) e a associação do grupo social com o território. Enquanto cooperação, avalio que o movimento social camponês, que se coloca na perspectiva transformadora, tende a colocar como princípio fundante da organização da produção e da convivência social a coletividade, não como negação das individualidades e das relações intrafamiliares, mas como um processo que visa alcançar relações de cooperação que alcançam níveis mais amplos e complexos de organização, e que por isso implicam as características de empresa, organização econômica regrada, que vão além das relações de cooperação cotidianas e espontâneas da cultura camponesa, que se manifestam nos encontros de proximidade e de vizinhança.

O processo de tomada de decisão expressa o desafio de democratizar as relações de poder. Um poder de participação que deve ser aprendido para instituir as dinâmicas de auto-organização e de autogestão dos camponeses. O sentido expresso pela proposição do poder, ou da política participativa, é um movimento que se contrapõe à cultura política dominante na história brasileira, que é a do assistencialismo, do coronelismo e do paternalismo. Esta cultura foi geradora da atitude da espera, do outro que deve fazer. A auto-organização é a reversão da cultura política dominante, ela é contra-hegemônica, porque tem a intencionalidade de gerar as atitudes de inserção compromissada, de um poder compartilhado e de um pensar-fazer coletivizado. Inverter uma cultura não participativa secular é um desafio que se assenta na aprendizagem que tem na práxis cotidiana e constante da participação o espaço social e cognitivo gerador de atitudes que se constituem como construtores de sociabilidades coletivas.

A questão, o que produzir, e também de como produzir, tem um significado importante para o movimento social camponês, porque é uma questão que se coloca numa estrutura social e econômica mais ampla. É a afirmação da agricultura como um meio de produção de alimentos saudáveis para a vida das pessoas. Esta perspectiva se contrapõe à avalanche do agronegócio moderno com todo o poder econômico, técnico-científico e midiático, que legitima o uso de sementes transgênicas, de agrotóxicos e de métodos produtivos geradores de impactos ambientais degradantes. O modo de produção camponês traduz uma racionalidade que afirma a conservação da natureza associada ao bem viver humano. Entre a dimensão ecológica e a econômica não há dicotomia, mas uma relação de complementaridade. A questão que evidencia uma encruzilhada em todo o processo organizativo é como conseguir com que todos os camponeses possam ter a compreensão do

sentido profundo da proposta agroecológica, que é a síntese na agricultura da ecologia e da economia, ou da conservação e da produção.

A associação do grupo social com o território é a construção da identidade camponesa com a terra, com o seu local, que envolve as relações socioeconômicas, culturais e políticas. O território é o espaço social que dá o sentido da complexidade das inter e retrorelações que configuram a existência social. Pensar o território camponês é conseguir analisar as controvérsias técnicas e científicas, políticas e econômicas entre projetos ontológicos, sociais e produtivos que têm como fundamentos e prospecções, princípios e práticas sociais não somente distintas, mas principalmente desiguais. É a contraposição entre o agronegócio e a agroecologia, entre a economia solidária e a economia capitalista. Conforme afirma Itelvina Maria Masioli, quando é “este o sentido da importância da produção de alimentos, na medida em que o capital transforma tudo em mercadoria, nós [movimento social camponês] estamos falando em produção de alimentos e por isto eu não sei dizer do ponto de vista teórico se está certo, mas para mim é o que dá o sentido à economia solidária e à agroecologia. É uma circulação do produto, onde você faz esta junção, você está produzindo alimentos, e ao mesmo tempo circula este alimento nos diversos setores. Mas este é um comércio diferente porque está também divulgando um projeto político. Não é uma questão que o principal é o lucro, você tem o desenvolvimento e a qualidade. Mas nós também estamos falando de uma economia solidária, ou do mercado local, o que de fato está levando é outro projeto político, do direito, do acesso da qualidade, do alimento sadio, de um produto que seja ecologicamente e politicamente correto, que respeita a natureza, que esteja sendo desenvolvido sem agrotóxicos.”

A assertiva de Itelvina traduz um pensamento que tem como perspectiva a leitura das conexões entre situações econômicas, políticas e ao mesmo tempo em que relaciona as formas de fazer e de organizar cotidianas tanto da economia solidária quanto da economia do capital, com a ideia estrutural que condiz com o pressuposto que as ações carregam consigo um projeto societal, ou podemos também, inverter a correlação, que uma determinada estrutura social é correspondente com ações que lhe são complementares. Neste sentido, a atitude de produção de mercadorias, a qual denota a obtenção de lucro, indica por sua vez a exploração do trabalho, são próprias da organização econômica orientadas pela estrutura social do capital. A atitude que propõe e realiza a organização do trabalho associado, que rompe com a exploração do trabalho, se situa na perspectiva da cooperação segundo os princípios da economia solidária. Na organização camponesa, esta perspectiva se entrelaça com os fundamentos fortes da agroecologia, que tem na orientação da produção de alimentos saudáveis e do respeito com a natureza, para uma vida saudável, atitudes fundantes da uma nova sociabilidade. Neste sentido a correlação ocorre entre as atitudes de cooperação com as estruturas sociais e econômicas que desenvolvem a cultura da solidariedade.

O processo de obtenção da cultura solidária é uma aprendizagem que ocorre tanto nas relações sociais ampliadas, nas estruturas sociais, quanto nas relações socioculturais intra-grupos. A aprendizagem da cultura solidária

resulta da práxis pedagógica, isto é, de uma didática que envolve ao mesmo tempo a reflexão teórica e a reflexão sobre as práticas. Assevero que não há um modelo fechado e acabado a ser seguido pelas organizações e pelos grupos sociais. O apreender a solidariedade é um caminhar constante que traduz fluxos e refluxos de aprendizagens. A incerteza na ação é guiada pela firmeza do princípio. Conforme afirma Valdirene de Oliveira: “então tudo vai passar pela cooperação, por isso que nós do movimento [MST] estamos desenvolvendo várias formas de cooperação, ela vai desde uma associação, associação de máquinas, até a cooperativa mais avançada, a cooperação das terras todas coletivas, ou uma cooperativa como a nossa aqui [do Assentamento Emerson Rodrigues] que é uma cooperativa de produção em que parte da produção é coletiva, e estamos mais apostando na comercialização coletiva; além dos grupos informais de cooperação nos quais nós temos algumas experiências. Mas tudo passa pela cooperação”.

Há um reconhecimento no movimento social camponês que o princípio da cooperação se constituiu a base organizativa desde o começo. E a cooperação, neste sentido, é apreendida em aspectos diversos, aplicado na luta social, no realizar atividades coletivas, na organização das diferentes dimensões do movimento para produzir. Assim a cooperação é “um elemento forte da base do desenvolvimento social e econômico, do desenvolvimento e construção de comunidades. Então esta mútua ajuda para produzir, para organizar, para fazer a educação, para fazer a formação. No entendimento que nós temos, para fazer frente a este modelo que privilegia o individualismo, é somente com a organização de sujeitos sociais políticos coletivos que nós vamos fazer frente a isto. A cooperação é este processo fundante também do nosso movimento e para isto nós sempre defendemos, talvez não chamando de economia solidária, talvez porque é uma terminologia que no movimento não está tão trabalhado.” (Itelvina Maria Masioli).

O sentido da luta social camponesa agrega a economia solidária, ou na linguagem mais próxima do movimento social, a cooperação, no sentido da promoção da emancipação social. Os mecanismos de organização coletivos são espaços políticos e cognitivos inauguradores de práticas sociais que carregam a perspectiva da cultura que “significa essencialmente produzir uma contra-hegemonia, como cooperativas de produção. Parceria entre produtores e consumidores, para nós é um instrumento de resistência que ajuda na organização dos trabalhadores camponeses uma ferramenta imprescindível para combater a desigualdade social. A cooperação para nós é uma estratégia de emancipação humana coletiva. Deve ser compreendido que sou parte do todo e somente formaremos o todo se o outro estiver efetivamente incluído dentro do projeto emancipador” (José Jusceli dos Santos).

## **Processo de Organização da Cooperação**

O reconhecimento mais insistente no movimento social camponês são as dificuldades culturais e atitudinais para a promoção da cooperação a partir de práticas institucionalizadas. Estas práticas que ocorrem nas associações ou nas

cooperativassão meios que superam complementarmente a cultura espontânea das convivialidades camponesas. As atitudes espontâneas são as que estão ligadas às relações de entreajuda, de vizinhança, de proximidade, de trocas de dias de serviços, de mutirões. Estas não são exigentes de conhecimentos de planejamento, de administração, de contabilidade, das relações de mercado, das exigências legais. A cooperação espontânea é uma herança das comunidades camponesas que historicamente alicerçaram a cultura de mutualidade.

O que se propõe a partir do princípio da cooperação com base nas discussões do movimento social camponês e da economia solidária é a ampliação da capacidade de gestão política e administrativa da cooperação. Porque há a compreensão que não há sociedades camponesas isoladas, estas estão influenciadas pela cultura e pela economia capitalista. A contraposição ao modelo hegemônico é exigente de conhecimentos políticos e técnicos para organizar a produção, a comercialização, o planejamento e o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários. Os conhecimentos necessários, que envolvem a compreensão sociológica das relações sociais, ilustram a possibilidade de superação de limites que são próprios do modo de ser camponês quando este é submetido às relações do mercado competitivo e concorrencial. Para desenvolver a cooperação institucionalizada, não deve haver a negação da solidariedade primária, ou a cooperação espontânea, mas o avançar para a cooperação que se complexifica e incorpora instrumentos tanto de planejamento quanto de gestão, não para se tornarem não camponeses, mas para afirmar a cultura camponesa frente à cultura da sociedade concorrencial. Na construção das relações de cooperação complexas nas comunidades camponesas há o desafio de “primeiro precisar fazer um trabalho de consciência muito grande, depois nós temos que fazer um debate com as outras famílias que não estão no processo de cooperação, porque tem uma tendência de destruir o que se coopera, dizer que não vai dar certo” (Valdirene de Oliveira).

Como afirma Sandra Procópio da Silva “o caminho é a gente estudar juntos, a gente começa por aí, no nosso caso, da cooperativa, da Cooperativa de Produção, Comercialização e Solidariedade (COOPERSOL)”. Debatí esta experiência na pesquisa de campo, e pude observar que no esforço de organização do coletivo há o enfrentamento de controvérsias no sentido da compreensão cognitiva do significado da cooperação, do coletivo, da institucionalidade do empreendimento (seus estatutos, seus objetivos e projetos). Há entre os trabalhadores, e principalmente entre os camponeses, uma esfera cultural que percebe o cooperativismo institucional como negativo. Esta leitura ocorre devido às inúmeras experiências negativas, de corrupção dos princípios cooperativos que muitos dos camponeses vivenciaram e foram submetidos pelas cooperativas convencionais. A desconfiança neste caso é uma atitude de cautela, que pode ser muito positiva quando direcionada para a construção de práticas cooperativas democráticas, participativas e autogestionárias. Na COOPERSOL há a iniciativa de discussão coletiva de um projeto de cooperação que supere as desconfianças através do investimento na formação cognitiva e política dos associados, gerando uma ambiência de

conforto participativo, no qual os sujeitos se identificam com a proposta e a assumem como autenticamente a criação coletiva.

Destaco ainda o processo de organização de um assentamento que tem como orientação a coletivização da terra e dos meios de produção. Esta experiência está sendo desenvolvida desde 2006 no Assentamento Terra de Viver no município de Cláudia na Amazônia mato-grossense. A área é de 1.300 hectares e a previsão é a incorporação de 20 famílias. Altamiro Roque Stochero, uma das lideranças do projeto indica que é uma iniciativa de um grupo de camponeses que estão se mobilizando e projetando uma ação coletiva que engloba a organização da vida comunitária, da educação, da produção e da infraestrutura para o assentamento. O coletivo é organizado em torno da ideia que cada família mantém um alqueire de terra, onde ela constrói a sua casa, faz a sua horta e seu pomar individual, cria os animais que desejar. É um espaço de ocupação em conformidade com os desejos, gostos e costumes de cada família. A área coletiva é administrada pela Cooperativa do Assentamento Terra de Viver (COOPERVIVER) que segue as orientações da coordenação do assentamento. O planejamento participativo é uma ferramenta que é aplicada para que todos os associados se comprometam com o pensar e o desenvolver das atividades que envolvem o coletivo. Uma das preocupações do coletivo é que todos possam estar ocupados, ter trabalho e renda, condição para a viabilidade e a continuidade da organização coletiva. Para tanto há investimentos na diversificação da produção que está assentada no plantio do milho, da cana de açúcar, no maracujá, da mandioca. Há um começo de organização da agroindustrialização da produção primária, e para tanto instalaram uma farinheira e um alambique. Por enquanto a produção está sendo entregue no mercado do próprio município de Cláudia que absorve a quantidade inicial. Além deste mercado, o coletivo conseguiu entrar nos mercados institucionais públicos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Quanto à cultura da cooperação, da organização cooperativa e da participação efetiva, o depoimento de Altamiro é significativo para a compreensão do sentido prático do trabalho coletivo, da necessária passagem de uma percepção voluntária de cooperação para uma perspectiva crítica do processo organizativo de um empreendimento coletivo, orientado pelo trabalho associado. Afirma que “há muitos limites, e limites gritantes, nem todo mundo participa das reuniões. Por isso do processo de formação das pessoas aqui, porque esta proposta, é uma proposta de vida que eles querem, então não pode estar aqui participando, indo, mas não contribuindo, estar de corpo presente, mas depois não contribuir no debate e nem na execução das atividades coletivamente definidas. Então este é um desafio, e tem muita gente que não conhece, não sabe, não vai. Então por isso é que a formação é um dos pilares de sustentação da cooperativa e do próprio assentamento. Porque a cooperativa é uma ferramenta, então se o assentamento se desmanchar, por consequência vai a cooperativa, então ela perde a função de resolver estes problemas coletivos que nós estamos enfrentando no assentamento”.

## Limites da Cooperação

Ao propor ações coletivas de planejamento, de formação, de produção, os sujeitos que se envolvem nestas práticas se deparam com situações estruturais e culturais adversas, forças políticas e ideológicas que fluem em direções contrárias ao desenvolvimento solidário das forças produtivas e das possibilidades cognitivas. Para Jair de Oliveira Chaves “vivemos numa sociedade onde as pessoas buscam sempre explorar as pessoas e a economia solidária é uma forma, desde sua produção até a comercialização, de suprir as necessidades das pessoas”. Esta assertiva revela dois elementos importantes nos processos de estruturação de meios para a consolidação de projetos sociais mais amplos. O primeiro é o reconhecimento da disseminação da cultura da exploração do trabalho, própria das organizações econômicas que se assentam na propriedade privada dos meios de produção. O segundo é a indicação que a economia solidária é uma configuração econômica e cultural que tem como centralidade o bem viver das pessoas. Organizar uma economia que tem como foco suprir as necessidades das pessoas é sair da racionalidade dominante do espírito do capitalismo contemporâneo, que pelos seus objetivos de promover o consumo é um criador de necessidades e gerador de sentimentos de insatisfação nas pessoas, tornando-se a mercadoria a fonte de felicidade.

Edimar Ezequiel de Almeida, do Assentamento Padre Josimo do município de Mirante da Serra, RO, indica que um dos limites para a consolidação de processos de cooperação é o “individualismo sempre fortalecido pelo nosso sistema de sociedade capitalista. As pessoas veem primeiro como cooperação aquela grande cooperativa, agroindústria ou um grupo coletivo que não deram certo, o negativismo está mais presente”. A ideia do contraexemplo, no sentido das experiências de cooperação que tem como base a organização do trabalho subsumido ao capital, e não o trabalho associado, e somado a estas as experiências frustradas, são ambiências econômicas e culturais que retraem as possibilidades de avanços na organização da economia solidária.

Decorrem dos equívocos e dos exemplos negativos outros limites que influenciam na disposição dos camponeses. Na avaliação de Jair de Oliveira Chaves é “a falta de motivação para trabalharem de forma cooperada, e outra é a capacidade de se organizarem e debaterem o que vão produzir de forma cooperada”. A ausência da motivação tem correlações causais, portanto, não é uma atitude subjetivista. Uma que é identificada é histórica, isto é, são as experiências que não correspondem com os ideários de cooperação dos grupos sociais camponeses. Há, neste sentido, uma relação de estranheza entre o projetado e o desejado pelo grupo social e outro o que de fato ocorre, um processo de heterogestão, ou, da ação que executa e viabiliza projetos que não correspondem com as necessidades da economia camponesa. A segunda relação causal está ligada a uma situação interna camponesa, que é o processo de formação e capacitação para que os camponeses possam ter instrumentos técnicos e políticos de domínio sobre o gerenciamento de todas as situações de organização do trabalho associado. É a necessidade de aquisição da

consciência, no sentido do conhecimento objetivado, para que a organização do trabalho associado possa ser autêntica, isto é, corresponder com as necessidades e os projetos camponeses. Correlaciono minha reflexão com a afirmação de Valdirene de Oliveira: “então, se os trabalhadores, que estão assentados, não se conscientizarem que é através da cooperação que se consegue avançar e chegar ao mercado, vão se tornar inviáveis os nossos assentamentos”.

Se por um lado há experiências de repercussão negativa no imaginário coletivo dos camponeses em relação à cooperação, soma-se que a difusão da cultura que reforça o individualismo é cotidiana por intermédio dos meios de comunicação de massa. Há por outro lado, a necessidade da perseverança e a insistência na realização e na promulgação das ações cooperativas. Faz-se presente um olhar pouco perceptível das conquistas realizadas, mesmo que estas não são evidenciadas cotidianamente, além da ausência de uma estrutura de construção ideológica permanente da cultura da cooperação. Como reconhece Itelvina Maria Masioli, “aqui no estado [Mato Grosso] a gente também tem feito algumas experiências neste sentido, e estas experiências são positivas e em alguns momentos nos falta um pouco mais de atenção de perseverança nesta proposta, porque não pode ser só uma feira, uma vez ao mês, ao ano, mas teríamos que encontrar mecanismos como estratégias de diálogo com a sociedade de uma forma mais permanente”. É a necessidade da superação do esporádico, embora seja nestes momentos que as pessoas se encontram e ocorre o diálogo criativo sobre a cooperação, a geração da cultura da cooperação, no entanto, numa visão mais orgânica, necessita de processos contínuos porque é pela via da cotidianidade que os pensamentos, os sentimentos e as atitudes são retroalimentados. Portanto, para tornar a cooperação uma cultura geral, o movimento da economia solidária tem de criar os espaços e as estratégias dialógicas de difusão e de experimentação, isto é, da convivência praxeológica da cooperação.

A não difusão das experiências positivas da cooperação gera entre os camponeses uma atitude de descrença, de não confiança nas suas potencialidades e capacidades. Este limite ligado aos comportamentos dos camponeses é bem retratado no depoimento de Sandra Procópio da Silva, quando analisa a construção da COOPERSOL, ao afirmar que uma das dificuldades “é que a grande parte das pessoas não acredita em cooperativa, que vá dar certo alguma forma coletiva de organização”. O não acreditar gera a atitude da não corresponsabilidade, mas o transferir para o outro que coloque em prática e que prove as suas ideias. Quando estes conseguirem demonstrar que são capazes então finalmente poderá haver a adesão. Neste sentido Sandra continua a sua percepção, “então as pessoas respondem assim, quando são convidadas para fazer parte de uma organização, de reunião, de grupo: vão vocês e façam uma cooperativa, se der certo, lá na frente eu entro, mas eu agora não estou preparada, então uma pessoa fala, outra fala, então o que a gente vai deduzindo? A gente vai deduzindo, que muitas pessoas não estão convencidas e não acreditam que vai dar certo, mas como nós temos conversado, quando a gente quer muito disseminar um projeto, uma ideia, a gente tem que fazer e como a gente quer muito o projeto da cooperativa, vai ter que fazer, a gente vai

ter que provar que dá certo, depois a gente vai disseminar pela inveja, as outras pessoas vão querer entrar [risos] porque sabem que dá certo e vão querer entrar. Nós temos aqui um grupo pequeno, mas um grupo determinado de fazer dar certo. Este é o nosso objetivo. Então esta é uma dificuldade, lidar com a cabeça, com a mentalidade do próprio camponês, do próprio trabalhador de que é possível a gente se organizar”.

O depoimento de Sandra é importante porque revela situações que são enfrentadas pelo movimento camponês. Ela revela uma cultura subalternizada, que condiz com a ideia de se considerar não preparado, de sentir-se incompetente, que manifesta o não convencimento das potencialidades do coletivo, do fazer coisas que estão além das imediatas de todos os dias. Neste cenário são relevadas as características pejorativas tanto das pessoas quanto da organização coletiva. Para haver a reversão do movimento da descrença, deve haver o movimento da crença, dos que confiam na potencialidade do coletivo, mesmo que este grupo seja pequeno, mas que vá pela insistência teimosa, inventando caminhos, testando práticas, avaliando avanços e recuos, acertos e erros, e por meio de ambientes dialógicos, recriando práticas e pensamentos que possibilitam a configuração da práxis da cooperação. O movimento da cooperação é a persistência formativa de processos de democratização tanto econômicos quanto epistemológicos que configuram a cultura da solidariedade.

Além dos limites que provém do cotidiano camponês, Sandra indica que para a constituição da institucionalidade cooperativa há as exigências ligadas às estruturas burocráticas do Estado, isto é, a sociedade brasileira orientada pelos princípios liberais burguesas legitima a existência do Estado com normas e procedimentos que impedem e/ou limitam a acessibilidade jurídica dos trabalhadores ao desenvolvimento com base nos bens públicos. Ela se expressa da seguinte forma: “a outra grande dificuldade eu colocaria assim: o jeito que a sociedade capitalista está organizada, não dá espaço, não favorece que os pequenos se organizem, porque, até para a gente organizar a cooperativa tem que pagar, e é caro, a gente paga para organizar a documentação, e não é fácil organizar a documentação, a gente tem que ir no cartório fazer a pesquisa da vida de todo mundo para ver se não tem nenhum criminoso na cooperativa, aí a gente tem que registrar na junta comercial. Então nós estamos empacados aí, porque só o registro, nós tivemos que colocar no jornal, publicar no diário oficial, enfim tem todo um procedimento burocrático que não viabiliza, que os pequenos continuem no caminho.”

A ritualística burocrática é um impeditivo do processo organizacional que se oficializa. Enquanto as empresas capitalistas conseguem contratar profissionais específicos, como advogados, contadores, administradores, para gerenciar a produção de papéis para a viabilidade burocrática, atendendo a caminhos tortuosos, tempos malgrados de espera de processos que se empilham em departamentos, bancos, cartórios, tribunais; os trabalhadores quando procuram se organizar coletivamente, além de entender pessoalmente todo o processo, devem prestar seu tempo de descanso para a burocracia. É o tempo de descanso e do possível lazer, porque o tempo do trabalho necessita ser dedicado porque representa a fonte de renda. Aponto com este raciocínio que o tempo e a

dedicação da classe trabalhadora são sempre redobrados, porque o planejamento da ação é o tempo da execução da ação. Seria muito mais fácil, caso quisessem se acomodar, tomar outra atitude que é “a gente parar e dizer: não gente, vamos parar com este negócio de cooperativa, por enquanto não dá certo, não tem produção mesmo! Então para que fazer cooperativa? Então para nós é mais difícil a gente continuar do que a gente parar, é muito mais fácil a gente parar. Então mesmo sem produção, neste momento do assentamento, sem uma produção grande, a gente vai inventar a cooperativa, porque a gente acredita que ela é um instrumento que vai ajudar a deslanchar a questão da produção.” As palavras de Sandra neste cenário são significativas. É a consciência de que enquanto grupo social camponês que se coloca no caminho da cooperação é necessário uma alta dose de teimosia, de persistência e que para a construção dos meios cooperativos faz-se mister a superação de inúmeros obstáculos que estão ao mesmo tempo no Estado, no mercado capitalista, assim como na cultura cotidiana camponesa que tomada pelos valores hegemônicos, necessita de um processo de refundação, de reaprendizagem do sentido mais profundo da convivialidade cooperativa.

Sandra ainda evidencia o fenômeno ligado às relações de poder local. O poder que não é uma abstração pura e simples presente no Estado, através dos seus mecanismos de controle, de punição e de vigilância. Mas é um poder, como demonstrou Foucault (1979) que se esquia e que tem artimanhas reprodutivas, de controle das pessoas pelas pessoas, a constituição de redes de poder nos micros espaços sociais. Por isto indica Sandra que outro problema de uma grande importância “é a correlação de forças dentro do próprio assentamento, nós também temos dificuldades com algumas lideranças, porque algumas lideranças acham que nós estamos disputando espaços de comando, e a cooperativa não é uma disputa de espaço de comando, a cooperativa é um instrumento para viabilizar a produção e a comercialização, a gente tem claro isso. É claro que na medida em que a gente vai virando uma referência, o que a gente puder fazer juntos, no coletivo e com todo mundo, a gente vai fazer. Mas a gente passa por muitos problemas, muitas dificuldades, como qualquer grupo social que está se organizando”. Vale dizer mais, os espaços sociais controlados pelos camponeses não estão isentos das intrigas do poder. Aliás, são tomadas por relações de controle que impedem as capacidades criativas, participativas e propositivas das pessoas. A consideração a ser feita neste aspecto é que somos todos homens e mulheres do nosso tempo, da cultura política da nossa sociedade. Ora, o que imaginar da sociedade brasileira que foi educada por séculos por uma cultura política patrimonialista, clientelista? Como conseguir democratizar as relações sociais, além das lutas pela democratização do Estado? Como gerar uma cultura de confiança entre as pessoas, base fundante da cooperação, se o imaginário das pessoas na sociedade brasileira é alimentado todos os dias com aspectos comportamentais e valorativos que representam o medo, a corrupção, a amoralidade? Como conseguir gerar a ambiência da cultura da cooperação?

Destacamos ainda que além dos problemas ideopolíticos, culturais e formativos, foram apontados como limites organizacionais para a cooperação

fatores de ordem estrutural que implicam nas condições de produção, comercialização, crédito, assistência técnica para a produção camponesa. O depoimento de Valdirene de Oliveira indica uma situação comum na agricultura camponesa que é relativa à comercialização, e ela relata sobre o Assentamento Emerson Rodrigues, localizado a 35 Km de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul e mesmo assim é “o atravessador que vem aqui na porta e pega o produto. A caixa de quiabo que custa R\$ 50,00 em Campo Grande, ele paga aqui por R\$ 12,00. Então nossa renda vai toda embora, nós só ficamos com o trabalho”. Este problema da comercialização está relacionado ao transporte da produção. E Valdirene questiona, quando se refere aos camponeses: “quem que vai conseguir comprar o transporte individualmente? Ou fazer um poço artesiano? Ou uma irrigação?” Isto é, como os camponeses irão conseguir estruturar os meios de produção e viabilizar a economia camponesa, senão por processos organizacionais cooperativos?

Ao colocar a questão do comércio e do consumo como temáticas do pensar as correlações sociais de cooperação, está sendo evidenciado a comunicação entre o produtor e o consumidor, e no caso da economia camponesa a interação do campo e da cidade. Itelvina expressa a importância da reforma agrária, como projeto social que tem como centralidade a produção de alimentos saudáveis e não como o objetivo final a produção de *commodities* para o mercado agroexportador. A condição de mudanças nos objetivos e na lógica da produção muda também as formas de organização. A solidariedade não somente para as relações internas dos grupos sociais, nas suas cooperativas ou associações, mas uma relação solidária ampliada constituindo redes de colaboração. Esta ideia leva a pensar o local, tanto a produção quanto o consumo e neste sentido são necessárias institucionalidades que viabilizam os processos organizacionais. Itelvina questiona e afirma: “como nós podemos fazer com que a produção chegue até a cidade mais próxima? Porque este é o contraponto que nós fazemos. Porque a nossa luta pela reforma agrária ela tem que desenvolver mercados locais, onde aquela produção do camponês chegue aí na cidade através da feira e outras formas de comercialização. Então nós temos desenvolvido um conjunto de experiências, que aí eu acho que a gente precisa dar fortaleza a isto”. Significa dizer, organizar e fortalecer as relações sociais da economia solidária para ampliar e aprofundar os significados, os princípios e as práticas da cooperação.

Mas quando não ocorre a organização da economia camponesa, que é a expressão da diversidade na produção? O depoimento de Valdirene de Oliveira faz vislumbrar que há a tendência para a monocultura. “Aí há uma forte tendência para todo mundo ir para a área do leite porque diz que é mais fácil de vender o leite, e abandonar a diversidade, que é essencial para alimentação. Os assentamentos eles iniciam com a autoprodução diversificada, e eles tendem a ficar com o mínimo possível de produção”. Neste sentido, indico que a agricultura camponesa se aproxima da racionalidade do agronegócio, diferenciando-se na escala produtiva e nos ganhos financeiros, mas se igualando na lógica da organização produtiva, que significa para o camponês a perda do sentido originário das comunidades do campo, a

afirmação e a prática da diversidade produtiva e da diversidade das manifestações culturais.

Decorre do desvirtuamento da base organizativa genuína da economia camponesa uma pergunta que me parece central: que produção? O modelo de pensamento hegemônico é linear, substanciada pela razão absolutizadora. Esta epistemologia transposta para o campo traduz uma racionalidade fechada, que levam “as pessoas a pensar que com o modelo de agricultura que está aí [agronegócio], vão conseguir algum avanço, então o camponês vai produzir da forma como o técnico da AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural) quer e não vai procurar alternativas. Aí se endivida, não investe bem o crédito e não consegue se ajuntar mais nunca.”

### **Possibilidades de Cooperação: a autoorganização dos camponeses**

As possibilidades de auto-organização são a expressão de sistema aberto pelo qual se vislumbram alternativas. As possibilidades estão ligadas a um conjunto de necessidades, que ao serem analisadas e compreendidas coletivamente são geradoras de ações propositivas. Ao inter-relacionar as possibilidades de cooperação com a autoorganização, afirma-se um processo de coletividade orgânica, que nasce das convicções dos sujeitos sociais participantes. Neste caso, a organização dos camponeses resulta das dinâmicas mobilizadoras dos próprios sujeitos do campo. Outras entidades como as universidades pelos processos de educação popular e incubação, poderão ser pontos de apoio para promover a formação, os estudos e as reflexões sobre os referenciais teóricos e as práticas que são resultantes de outras experiências, criando mecanismos cognitivos de entendimentos mais adequados para pensar a realidade e a projeção de alternativas.

Das múltiplas dimensões que envolvem os processos de cooperação, Jair de Oliveira Chave afirma que a necessidade inicial está em “organizar a base, trabalhar a formação, fornecer informações, e desenvolver experiências cooperadas na prática, ter uma política de incentivos às práticas cooperadas”. Compreendo que Jair indica uma rede de ações. Para o trabalho associado e cooperativo a organização da base de um determinado grupo social, no caso os camponeses, é definidor das condições iniciais para a concretização de um projeto coletivo. Significa dizer que a participação é a força aglutinadora e que gera a ambiência educativa e epistemológica que gera a compreensão das situações e dos temas que englobam as relações e as dinâmicas organizacionais. A base neste sentido é o espaço de diálogos e de comunicações construtivas dos significados autênticos, isto é, que tem uma correlação entre a vida das pessoas, suas necessidades, desejos e projetos.

A assertiva de Jair ainda proporciona a reflexão sobre as metodologias organizacionais. Ao afirmar a necessidade de experiências de cooperação, está numa perspectiva educacional dialética e dialógica, pois não basta a simples declaração de princípios cooperativos e de trabalho associado. O desafio mais profundo é a efetivação prática da cooperação. Marx, nas teses Ad Feuerbach (1986) é categórico neste princípio educacional para a promoção de processos

revolucionários, que provocam as mudanças radicais das estruturas e das atitudes, não basta a pura filosofia, para ele o idealismo hegeliano, afirmando em contraposição uma filosofia ligada ao chão, à história, ao fazer humano concreto. Por isso Marx afirma que os problemas das transformações sociais são questões práticas, situações concretas e experienciais que precisam ser criadas para servir de exemplo para o olhar, o sentir, o falar, o dialogar. Os exemplos de cooperação são fontes de novos conhecimentos, porque são formas de práticas sociais construídas a partir de referenciais teóricos e de princípios éticos que condizem com a afirmação das coletividades humanas. Para as pessoas compreenderem cada vez mais o movimento social de uma economia organizada nos princípios de cooperação e da solidariedade, faz-se mister ampliar as redes de experiências e de comunicação das práticas inventadas e desenvolvidas pelos grupos sociais populares.

A ampliação da capacidade organizativa demanda uma rede de sujeitos e atores sociais, pessoas e entidades, para concretização das práxis cooperativas. As políticas públicas têm este significado. É o espaço socioinstitucional de agregação de pessoas para o debate, para gerar projetos, para provocar ações que atendam a uma coletividade organizada e a se organizar. As políticas como desenhos públicos, devem afirmar processos participativos, isto é, efetivar a educação para o exercício da democracia direta, que envolve as pessoas e gera uma rede de corresponsabilidades sociais. As políticas públicas são respostas para demandas amplas, que atendam e compreendam a inserção transformadora das estruturas sociais desiguais, para a construção de relações e estruturas sociais solidárias.

Implementar ações de cooperação significa perceber a cultura social, os contextos a partir dos quais formamos a nossa maneira de perceber as coisas. Valdirene de Oliveira indica que neste caminhar “primeiro nós temos que romper com o individualismo, se a gente não romper com o individualismo será muito difícil a gente avançar. Romper com o individualismo é você avançar na consciência política.” O individualismo não como uma fatalidade ontológica, mas apreendida como uma construção histórica, feita pelos humanos a partir de determinados interesses sociais. O individualismo, e, por conseguinte, a concorrência e a competição são fundamentos da sociedade moderna ocidental. A mudança para as relações de cooperação, no sentido do trabalho associado, representa uma influência nos princípios ideopolíticos e culturais desta mesma sociedade. Compreendo em conformidade com este raciocínio que romper com o individualismo e gerar a consciência política para afirmar a coletividade é ter a capacidade de experienciar os processos coletivos.

Valdirene, ao analisar as possibilidades da cooperação, completou o pensamento afirmando que “se o ser humano tem consciência política ele vai cooperar, ele vai entender que o individualismo não vai levar a nada, ele vai participar das mobilizações, ele vai participar das organizações, ele vai estar na frente de tudo. Eu acho que o principal problema nosso hoje é o individualismo.” Apesar de este pensamento estar centrado numa perspectiva forte de ação, de mobilização, que é o movimento social camponês, desenvolvo uma reflexão, problematizando a ordem de construção dos fenômenos do

processo, para que não tenhamos abstratamente um equívoco de compreensão. Há uma correlação entre o rompimento do individualismo, a consciência política e a participação. O que vem primeiro? Será que há a possibilidade de uma ordem? A dúvida é a possibilidade da quebra da linearidade no pensamento. Questiono provocativamente se é a consciência política que leva à participação, ou é a participação que leva à consciência política? Parece que a dúvida tem algumas implicações práticas. Se nos concentrarmos, coletivamente, primeiro na consciência política, havemos de fazer um processo de formação insistente até que as pessoas compreendam as coisas e a partir de então possam agir. Inversamente, a ação, e com ela a formação da consciência política, é um movimento dialético que implica a aprendizagem relacional entre o pensar e o fazer. Neste sentido, formaremos a nossa consciência da coletividade a partir da coletividade? Mas quem formará a coletividade? Para tanto não necessitamos da consciência política da coletividade?

“A cooperação não é uma ação simples”. Esta é a afirmativa de José Jusceli dos Santos que provoca a pensar que no processo de construção das relações de cooperação, influem situações das mais diversas matrizes ontológicas, culturais e epistemológicas, pelas quais se constituem e configuram a práxis humana. Na dimensão ontológica está presente a pergunta: como nos tornamos humanos? A questão cultural traz elementos sobre os valores, as crenças, as visões de mundo que configuram a existência humana. A epistemologia é problematizadora dos conhecimentos que são legitimados ou desqualificados e os que são adequados para o desenvolvimento das comunidades. Para entender a cooperação e as possibilidades de auto-organização é necessário a contextualização do pensamento e relativizar a reflexão às práticas sociais.

Aceita a premissa da contextualização do pensamento afiro com maior clareza o significado da observação de José Jusceli quando analisa a passagem do acampamento para o assentamento. Evidencia que “há uma diferença que não podemos confundir entre o acampamento e o assentamento, ao abrirmos este debate exemplamos o período de acampamento para justificarmos, ou para nos confundir mais ainda, o porquê os indivíduos não querem dar continuidade ao que iniciou e deu ‘certo’, pois foi através da cooperação que se ratificou o sonho geral e específico de cada um dos sujeitos”. Podemos aferir que são dois contextos distintos. O acampamento é um momento em que os objetivos do ‘coletivo’ são comuns, há um olhar atento numa direção única, a conquista da terra. Todos os homens e todas as mulheres que acampam se unificam para esta conquista. Não há divergência no objetivo, pode haver pontos de discussão relativos aos encaminhamentos para a conquista da terra, mas as margens de manobra são muita estreitas, pela coesão do grupo social, pelas necessidades de autodefesa das pessoas, pela preocupação constante em relação às ameaças físicas e morais externas, pela luta incessante para prover a alimentação e o abrigo. Vale dizer no acampamento a cooperação é um fazer em que o camponês isoladamente ou em família camponesa está limitado no seu poder de decisão. É neste espaço que o movimento social angaria maior unicidade, mas esta ocorre porque há unicidade no objetivo.

Lembro com José Jusceli que na passagem do acampamento ao assentamento a unicidade que parecia ser a fortaleza camponesa se rompe. Para compreender esta situação necessita-se entender a mudança do contexto organizacional. A situação de coesão social acaba. As famílias não estão mais num lugar comum de moradia, as ameaças externas de coerção física acabam ou pelo menos se tornam mais nebulosas, geralmente são mais sutis, por isso, menos perceptíveis. No assentamento cada família se reorganiza a partir do seu pedaço de terra e dos seus desejos. É o sentido da propriedade privada que entra em cena, onde o indivíduo tem a liberdade e o poder de decisão, portanto de construir no seu lote a sua casa, fazer a lavoura, de criar os seus animais. Há uma prioridade, cuidar do que é individual e familiar, e não do que é do coletivo, porque este representou só uma passagem, e não a finalidade do acampamento e da luta social. A finalidade pela opção de acampar é a conquista da terra, o lote particular. Então a cooperação, a ação coletiva que deu certo, é a que levou à conquista da terra, mas ela não gerou a cultura contínua da cooperação além dos atos espontâneos, de entreatajuda, para que ela pudesse ser institucionalizada.

A passagem do acampamento para o assentamento, e a ruptura da cooperação inicial que é gerada quando o movimento social promove o acampar dos camponeses, é um desafio que permanece. E o desafio é encontrar os fluxos de convergência para a constituição da coletividade. Ela precisa ser reencontrada no pós-assentamento, isto é, quais são as dificuldades e os interesses comuns? Como construir mecanismos organizadores quando o objetivo não está unificado? No assentamento há o conflito entre o trabalho individual e a realização do trabalho associado. De fato, com a estrutura econômica organizada na propriedade particular, o contexto induz e favorece o rompimento com os fundamentos coletivos presentes no acampamento. Nasce da passagem do acampamento para o assentamento a necessidade de uma organização mediadora, isto é, que tenha a capacidade política e pedagógica de promover a associação dos camponeses em torno de objetivos comuns, que atendam aos interesses tanto econômicos, quanto sociais e educacionais. O processo mediador é a caminhada do coletivo disforme para o fortalecimento da cultura da cooperação e a configuração de uma coletividade orgânica, isto é, na qual se percebe os laços de uma totalidade que se forma a partir do diálogo inter-relacional das particularidades. O entrelaçamento das partes para formar uma totalidade orgânica é o que dá sentido a uma sociabilidade democrática formada pela convicção nos princípios da cooperação.

O ideário da coletividade orgânica, constituída a partir da organização mediada, não é uma forma de fácil concretização. Ela constitui antes um movimento de ruptura com a cultura hegemônica e por isso representa um processo de superação da cultura individualista e caminha em direção ao horizonte de uma utopia que vai se realizando na experiência cotidiana de grupos sociais camponeses, que desafiam a si e aos seus colaboradores, a pensar e a praticar a cooperação, de encontrar as dinâmicas que possibilitam a formação intelectual, política e cultural dos que propõem a constituir coletivos de cooperação. Apesar de toda a experiência do movimento social camponês no

caminho da construção da cooperação, Valdirene de Oliveira reconhece que “nós [MST] não estamos dando conta enquanto organização, de trabalhar a formação continuada, que é essa que vai permitir o avanço da consciência. Às vezes nós temos um processo de formação muito grande e intensiva dentro do acampamento, mas quando ela vem para o assentamento ela para. Então este é o problema maior porque a terra é o primeiro passo, nós precisamos dar este acompanhamento, mas nós temos muitas dificuldades de acompanhar. Há uma tendência de quando vem para o assentamento as coordenações [núcleos de base] elas vão se desfazendo, há uma perda da organicidade e tudo isto atrapalha o desenvolvimento, o trabalho do assentamento”. No meu entender, ao reconhecer que o MST não consegue dar o acompanhamento, Valdirene está fazendo um chamamento para as forças sociais e políticas populares a constituir uma rede de colaboração, isto é, a organicidade de cooperação é possível e necessária ser construída efetivamente com inserção e participação de pessoas e entidades além do próprio movimento. Imagino aqui a necessidade de políticas públicas adequadas para a reforma agrária, ou o papel das universidades na formação de pessoas para a ação militante, com competência técnica e política, para a promoção da organização cooperativa com os camponeses.

Esta perspectiva se coloca além da situação do que denomino de organização imediata da economia camponesa, que pressionada pelas necessidades urgentes, há um limitar na capacidade imaginativa. São recorrentes atitudes dos camponeses, pela sua condição de empobrecimento e pela ausência de estruturas básicas nos projetos de reforma agrária, insistir em ações reivindicativas das condições da sobrevivência do aqui e agora, a sobreposição do imediato. Não sugiro com esta análise que possa ser muito diferente, que enquanto o básico não estiver atendido alguém possa ter a sua mente livre para sonhar um grande projeto coletivo. A questão que me parece importante é perceber como as estruturas precárias nos assentamentos de reforma agrária são limitadores das possibilidades de construção de projetos de organização da cooperação superior, embasados na economia solidária. O reconhecimento dos limites aumenta os desafios práticos de uma realidade socioeconômica que impõe barreiras, mas que ao mesmo tempo sugere a necessidade da persistência da construção das alternativas solidárias.

A cultura da organização imediata foi bem expressa por Valdirene de Oliveira. A lucidez desta militante, camponesa e formada em ciências sociais, provém da sua teimosia persistente na construção da organização mediata, isto é, que pensa a superação, portanto o prazo longo, mas que é pressionada pelo presente que reclama das ausências. Diz ela: “sempre nós discutimos as coisas pelo viés econômico [aquí diz do imediato]. Não está correto nós discutirmos só pelo viés econômico. Nós não avançamos na consciência, que a pessoa precisa entender e ir além disso, de que ao participar da luta, eu vou formar a minha consciência e vou estar conquistando coisas econômicas sim, só que não é só este viés. Se a gente for só pelo viés econômico a gente não consegue avançar, então as pessoas vão para a assembleia quando tem alguma coisa a ver com o crédito, com a casa, com algum benefício econômico”. Ressalto que a formação da consciência ocorre pela via da participação. A consciência é um conjunto de

conhecimentos que as pessoas adquirem pela práxis, e não pela via discursiva abstrata, de alguém que prega sobre a cooperação. A consciência da cooperação é a própria prática da cooperação.

## **A Constituição do Processo de Cooperação**

Elucido que o processo de cooperação resulta da prática constituinte de relações políticas, econômicas e culturais nos espaços da economia camponesa. Parto da ideia que há duas formas distintas de pensar o desenvolvimento de um assentamento. Chamo a primeira forma de hetero-planejamento e este se caracteriza por ser essencialmente burocrático, isto é, segue regras pré-estabelecidas, de forma estranha e externa ao grupo social ao qual está endereçado. A estranheza não é geradora de atitudes compromissadas, de inserção e de preocupação com o desenvolvimento integral do campo. A externalidade é um fazer frio e calculista, que se limita ao cumprimento de ritmos e de rituais, que são muito mais exigências das entidades financiadoras, públicas ou privadas, do que o pensar autêntico. O planejamento é um fazer distante da realidade, por isso superficial, sem significado para o desenvolvimento das unidades produtivas camponesas e com menor possibilidade para o desenvolvimento cooperativo da comunidade camponesa.

Como contraponto se pode falar do que denomino de auto-planejamento. Destaco três características fundantes desse processo: a proximidade, a participação e a identidade. A proximidade se refere ao reconhecimento das questões reais, aos problemas que são considerados como fulcrais pela comunidade. Diz da cotidianidade da organização da economia e da cultura camponesa explicitando ao mesmo tempo as barreiras, os limites, as dificuldades, quanto as possibilidades e as condições existentes na localidade. A proximidade é o mergulhar na realidade para revelar as potencialidades da comunidade reconhecendo os recursos materiais, os ambientes naturais e as formações humanas, apostando na capacidade e no crescimento intelectual, técnico e político das pessoas para o autodesenvolvimento.

O processo participativo é a configuração do poder democrático, que inclui os participantes em dinâmicas dialógicas, pelas quais se expressam impressões, ideias propostas. É a afirmação de ambiências de debates, das controvérsias para gerar consensos aglutinadores. A participação é a corresponsabilidade coletiva geradora da cultura autoorganizativa e autogestionária que implicam o saber falar e o saber ouvir. É o espaço da ponderação, do demonstrar, do argumentar. É a efetividade da busca do conhecimento, para a construção do bem viver coletivo. É saber da importância da coletividade para o crescimento comunitário. É o pensar e o fazer juntos.

A identidade é o processo que afirma a cultura do grupo social, a considerar os valores, as crenças, os costumes, a religiosidade. É o reconhecimento da alteridade. É a valorização do ser e do estar da cultura do campo. É o compartilhar saberes e experiências efetivando as relações de reciprocidade. A afirmação da identidade cultural, neste sentido, é importante porque quebra com o estranhamento, a imposição exógena, ou um colonialismo

cultural e afirma o desenvolvimento endógeno, ou a capacidade de abrir-se a partir de dentro, do local, da vontade da comunidade.

A afirmação de Valdirene de Oliveira demonstra que a proposição do autodesenvolvimento é relevante para gerar a cultura da participação, da identidade porque é próxima das pessoas e é geradora de ações significativas, que dizem da vida social, produtiva e das potencialidades de desenvolvimento. Afirma, “aqui mesmo no assentamento [Emerson Rodrigues] quando a assistência técnica do movimento assumiu, só para acontecer o PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) foram mais de dez reuniões em cada comunidade, em cada núcleo, e aí se pensou o PDA coletivamente. As famílias foram lá para a reunião e foram pensando o que cada um queria no seu lote. Isto para nós é um avanço, porque é diferente para minha família pensar o que quer para o sítio numa reunião em que você vai trocando ideias, unificando estas ideias. Então nós vimos aqui mesmo que várias pessoas optaram em fazer algum investimento coletivo de poço artesiano, os vizinhos vão fazer juntos, isto para a gente é um avanço, e os técnicos quando são do movimento vão encaminhar para os projetos que nós consideramos que são para nós estratégicos”.

Esta possibilidade do autodesenvolvimento, com perspectivas estratégicas é bem vivenciada na COOPERVIVER a partir da formação do grupo coletivo. Nas observações de campo realizadas e em conformidade com a entrevista de Altamiro, o projeto representa um desafio de constituição de um território camponês que afirma os valores da cooperação, do trabalho associado para gerar com efetividade a cultura da coletividade. Um projeto desta natureza só é viável com uma profunda convicção dos participantes. E a partir da convicção um conjunto às vezes crescente de situações adversas e vários vícios, no dizer de Altamiro, precisam ser enfrentados. A adversidade está no campo da economia para o planejamento e a definição dos processos produtivos, na geração de trabalho para todos, na fonte e quantidade de renda e na distribuição equitativa em conformidade com os critérios estabelecidos. Há os vícios de cultura, de não participação e de não se responsabilizar. Desafios ligados ao papel das mulheres, para gerar ambiências de inserção tanto políticas, quanto nas atividades produtivas, além das atividades domésticas, e nestas o desafio para os homens de compartilhar as atividades e gerar uma ambiência de democracia para a participação ampliada de homens e de mulheres. Num coletivo que se constitui, há as preocupações com as crianças para que possam ter escola, com a juventude que além de participar no trabalho, estudem e tenham lazer. Significa dizer, a organização de um projeto de cooperação coletivo revela questões complexas que implicam diferentes dimensões que se inter-relacionam e retroalimentam, fazendo com que o todo da organização dependa de várias partes, que por si também representam uma nova totalidade.

### **Referências Bibliográficas**

- BETANHO, Cristiane, EID, Farid e OLIVEIRA, Rosaura M. C. Economia Solidária e Marketing no Cooperativismo de Reforma Agrária: um estudo com educandos do ITERRA. In. ZART, Laudemir Luiz (et al.). **Educação e Socioeconomia Solidária: paradigmas de conhecimento e de sociedade**. Cáceres, Editora Unemat, 2004. Pg. 121–138.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro, 1987.
- CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1985.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- MACHADO, Ilma. Educação Solidária e Formação Omnilateral. In. ZART, Laudemir Luiz. **Educação e Socioeconomia Solidária: paradigmas de conhecimento e de sociedade**. Cáceres, Editora Unemat, 2004. Pg. 96-104.
- MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- PICANÇO, Iracy, TIRIBA, Lia (Org.). **Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2004.

# A COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DA REFORMA AGRÁRIA

*Tânia Paula da Silva*

## **Introdução**

A discussão acerca da cooperação e, por conseguinte, do cooperativismo dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vem como ele próprio, da necessidade de encontrar formas que pudessem auxiliar a reverter a situação imposta pelo sistema capitalista à classe trabalhadora no campo (desemprego, êxodo rural, etc.). Logo, a cooperação representa um elemento estratégico de fundamental importância na consolidação dos assentamentos e do Movimento ao longo de sua trajetória.

A cooperação, sobretudo a forma coletiva da terra e do trabalho, é proposta pela organização do MST como forma de superar o modo tradicional de produzir do camponês. Segundo parte do Movimento, trata-se de uma forma “artesanal” de produção praticada em unidades familiares individuais. Estas ideias, divulgadas nos cadernos de formação e cooperação agrícola, afirmam que aceitar a terra dividida em lotes individuais e/ou não participar de alguma forma de cooperação agrícola, significa submeter-se ao processo de exclusão que os tornaram sem-terra.

Desse modo, a cooperação é vista pela Organização como uma alternativa a essa lógica. Não somente porque possibilitaria a viabilização econômica dos assentados e a “*transformação de suas formas de consciência*”, mas também porque permitiria a própria reprodução do Movimento enquanto organização, tanto através da contribuição econômica, quanto da “liberação” das lideranças para desempenharem funções executivas importantes em suas instâncias orgânicas (comissões executivas estaduais e nacionais, direções das centrais cooperativas, etc.).

Assim, através das diversas formas de cooperação – desde formas mais simples de trabalho, como o mutirão, até formas de cooperação mais complexas, como as cooperativas de produção agropecuária, onde a terra e o trabalho são coletivos – a organização do MST pretende viabilizar economicamente os assentamentos e, por conseguinte, ampliar e legitimar a luta política pela Reforma Agrária.

A questão da cooperação joga um papel muito importante, tanto em termos de sobrevivência e resistência ao capitalismo, como também, no sentido estratégico, onde a massa camponesa também deve ser considerada como força social para a transformação da sociedade. Nossa força, tanto política quanto econômica, depende desta organização orgânica que temos no assentamento. (MST, 1999, p.18)

Nesse sentido, a nossa preocupação, no presente texto, é compreender as propostas de cooperação organizadas pelo MST, para a viabilidade socioeconômica dos assentamentos, com enfoque especial para as práticas desenvolvidas pelos assentados, tanto na organização, quanto no desenvolvimento das formas de cooperação. Parte-se do pressuposto de que embora exista o ideal de cooperação e de cooperativas de produção para os assentamentos rurais exposto nas publicações do e para o Movimento, a predominância na forma de organização do trabalho na terra tem sido aquela que possibilita maior autonomia para o assentado e sua família no tocante ao processo de produção, e com isso, sobre o seu próprio modo de vida.

## **A Cooperação no Ideário e nas Práticas do MST**

A discussão, principalmente por parte das lideranças do MST, acerca da organização da produção nos assentamentos rurais teve início a partir da consolidação dos primeiros assentamentos. Pois, “[...] desde o princípio [...] existiam preocupações essenciais referentes à resistência dos sem-terra ao processo expropriador do modelo de desenvolvimento econômico da agricultura [...]”. (FERNANDES, 2000, p. 178).

No entanto, somente a partir de 1989, período em que o Movimento adota o lema: “Ocupar, Resistir e Produzir”, é que a organização do Movimento passa a desenvolver uma política cooperativista para os assentamentos. Isto ocorreu devido ao aumento do número de assentamentos rurais no país e à necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente, bem como concretizar a ideia de que através da cooperação agrícola o assentado pode sobreviver na terra, produzindo em maior quantidade e com melhor qualidade.

Portanto, a partir do momento em que o Movimento percebeu que a luta pela terra se desdobra, necessariamente, na luta pela viabilização econômica dos assentamentos, a organização do trabalho e da produção passou a ser entendida não só como uma condição básica para a permanência do camponês na terra conquistada, mas também, “como uma forma de sustentação do projeto político dos sem-terra” (FABRINI, 2002). Neste sentido, vejamos o que escreve o Movimento:

A questão da cooperação joga um papel muito importante, tanto em termos de sobrevivência e resistência ao capitalismo, como também, no sentido estratégico, onde a massa camponesa também deve ser considerada como força social para a transformação da sociedade. Nossa força, tanto política quanto econômica, dependem desta organização orgânica que temos no assentamento. (MST, 1999, p. 18).

Deste modo, a partir da consolidação do MST, por meio das ocupações, acampamentos e conquistas de assentamentos, a cooperação agrícola passa a estar vinculada diretamente com o projeto de gestão das “terras conquistadas”, enquanto continuidade da luta política e fomentação ideológico próprio Movimento.

A organização do Movimento entende que essa forma de gerir o trabalho e, conseqüentemente, comercializar a produção, conhecida como cooperação agrícola, não resolve todos os problemas da agricultura brasileira, logo que os mesmos são estruturais e se ligam ao modelo agropecuário adotado no país. Todavia a cooperação é o caminho do possível que, por sua vez, se desdobra, como observa Carvalho (2002), em uma *pedagogia da resistência* ao processo de exploração e expropriação inscrito na lógica do desenvolvimento capitalista no campo. Para que esta *pedagogia da resistência* possa dar resultados a cooperação passou a ser entendida de forma multidimensional, ou seja, a partir da articulação dos campos: econômico, político e social.

As *razões econômicas* decorrem da necessidade de aumento do capital constante; aumento da produtividade e da divisão e especialização do trabalho; racionalização da produção de acordo com os recursos naturais; introdução de tecnologias ao processo produtivo visando conseguir melhores preços para os produtos e o desenvolvimento da agroindústria; as *razões sociais* estão vinculadas ao bem-estar dos assentados e compreendem a urbanização das moradias; infraestrutura básica (energia elétrica, água encanada); educação; transporte coletivo; saúde; igualdade de direitos entre homens e mulheres e o lazer; as *razões políticas* fazem parte da resistência à exclusão do sistema capitalista, a formação de militantes e dirigentes; a articulação política e o acúmulo de forças para a transformação social (MST, 1998, p. 24-25).

Entretanto, a eficiência da cooperação agrícola, que tem a cooperativa (CPA) como prioridade:

[...] não está apenas na mecanização, modernização, forma de gestão e uso de instrumentos modernos. Isto na verdade é uma consequência, e a importância maior das cooperativas, reside na capacidade de mobilização dos trabalhadores, tanto para alcançar objetivos relacionados à produção, como aqueles relacionados à luta pela terra e a liberação de membros das cooperativas para atuar na luta pela Reforma Agrária e outras frentes (FABRINI, 2001, p. 13).

Observa-se no trecho da citação de Fabrini uma grande preocupação com a continuidade da luta, “a importância maior das cooperativas, reside na capacidade de mobilização dos trabalhadores, tanto para alcançar objetivos relacionados à produção, como aqueles relacionados à luta pela terra”. Essa preocupação perpassa todo o processo de construção e consolidação das formas cooperativas de organizar a produção e o trabalho dentro do MST.

Segundo Stédile & Fernandes (1999), houve uma constante reconstrução dos projetos de cooperação agrícola no interior do MST e dos assentamentos, ou seja, a proposta de cooperação desenvolvida pela

organização do Movimento passou por várias modificações desde seu início até os dias atuais. Desde a sua origem ela sofre influência dos debates teóricos desse movimento social, apresentando um componente fortemente político-ideológico no conjunto de suas orientações.

Nesse contexto, de estruturação da proposta de cooperação agrícola, a organização do Movimento começa a publicar vários materiais destinados a orientar os camponeses assentados na escolha da forma de organização da produção a ser desenvolvida na terra conquistada. Estas publicações, de forma geral, propunham discutir as diversas formas de se organizar e trabalhar em conjunto na terra conquistada, o território dos assentamentos rurais.

Na atualidade a cooperação agrícola é entendida pela organização do Movimento, não apenas como possibilidade de concentração de capital, de mão de obra e de meios de produção, mas principalmente como meio indispensável para conquistar a Reforma Agrária e transformar a sociedade, por meio da luta política.

Entretanto, para a organização do MST, que tem como principal referência teórica o marxismo-leninismo, a forma camponesa de pensar é entendida como um obstáculo para o desenvolvimento das ações coletivas nos assentamentos. Por entender que as relações sociais e de produção camponesas não permitem a formação de uma “consciência coletiva”, grande parte das publicações do Movimento atribui a esse comportamento chamado de individualista, os possíveis fracassos no desenvolvimento das atividades coletivas entre os camponeses.

Neste sentido, qual seja, do *modo de vida* do camponês, Carvalho (1998, p. 07), afirma que se trata de um “comportamento individualista com relação à gestão do assentamento, a forma de apropriação da terra e ao processo produtivo no sentido mais amplo, incluindo a comercialização, e às relações com os organismos governamentais mediadores das políticas públicas”. Segundo esta interpretação, este tipo de produção tradicional acaba não permitindo a sobrevivência do trabalhador e sua família na terra, fato que pode trazer consequências políticas negativas e acabar comprometendo ideologicamente a luta pela terra e pela Reforma Agrária. Portanto, para organização do Movimento, a participação dos assentados em atividades coletivas,

[...] contribuirá para que o indivíduo dê os primeiros passos na formação de uma nova consciência social a partir da prática de novos hábitos e valores e, posteriormente, através da organicidade e de sua própria participação, adquira a consciência política, fazendo com que se empenhe, agora não mais para transformar os aspectos da realidade que o cerca, mas de toda a realidade que concentra injustiças e opressões dos seres humanos (BOGO, 1999, p. 137-138).

Diante de tal contexto, fica evidente que, para a organização do Movimento, torna-se necessário romper com as raízes culturais passadas, mudar a “mentalidade tradicional camponesa dos assentados”, mentalidade esta que,

por essa concepção, os leva a acreditar que somente conseguirão a autonomia por meio da gestão individual/familiar da terra. Sozinho, isoladamente, como escrevem os autores destas publicações do Movimento, é muito difícil que um assentado possa conseguir capitalizar-se para inserir-se no mercado capitalista, visto que é da sua capacidade de organização neste mercado que dependerá a sua permanência ou a sua exclusão na terra conquistada.

Neste momento, importante se faz lembrar que por meio da incorporação ao mundo da mercadoria, a organização do MST acredita que se pode criar condições favoráveis para a luta e superação das relações de dominação capitalista (FABRINI, 2002). Portanto, a resistência se daria por dentro do sistema e não por fora, como costumeiramente se pensa.

Afirma ainda que, no atual contexto capitalista a solução é desenvolver formas de cooperação que permitam aos camponeses assentados superar, em conjunto, as dificuldades que recaem sobre os mesmos quando atuam isoladamente. Isso quer dizer que, se os camponeses assentados se organizarem, desenvolvendo a cooperação, eles conseguirão superar as relações de dominação geradas no processo de acumulação de capital, encontrando formas de adquirir equipamentos, tecnologia e preços de produtos mais favoráveis; o que conseqüentemente proporcionaria melhores perspectivas para a sobrevivência econômica das famílias assentadas (STÉDILE e FERNANDES, 1999).

Vale ressaltar que a organização do Movimento desenvolveu algumas metodologias destinadas a “alterar a mentalidade camponesa” e diminuir a resistência dos assentados às práticas coletivas. O Movimento, durante toda sua trajetória de luta, promoveu vários cursos de formação técnica e política para que os assentados e acampados entrem em contato com as diversas formas possíveis de cooperação, na tentativa de romper com o tradicional “modo de produzir do camponês”. No entanto, a criação e desenvolvimento desses cursos de formação e capacitação não possibilitaram uma mudança na mentalidade dos camponeses assentados, visto que, a resistência por parte destes às formas coletivas de trabalho e de produção propostas pela organização do Movimento permanece tão intensa quanto antes.

Schreinerem seu estudo sobre a organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais da região sudoeste e oeste do Paraná, afirma que:

[...] a maioria das famílias rejeitam as formas fechadas, principalmente as exclusivamente no coletivismo. O que elas buscam através da luta pela terra é a recriação de um modo de vida camponês, cujos fundamentos são o trabalho familiar em lotes que sejam seus e em relações de cooperação comunitárias. Não se trata de mera restauração do passado, mas de escolhas de valores. (SCHREINER 2002, p. 307).

Neste sentido, as contribuições de Brenneisen (2000) também são importantes, já que a autora afirma que a resistência camponesa se deve ao fato de que não houve por parte do Movimento uma mudança no que se refere à

concepção que se tem do campesinato, que continua sendo concebido como um entrave ao desenvolvimento das formas de cooperação e, conseqüentemente, à causa socialista. Ela assegura ainda que as posições ideológicas do MST nem sempre condizem com a diversidade cultural dos camponeses assentados.

Esta análise pode ser apreendida não só na fala dos militantes, mas também nos cadernos do Movimento, como o documento “O que levar em conta para a organização do assentamento”, de 2001, onde ainda se discute a necessidade de superação das relações camponesas. Isto quer dizer que, em relação às formas de cooperação, apesar de terem sido debatidas no interior do MST desde meados da década de 1980, não ocorreram transformações substantivas na essência do que fundamenta a sua compreensão, bem como a do campesinato. Portanto, para que os camponeses assentados “aceitem” as formas de cooperação propostas pelo Movimento,

É preciso que se abandone de vez a pretensão de se fazer *do outro* um instrumento político, numa causa que passa ao largo dos seus desejos e anseios. Ao contrário, que se parta das iniciativas comunitárias, oriente-se pelo estímulo a essas iniciativas, que se respeite de fato as tradições históricas, as formas sociais de organização do trabalho e as diversas modalidades de organização da vida cotidiana e da produção das comunidades envolvidas como a ajuda mútua trocam de dias de serviço, pequenas associações, etc. (BRENNISEN, 2000, p. 206).

Concordamos com a autora, e compreendemos que essa situação de resistência só poderá mudar quando existir a percepção da importância dos valores, das práticas e das tradições dos camponeses assentados (experiências de vida anteriores à fase de ocupação - acampamento, por vezes, muito sólidas). Acreditamos também que as formas de cooperação propostas pela organização do Movimento, só se tornarão viáveis quando se levar em conta a herança cultural e o projeto familiar que são à base de identidade dos camponeses, uma vez que a resistência não é exatamente em relação à cooperação em si, mas, contra o cooperativismo (produto da cooperação) proposto pelas publicações do e sobre o Movimento. Pois,

O que se observa nos assentamentos, é uma discrepância entre os projetos dos camponeses assentados e o projeto de cooperativas com trabalho coletivo do MST/CONCRAB. Verificou-se, assim, que as cooperativas do MST enquanto empreendimento econômico está sustentada na ideia de reprodução ampliada e de escala progressiva, característica da sociedade moderna. Esta compreensão entra em confronto com uma economia mercantil simples (M-D-M) da produção camponesa (FABRINI, 2002, p. 90).

Enfim, concordamos com Oliveira (2002) quando adverte ser necessário sapiência, pois não se pode tirar dos camponeses o sonho histórico da produção individual autônoma. Tudo indica que o distanciamento entre as

aspirações e o projeto posto em prática decorre de estigmas ainda profundamente incrustados em nosso meio, consubstanciado na recusa em admitir, de fato, a existência dos camponeses.

## **O Sentido da Cooperação para os Camponeses Assentados: limites e possibilidades**

Apesar de haver por parte da organização do MST um privilegiamento *a priori* de processos coletivos de organização dos assentamentos, uma das decisões mais cruciais que os sem-terra têm de tomar, ao iniciar as atividades produtivas no lote conquistado, é escolher a forma de exploração da terra. Desse modo, na terra conquistada as famílias camponesas vivenciam o conflito entre “viver coletivo”, através da formação de cooperativas de produção, ou “viver individual” através da reorganização da agricultura camponesa, tal como já tinham tradição de realizar em sua atividade de pequeno produtor familiar antes de serem assentadas.

Neste sentido, Farias (2002), ao discutir as formas de sociabilidade no assentamento Sul Bonito, em Itaquiraí/MS, evidencia os conflitos em relação a esse debate:

O ‘viver coletivo’ é uma orientação da organização do MST que, ao divulgar ‘princípios coletivistas’, procura projetar uma sociedade de iguais, estruturada na ideologia socialista. Neste sentido, o ‘viver coletivo’, não é somente estar na terra conquistada, mas também, é levar adiante a luta pela Reforma Agrária. Já o ‘viver individual’, traz em si referências da experiência constituída em um outro momento, permanecendo presente na memória individual ou coletiva das famílias, mas que a organização do Movimento ainda não conseguiu interpretar, traz em si o desejo de felicidade e melhoria de vida da família (FARIAS, 2002, p.222).

Isso posto, cabe dizer que desde o início das discussões sobre a cooperação agrícola, este debate (coletivo x individual) foi delineado por posições divergentes, marcadas por um discurso ideológico-moral do tipo “coletivo-superior” *versus* “individual-inferior”, conduzido principalmente pelas lideranças do Movimento. Entretanto, a formação de assentamentos à base da agricultura camponesa acabou predominando, porém com algumas combinações de cooperação em parte da terra, entre grupos de pequenos agricultores. Também proliferam as associações de comercialização, compra e uso de máquinas e de beneficiamento nos assentamentos rurais.

Acreditamos que isso se deve ao fato de que no mundo camponês as soluções ora cooperativistas, ora individuais/familiares, não se chocam, pelo contrário, compõem o conjunto das relações sociais que são referências no universo camponês, transitando em uma “via de mão dupla” de acordo com as necessidades dos camponeses.

Apesar disso, a ideia de incentivar a coletivização continua sendo

dominante entre as lideranças do Movimento, e ainda é pensada como intrinsecamente melhor, tendo como fundamento as concepções teórico-metodológicas sobre campesinato, cooperação agrícola e socialismo que predominam na Organização.

Logo que, se por um lado, os assentados trazem uma experiência de práticas coletivas vividas no processo de luta, impulsionando-os a buscarem meios que deem continuidade ao novo estilo de viver coletivamente, por outro, eles trazem em sua trajetória de vida toda uma experiência de trabalho voltada à organização familiar, onde os costumes, os valores e tradições continuam arraigados.

Neste sentido, os assentados vivenciam um conflito entre as formas de vida do ser camponês (o trabalho individual familiar) e o diferente (o trabalho coletivo) que se apreendeu coletivamente, manifestado num momento em que se tornava necessário construir um novo estilo de vida, no espaço social e coletivo dos acampamentos.

No entanto, não é possível desconsiderar que a pequena produção familiar está enraizada no modo de vida, na maneira do camponês conceber a terra, como podemos apreender no relato dos camponeses quando afirmam que: *“nos assentamentos aqui não tem nenhuma família que coletivizou a terra, todo mundo se ajuda, mas é cada um no seu lote”*. Portanto, a experiência anterior ao acampamento não se apaga, ela mescla-se às novas.

Deste modo, a vivência coletiva no acampamento, onde a preocupação central foi a conquista da terra, não se constitui como base para a organização coletiva no processo produtivo, mas sim como suporte para que os assentados continuem organizados a lutar coletivamente, a se sentirem comprometidos com o assentamento, o que não é suficiente para superarem as diferenças e divergências em relação ao modo de trabalhar, produzir e viver na terra conquistada.

Corroborando com esta análise, D’Incão & Roy (1995), ao discutirem a cooperação e a liberdade em pesquisa nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo, afirmam que, no momento da luta pela terra o objetivo e a aspiração são os mesmos, ou seja, “a conquista da terra”, porém no momento vivido na terra conquistada, as singularidades, e o desejo de autonomia tornam-se mais premente, emergindo as diferenças entre as famílias. Os referidos autores afirmam ainda que tal argumento (experiência coletiva nos acampamentos) torna-se autoritário, à medida que procura induzir as pessoas a seguir caminhos que elas não almejam.

Tecendo críticas similares a esses autores, quanto ao desenvolvimento das práticas coletivas nos assentamentos, Romano (1994) destaca um choque de valores entre os princípios dos organizadores e os princípios da grande parcela de assentados. Segundo o referido autor, no primeiro estágio do assentamento, comparece a dimensão cooperativa, comunitária e coletiva entre os assentados. No segundo momento, os assentados vivenciam o conflito da vida cotidiana permeada, de um lado, pelos interesses dos líderes/militantes (valores igualitários), de outro, pelas suas próprias experiências, tradições e desejos de “controlar” o espaço, agora, conquistado.

Portanto, apesar dos assentados terem experimentado ações e práticas coletivas no acampamento, levando-os a buscarem uma vivência coletiva, no momento da estruturação do assentamento eles ainda buscam dar continuidade a um modo de vida camponês, ou seja, aos costumes mais fortemente enraizados na forma de produzir e de se relacionar com a terra, porque esta passagem da produção familiar - enraizada na maneira de ser do camponês - para a produção coletiva leva a uma ruptura de valores, numa mudança, tanto de concepções, como de relações cotidianas que para acontecer implicam um processo conflituoso de construção. Logo, a presença, ainda que de forma mesclada, da produção coletiva lado a lado com a produção individual nos lotes é, quiçá, um indicativo desta construção de novos caminhos em que o novo e o velho são partes inseparáveis deste processo de mudança.

Desta forma, quando o camponês assentado diz: “quando o B. consegue alguma coisa com as empresas aí fora ele vem aqui e faz a proposta pra nós, a gente decide se planta junto ou não, mas é só isso [...]”, ele indica que o processo de decisão permanece centrado em sua pessoa, mesmo quando participa de formas coletivas de comercialização.

Diante disso, observamos que muitos assentados resistem à cooperação agrícola, ao trabalho coletivo, demonstrando o desejo de continuar o estilo de produção individual/familiar, vale dizer, uma forma de trabalho onde o camponês se vê como sujeito autônomo, livre, dono e administrador da terra, de seu tempo e de sua vida. Pois, como já dizia Simonetti (1999, p. 71), em sua análise sobre o processo de recriação dos camponeses em Promissão/SP, “O assentamento não é somente o lugar da *produção*, mas também o lugar da *realização da vida*. A luta pela terra é mais ampla. É a luta pela vida, não pela terra *strictu sensu*”.

Isto significa perceber que o Movimento, enquanto organização, enfrenta dentro dos assentamentos, forte oposição à proposta política/ideológica de cooperação agrícola e, principalmente, a implantação das formas coletivas de produzir, logo que elas diferem do modo de vida e de trabalho dos camponeses: “Elas são vistas pelos assentados como limites à realização da liberdade e autonomia” (SCHEREINER, 2002, p.17). Aqui, portanto, desnuda-se um possível desencontro entre as teses defendidas pela organização do MST e os assentados.

## **Considerações Finais**

O trabalho com as fontes orais e documentação escrita nos permite afirmar que os camponeses assentados desenvolvem a cooperação, pois o que ocorre nos assentamentos rurais é uma riqueza de formas organizacionais de produção, todavia, não seguem necessariamente um modelo estabelecido pela direção do MST.

Portanto, esta cooperação desenvolvida pelos camponeses é marcada por relações de solidariedade, mediadas pelos laços de família e de parentesco, tendo como base seus ideais familiares, os valores camponeses e as suas concepções de mundo, como explica o camponês assentado, quando diz que

“aqui no assentamento a gente sempre procura ajudar pra ser ajudado”. Portanto, “[...] no universo camponês, a terra, o trabalho, a família e a liberdade, são elementos importantes: a terra como patrimônio da família, sobre a qual se realiza o trabalho, que constrói a família – a terra como valor de uso e não para fins mercantis” (WOORTMANN *apud* SCHREINER, 2002, p. 307).

Assim sendo, diferentemente da teoria da organização do MST, acreditamos que a busca dessa autonomia e autossuficiência pelos camponeses é o que sustenta a sua permanência na terra, a sua disponibilidade de luta, a sua recriação enquanto camponês. Desse modo, independentemente dos desencontros ideológicos entre os sem-terra e a direção, sejam as lideranças, militantes ou dirigentes, ocorridos no assentamento, a luta continua por meio da organização, da participação e da vivência comunitária, práticas apreendidas no processo de conquista e de permanência na terra, embora de modo diferenciado entre os assentados. Dessa forma, o assentamento continua a ser uma terra de luta, de diversas lutas, só que agora a luta é contra o capital, é uma guerra cotidiana para permanecer no lote conquistado, na *terra de trabalho*, que permita a organização da produção e da vida camponesa.

Logo, se, por um lado, esses homens e mulheres não abandonaram seu passado de trabalhador familiar camponês, por outro, a experiência coletiva da ocupação e do acampamento deixou marcas indeléveis. E é justamente este “misto” de experiências passadas e presentes, de permanência e de mudança, que alimentam a utopia da terra e da luta, da conquista de uma sociedade mais igualitária.

### Referências Bibliográficas

BRENNEISEN, E.C. **Relações de Poder, Dominação e Resistência**. 2000. Tese [Doutorado em Ciências Sociais]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CARVALHO, Horácio M. **Formas de Associativismo Vivenciadas pelos Trabalhadores Rurais nas Áreas de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba, Agosto de 1998. Disponível em <http://www.dataterra.org.br/documentos/horacio.htm>. Acesso em: 10/10/2003.

\_\_\_\_\_. As contribuições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de Reforma Agrária do MST (período 1989-1999). In: **Concrab**. Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989-1999). **Caderno de Cooperação Agrícola nº 08**. São Paulo: CONCRAB, 1999a.

D’INCAO, Maria C.; ROY, Gerard. **Nós cidadãos**. São Paulo: Paz e Terra. 1995.

\_\_\_\_\_. **Comunidade de Resistência e Superação**. Curitiba, 2002, 48p. (mimeografado)

FABRINI, João E. **Assentamentos de Trabalhadores Sem – Terra: experiências e lutas no Paraná**. M. C. Rondon. Cascavel: Edunioeste, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os Assentamentos de Trabalhadores Sem Terra Enquanto Território de Ações Coletivas/Cooperativas**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FARIAS, Marisa de F. L. de. **Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra**. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

FERNANDES, Bernardo M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

- MORAES, Clodomir S. **Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo**. Caderno de Formação nº 11. São Paulo, 1986.
- MST/CONCRAB. Terra Não Se Ganha, Se Conquista! **Caderno de Formação n.09**. São Paulo, Abril de 1986.
- \_\_\_\_\_. A Cooperação Agrícola nos Assentamentos. **Cadernos de Formação nº. 20**. São Paulo, 1993.
- \_\_\_\_\_. Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos. **Cadernos de Cooperação Agrícola nº. 04**. São Paulo: Concrab, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Quatro Anos Organizando a Cooperação**. São Paulo: Concrab, 1996.
- \_\_\_\_\_. Sistema Cooperativista dos Assentados. **Caderno de Cooperação Agrícola nº. 05**. São Paulo: Concrab, 1997.
- \_\_\_\_\_. Cooperativas de Produção: Questões Práticas. **Cadernos de Formaçãoº. 21**. 3º ed. São Paulo: Concrab, 1997.
- \_\_\_\_\_. Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999). **Cadernos de Cooperação Agrícola nº 08**. São Paulo: Concrab, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O que Levar em Conta para a Organização do Assentamento**. São Paulo: Concrab, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Os Desafios da Produção e a Organicidade do Setor**. São Paulo: MST, 2002. (Mimeo.).
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- RIBAS, Alexandre Domingues. O Sistema Cooperativista dos Assentados. In: **NERA, Série Estudos, nº 01**, 1998.
- ROMANO, Jorge Osvaldo. Poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos. In: **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. SP: Ed.UNESP, 1994.
- SCHREINER, D. F. **Entre a e Exclusão e a Utopia**. 2002. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SILVA, Tânia Paula da. **A Organização do Trabalho Coletivo e as Transformações Territoriais no Assentamento São Manoel, em Anastácio/MS**. 2000. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Campus de Três Lagoas, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.
- SIMONETTI, Miriam Claudia Lourenção. **A Longa Caminhada; a (re)construção do território camponês em Promissão**. 1999. Tese [Doutorado em Geografia], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade Estadual Paulista, São Paulo.
- SOUZA, Maria Antonia de. **As Formas Organizacionais de Produção em Assentamentos Rurais do MST**. 1999. Tese [Doutorado em Educação], UNICAMP.
- STEDILE, J. FERNANDES, Bernardo M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- WOORTMANN, Klass. "Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral". **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Univesidade de Brasília, p.11-73, 1990.
- ZIMMERMANN, Neusa de Castro. **Depois da Terra a Conquista da Cooperação**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Humanas da UNB, 1989.

# Relação dos Autores

## **Angelita de Oliveira Almeida**

Professora efetiva da Universidade Federal do Tocantins (UFT) do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Cooperativas. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Linha de Pesquisa Educação e Trabalho. Pós-graduada "latu-senso" em Gestão Estratégica de Recursos Humanos (2008) pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal na UNIDERP/MS. Graduada em Administração pela Universidade Federal de Viçosa- UFV/MG (2004).

*e-mail:* [angelheus@hotmail.com](mailto:angelheus@hotmail.com)

## **Antonio Francisco de Souza Filho**

Possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e mestrado em Ciência Animal na área de Saúde Animal, com ênfase em genotipagem e tuberculose bovina. Atualmente é residente em Medicina Veterinária Preventiva na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da UFMS.

*e-mail:* [antoniosouzafilho@gmail.com](mailto:antoniosouzafilho@gmail.com)

## **Arly Porto de Oliveira**

Bióloga (UCDB, 2004) e mestre em Biologia Vegetal (UFMS, 2009), Atualmente é professora efetiva da Rede Municipal de Educação (SEMED) e Técnica na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFMS no projeto Rede de Incubadoras de Economia Solidária do Centro-Oeste (REINESCO).

*e-mail:* [arlyporto77@yahoo.com.br](mailto:arlyporto77@yahoo.com.br)

## **Aldo Felipe Fava**

Tem experiência na área de piscicultura e nutrição de ruminantes. Acadêmico do curso de Zootecnia na Universidade Federal do Mato Grosso Do Sul. Atualmente estagiário na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP, localizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, desde Junho/2012. Desenvolvendo habilidades em extensão rural na área de Avicultura de Corte e Piscicultura. Colaborador no projeto de Produção de frango tipo caipira (Pantaneiro) espécie Label Rouge executado no Assentamento Três Corações e também no desenvolvimento do projeto piloto de Aquaponia/Aquicultura. Participou de experimentos na área de nutrição de ruminantes com bovinocultura em 2010 e ovinocultura entre 2012 e 2013. Fez estágio em aquicultura, adquirindo experiência em manejo e cultura de alevinos e qualidade da água em tanques de criação.

*e-mail:* [aldofava@hotmail.com](mailto:aldofava@hotmail.com)

## **Ana Maria de Lima**

Possui graduação em Administração pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2000) e mestrado no Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (2010). Atualmente está cursando doutorado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, na área de administração. Professora concursada na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), no curso de administração desde 2006. Experiência em pesquisa e extensão na temática organização do trabalho coletivo com interesse em pesquisas sobre Relações Interorganizacionais (RI).

*e-mail:* [ana.lima@unemat.br](mailto:ana.lima@unemat.br)

### **Clovis Vailant**

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1998). É especialista em Turismo e Desenvolvimento Regional pela Unemat. Mestre em Geografia pela UFMT. Atuando na coordenação da Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (REINESCO) é Professor Pesquisador CNPQ e Extensionista FINEP. Tem experiência na área de Economia Solidária, Educação do Campo, Geografia Agrária, Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, planejamento regional e desenvolvimento local.

*e-mail:* [vailantc@hotmail.com](mailto:vailantc@hotmail.com)

### **Dalva Mirian Coura Aveiro**

Pedagoga, Técnica em Assuntos Educacionais; Especialista em Gestão Pública e Sociedade; Coordenadora do Programa de extensão Universitário "A UFMS vai à escola" desde 1999; Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP-UFMS.

*e-mail:* [dalva.aveiro@ufms.br](mailto:dalva.aveiro@ufms.br)

### **Dilma Lourença da Costa**

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1998) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (2010). Atualmente é professora titular na Universidade do Estado de Mato Grosso no Curso de Geografia e em Cargo de Gestão - Assessora de Extensão na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unemat - Gestão 2010/2014. Coordenadora Local do Projeto REINESCO. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente no seguinte tema: território camponês, economia solidária, Geografia urbana e Ensino de Geografia.

*e-mail:* [costad@terra.com.br](mailto:costad@terra.com.br)

### **Fabiana Rodrigues Riva**

Mestre em Administração, pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração da Universidade Federal de Rondônia - PPGMAD/UNIR (2011), doutoranda em agronegócios na UFRGS. Bolsista CAPES. Graduada em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (2008). Pesquisadora do Coordenadora do Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (CEDSA) - membro de projeto de pesquisa CNPq.

*e-mail:* [fabianariva@gmail.com](mailto:fabianariva@gmail.com)

### **Ilma Ferreira Machado**

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1987), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996) Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2003) e Pós-doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui experiência na área de Educação Básica e Superior. É professora adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso, atuando no curso de Pedagogia, nas áreas de Didática e Estágio Supervisionado, e no Mestrado em Educação. É membro do Conselho Editorial da Revista da Faculdade de Educação/Unemat. Estuda principalmente os seguintes temas: projeto político pedagógico, avaliação-ensino, avaliação processual, organização do trabalho pedagógico, educação do campo, educação e trabalho, trabalho coletivo e educação dos trabalhadores rurais.

*e-mail:* [ilma.ferreiramachado@gmail.com](mailto:ilma.ferreiramachado@gmail.com)

**João Ivo Puhl**

Professor de História da América no Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso, no Campus Jane Vanini em Cáceres, co-fundador do Núcleo de Estudos Científicos da América Latina e Caribe (NECALCA) e seu primeiro coordenador, líder de um grupo de pesquisa cadastrado no CNPq sob o título Estudos de fronteiras latino-americanas, coordenador e executor do Projeto de Pesquisa: Práticas políticas e culturais de chiquitanos em comunidades rurais da Província de Velasco-Bo entre 1953—2006, financiado pela FAPEMAT e doutor em História pela UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com bolsa para a tese pela FAPEMAT.

*e-mail:* [jivopuhl@gmail.com](mailto:jivopuhl@gmail.com)

**José Floriano da Paz**

Formado em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso, fez especialização em Educação do Campo e Socioeconomia Solidária pelo PRONERA. É beneficiário da reforma agrária e morador no Assentamento Margarida Alves no município de Mirassol do Oeste – Mato Grosso. É militante social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

*e-mail:* [jcfloriano@gmail.com](mailto:jcfloriano@gmail.com)

**José Jaconias Silva**

Possui graduação em Administração pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2002) com experiência em ministrar aulas de logística e operações. É graduado em Agronomia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2005). Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural. É Especialista em Economia Solidária pela Universidade do Estado de Mato Grosso. É Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos. Trabalhou como Professor na UNIC - Universidade de Cuiabá de 2011 à 2013 e na Unemat - Universidade do Estado de Mato Grosso de 2012 à 2013. Ingressou como Professor do Curso de Administração da UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso (Campus de Cuiabá) no Segundo Semestre de 2013.

*e-mail:* [josejaconias@gmail.com](mailto:josejaconias@gmail.com)

**Juliano Luis Borges**

Pós-Doutorado (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), com Doutorado em Ciências Sociais (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - 2012), Mestrado em Ciências Sociais (Universidade Estadual de Londrina - 2007), Especialização em Economia Solidária (Universidade do Estado de Mato Grosso - 2008), Especialização em Gestão Pública (Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídicos - 2008) e Graduação em Ciências Sociais (Universidade Federal de Uberlândia - 2003).

*e-mail:* [jlb\\_br@yahoo.com.br](mailto:jlb_br@yahoo.com.br)

**Laudemir Luiz Zart**

Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco, Santa Rosa - RS (1987), mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998) e doutorado em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (2012). É Professor Adjunto VIII da Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus Universitário Jane Vanini de Cáceres, integra o Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO e a Incubadora de Empreendimentos Econômicos

Solidários e Sustentáveis (INCUBEES). Tem experiências na área da Sociologia, com ênfase em Teoria Sociológica, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação ambiental, educação do campo, educação popular, educação e socioeconomia solidária.

*e-mail:* [laudemirzart13@yahoo.com.br](mailto:laudemirzart13@yahoo.com.br)

### **Maila Karling Vieira**

Possui Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2009) e Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2013). Tem experiência na área de Contabilidade do Terceiro Setor, com ênfase em Associativismo e Cooperativismo Social; Ética e legislação Contábil, Teoria da Contabilidade e Contabilidade Comercial.

*e-mail:* [mailakarling@gmail.com](mailto:mailakarling@gmail.com)

### **Marlon Xavier**

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996), mestrado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001) e doutorado em Psicologia Social pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), Espanha (2012), revalidado no Brasil pela UFRGS. Pesquisador convidado (Visiting Research Fellow) do Bauman Institute/School of Sociology and Social Policy, University of Leeds, Inglaterra, de 03/2011 a 05/2011. Atualmente é psicólogo clínico e professor da Universidade de Caxias do Sul junto ao curso de graduação em Psicologia, e membro do Núcleo de Pesquisa Intervenções da Psicologia (UCS). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, Psicologia Clínica e Psicologia Analítica, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia analítica, psicologia social, consumismo, humanismo, religiosidade e espiritualidade, uso de drogas e álcool, hermenêutica e interpretação de sonhos.

*e-mail:* [marlonxavier@gmail.com](mailto:marlonxavier@gmail.com)

### **Maria da Anunciação Pinheiro Barros Neta**

É Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão/UFMA (1984), Mestre em Educação na área de História e Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo/USP (1995), Doutora em Educação na área de História, Filosofia e Educação pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP (2006). Desde 1994 atua como docente da Universidade Federal de Mato Grosso, do Instituto de Educação, Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, no curso de Graduação em Pedagogia. A partir de 2007, Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da UFMT, nível Mestrado, na Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular no Grupo de Pesquisa: Movimentos Sociais e Educação (GPMSE). Temas de estudos e pesquisas atuais: educação freireana, ética na perspectiva intersubjetiva, políticas públicas, educação integral.

*e-mail:* [barrosneta@gmail.com](mailto:barrosneta@gmail.com)

### **Mariana Coura Aveiro**

Engenheira Agrônoma, atua como voluntária na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFMS no projeto Rede de Incubadoras de Economia Solidária do Centro-Oeste (REINESCO) que tem a participação da UEMS, UFMS, UFGD e UNB. Atua profissionalmente na área de organização da cadeia produtiva da agricultura familiar

*e-mail:* [marianacoura@hotmail.com](mailto:marianacoura@hotmail.com)

### **Mariluce Paes de Souza**

Pós-doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2012), Doutora em Ciências Socioambientais pela Universidade Federal do Pará - UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA (2004). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999). Especialista em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Federal de Santa Catarina (1989). Graduada em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (1984). Atualmente é Coordenadora do Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (CEDSA), Professora associada da Universidade Federal de Rondônia, atua no Departamento Acadêmico de Administração na graduação e no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração. Tem competências nas áreas de Planejamento Estratégico, Desenvolvimento Organizacional, Gestão de Organizações, de Pessoas e Capital Intelectual. Pesquisadora em sistemas agroambientais, desenvolvimento sustentável da Amazônia, empreendedorismo e inovação social, macromarketing, aprendizagem, governança de organizações e processos econômicos com ênfase em Desenvolvimento Local e Regional, principalmente o agronegócio focando agricultura familiar, cadeias produtivas, arranjos produtivos locais, redes de cooperação e arranjos organizacionais, interorganizacionais complexos e Produtos Florestais Não-Madeiráveis. Coordena Projeto Casadinho CNPq em parceria com pesquisadores da EA/UFRGS.

*e-mail:* [mariluce@unir.br](mailto:mariluce@unir.br)

### **Marisa de Fátima Lomba de Farias**

Possui Mestrado e Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Araraquara. Concluiu Estágio de Pós-doutorado Interdisciplinar na UFSC. Tem experiência nas áreas de Sociologia e Educação, atuando principalmente nos níveis de graduação e de pós-graduação. Desenvolve pesquisas em assentamentos de reforma agrária com apoio do CNPq e FUNDECT/MS, com ênfase nas reflexões que envolvem relações de gênero, identidade, memória e movimentos sociais. Atualmente é professora de Sociologia na Faculdade de Ciências Humanas/Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Exerceu coordenação compartilhada no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA e a função de Coordenadora do Curso de Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado). Atualmente é coordenadora da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias (ITESS), desde 2007 e do Laboratório de Estudos de Fronteira (LEF/UFGD) e atua no Projeto II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária – II.

*e-mail:* [marisa.lomba@hotmail.com](mailto:marisa.lomba@hotmail.com)

### **Patrick de Oliveira Costa**

É graduado em Ciências Biológicas (2009) pela Universidade do Estado de Mato Grosso Unemat. Tem experiência no ensino de Biologia e na educação popular junto a coletivos de empreendimentos autogestionários sustentáveis solidários. Possui ainda experiência com pesquisa e consultoria em projetos de extensão, técnico contratado no projeto da REINESCO.

*e-mail:* [patrickocosta@gmail.com](mailto:patrickocosta@gmail.com)

### **Ronalda Barreto Silva**

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia (1988), mestrado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (1995) e doutorado em

Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Atualmente é professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia, atuando no programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Tem experiência na área de Educação, Políticas Públicas, Economia Solidária e seus processos educativos, atuando na articulação do ensino, pesquisa e extensão principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, formação do trabalhador e economia solidária (especialmente com o segmento de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis).

*e-mail:* [ronalda\\_barreto@uol.com.br](mailto:ronalda_barreto@uol.com.br)

### **Rosane Nunes Becil da Silva**

Bacharela em Administração pela UNIR - Universidade Federal de Rondônia, bolsista de iniciação científica - participou projeto de pesquisa PROCAD.

*e-mail:* [rosanenunes1202@yahoo.com.br](mailto:rosanenunes1202@yahoo.com.br)

### **Rosângela Oliveira**

Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Educadora do Campo na Escola Família Agrícola de Vinhático – ES.

*e-mail:* [ro.oliveira.clio@gmail](mailto:ro.oliveira.clio@gmail)

### **Sálvio Júnior**

Formado em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Nasceu em 1980 na cidade de Cáceres. Artista Plástico autodidata. Seu estilo artístico é figurativo geométrico. A inspiração do trabalho é a simplicidade cotidiana das pessoas.

*e-mail:* [salviojr\\_2007@hotmail.com](mailto:salviojr_2007@hotmail.com)

### **Sandro Benedito Sguarezi**

Graduado em Administração pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1993) e mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), onde fez doutorado no curso de Ciências Sociais (2012). Atualmente é professor da Universidade do Estado de Mato Grosso. Tem experiência na área de Administração, atuando principalmente nos seguintes temas: autogestão e economia solidária, agroecologia e agricultura familiar, planejamento estratégico para empreendimentos autogestionários, empreendedorismo social, cultura, perfil, marketing social e responsabilidade social.

*e-mail:* [sandrosguarezi@gmail.com](mailto:sandrosguarezi@gmail.com)

### **Tânia Paula da Silva**

Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CEUL). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/FCT), na área de concentração: Espaço Rural e Movimentos Sociais. Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É docente do Curso de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT-Campus de Cáceres). Membro do Núcleo de Estudos sobre Educação, Gênero, Raça e Alteridade (NEGRA/UNEMAT). Membro do Grupo de Pesquisa: Estudos Agrários (UFMS) e SERPEGEO (UNEMAT). Diretora da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Cáceres/MT, Gestão 2012-2014. Atua principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária e Ensino de Geografia.

*e-mail:* [tanggela@bol.com.br](mailto:tanggela@bol.com.br)

**WilsonLuconi Jr.**

Professor na UNIC - Universidade de Cuiabá, Psicologia do trabalho e supervisor de estágio na área organizacional. Mestre em Ciências Sociais (UNISINOS, 2011), Especialização em Gestão de Pessoas (Unemat, 2006), Psicologia - Licenciatura Bacharelado e Formação (Unipar, 2002). Experiência na UNEMAT como Professor Universitário, coordenador de núcleo de graduação e pós-graduação de gestão em cooperativas. Professor pesquisador no NECOMT-UNEMAT. Presidente da Arca Multincubadora, Integrante da Secretaria Executiva do Escritório de Inovação Tecnológica da UFMT. Membro vice-presidente da Associação Brasileira de Psicologia Política. Professor e Supervisor de Estágio em Psicologia do Trabalho.

*e-mail:* [luconi@gmail.com](mailto:luconi@gmail.com)

**Verônica Moreno Machado**

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT/Campus Universitário Jane Vanini de Cáceres. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT/Campus Cuiabá, na Linha de Pesquisa "Movimentos Sociais, Política e Educação Popular". Participa do Programa Institucional de Educação e Socioeconomia Solidária (PIESES) na UNEMAT e do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação (GPMSE) na UFMT. Integra o Fórum Cacerense de Economia Solidária (FOCAES) e o Fórum Municipal de Educação do Campo (FOMEC). Pedagoga no Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT/Campus Pontes e Lacerda. Tem experiência com pesquisa e estudos na área de Educação, com ênfase em Extensão Universitária, Socioeconomia Solidária e Educação do Campo.

*e-mail:* [veronicamorenomachado@gmail.com](mailto:veronicamorenomachado@gmail.com)

**Zilda Fátima da Silva Paim**

Possui graduação em Comunicação Social/Relações Públicas pela Universidade do Estado da Bahia (1994) e mestrado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (2009), atuando principalmente nos seguintes temas: educação, trabalho, qualificação, economia solidária, tecnologias sociais, comunicação social e relações públicas. Compõe a equipe da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários UNEB/UNITRABALHO - INCUBA/UNEB desde 2009, sendo, atualmente, a Coordenadora Geral. Participa da equipe da UNITRABALHO que atua com catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis.

*e-mail:* [zilpaim@uol.com.br](mailto:zilpaim@uol.com.br)

*As reflexões que estão neste livro resultam de um caminho construído entre instituições de ensino superior participantes da Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Centro-Oeste (REINESCO). Integram esta rede a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul (UEMS).*

*O projeto que constitui a rede foi elaborado em um diálogo entre as universidades, com a liderança do Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Contou com o apoio direto da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) com o reconhecimento científico e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).*

